



HISTÓRIAS RECOMPOSTAS

MEMORIAL DE

JOSÉ PONTES
SCHAYDER

**COSTURANDO
VIDAS,
TEXTOS
& LIVROS**



JOSÉ PONTES
SCHAYDER

HISTÓRIAS RECOMPOSTAS



HISTÓRIAS RECOMPOSTAS

COSTURANDO

VIDAS,

TEXTOS

& LIVROS

MEMORIAL DE

JOSÉ PONTES
SCHAYDER

EDIÇÃO DO AUTOR

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

1ª EDIÇÃO

2020

IMPRESSÃO

Gráfica e Editora GSA

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Luan Ola

Patrick Garcia

CARICATURAS/DESENHOS

Alda Maria Norbiato Torres

Alexandre Marchezi Assad

Alex Moraes Bossois

Daniel Luca Muniz

Daniel Mesquita Zambom Capelini

Felipe Pardal

João Pedro de Castro Oliveira

Leonardo Rangel

Rodrigo Lopes Neves

FALE COM O AUTOR

schayder.jp@gmail.com

FICHA CATALOGRÁFICA

Schayder, J. P., 1966-

Histórias recompostas: costurando vidas, textos & livros/José Pontes Schayder

Cachoeiro de Itapemirim, ES: Edição do autor, 2020.

376 p.

ISBN 978-65-00-01779-3

1. Memória

2. História

3. Educação

CDD 990.93

Para fins não lucrativos, os conteúdos desta obra – com a devida citação da fonte – poderão ser reproduzidos sem a prévia licença do autor. Tendo estudado em escolas públicas na Educação Básica (6 aos 17 anos), o autor vê este livro como uma retribuição à sociedade, que custeou os seus estudos através dos impostos pagos ao Estado.

EM DÉCADAS DE MAGISTÉRIO,
COMPARTILHEI MEUS BENS MAIS PRECIOSOS
— TEMPO E CONHECIMENTO —
COM MILHARES DE ESTUDANTES
E COM UM INCONTÁVEL NÚMERO DE
COLEGAS DE ARTE E OFÍCIO.
SEM ELES, A MINHA HISTÓRIA
SERIA OUTRA; PARA ELES,
DEDICO ESTE MEMORIAL.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

DAVID ALBERTO LÓSS § 17

PRÓLOGO

NO ATELIÊ, COSTURANDO HISTÓRIAS § 23

EDUCAÇÃO I – AURORA

TERROR E AMOR NA SALA DE AULA § 35

OS BÁRBAROS TAMBÉM EDUCAM § 41

HISTÓRIA PRA QUÊ?!

A HISTÓRIA NOS CONDENARÁ? § 47

“PRA QUE SERVE A HISTÓRIA, PROFESSOR?” § 51

A HISTÓRIA É OUTRA! § 55

CRÔNICAS

NÓS, O POVO § 61

O PODER EM CENA § 65

HISTÓRIA, MEMÓRIA & HISTORIOGRAFIA

REFLEXÃO SOBRE O USO DE TEORIA, FILOSOFIA E MÉTODO EM HISTÓRIA § 71

ARQUITETURA DA RECONSTRUÇÃO § 81

MARRAIA! § 85

ESTELIONATO HISTÓRICO! § 91

ESTRADA (IR)REAL § 95

OS DESCAMINHOS DA ESTRADA REAL § 99

UM AMOR NA ALEMANHA § 103

ENTREVISTAS

A GAZETA – A HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO § 109

SÉCULO DIÁRIO – PÁGINAS ESQUECIDAS § 117

ES DE FATO – O ES PASSADO A LIMPO SOB A ÓTICA DE FATOS HISTÓRICOS § 123

AQUI NOTÍCIAS – O ESPÍRITO SANTO ‘PASSADO A LIMPO’ POR HISTORIADOR § 127

O CASO MARIA ORTIZ

MARIA ORTIZ: MEA-CULPA... § 133

BELAS MENTIRAS CAPIXABAS § 137

TCHAU, MARIA ORTIZ! § 141

CACHOEIRO

CACHOEIRO NA ONDA DOS CICLOS ECONÔMICOS § 149

O DIA DE CACHOEIRO § 155

OLHANDO O PASSADO E O FUTURO § 163

“CACHOEIRO É UMA DÁDIVA DO RIO ITAPEMIRIM” § 181

UMA CIDADE SEM FUTURO? § 187

FAZENDO DIREITO

O TRIBUNAL DA IMPOTÊNCIA § 195

EM DEFESA DA BERMUDA! § 199

ESCOLA DE LÍDERES § 203

DR. BATISTINHA § 207

ADVOCACIA: CARREIRA ABERTA AO TALENTO? § 211

EU ACUSO!

LIBELO ACUSATÓRIO: FORA COLLOR! § 221

CORRESPONDÊNCIAS

À EMBAIXADA DA UNIÃO SOVIÉTICA § 233

À EXECUTIVA DO PDT § 237

Ao DR. HUMBERTO § 243

À GRÁFICA SANTO ANTÔNIO § 249

Ao PROFESSOR DAVID § 257

Ao DR. SAPAVINI § 261

Ao DIRETÓRIO DO PT § 267

À EDITORA MILFONTES § 271

CONVENTO, 450 ANOS

CONVENTO DA PENHA: COSTURANDO O TEMPO, UNINDO GERAÇÕES § 277

EDUCAÇÃO II – CREPÚSCULO

UM ANO SABÁTICO? § 293

DÁ LICENÇA, POR FAVOR § 299

EPÍLOGO

NOVAS AURORAS?! § 305

POSFÁCIO

EDSON MACIEL PEIXOTO § 339

AGRADECIMENTOS § 345

VIDAS § 353

TEXTOS § 361

LIVROS § 367

POST SCRIPTUM § 375

É TEMPO DE MULETAS.
MAS AINDA É TEMPO DE VIVER E CONTAR.
CERTAS HISTÓRIAS NÃO SE PERDERAM.
(...)

Ó CONTA, VELHA PRETA,
Ó JORNALISTA, POETA,
PEQUENO HISTORIADOR URBANO,
Ó SURDO-MUDO, DEPOSITÁRIO DE MEUS DESFALECIMENTOS,
ABRE-TE E CONTA,

MOÇA PRESA NA MEMÓRIA, VELHO ALEIJADO,
BARATAS DOS ARQUIVOS, PORTAS RANGENTES, SOLIDÃO E ASCO,
PESSOAS E COISAS ENIGMÁTICAS, CONTAI;

CAPA DE POEIRA DOS PIANOS DESMANTELADOS, CONTAI;

VELHOS SELOS DO IMPERADOR,
APARELHOS DE PORCELANA PARTIDOS, CONTAI;

OSSOS NA RUA, FRAGMENTOS DE JORNAL,
COLCHETES NO CHÃO DA COSTUREIRA,
LUTO NO BRAÇO, POMBAS,
CÃES ERRANTES, ANIMAIS CAÇADOS, CONTAI.

TUDO TÃO DIFÍCIL DEPOIS QUE VOS CALASTES...
E MUITOS DE VÓS NUNCA SE ABRIRAM.

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, *NOSSO TEMPO*.

PREFÁCIO

A complex collage of torn paper, photographs, and documents. The background is dark grey. The collage features various elements: a student ID card with the text 'ESTUDANTE 1993', a photo of a person, a document with 'HISTÓRIA' and '1984', a document with 'DOCUM' and 'FIA', a document with 'INGL' and 'FIA', a document with '5286313', a document with 'NOME', 'LÍNGUA', 'LOCAL', '70', and 'OPÇÃO', a document with 'JOSE', and a document with 'DENT' and 'ESTIBULA'. There are also handwritten notes in Portuguese, such as 'Fato que as provas do 1º ano podem ser menos avaliadas' and 'do-re o imprescindível evitando-se que se transforme em prova'. The collage is composed of many small, irregular pieces of paper and photos, creating a layered and textured effect.

PREFÁCIO

David Alberto Lóss¹

Pede-me o Professor e Historiador José Pontes Schayder para prefaciá-la mais esta obra de sua lavra que intitulou "Histórias recompostas: costurando vidas, textos & livros". A tarefa seria fácil caso fosse eu um escritor de nomeada e/ou um intelectual de estirpe, o que não é o meu caso. Embora difícil aceitei a empreitada, tanto pelo reconhecido valor do autor, quanto e até mesmo pelos laços que nos unem desde o século passado. São laços fortes que não se desfazem. Fiquei muito honrado.

Logo me veio à mente a citação de meu Professor dos tempos da Faculdade de Filosofia (Fafi) de Vitória, onde concluí minha Licenciatura em História: "A História do Brasil é como uma casa edificada na areia e não resiste a uma tempestade mais forte". Esta sempre foi a incessante luta e preocupação maior do aluno e depois Professor, Pesquisador e Historiador José Pontes; para ele, é imperioso que ao escrever tente-se chegar o mais próximo possível da *verdade histórica*. E o Professor Pontes, nos seus escritos, insere também a História do Espírito Santo.

Em outras palavras, não pode faltar ao Historiador o cuidado de escrever o que de fato aconteceu e não o que alguns escreveram ao longo do tempo. Foge ao objetivo da História relatar o que *poderia*

¹ David Alberto Lóss é professor, historiador, advogado, cientista político, sócio-fundador da Associação de Ensino Escola "Guimarães Rosa", em Cachoeiro de Itapemirim, e imortal da Academia Cachoeirense de Letras, entidade da qual foi presidente entre 2013 e 2017. Quando eu vivia a aurora do meu itinerário profissional, o Professor David proporcionou-me o ponto de apoio e equilíbrio necessário para que eu pudesse ensaiar os meus primeiros passos na Educação. [Nota do Autor]

ter acontecido, como é o caso da Literatura. Tal fuga pode até tornar o texto mais atraente, mas leva a equívocos que produzem adaptações, interpretações, opiniões pessoais e até fantasias e mitos acerca do fato histórico. A *fantasia* fica por conta de lacunas a serem preenchidas ou se coloca muitas vezes a serviço de uma “história oficial”.

Esta obra é o retrato do irrequieto, contestador e destemido Historiador e Professor José Pontes. A verdade, porém, é que o Professor Schayder é extremamente consistente em suas colocações e sabe como poucos embasar o que afirma e tudo o que contesta por discordar daqueles que chegam até mesmo ao ponto de modificar a História a seu bel prazer ou conveniência.²

O autor nos apresenta uma coletânea de sua farta e valiosa produção acadêmica que tem início na segunda metade da década de 1980. E nestes trinta e cinco anos sua passagem pela Faculdade de Filosofia “Madre Gertrudes de São José”, pelo Liceu, pela Escola “Guimarães Rosa”, pela Faculdade de Direito e, hoje, no Ifes, deixa marcas de seu talento e de sua obstinação em ensinar como deve ser ensinado.

Por certo, seus alunos têm o privilégio de ter um grande Professor, ou melhor, um Educador que se preocupa em forjar o caráter de centenas e *quicá* milhares de alunos. E para definir o Professor Schayder em toda sua essência de Educador, basta que você, caro leitor, leia – logo no início desta obra – o formidável e atualíssimo texto intitulado *Terror e amor na sala de aula*.

2 Meu querido mestre David, perdoe-me por interrompê-lo neste *Prefácio*. Serei breve. Preciso apenas esclarecer ao leitor um detalhe, origem de uma recorrente confusão: por muitos anos – no início de minha docência – fui chamado de “professor *José Pontes*”, mas, quando comecei a trabalhar em uma escola onde havia dois ou três outros *Josés*, a Coordenadora (e amiga) Maria José Gregio Albernaz – a fim de evitar confusões entre os estudantes – achou por bem (e teve o meu aval para) escrever “Schayder” no Horário de Aulas. Naquele dia, ganhei uma segunda *identidade profissional* e as duas se entrelaçam até hoje. Por compreender isso, leitor, é que – neste *Prefácio* – o *prof.* David sapientemente ora diz “professor *José Pontes*”, ora diz “professor *Schayder*” – é a típica sagacidade (e sensibilidade) de um mestre! Voltemos a ele. [N.A.]

Voltando ao Historiador e Pesquisador, Schayder tem sido incansável em busca da verdade histórica, mesmo que isso lhe cause dissabores. Não importa. Ele segue seus caminhos e suas convicções.

Esta obra é de suma importância para todas as idades. O autor, em seu Memorial, perpassa por caminhos que envolvem o passado, o presente e o futuro de nossa Cachoeira, a luta pelo poder, o protótipo de um Educador, a democracia plena, os equívocos de fatos da História do Espírito Santo, sem falar em entrevistas que concedeu aos órgãos da imprensa, que considero imperdíveis, se não bastasse a riqueza das informações que nos transmitem.

É importante que você leia este “Memorial de J.P. Schayder”. Não é qualquer um que tem a coragem de fazê-lo (e publicá-lo) ainda em vida.

Ao concluir a leitura, você terá pleno conhecimento de *quem é* José Pontes, o que ele pensa, como age, sem falar no caráter e na simplicidade, marcas fortíssimas de sua personalidade.

Cachoeira de Itapemirim – ES, 11 de março de 2020.

PRÓLOGO

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Pro-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação

Coordenação de Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Curso de Especialização em Teologia
Disciplina

NO ATELIÊ, COSTURANDO HISTÓRIAS

“Por mais estranha que pareça tal asserção,
a dignidade humana me diz que cada um de nós,
se não é mais, certamente não é menos
um homem do que o grande Napoleão”

Léon Tolstoi, *Guerra e Paz*.

“A vida dá muitas voltas, mas... *quantas* voltas a vida dá?”

De súbito, essa enigmática pergunta veio inconscientemente à tona quando – transcorrido um ano – olhei em retrospectiva a escrita deste Memorial. O enigma, é claro, tem lá a sua razão de ser: neste movimento de *olhar para dentro* – resgatando as minhas memórias, repassando a minha história e recompondo o meu passado –, revivi tantas voltas, revoltas e reviravoltas da minha vida que – com o mundo virado de cabeça pra baixo – perdi a conta.

“*Minhas* memórias”, “*minha* história”, “*meu* passado”... “*minha* vida”. Mas – faço questão de perguntar eu mesmo –, que importa tudo isso para o leitor? Que importância pode ter a vida de um professor interiorano – e historiador de segunda linha, amador –, para quem quer que seja? Por isso mesmo, é perfeitamente compreensível se – na outra ponta dessa *prosa*, já de início – o meu interlocutor estiver envolvido num cipoal de dúvidas e perguntas, colocadas – em sua imaginação – entre dois parênteses.

(Não é presunção demais desse professor, publicar as suas memórias? Não é uma tentativa infantil de chamar a atenção para si e fazer pose, pavoneando-se num exibicionismo – recalçado até hoje, mas agora – publicamente assumido? A pulsão narcísica e pedante dessa triste figura professoral significa exatamente o quê?! Autoafirmação? Estará ele intoxicado de si mesmo, cultuando o seu próprio ego e umbigo? Tal egotismo não é um caso patológico? Pior: sem pudor, utilizou-se de Léon Tolstoi para se comparar – veja lá, na epígrafe – ao

“grande Napoleão”;¹ mas, já não é proverbial a ideia de que “todos os loucos se acham Napoleão”?² Essa ilusão de megalômano não é um sintoma grave e evidente da sandice do memorialista deste livro? Esse professor está – mesmo – se achando um Napoleão?!

De forma alguma! Lançar mão de León Tolstoi foi tão somente um artifício cujo propósito é mostrar ao leitor o quão importante é – para a história – tanto o grande quanto o pequeno (e anônimo) personagem – sem esse, aquele não é nada: com um e com o outro a trama histórica é tecida. E não, não sou (mais) um homem tomado pela loucura de grandeza da qual Napoleão Bonaparte foi acometido; e como sabe qualquer professor de História minimamente informado sobre a psicologia humana, sei bem qual foi o maior inimigo de Napoleão: ele mesmo! Sua megalomania desmedida o destruiu.

De Napoleão, apenas uma informação me preocupa: ele próprio reforçou o “mito Napoleão”, quando – depois de derrotado em Waterloo, em 1815, e já no exílio, na Ilha de Santa Helena – decidiu registrar as suas *Memórias*. É o psicanalista parisiense Jacques Lacan (1901-1981) quem diz:

“... foi em Santa Helena, ditando ao Conde de Las Cases suas façanhas e construindo sua glória, que Napoleão teria finalmente se tomado por Napoleão – e teria assim mergulhado numa espécie de loucura. Encenador de si mesmo, o imperador decaído teria então abolido uma forma de dissociação salutar e aderido ao mito de Napoleão, cujo relato ele ordenou nessa obra-prima de propaganda que é o *Memorial*”.³

Para Jacques Lacan, o *Memorial de Santa Helena* foi a obra na qual o próprio Napoleão passou a se achar um... *Napoleão*, endossando o mito já consagrado pelo senso comum à época. Por conta disso, aquele *Memorial* – relato retinto de fantasias superlativas, vaidades,

¹ Cf. *Epígrafe* in: TOLSTOI, Léon. *Guerra e Paz*. Rio de Janeiro: Editora Globo, s/d., p. 532.

² MURAT, Laure. *O homem que se achava Napoleão: por uma história política da loucura*. São Paulo: Três Estrelas, 2012, p. 157.

³ *Apud* MURAT, Laure. Op. Cit., p. 206.

mitomanias e auto-louvações – passou a ser considerado o texto-fundador do culto a Napoleão, resultando daí o bonapartismo.

Pois, então, quero tranquilizar o meu leitor: não sou louco – minhas faculdades mentais estão OK –, não estou me achando um Napoleão e a escrita que se encontrará neste Memorial – conforme se verá – não é egótica e nem possui a intenção de ser uma propaganda de mim mesmo.⁴ Da mesma forma, esta narrativa – apesar de se encontrar nela (aqui, ali e acolá) um pouco de ego-história – também não é uma autobiografia, para a qual (no campo historiográfico) seriam necessários outros – e muito, muito mais robustos – procedimentos metodológicos.⁵

Vá lá: é justo se pensar que, apesar de não ser uma autobiografia, este autor – ao elaborar este Memorial, preservando e publicando fontes biografáveis – esteja preocupado em facilitar a tarefa de quem (no futuro) decidir escrever a história de sua vida, manifestando aí um desejo de – de alguma forma – manter-se vivo, na posteridade. Sobre isso, devo dizer duas coisas. Primeira: não acredito que, no futuro – próximo, distante ou muito longínquo –, alguém terá um mínimo de interesse em minha vida – sob qual pretexto?! Segunda coisa: *conscientemente*, não tenho qualquer ambição de me manter *vivo* na lembrança dos pósteros – só se *esse* for um desejo... *inconscientemente*. E, caso seja uma vontade “inconscientemente”, só o Dr. Freud – o pai da psicanálise – explica.

4 Forçando muito a barra, a única comparação possível entre mim e Napoleão é que o *Memorial* dele foi escrito na *ilha* de Santa Helena e o meu no *bairro* Santa Helena, onde – na cidade de Cachoeiro de Itapemirim – me *exilo* (e procuro refugiar-me) dos afazeres do dia a dia.

5 A “ego-história” é um “gênero historiográfico novo” no qual – nas palavras de seu criador, Pierre Nora – “os historiadores procuram ser historiadores de si próprios”: “não é nem autobiografia falsamente literária, nem confissões inutilmente íntimas, nem profissão de fé abstrata, nem tentativas de psicanálise selvagem. O exercício [da ego-história] consiste em [o historiador] esclarecer a sua própria história como se se fizesse a história de um outro, em tentar aplicar a si próprio – cada um no seu estilo e com métodos que lhe são caros – o olhar frio, englobante, explicativo que tantas vezes aplicou sobre os outros; de explicar, como historiador, o elo entre a história que se fez e a história que vos fez”. Cf. NORA, Pierre et. alii. *Ensaio de ego-história*. Lisboa (Port.): Edições 70, 1987, p. 9 e 11.

A propósito, Sigmund Freud (1856-1939) tomou uma decisão radical – e oposta à minha – no quesito conservação de documentos pessoais. Freudianamente, revelou: “para que os meus biógrafos penem e labutem, destruí todas as minhas anotações, além de cartas, excertos científicos e manuscritos de minhas obras”. Por que Dr. Freud agiu assim? Ele mesmo explica, numa carta enviada ao amigo Arnold Zweig, que havia se proposto a escrever um livro sobre a vida dele:

“Quem quer que se torne biógrafo, entrega-se a mentiras, a ocultamentos, à hipocrisia, a embelezamentos e mesmo à dissimulação de sua própria falta de compreensão, pois não se alcança a verdade biográfica e, mesmo que alguém a alcançasse, ela não seria utilizável. A verdade não é praticável, os homens não a merecem”.⁶

Paradoxalmente, foi um dos biógrafos de Freud – o historiador Peter Gay – quem revelou isso, chegando à conclusão: “Em suma, Freud tinha pouca fé no empreendimento biográfico”.⁷ Pois eu também não boto fé! E sabe quem mais reprova o gênero biográfico? O poeta Walt Whitman (1819-1892), quando diz: “detestei a maioria das biografias, pois são bem mentirosas”,⁸ ao seu estilo, W. Whitman chegou a poetizar a questão:

Enquanto eu lia o livro, a famosa biografia,
É isso, então (eu disse), que o autor considera ser a vida de um homem?
E assim, alguém, quando eu estiver morto ou ausente, escreverá minha vida?
(Como se qualquer homem soubesse de fato alguma coisa de minha vida,
Pois eu mesmo muitas vezes me dou conta de quão pouco ou nada sei da
minha vida real.
Apenas alguns palpites, umas poucas e difusas pistas, coisas indiretas,
Pretendo, para uso próprio, traçar aqui).⁹

6 Apud GAY, Peter. *Freud: uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 13.

7 GAY, Peter. Op. Cit., p. 13.

8 Apud LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 26.

9 WHITMAN, Walt. *Folhas de relva: edição do leito de morte*. São Paulo: Hedra, 2011, p. 30; WHITMAN, Walt. *Folhas de relva*. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 31. O bom e velho W. Whitman ainda dará as caras por aqui, bem lá na frente... Inspirador!

É isso! Espelhando-me em Whitman, pretendo – para uso próprio – traçar aqui, neste Memorial, apenas alguns palpites, umas poucas e difusas pistas, coisas indiretas sobre a minha vida. Não se trata, portanto – repito! –, de uma biografia, não – pelo menos – no sentido *lato senso* da palavra, contudo *talvez* seja no sentido *stricto senso* porque este Memorial pode ser considerado a minha “biografia intelectual”. E deixo a critério do leitor definir a quantidade de aspas a serem adicionadas aí, nessa pomposa expressão *biografia intelectual*.

Este Memorial é – deixe-me especificá-lo mais – um balanço textual de minha vida intelectual, é um retrato – ousar dizer, para o leitor ajuizar – de minhas investidas no árduo (porém tonificante) papel de *outsider* e livre-pensador. No entanto, o livro não apenas recolhe uma longa série de escritos produzidos por mim no decurso de décadas, mas também – e aí reside o seu caráter memorialístico – *conta a história* dos textos selecionados.

Não à toa, a diagramação das páginas desta obra foi formatada – em boa parte de sua extensão – em dois planos bem nítidos. No plano alto das páginas, dispus os textos originais, sem desfigurá-los. No plano baixo, no rodapé, em notas (muitas vezes) extensas, fiz – a respeito de cada texto – esclarecimentos sobre sua origem, revelações dos bastidores de sua publicação, comentários das repercussões, atualizações de informações, acréscimos (ou correções) de dados históricos, conexões intertextuais, intercâmbios episódicos da ego-história, além de arrolar a “fortuna crítica” de alguns escritos e, sobre outros, fazer a autocrítica, seguida de um “sumário de culpa”.

Fica ao bel-prazer do leitor, portanto – como não podia ser de outra forma –, ler apenas os textos originais ou (num vaivém de olhares) ler os textos e as notas; por óbvio, a leitura das notas enriquece os escritos originais, mas esses últimos têm vida própria. Sobre isso, um detalhe: há casos – poucos, raríssimos – nos quais a nota de pé de página já constava no texto original, quando de sua publicação; nesses casos, a nota virá acompanhada da indicação [NOT], significando Nota Original do Texto.

Neste Memorial, ofereço ao leitor uma coleção de 43 textos multi-gêneros: artigos jornalísticos, crônicas, manifestos, entrevistas, trabalhos acadêmicos, panfletos, ensaios, cartas pessoais, correspondências

oficiais, um prefácio, um libelo acusatório e até uma análise fílmica. Caleidoscópicos, estes textos foram publicados em formatos, mídias e ocasiões diferentes, abarcando um arco temporal de três décadas e meia, iniciado lá pelos idos do decênio de 1980.

No conjunto, essa constelação de textos não tem harmonia nem hierarquia, sequer possui uma chave de leitura: os escritos podem ser lidos aleatoriamente, pois eles mesmos não seguem uma ordem cronológica. Para dar uma organização mínima ao Memorial, escalonei os textos em blocos temáticos, formando os capítulos, mas – ainda assim – a unidade capitular é apenas aparente, pois, no interior de cada um deles, os assuntos tratados podem ser diversos, especialmente se se levar em conta as notas. E por quê?

Porque as notas foram escritas ao sabor das lembranças e recordações afloradas (espontaneamente) no exato instante no qual repassava – relia/conferia – cada texto original com o propósito de recompô-lo. Na engenharia deste livro-memorial não houve um planejamento prévio do tipo: “aqui, no pé de página deste artigo, vou escrever isso; ali, no rodapé daquela entrevista, vou registrar aquilo”. Em toda a operação historiográfica – ao longo de todo o Memorial –, guiei-me mais ou menos pelo lema “o que lembro, tenho”, vereda aberta e consagrada pelo mineiro João Guimarães Rosa (1908-1967).¹⁰

Contudo, para além do mote rosiano (e das notas de rodapé), minha “filosofia do guardar” – na condição de professor de História e historiador – sempre foi não confiar exclusivamente na capacidade da memória de lembrar. Daí minha eterna preocupação em – literalmente – *guardar* as “fontes da memória”, ou seja, arquivar os documentos, preservá-los (fisicamente) em algum lugar. Quando decidi compor este Memorial, os textos (eu sabia) estavam lá – em algum lugar, dispersos – em pastas, caixas, gavetas, arquivos, mas, todos, preservados.¹¹

¹⁰ *Apud* HENRIQUE, Klecius. *José Dumont: do cordel às telas de cinema*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2005, p. 5.

¹¹ Nem “todos”, infelizmente; alguns – que pena! – encontram-se catalogados

Quem faz da História o seu ofício – e pratica a arte da pesquisa, fazendo dela (ou não) seu ganha-pão – sabe que “difícilmente se pode ser historiador sem sujar as mãos”.¹² À luz desse truísmo, fui revirar os “lugares da memória”¹³ à cata de pedaços de papel, de folhas soltas, de recortes de jornais, recortes de revistas, recortes... e mais recortes.

Depois de tudo reunido sobre a mesa de trabalho, vi – metaforicamente falando – a minha memória despedaçada, toda recortada em... *retalhos*. Retalhos de diferentes texturas – de tramas simples e tramas complexas –, retalhos de múltiplos matizes, tons, tamanhos, vieses e traçados; retalhos velhos, empoeirados, manchados, corroídos... maltratados pelo tempo.

Os retalhos da minha memória precisavam ser alinhavados um a um; tinham de ser artesanalmente costurados para, nos arremates, compor uma imagem. Por certo, essa imagem me contaria uma história contendo algum sentido, pois, conforme lembrou Paul Veyne, “a história é filha da memória”.¹⁴ Por fim, essa história – era factível su-

como “não localizáveis” e ficaram apenas na... memória. A bem da verdade, não possuo nenhuma perícia arquivística e – destes 43 textos publicados – alguns foram salvos (e encontrados) por vias tortas: passei até a acreditar em milagres... do acaso!

- 12 GULDI, Jo & ARMITAGE, David. *Manifesto pela história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 68.
- 13 O conceito de “lugares da memória” é de Pierre Nora. *Apud* LE GOFF, Jacques. Memória in: *Enciclopédia Einaudi v. 1: Memória-História*. Lisboa (Port.): Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 44-45.
- 14 Na tradição mitológica grega, a musa da história é Clio, filha de Mnemósine (deusa da Memória) e Zeus (filho do titã Cronos, o Tempo). Clio significa “glória” ou “fama” e a ela competia divulgar, celebrar (e registrar) as realizações dos guerreiros e as conquistas dos povos – daí ela ser frequentemente representada como uma jovem com uma coroa de louros, portando uma trombeta em uma das mãos e, na outra, um livro ou um rolo de pergaminho. Cf. frase “a história é filha da memória” in: VEYNE, P. *Como se escreve a História*. Brasília: UnB, 1982, p. 12; Cf. genealogia e iconografia de Clio in: MARTINEZ, Constantino Falcon et. alii. *Diccionario de la mitología clásica*. Madrid (Esp.): Alianza Editorial, 1986, vol. 1, p. 149 e MÉNARD, René. *Mitologia greco-romana*. São Paulo: Opus, s/d., vol. 2, p. 47.

por (e essa era a minha esperança) – me deixaria uma mensagem, uma lição, porém... qual mensagem seria essa, revelada por esses retalhos?

Para saber, pus o cérebro pra trabalhar. Buscando fatos memoráveis do passado, segui o traçado das linhas tortas da minha vida para cruzar aquele amontoado de retalhos-documentos. Ao atravessá-los – e depois de ajeitar daqui e dali e cingir de cá e de lá, de modo a atar/entrelaçar uns aos outros – fui costurando as vidas, os textos e os livros neles citados, até então separados pelo tempo.

Depois de muitos pontos, pespointos e contrapontos, a imagem estava formada, a história estava contada – sua mensagem, captada – e o Memorial estava pronto. Terminada a obra, pude compreender o porquê de o historiador suíço Jacob Burckhardt (1818-1897) recorrer à evocação do *Rei Lear* – “só a maturidade conta” – para, em seguida, ensinar:

“Nosso espírito deve incorporar as lembranças que deixam em nós sua experiência do passado; o que foi outrora alegria ou dor deve se transformar em conhecimento, como na vida de cada um de nós”.¹⁵

A lição burckhardtiana é “transforme a memória em sabedoria, para ajudá-lo a viver melhor”. Nesse sentido, dou ao leitor – (se isso lhe aprouver) – a tarefa de avaliar a plausibilidade da mensagem resultante deste trabalho anamnésico. Bem... quanto a revelar qual mensagem/lição foi essa, penso ser adequado compartilhar essa informação apenas no momento de concluir este livro-memorial, quando – de mais a mais – todas as faces e nuances dessa narrativa serão conhecidas.

A propósito, por ventura ocorreu ao leitor perguntar *por que* decidi escrever este Memorial? Sim, pois, todo livro tem uma *razão de ser*, uma motivação inicial – todo livro tem, ele próprio, uma história por trás de si. Escrever um Memorial – e submeter-se a uma intensa autorreflexão – não é algo gratuito, surgido assim... do nada, então... *por que* o escrevi?

¹⁵ Apud LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 164.

A resposta é... desalento, um profundo desencanto com a minha performance em sala de aula. No meu limite, concluí que era a hora de “dar um tempo” das atividades professorais e – para ressignificar o meu trabalho – decidi reivindicar um “ano sabático” (não remunerado) à direção do instituto educacional no qual atuo. Enquanto o meu pedido era analisado, uma ideia pipocou na minha mente e eu pensei: “publicando um Memorial vou ‘fechar um ciclo’ de minha vida pessoal e profissional de uma maneira digna: ‘prestando contas’ do meu trabalho intelectual ao longo das décadas”.

Os detalhes desse delicado, crucial (e labiríntico) assunto serão fornecidos mais à frente, mas – preliminarmente, creio – está explicado por que este Memorial foi concebido e veio ao mundo. O período da sua gestação, contudo, não transcorreu sem sobressaltos.

Orquestrado de abril-2019 a abril-2020, este livro de memórias foi – dia após dia – escrito nas brechas das atividades escolares, mas não só. Aproveitei também os finais de semana, as férias letivas de final de ano, o feriado de Carnaval de 2020 e – num último fôlego, para dar os retoques finais à obra – usei parte do tempo do “isolamento social” imposto pela quarentena da pandemia Covid-19.

O ato de escrever – realizado ou não num período de quarentena – é (sempre!) um ato solitário, de reclusão. Pensar exige introspecção, condição sem a qual não se realiza uma autêntica jornada interior. Foi aqui – no recolhimento do lar, no meu ateliê, entre os meus livros – o lugar perfeito para desfiar, tecer (e entretecer) os fios de minha memória e, com eles, costurar as tramas das histórias vividas, recompondo-as: tudo realizado a sós. Contudo, conforme poetizou Paul Valéry (1871-1945), “estar *só*, é estar *consigo*, é sempre ser *Dois*”¹⁶. Concordo! Nada é mais adequado para quem se impõe a tarefa de escrever um livro-memorial: estar a sós, imerso e dialogando consigo mesmo.

Não chego ao ponto de radicalizar, como foi o caso do teatrólogo italiano Luigi Pirandello (1867-1936), quando – numa tirada aforis-

16 *Apud* Idem, *ibidem*, p. 118, n. 323.

mática – afirmou “a vida, ou se vive ou se escreve”.¹⁷ Prefiro pensar que eu escrevo para viver e – quem sabe, através dos meus escritos – ajudar alguém a refletir sobre a vida também. Afinal de contas, agora não somos mais apenas *dois* – eu e o meu *alter ego* – travando um diálogo, mas *três*: eu, o Memorial e o leitor.

Nesta triangulação, vamos juntos até o fim. Este texto – apesar de seu caráter memorialístico – foi escrito pensando em você, leitor. É uma satisfação poder compartilhar contigo minhas ideias, crenças, histórias, descrenças, confidências e revelações. Quem sabe assim, no final da leitura, você – colega de viagem – poderá me ajudar a decifrar o enigma colocado há pouco na porta de entrada deste Memorial e que – vagueando na memória, a esmo, remanescente – reapareceu aqui, de súbito:

“A vida dá muitas voltas, mas... *quantas* voltas a vida dá?”

J. P. S.¹⁸

¹⁷ PIRANDELLO, Luigi. *40 novelas de Luigi Pirandello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 7.

¹⁸ Escrito em Cachoeiro de Itapemirim e finalizado às 18 h e 59 min de 10 de abril de 2020 – para mim, o 25º dia de encastelamento por culpa do pandemônio global causado pelo novo (e mortífero) Coronavírus.

EDUCAÇÃO I AURORA

CONTRIBUIÇÃO DO LEITOR

OS BÁRBAROS TAMBÉM EDUCAM

PROFESSOR JOSÉ PONTES
SCHAYDER

Felizes os educadores! Somos uma categoria privilegiada na sociedade. Lamentavelmente as jovens nos ensinam...

...muito tempo
...de tinha asse-
...les que usa-
...e preterio

sacerdócio em educação, achando que qualquer um pode ser educador. Não concordo. Educar é tarefa difícil. De fato, deve haver uma predisposição natural do professor para a "arte de ensinar". Duracional pois exige dedicação incondicional ao estado e persistência ilimitada na tentativa de oferecer o melhor aos instrumentos pedagógicos. Quando ainda fosse infante, a opção em educação era a de mercenário e juiz. Hoje, com a vinda de novos alunos, os professores, sozinhos, tornam-se formadores de

Editorial

Salvo no último caso, a edição de "Aurora" é feita por uma comissão de trabalho. A comissão é formada por professores de Educação, por um representante da comunidade e por um representante da administração.

Prof. José Pontes Schayder

Prof. José Pontes Schayder

Prof. José Pontes Schayder

Prof. José Pontes Schayder

Prof. José Pontes Schayder

Prof. José Pontes Schayder

Prof. José Pontes Schayder

Prof. José Pontes Schayder

Prof. José Pontes Schayder

Prof. José Pontes Schayder

Prof. José Pontes Schayder

13 03 1984 C-101/152

QUEMAMA FERRERA LETRADO
Arquiteto



TERROR E AMOR NA SALA DE AULA¹

“Ei, professores! Deixem as crianças em paz!”

Pink Floyd, *The Wall*.

Vigiar e punir! Esta é, se assim posso dizer, a regra de ouro de certa “pedagogia” inspirada no livro de mesmo nome – *Vigiar e Punir* – de Michel Foucault, o filósofo francês recentemente falecido. Com preceitos tão severos, implanta-se – não a ordem e a disciplina na sala de aula, mas, sim – o terror. Um crime!²

A meu ver, o professor deve ser bom, amigo... um facilitador. Não estimular evidentemente a irresponsabilidade ou a permissividade em excesso, todavia, ter como princípio – quando isto revelar-se *pedagógico* – a compreensão para com o aluno. Desta forma, o binômio *confiança* e *amizade* formará a base da motivação à aprendizagem; do contrário, nada fará o estudante ter amor pelo conhecimento.

Pink Floyd é uma banda britânica de rock. Dentre suas composições, há uma incluída no álbum *The Wall (O Muro)* cuja mensagem diz respeito ao nosso trabalho em sala de aula. Na canção – *Another brick*

¹ Texto de 1988; logo mais à frente, digo o contexto no qual foi produzido.

² Quanto ao filósofo Foucault, o “recentemente falecido” aí é o “recentemente” de quem lida com o tempo histórico em sua *longa duração*. No ano em que escrevi este texto (1988), Michel Foucault estava morto há quatro. Em sala de aula, os estudantes estranham quando uso expressões do tipo “há pouco tempo atrás” ou “não faz muito tempo” para me referir, às vezes, a períodos de 10, 20 ou 50 anos. Nesses momentos, aproveito para provocá-los: “o que é um século para a história?” ou “para a história, o que significa o curto tempo de nossas vidas?”. No mais, vamos ao livro citado: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1987.

in the wall, que pode ser vista no filme inspirado no LP* –, as crianças imploram ao professor para que as deixem sozinhas – “em paz”, elas dizem. Na visão delas, “educação” é “controle mental” e “certos professores” abusam do poder, “expondo as fraquezas” dos alunos e “despejando sarcasmo” e “humor negro” durante as aulas. No ápice da revolta, bradam no *refrão*: “Nós não precisamos de nenhuma educação!”. E – quer saber? – elas estão certas.³

Contudo, certamente o professor ao qual as crianças da música se referem é o ditador, o sádico, o terrorista ou – talvez Freud explique – o sexualmente recalçado, que descarrega energias acumuladas onde não deve. Sim, esse tipo de professor sente prazer em ver a desgraça do aluno, achando – inclusive – serem as notas baixas das avaliações sintomas de *ensino eficaz* e rigor metodológico – não satisfeitos, gabam-se das reprovações, ostentando-as como troféus. Que vergonha! Um *espetáculo* estarecedor e lastimável.⁴

* LP, *Long Play*, é o disco de vinil ou *bolachão*; na era digital, o LP foi substituído pelo CD, *Compact Disc*.

3 Cf. PINK FLOYD. Another brick in the wall in LP: *The Wall*. Rio de Janeiro: DISCOS CBS, 1979, Vinil 1, Lado A, faixas 3 (Parte I) e 4 (Parte II); PINK FLOYD *The Wall*. Dir.: Alan Parker. MGM Home Vídeo, Brasil, 1982, VHS, 95 min., color. [NOT]. Hoje em dia, neste “admirável mundo novo”, LP e fitas VHS são “coisas do passado” e basta o leitor conectar-se à plataforma *You Tube* para ter acesso ao álbum e ao filme digitalizados: deleite-se!

4 Hoje, com base em leituras bem recentes, incluiria esse tipo de professores – felizmente quase não se vê mais deles (vivem uma fase terminal rumo à *extinção*) – num grupo denominado “baixo clero professoral”. Para quem não é da área de História, devo esclarecer: “baixo clero” era – na Europa católica, nos tempos feudais – os clérigos rudes, padrecos mal formados, analfabetos até, em grande parte – ou seja, uma gente inculta, não lapidada, tosca, a escória da instituição religiosa. No Brasil, o termo foi adaptado para o *jargão político* e – quando se diz que o *deputado/senador* x ou y pertence ao *baixo clero* do Congresso Nacional – significa que o tal parlamentar é um congressista inexpressivo, “peso morto”, não desempenha papel de liderança e – nos bastidores do poder, nos porões, na surdina – defende interesses pessoais e... espúrios. Até aqui, temos... *baixo clero* congressual, clerical e... professoral. Quer isso dizer, então, que cada instituição tem o *baixo clero* que merece? Não! Não tem que ser assim... [O termo “baixo clero professoral” é inspirado in: GULDI, Jo & ARMITAGE, David. *Manifesto pela História*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2018, p. 76]

A relação professor-estudante é – alguém ainda duvida? – o ponto chave no processo de ensino-aprendizagem. Antes de qualquer coisa, é preciso simplificar essa relação, torná-la menos formal, de modo a desconstruir a ideia – cristalizada no imaginário social, infelizmente – de que o professor é um *exemplo* a ser seguido. Isso é ridículo! Ninguém pode (ou deve) ter a pretensão de ser modelo para quem quer que seja – pensar assim é dar o primeiro passo na escalada rumo ao autoritarismo. Somos humanos, portanto cheios de idiossincrasias e falhas – e é, isso aí, o que deve ficar evidente para os alunos.

Com eles, devemos ser transparentes ao máximo. Devemos assumir o compromisso de emitir nossas opiniões sobre os conteúdos transmitidos, todavia, jamais tentar impô-las. A nossa maneira de ver o mundo não é *a* verdade, absolutamente. Já basta o livro didático – “camisa de força” de muitos professores –, que (da perspectiva juvenil) pode adquirir o *status* de texto-verdade.⁵

Mas, há mais coisas a considerar. A partir *deste ponto*, porém, vou direcionar as reflexões para o ensino específico da disciplina História, minha formação de origem.

Os estudantes – esta é a *minha* percepção – julgam importante que eu, como professor, tenha e emita o meu *ponto de vista* sobre os temas tratados nas aulas. Particularmente, faço questão de posicionar-me – isso, creio, ajuda bastante no amadurecimento intelectual dos adolescentes. Para mim, *educar* é um ato político e, em política, não há neutralidade: devemos assumir posições, pois, do contrário, nada muda na sociedade. Sempre e sempre, persisto em transmitir essa concepção aos jovens.

E por que insisto *nisso*?

⁵ Hoje, ainda bem, pela profusão de fontes de estudo e o fácil acesso a elas – em especial, na *Internet* –, a quase totalidade dos professores e dos estudantes não vê o livro didático como o *locus* privilegiado onde a história está registrada “tal qual aconteceu”. Aliás, por ora nada me convence do contrário: os manuais escolares – na forma como nós os conhecemos – estão com os dias contados...

Porque sou movido por uma esperança: fazer os estudantes tomarem consciência de que também são sujeitos históricos, pois – sem que percebam – *fazem* história no dia a dia. Por isso mesmo, acho essencial *instigá-los*, de modo a despertar neles o desejo de *tomar partido* frente aos temas e problemas discutidos em sala. Se não for assim, melhor seria – digo-lhes isto – assinarmos o Pacto de Mediocridade existente nas relações humanas sem exigências mútuas. Nesse *pacto* não há crescimento, só simulação – é o simulacro do tão praticado “ritual da educação” no qual os professores *fingem* ensinar e os alunos *fingem* aprender.

É sempre enriquecedor repensarmos o *fazer* pedagógico. Daí a importância de parar e refletir para – depois de *ruminar* por um bom tempo – escrever um *Memorial* como este.⁶ Trazendo à memória o modo pelo qual temos nos comportado com os alunos no espaço escolar estamos – intuitivamente – fazendo a autocrítica do trabalho cotidiano. De rever acertos e corrigir erros resulta, no balancete final, o aperfeiçoamento de teorias e práticas.

Que possamos, então, estar trilhando o caminho certo, pois diariamente centenas de jovens estão à nossa frente, não só dialogando conosco, mas, efetivamente nos julgando. Eis a vantagem – ou o perigo, segundo a interpretação de alguns – de quem

6 Este texto *Terror e amor na sala de aula* compôs a Parte I do Memorial de Práticas de Ensino solicitado pela *prof.^a Déa Ribeiro Fenelon* (1933-2008), Coordenadora do Curso de Especialização em Metodologia da História da PUC-MG realizado – em Belo Horizonte – nos meses de férias escolares (janeiro-julho) do biênio 1988-89. Nesse curso, além de Coordenadora, a *prof.^a Déa* ministrou aulas em diversas disciplinas e, entre elas, *A Pesquisa como técnica* cujo objetivo central era estimular a pesquisa e a escrita históricas. Nas aulas – de maneira peculiar e com certa frequência –, ela dizia: “para começar, escrevam *bilhetes* e pequenas cartas, mas escrevam, pois, daí a pouco, estarão escrevendo e publicando artigos, dissertações, teses... livros”. Para mim – e só perceberia isto no futuro, por retrospecto –, as palavras da *prof.^a Déa* foram um incentivo determinante para a minha produção textual – *in memoriam*, agradeço àquela adorável Senhora. Ao Memorial de Práticas de Ensino dei o título *Memória & História: Recordações I e Recordações II* – a Parte I é de 1988; a Parte II – não publicada aqui – é do ano seguinte.

se expõe. No entanto, conforme alertou o ator francês Gérard Depardieu – encarnado dessa vez no papel principal do filme *Danton, o processo da Revolução* –, “só os medíocres têm vida tranquila”. Aos bons professores – claro está, espero – não cabe a advertência.⁷

7 DANTON, O PROCESSO DA REVOLUÇÃO. Dir.: Andrzej Wayda. França, 1985, VHS, 131 min., color. Dirigido por um polonês, essa obra de arte do cinema francês foi produzida dentro dos eventos preparatórios para as celebrações do bicentenário da Revolução Francesa, comemorado em 1989. Na década de 1980, foi difícil ter acesso a uma cópia em VHS de *Danton...*, pois, não sendo um filme comercial, as videolocadoras não se arriscavam a fazer o investimento na aquisição – hoje, basta um toque, na tecla certa, e lá está o filme. (Ah!, para quem não sabe, “videolocadoras” eram empresas especializadas em alugar filmes – em Cachoeiro, *talvez* eu tenha sido um dos últimos clientes da última videolocadora. Nessas locadoras, a gente alugava e devolvia a cópia do filme rebobinada. “Rebobinada”?! Bom... melhor deixar isso *prá* lá, leitor. Que tal mudarmos de assunto, trocando de página?)

OS BÁRBAROS TAMBÉM EDUCAM¹

Felizes os educadores! Somos uma categoria privilegiada na sociedade. Diariamente, centenas de jovens nos ouvem e nós a eles, convivendo, debatendo, polemizando. Nas salas de aula, nos corredores e pátios das escolas, nas ruas, enfim, nos lugares onde – por compromisso ou acaso – nos encontramos. Que outro ofício pode trazer maior satisfação?

Alguns questionam a ideia do sacerdócio em educação, achando que qualquer um pode ser educador. Não concordo. Educar é tarefa difícil. De fato, deve haver uma predisposição natural do professor para a “arte de ensinar”. *Dar aulas* é fácil; educar é mais complicado, pois exige dedicação incondicional ao estudo e à persistência ilimitada na tentativa de oferecer aos alunos os instrumentos necessários ao pensamento independente.

1 A pedido da jornalista e escritora Célia Ferreira – e por intermédio de Joaquim Neiva, Coordenador Disciplinar do antigo *Pré-vestibular Imediato*, onde trabalhávamos – escrevi este artigo para o semanário *O Repórter*. À época, Célia Ferreira era Editora Regional daquele periódico e agora, há 20 anos, é assessora de imprensa da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim – essa última informação lhe foi dada, leitor, como mero pretexto para relatar-lhe um fato. Com presteza e muita boa vontade, Célia Ferreira me conduziu aos arquivos históricos da Câmara Municipal quando, em 2019, estive por lá à procura de um texto escrito por mim em 1992. O texto era a Mensagem preambular do Projeto de Lei enviado pelo prefeito à Câmara naquele ano, solicitando a aprovação do primeiro Código Sanitário para Cachoeiro. Na Mensagem, fiz – na condição de fiscal de saúde municipal, função que exerci entre 1986 e 1993 – um apanhado histórico das transformações sociais observadas na cidade ao longo do século XX, justificando a necessidade de se instituir o Código Sanitário. De fato, o Código foi instituído, contudo – na pasta do Projeto de Lei arquivado nos anais da Câmara – não encontrei a cópia do meu texto; lamentei, pois desejava incluí-lo neste livro-memorial, no capítulo relativo a Cachoeiro. Nem tudo está perdido, porém, pois – pelo menos – duas informações ficarão eternizadas aqui: a existência daquela Mensagem e, sobretudo, a amabilidade da jornalista Célia Ferreira, essa imortal da Academia Cachoeirense de Letras. Cf. SCHAYDER, J. P. Os bárbaros também educam. *O Repórter*. Cachoeiro de Itapemirim, 21 a 29 de jun., 1991, *Contribuição do Leitor*, p. 6.

Quando ainda fazia curso de graduação em História – na Fafi² – a prof.^a Gércia Guimarães³, nas suas aulas de *Psicologia da Adolescência*, costumava dizer: “nós, professores, somos formadores de consciências”. Já imaginaram a responsabilidade? É uma tarefa superior ou não? É imprescindível, portanto, o dom, a aptidão, a vocação, senão, as consequências são irreparáveis.

Em um artigo publicado há poucos dias no *Jornal sem Linha*, o prof. David Lóss já chamava a atenção para o fato de que “uma verdadeira ‘legião de estrangeiros’ invadiu a nobre missão de educar”.⁴ Pois é: esses alienígenas, franco-atiradores, acham que têm o direito de serem professores. Muitas vezes, nem fizeram o curso de Licenciatura e, portanto, não receberam as orientações didáticas e pedagógicas para ministrarem a disciplina que lecionam. São, na verdade, *dadores de aula* – nada mais que isso! Perde-se assim, o prestígio

2 Fafi – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Madre Gertrudes de São José –, onde cursei Licenciatura em História no período entre 1984 e 1987. Nesta instituição, trabalhei nos dois anos seguintes ministrando aulas nas disciplinas História Contemporânea I e II e Didática Aplicada ao Ensino de História. Passado o biênio (1988-89), recebi aviso-prévio no início de 1990 e fui demitido. Na época, os estudantes da Fafi – não compreendendo os motivos da minha demissão – viviam me questionando “por quê?!” Para dar-lhes uma explicação, resolvi escrever um audacioso *Manifesto à Fafi*, todavia esse manifesto – por sugestão do professor (e amigo) Geraldo Luiz Hemerly, a quem agradeço – nunca veio a público: continua lacrado e engavetado. Publicá-lo naquele instante, *naqueles* termos, seria dar vasão a um mero capricho do meu orgulho ferido e – nos dias correntes – pergunto-me: *pra* que retirar *esqueletos* do armário agora? Sobre esse (espinhoso) assunto, prefiro me calar... por ora. Está escrito, em algum lugar: tudo tem o seu tempo determinado e... a hora certa ainda não chegou.

3 Tragicamente, a prof.^a Gércia Ferreira Guimarães teve a vida interrompida num acidente de carro, em 1989; grande educadora, seu nome está eternizado no pórtico de uma Escola Municipal de Educação Básica (Emeb) no bairro Village da Luz, em Cachoeiro de Itapemirim.

4 Ao lado de dez outros professores, David Alberto Lóss fundou (em 1975) a Associação de Ensino Escola “Guimarães Rosa”. Prof. David foi o Diretor dessa instituição escolar por 36 anos (da fundação até 2011), quando transferiu a *missão* para o filho – o jovem, idealista e competente Fabrício Mucelini Lóss –, que vem realizando um trabalho de excelência naquele educandário: um líder autêntico!

social do professor, pois o seu trabalho, hoje, qualquer pessoa – desqualificada, diga-se logo – executa.

A meu ver, a desqualificação profissional é a raiz do gravíssimo problema da desvalorização do professor. Para se ter uma ideia de a que ponto chegou essa desvalorização, sabemos que alguns professores acham até que o salário que ganham está bom, se se pensar na qualidade do serviço prestado. Uma lástima!

Não desejo ser o apologista do *esprit de corps*, todavia, deveria existir uma seleção mais criteriosa dos membros do magistério, de modo a assegurar a constituição de uma classe profissional com um padrão de qualidade tolerável. Assim, iríamos resgatar o prestígio social perdido e valorizar o corpo docente – ou seja, a nós mesmos.

Cumprida essa etapa, as outras reivindicações seriam naturalmente ajustadas: os salários iriam aumentar e as condições de trabalho tenderiam a se humanizar. Com uma categoria mais preparada – e consciente –, um Código de Ética Profissional impediria a entrada de aventureiros nas instituições de ensino. Ora, digam-me por quê? Por que para advogar é exigido o diploma de Bacharel em Direito e, no entanto, para reger salas de aula exige-se apenas o manejo do giz e da voz? É um absurdo!⁵

5 No artigo, troca-se “o manejo do giz e da voz” por “o manejo do pincel e do datashow” e a frase continuará atual, moderna. Ou, se se quiser ser ultramoderno, diga-se “o manejo do datashow e de outras ‘novas tecnologias de ensino’”. No meu sentir, para uma Educação e um Ensino qualificados esse aparato tecnológico deve ser apenas um acessório e não o item principal no processo de aprendizagem. A técnica deve ser tão-somente um meio (uma mídia) e não um fim em si mesmo, quando se revela uma trágica panaceia: biombo para ocultar carências na formação pedagógica. A meu ver, o principal (numa Educação 10.0) deve continuar sendo a convivência Professor & Estudante – numa relação face a face, olho no olho –, contudo, frise-se: o professor aí referido é o devidamente licenciado (ou, quando não, adequadamente capacitado nas teorias e diretrizes didático-pedagógicas) para, com dignidade, ministrar aulas. Vejo as coisas por esse prisma e, no que tange às promessas das TIs (Tecnologias da Informação) aplicadas ao ensino – e a certo frenesi em torno delas –, tenho cá minhas reservas, mas – fique claro! – não as demonizo “in totum”. Com efeito, sinto – no íntimo do meu Ser, agora já

Precisamos pensar seriamente no nosso compromisso com a sociedade e com os jovens. Do contrário, serão intermináveis os ciclos grevistas no Estado do Espírito Santo.⁶ E o que é pior: as paralisações não têm resolvido nem parte do problema, pois só contribuem para o agravamento do já caótico ensino – com as greves, tem-se atacado a doença, mas não as suas causas.⁷

No papel de professor de História, é meu dever lembrar as *lições* do passado: tendo penetrado, enfraquecido e degenerado o Império Romano, as hordas bárbaras contribuíram para a sua derrocada final. Por isso, insisto nisto: não podemos deixar que uma “legião de bárbaros” se aposses definitivamente do sistema educacional. Se isso ocorrer, não haverá salvação... É o fim mesmo!

prestes a passar o bastão – uma resistência muito grande em “modernizar-me” para me adaptar à educação tecnocrática, apática (“a-pathos”, sem paixão) e, às vezes, “à distância” exigida neste *New Millennium*... Nesse (nessel!) tópico, meus paradigmas são os mesmos do século passado, quando escrevi este artigo; a bem dizer, *nesse* tópico, talvez eu seja – até – neandertaliano.

6 Os “ciclos grevistas” na Educação sucederam-se no Estado do Espírito Santo a partir do início da década de 1980, na esteira do processo de abertura política “lenta e gradual” adotado pelo general-presidente João Batista Figueiredo (1979-1985). No período 1981-1983, o meu colegial (atual Ensino Médio) – cursado na Escola Estadual Liceu Muniz Freire, em Cachoeiro – foi entrecortado por paralisações ou pelas operações “corpo mole” e “tartaruga”, quando os professores davam aulas mais curtas ou reduziam o número de aulas do dia. No final dos anos 80 – após a promulgação da Constituição democrática, em 1988 –, a luta dos trabalhadores da Educação na rede estadual de ensino se intensificou. Naquele ano, para se ter uma ideia, houve quatro paralisações – a última delas, teve início em outubro de 88 e só terminou em janeiro do ano seguinte. Em 1989, entrou em cena a estratégia da “greve branca”: os professores iam às escolas, assinavam o ponto, mas não davam aulas.

7 Este artigo foi escrito no *olho do furacão* de uma greve de professores iniciada em maio de 1991, no primeiro ano da gestão do governador Albuíno Azeredo (1991-95). Além das questões salariais – e das condições de trabalho –, a pauta de reivindicações dos grevistas incluía a discussão em torno da “definição dos novos rumos da política educacional” do governo capixaba. Meu artigo teve a pretensão de ser uma pequena contribuição para esse debate – à época, além de dar aulas na rede particular de ensino, trabalhava na rede pública estadual como professor-substituto. Cf. dados das greves in: SOARES, Renato Viana. *Retrato escrito: a reconstrução da imagem das (os) professoras (es) através da mídia impressa – 1945/1995*. Vitória: ITB, 2005, pp. 275, 288 e 290.

[illegible]

A HISTÓRIA NOS CONDENARÁ?¹

“Quem ocupa o trono tem culpa
Quem oculta o crime também
Quem duvida da vida tem culpa
Quem evita a dúvida também tem”

*Engenheiros do Hawaii*²

Estamos entre a cruz e a espada!

Vivemos momentos de grandes decisões, no nível individual e coletivo. O Brasil – todos sabem – está um caos, seja no campo político, social e, fundamentalmente, no econômico. Para algumas pessoas, esse parece ser um destino inevitável: nós, brasileiros, estaríamos condenados a viver num país eternamente miserável, governado por autoridades irresponsáveis. Um pensamento – a meu ver – digno de pessimistas e... acomodados.

¹ Datado de 1990, este texto foi o primeiro de uma série de pequenos textos escritos no início de cada ano letivo com o propósito de – nos primeiros encontros com os estudantes, na sala de aula – disparar o debate sobre o que é a História, qual a importância e a utilidade do seu estudo, como se dá a construção da História pelos historiadores, qual o papel do estudante-cidadão na história de sua cidade, seu país etc. Nesta coletânea-memorial, além deste *A história nos condenará?*, inclui dois outros textos dessa série: *Pra que serve a História, professor?* (p.51) e *A história é outra!* (p. 55). Quem estudou comigo na primeira metade da década de 1990 muito provavelmente esteve com um ou outro texto dessa trilogia em mãos. Resta lembrar, leitor: o alvo dos textos era um público formado por jovens da faixa etária entre 14 e 17 anos – digo isso, para justificar a linguagem utilizada neles. Em contrapartida, uma versão deste texto – adaptada para o público adulto – foi impressa (em 1991, Set.) no jornal *A-tua-ação*, órgão oficial do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim. Naquela data, eu era Secretário de Cultura da entidade estudantil – Cf. *A-tua-ação*. Cachoeiro, ES: Frangraf, Ano I, nº 1, p. 3.

² GESSINGER, Humberto. Somos quem podemos ser in: *Ouçã o que eu digo, não ouçã ninguém*. São Paulo: Som Livre, LP, lado A, faixa 1, 1988 [NOT].

Como professor de História, tenho lá minhas críticas ao *fatalismo histórico*. Não se trata de simplesmente responsabilizar os homens do passado pelos infortúnios do presente, dizendo: “– Não tenho culpa de nada, quando nasci o mundo já era assim... Já havia injustiças”. Ora, sendo juízes ou carrascos dos nossos antepassados, provavelmente nossos descendentes também nos levarão à guilhotina. No final das contas, o que é o futuro, senão o resultado do que *nós* estamos fazendo aqui, agora, no presente?

No livro *A sociedade do futuro*, o historiador inglês Arnold Toynbee escreveu: “o homem deveria viver para amar, compreender e criar”.³ Em outros termos, aconselha-nos a viver para *conviver* e não apenas *sobreviver*. É necessário dar um sentido às nossas vidas, ter objetivos, metas, enfim, sair do papel de *figurante*, participar e... *fazer história*. Ser *ator histórico* implica em fazer escolhas, dar opiniões, decidir, ter responsabilidades, comprometer-se.

Nestes dias difíceis, é tempo de ver, duvidar, refletir e... agir! É chegada a hora de pôr em ação nossas habilidades, capacidades e – sobretudo – nosso poder de criar. Torna-se imprescindível transformar a *democracia representativa* em *democracia participativa*, através da organização da sociedade civil em associações de moradores, sindicatos, partidos políticos, grupos de jovens, diretórios acadêmicos, grêmios estudantis etc.⁴

³ TOYNBEE, Arnold. *A sociedade do futuro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 13 [NOT].

⁴ Recordar é viver?! É o que dizem. Então, lá vou eu: nas décadas de 1980 e 1990, eram comuns as Associações de Moradores, espécies de clubes ou grupos de vizinhos nos quais os cidadãos discutiam os problemas de suas localidades e – a partir dessas discussões – peticionavam as soluções aos órgãos públicos. Em Cachoeiro de Itapemirim, cada bairro tinha a sua associação, de modo que – no conjunto – formavam a Federação das Associações de Moradores e Movimento Popular de Cachoeiro de Itapemirim – FAMMOPOCI. Aí está um bom exemplo, melhor dizendo, uma boa prática de democracia direta, quando – e *somente* quando! – as lideranças dessas associações não se utilizam delas como meros trampolins político-partidário-eleitorais. No Brasil, infelizmente, o carreirismo político tem sido uma praga: cooptando e prostituindo os movimentos sociais legítimos, vai corroendo a democracia.

Nós, professores e alunos, temos um grande papel a desempenhar nesse processo. Os estudantes, por exemplo, participando de grêmios ou diretórios podem contribuir para a solução de seus próprios problemas e, num âmbito mais geral, dos problemas de toda a comunidade. Que lhes parece? Fica aí a dica.

É sempre bom lembrar, porém, que o sacrifício individual só faz sentido quando voltado para realizar um bem coletivo – e se os interesses são comuns, as responsabilidades também devem ser. Sem ter a pretensão de se tornar *mártir*, cada um deve fazer a sua parte, pois, desenvolvendo um trabalho sério, teremos a consciência tranquila do dever cumprido com responsabilidade e determinação.

Nessa perspectiva, a história tem lições a nos ensinar. Angústias, medos, dúvidas, incertezas – os problemas existenciais são parecidos em qualquer tempo ou lugar. Por isso, fechar os olhos para o passado não é uma boa política – pelo contrário. Importa conhecer e resgatar as lutas e os sofrimentos de outras épocas, atualizando-as em benefício do presente; desse modo, evita-se erros.

No seu *Apelo aos vivos*, o filósofo francês Roger Garaudy nos sugere com muita lucidez:

“É importante que conscientemente sintamos todos os homens do passado aqui, presentes à nossa volta. Não para nos olharem e serem nossos juízes, mas para ajudar-nos, para auxiliar-nos, a fim de que não tornemos a percorrer inutilmente um caminho já percorrido por eles.”⁵

Seria a história, então, uma bússola para o futuro? Compete a cada um, afinal, tirar suas conclusões. De minha parte, acredito que o sentido e a utilidade da história consistem em aprender com as experiências dos que ficaram perdidos na poeira dos tempos. Estudar a história significa – antes de qualquer coisa – *ressuscitar* os mortos e despertar os vivos que se encontram em estado de dormência, de modo que todos – juntos – possamos colaborar nesse processo de autolibertação.

⁵ GARAUDY, Roger. *Apelo aos vivos*. São Paulo: Nova Fronteira, 1984, p. 134 [NOT].

Assombrado – e revoltado –, o cantor e compositor Cazuza diz ver “o futuro repetir o passado” e – ato contínuo – lembra-nos do óbvio: “o tempo não para/Não para, não, não para”.⁶ O Tempo?! Devemos aproveitá-lo de forma sábia, enquanto temos disposição, força e... tempo!

Numa sociedade como a brasileira, onde a desigualdade social é *gritante* e histórica, a organização dos grupos sociais pressupõe exorcizar o individualismo. Romper este obstáculo não é tarefa fácil, todavia, mostra-se fundamental. Se conseguirmos deixar de lado os interesses particulares e pensarmos no bem-comum, já teremos dado um enorme passo para outras vitórias.

Como sugeri há pouco, os pessimistas apostam na inevitabilidade dos eventos históricos – e, por tabela, dos atos humanos. Não! Não creio nesse determinismo histórico: não caio nessa armadilha! Podemos ser sujeitos da história e interferir nos acontecimentos em nossa defesa, em benefício da vida. A História – e só ela – nos julgará. O veredicto final poderá ser a nosso favor ou contra nós. Depende de cada um e de todos.

Conviva!

Participe!

Posicione-se!

Organize-se!

Cachoeiro de Itapemirim – ES

Março, 04, 1990, 10h00 – A. D.

⁶ CAZUZA. *O tempo não para*. São Paulo: Phillips, LP, lado B, faixa 1, 1988 [NOT].

“PRA QUE SERVE A HISTÓRIA, PROFESSOR?”

“A história é a testemunha dos tempos,
a luz da verdade, a vida da memória, a mestra
da vida, a mensageira do passado...”

Cícero – *Roma, séc. I a. C.*

Tudo é história!

Vez ou outra, no entanto, algum estudante me pergunta “*pra* que serve a História, professor?”. Para alguns, de nada vale: encaram-na, simplesmente, como um amontoado de datas e heróis sem importância. Para mim, História é vida; é, afinal de contas, a arte de interpretar o homem e suas realizações no tempo e no espaço. É também o meu ofício, meu sustento, meu salário, porque – como professor – vivo da transmissão da História enquanto saber sistematizado.

Retornarei à questão da utilidade da História mais adiante. Antes, permitam-me apresentar alguns argumentos.

No distante século V a.C., o grego Heródoto de Halicarnasso definiu *história* como *investigação*.¹ Para ele, o historiador é uma espécie de *detetive* que – pista por pista, evidência por evidência – constrói e preserva para os seus descendentes a memória coletiva, isto é, o que *aconteceu* e o que *acontece*. Nessa perspectiva, passado e presente devem andar juntos, interligados; não dá para separá-los, pois a história é um processo, um movimento *ad infinitum*. Mas, será um movimento sem interrupções e rupturas? Não creio.

Na história, o futuro é incerto, pois o homem – ator, sujeito do drama universal – é imprevisível. O grupo musical *Engenheiros do Hawaii* sintetizou bem esta ideia quando, na canção *Exército de*

1 HERÓDOTOS. *História*. Brasília: UnB, 1985, p. 19 [NOT]. No século XIX, Heródoto foi eleito o “pai da História” pela *tribo* de historiadores.

um homem só, diz “nos livros de história, seremos a memória dos dias que virão (se é que eles virão)”.²

Desde os tempos mais remotos até hoje, neste fim do século XX, a raça humana tem se autoflagelado: não basta a fome e a peste, a guerra é uma constante – basta lembrar o mais recente e mortífero conflito no Golfo Pérsico, transmitido pela TV.³ A História é a história dos conflitos: conflitos entre indivíduos, tribos, povos, países, nações, impérios, civilizações, etnias, culturas, classes sociais, crenças religiosas e políticas etc. O *conflito* – ilustrou Karl Marx e Friedrich Engels – é o “motor” que faz *girar* a roda da história.⁴

Aqui e ali, o *processum* histórico sofre uma guinada: pode ser o efeito das revoluções ou de outros eventos – grandes ou pequenos – cujos choques e entrechoques vão moldando os rumos dos acon-

2 GESSINGER, Humberto. O Exército de um homem só in LP: *O Papa é Pop*. São Paulo: BMG-Ariola, 1990, Lado Papa, faixa 1 [NOT].

3 Aqui, referia-me à chamada Guerra do Golfo (1990-1991) iniciada logo após a invasão do Kuwait pelo Iraque e à consequente retaliação de uma coalizão de países ocidentais liderada pelos Estados Unidos. Como num jogo de videogame, as operações militares foram transmitidas (ao vivo) por canais de televisão do mundo todo – marcou época a missão *Tempestade no Deserto*, um intenso bombardeio aéreo sobre o Iraque. Cerca de 200 mil iraquianos morreram nessa guerra – nas forças aliadas, as baixas somaram 300 homens aproximadamente. Ops! Eis que... enquanto eu escrevia este Memorial, aconteceu de novo: os tambores da guerra rufaram no Oriente Médio após um ataque-surpresa dos EUA – no *iníciozinho* de 2020 – contra um comboio de militares do Irã (a Pérsia antiga) na Capital do Iraque, Bagdá (antiga Babilônia, capital da Mesopotâmia): “a escalada militar” – ouvi o âncora do telejornal alardear – “deixa o mundo perplexo e apreensivo”. Só não sei o porquê do alarde e de tanta perplexidade e apreensão! Não foi o *genial* Albert Einstein quem disse? “Duas coisas são infinitas: o universo e a estupidez humana; mas, a rigor, em relação ao universo, ainda não tenho muita certeza”. Pois bem, leitor: quer entender o conflito EUA *versus* Irã? Vá à obra *História* de Heródoto de Halicarnasso (veja n. 1, *supra*). Tá tudo lá! A história tem, sim, lições a nos ensinar – o repertório de precedentes do passado repetidos no presente é enorme –, mas – talvez estas sejam as perguntas-chave – *a quem e por que* não interessa aprender as lições?

4 MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Moscou (URSS): Edições Progresso, 1987, p. 34 [NOT].

tecimentos. Por isso, a história é espetacular – de fato, é ou não um *espetáculo*?! Este é o nosso legado: protagonistas ou anônimos, fazemos parte desse drama humano. Nós somos a história! Registrados ou não nos materiais historiográficos, somos os arquitetos do nosso destino – o individual e o coletivo.

Eis aí, portanto, caros estudantes, o significado, a utilidade e a importância da História: resgatar o passado significa tomar conhecimento das realizações e sofrimentos de nossos antepassados, a fim de que, conscientemente, possamos nos situar – e melhor atuar – no mundo no qual vivemos. Essa é uma visão muito particular do sentido e da utilidade da história; existem outras – outras surgirão.

“Um povo sem história é um povo sem memória” e “o povo que não conhece a sua história tende a repeti-la”, segue dizendo – com sabedoria – o senso comum. Logo, a história não é nada ou... é tudo – depende do ângulo que se olha.

E você, estudante?! De qual ângulo *você* está olhando?

Cachoeiro de Itapemirim – ES

Fevereiro, 27, 1991, 15h05 – Anno Domini ⁵

Higor - 91⁶

⁵ Não sei se por mera coincidência, essa data – 27 de fevereiro de 1991 – é o marco oficial do fim da Guerra do Golfo. *Talvez* o anúncio do desfecho *deste* conflito no Oriente Médio tenha me inspirado a escrever – *talvez*. O que é certo? Naquele dia (uma quarta-feira), estava preparando material para utilizar em sala de aula no início do ano letivo, que – na Escola “Guimarães Rosa”, para a qual o material foi originalmente preparado – ocorreria na segunda-feira seguinte, 04 de março.

⁶ Higor Schayder de Medeiros é meu ex-aluno e é o primogênito de meus... vinte sobrinhos consanguíneos. Em 1991, a confraria de sobrinhos nem era assim... tão numerosa, mas decidi – em cada texto e exercício usados em sala de aula – registrar o nome deles, um após o outro, como forma de homenageá-los. Hoje, caso reeditasse esse “projeto”, à frente do nome dos sobrinhos

escreveria (entre parênteses) o nome – quando fosse o caso – dos cônjuges, pois, por afinidade, são meus sobrinhos também. Assim, por ordem alfabética, os homenageados seriam... Amanda (Flávio), Arthur, Bruna (Farllyn), Dafiny, Daiany (Nilson Jr.), Daniele (Renato Vago), Heitor, Henrique, Higor (Viviane), Isabel, Ivo, Kamille, Laís (Caio), Lara (afilhada, ex-aluna e casada com Eduardo Vasconcelos), Leticia (Renato de Paula, um ex-aluno!), Luca (Caroliny), Luma (Felipe), Marta (Eduardo Felix), Sávio e – ufa! – Tyago. Peço desculpas a esses simpáticos jovens por não escrever seus nomes completos neste Memorial: no capítulo *Vidas*, onde há um Índice Onomástico, o grupo foi identificado como “Sobrinhos & Sobrinhas” (cf. p. 358) [Registro aqui um agradecimento especial ao meu irmão Carlos Roberto Pereira Jussim (Beto) e à esposa Denise Ferreira da Silva Jussim por ajudarem a compor essa frondosa “árvore genealógica”]

A HISTÓRIA É OUTRA!¹

Ah, quem escreverá a história do que poderia ter sido?
Será essa, se alguém a escrever,
A verdadeira história da humanidade.

Fernando Pessoa, *Pecado original*.²

Quem já não ouviu falar de Robin Hood?

Fora da lei generoso, escondia-se na floresta de Sherwood, Inglaterra, e – armado de arco e flecha, sempre acompanhado por um bando de salteadores – roubava dos ricos para dar aos pobres. Justicheiro, tornou-se símbolo das rebeliões camponesas contra os padres inescrupulosos e os senhores das guerras e das terras dos tempos medievais. Sobretudo, ele é popularmente conhecido por ser o amante apaixonado da *Lady Marian*.

Herói romântico, a história do cavaleiro Robin Hood é fonte de inspiração para belos livros e filmes: o ultimo deles, *Robin Hood, o Príncipe dos Ladrões*, ainda em cartaz, com o ator Kevin Costner no papel principal. Vale a pena ir ao cinema assisti-lo, se ainda não foi.³

Que aconteceria, entretanto, caso lhe dissessem que a arte, a literatura e a História apenas enfeitaram e mitificaram a figura de um

¹ Escrito em 1993 – e originalmente intitulado *Era uma vez...* –, este texto foi reeditado uma década depois, quando sofreu a alteração do título e acréscimos nas reflexões – manteve, porém, a ideia-guia nas duas versões. Na primeira versão, a reprodução de uma imagem de Robin Hood ilustrava o texto.

² PESSOA, Fernando. *Obra poética e em prosa vol. I: poesia*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1986, p. 999. A bem da *verdade poética*, os versos citados são de Álvaro de Campos, heterônimo de Fernando Pessoa.

³ Lançado no Brasil em fins de 1991, o filme *Robin Hood, o Príncipe dos Ladrões* é dirigido por Kevin Reynolds, o mesmo diretor de – entre outros – *O Conde de Monte Cristo*, *Tristão & Isolda* e *Rapa Nui, uma aventura no paraíso*.

aventureiro? Ou seja: Robin Hood realmente existiu, mas era apenas... um bandido sem escrúpulos! Pois foi exatamente isso o que afirmou um historiador inglês, James Holt, após vinte anos de pesquisa. Resultado? A história é outra! Esqueça o lugar-comum, tantas vezes repetido sobre o misterioso rebelde encapuzado.⁴

Robin Hood?! Para James Holt, *Robin* era o filho indisciplinado de uma família modesta, proprietária de terras; ainda jovem, juntou-se aos malfeitores que infestavam a Inglaterra e suas maiores glórias foram conquistadas em assaltos a viajantes desprevenidos. A exemplo de tantos outros, não passava de um ladrão de estradas e caminhos e nunca sonhou em dar aos pobres o saque roubado dos ricos; não foi um rebelde em relação ao clero, nem sequer conheceu *Lady* Marian. Conclusão: temos a narrativa de duas histórias antagônicas que se referem ao mesmo personagem. Qual a verdadeira? A tradicional ou a do *professor* J. Holt? Quem está com a razão?

Com essas informações e perguntas, não quero desmoralizar o *herói* Robin Hood e transforma-lo em *vilão*. Não e não! De mais a mais, não são *apenas* os *mocinhos* ou os *bandidos* que *fazem a história* – aliás, nem só os *grandes personagens*, mas também os *joões pequenos*.⁵ Nesse sentido, o crítico Ferreira Gullar é sábio quando afirma: “a história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais; ela se desenrola – do mesmo modo – nos quintais entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquina”.⁶ Enfim, nós – os mortais comuns – *fazemos história* em cada um dos nossos atos cotidianos.

Ao falar da nova história de Robin Hood, minha intenção é simplesmente mostrar que – para a História – não existe uma verdade

⁴ Robin não se separava do capuz (*hood*) – pequeno chapéu com uma pena *espetada* –, immortalizando-o.

⁵ Aqui, fiz uma brincadeira com João Pequeno, o bom, leal, inseparável (e grandalhão) amigo de Robin Hood.

⁶ *Apud* VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1989, p. 12 [NOT].

final, absoluta. Há os fatos históricos e, em contrapartida, existem *versões* para esses fatos. A verdade – diz um provérbio chinês – tem três faces: a minha, a sua e a certa. Nesse sentido, o mesmo acontecimento histórico pode ter várias *interpretações*, conforme seja o observador. O passado, a memórias ou a lembrança conhecida desse passado é algo construído por historiadores; eles são *gente como a gente*, de carne e osso, e, por isso mesmo – por serem humanos –, não são infalíveis, equivocam-se e – acima de tudo – têm intenções.

Quando miram o passado, os historiadores veem muitas verdades diferentes. Isso me faz lembrar um episódio inusitado vivido pelo poeta português Fernando Pessoa. Apesar de longo, vale a pena – você verá – transcrever o relato dele na íntegra:

Encontrei hoje em ruas, separadamente, dois amigos meus que se haviam zangado um com o outro. Cada um me contou a narrativa de por que se haviam zangado. Cada um me disse a verdade. Cada um me contou as suas razões. Ambos tinham razão. Ambos tinham toda a razão. Não era um que via uma coisa e outro outra, ou que um via um lado das coisas e outro um lado diferente. Não: cada um via as coisas exatamente como se haviam passado, cada um as via com um critério idêntico ao do outro, mas cada um via uma coisa diferente, e cada um, portanto, tinha razão.

Fiquei confuso desta dupla existência da verdade.⁷

Intrigante, não?! É mesmo surpreendente e, se reparou bem, o episódio narrado por Fernando Pessoa diz respeito ao trabalho do historiador e do... estudioso da História.

Sinceramente, estudante? A História está aí para ser desvendada. Devemos estudá-la como um conhecimento dinâmico, mutante... vivo, e não com um necrotério de fatos mortos, cadavéricos... consumados! Não vamos *assassinar* a história! História é poesia, alegria e nos auxilia na compreensão do presente. O presente – alguém falou – é filho do passado e está grávido do futuro. Ou, como ensinou o compositor Raul Seixas: “quando do passado me esqueci, no presen-

⁷ PESSOA, Fernando. *Ficção e Teatro*. Lisboa: Europa-América, 1986, p. 47 [NOT].

te me perdi”.⁸ Sem a História ficamos sem bússola: ela nos orienta; é uma grande mestra!

Então, estude a História. Utilize-se dela para a sua vida. Todavia, não se esqueça de que o conhecimento histórico é passível de revisão. Verdades ontem, hoje *nem tanto* – e amanhã, quem saberá? Todo ponto de vista – já dizia um professor meu – é visto de um ponto! Portanto, você – só você, depois de muito *investigar* – pode decidir se Robin Hood é *isto* ou *aquilo*, *herói* ou *vilão*. Cuidado, porém: a história nem sempre é construída em *preto e branco*; entre o *preto* e o *branco* pode haver tons acizentados ou, sabe-se lá, cores totalmente diferentes. A história é, isto é certo, um vasto *campo de possibilidades* a ser explorado.

Mãos à obra, então, pequeno historiador! O estudo histórico hoje não tem limites. Vá às fontes, pesquise os livros e os documentos. E depois? Confronte tal e tal historiador, discuta... decifre os enigmas da história e tire as suas próprias conclusões.

A propósito, ocorreu-me aqui uma dúvida e – com ela – despeço-me: o *tal* Robin Hood realmente existiu?⁹

Cachoeiro de Itapemirim – ES.

Fevereiro, 12, 1993 – 15h40.

8 SEIXAS, Raul & COELHO, Paulo. As minas do rei Salomão in LP: *Krig-ha, bandolo!* São Paulo: Philips, Lado A, faixa 4, 1973 [NOT].

9 Ficou desconfiado, *com uma pulga atrás da orelha*, leitor? Não quer investigar a história *por trás* da história de Robin Hood? Do que se trata, afinal? História em estado bruto ou ficção factível? Ou pura ficção? Que tal passar esse passado a limpo? Fique à vontade, pois a História não tem ponto-final: é (sempre) uma “obra aberta”, como diria *meio professore* Umberto Eco (1932-2016). Em memória deste mestre da semiologia, ressoo aqui (transcritos do seu romance histórico *O nome da rosa*) ecos de intertextualidade detectados por mim no meio de uma conversa entre os personagens frei Guilherme de Baskerville e o noviço Adso de Melk: “– Os livros não são feitos para acreditarmos neles, Adso, mas para serem submetidos a investigações. Diante de um livro não devemos nos perguntar o que diz, mas o que quer dizer...”. Que sábia e bela instrução de um mestre para o seu aprendiz! Meu desejo? Que o (meu) leitor adote e aplique – neste Memorial, inclusive – essa irretocável lição... Cf. ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 361.

CRÔNICAS

Nós, o Po

Vo!

A conteceu r
29 de j

Nós, o POVO!¹

Aconteceu no Dia de Cachoeiro, 29 de junho, em 2006. Como estabelecem as tradições da cidade, realizou-se pela manhã o desfile cívico-militar, em frente à antiga estação ferroviária, atual Linha Vermelha. Nessas ocasiões, estudantes, personalidades e soldados são protagonistas da festa, enquanto a multidão – anônima, coadjuvante – presta-lhes homenagens com sua alegre presença.

Impressionou-me a quantidade de pessoas que assistem ao desfile, disputando espaço nas ruas adjacentes e nas arquibancadas, providencialmente montadas pela Prefeitura Municipal. Confesso que, antes, só havia participado do desfile em duas oportunidades: quando era garoto e estudava no Centro Operário e de Proteção Mútua, e já adolescente, porque era integrante da banda do Liceu Muniz Freire.² Agora, todavia, seria um pouco diferente: alguém, inadvertidamente, achou que eu merecia desfilar como homenageado, por ter publicado, em 2002, um pequeno livro sobre a História do Espírito Santo.³

1 — Instigado pelo escritor Marcelo Grillo, aventurei-me a entrar no campo da ficção literária, escrevendo esta pequena crônica – com ela, contribuí com a edição nº 1 da revista *Cachoeiro Cult*. Hoje, a *Cult* está em sua 72ª edição. Quanto ao texto *Nós, o povo!*, reapareceu depois, numa *coletânea de crônicas* organizada por... Marcelo Grillo. Só ele mesmo para *botar fê* no meu (suposto) talento literário – ele, que, junto com o também escritor Fernando Gomes, tem despertado (verdadeiros) dons literários por aí afora... Cf. SCHAYDER, J. P. Nós o povo. *Cachoeiro Cult* Ano I, nº 1. Cachoeiro de Itapemirim, Dez. 2006, p. 15; Idem, ibidem in: GRILLO, Marcelo et. alii. (Coord.). *Cachoeiro: paixão crônica*. Cachoeiro de Itapemirim: Cachoeiro Cult, 2008, pp. 92-4.

2 — Minha formação escolar – nos antigos cursos *Primário* (hoje, Fundamental I), *Ginásio* (Fundamental II) e *Colegial* (Ensino Médio) – foi realizada em instituições públicas. Além das duas escolas citadas – *Centro Operário* e *Liceu* –, também estudei no Polivalente Guandu *Prof. Claudionor Ribeiro* – as três escolas, em Cachoeiro de Itapemirim.

3 — Refiro-me aí à minha *obra-prima* – isto é, à *primeira obra* escrita por mim: o livro *História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada 1535-2002*. Campinas, SP: Companhia da Escola, 2002.

Dessa forma, elevado à condição de “escritor”, reuni-me ao grupo de intelectuais e artistas da cidade e, juntos, embarcamos na jardineira cedida pela Prefeitura – um ônibus bonito, de cor mostarda, com amplas janelas de vidro, o que permitia excelente visibilidade dos passageiros. Dentro daquela “redoma de vidro”, estávamos nós, parte da *intelligentsia* da Atenas Capixaba: escritores, poetas, cantores, compositores, pintores, teatrólogos, cartunistas, jornalistas. Do lado de fora, a população efusiva, a massa.

Ali dentro, num frenesi típico do bairrismo cachoeirense, alguns discursavam de improviso em louvor à Capital Secreta do Mundo. Alguém “puxou” o hino da cidade “Meu Pequeno Cachoeiro”, e, assim, criou-se um clima “patriótico”, uma catarse; lá fora, o povo nos cercava, cumprimentava-nos... De repente, num lampejo, identifiquei, no meio da multidão, uma inesperada admiradora, que – certamente por ser minha prima – pediu-me que acenasse para ela, a fim de “imortalizar-me” em fotografia.⁴

Assim, o desfile foi avançando...

Quase ao final do percurso, em frente ao palanque oficial, o nosso grupo desceu da jardineira e foi reverenciar as autoridades presentes. O locutor do desfile registrou a nossa participação, lendo nome,

⁴ No texto original – publicado na revista *Cachoeiro Cult* –, esta passagem diz “... a fim de imortalizar-me em uma fotografia, que, aliás, ilustra esse texto” – e lá estava a fotografia, impressa na página. Depois, no livro de crônicas, a imagem foi suprimida – a medida, é razoável supor, teve caráter preventivo: vai ver que – na *Cachoeiro Cult* – a tal foto andou assustando e... afugentando alguns leitores e, por isso, na edição do livro, o melhor mesmo era não arriscar... Ops! A foto deu (novamente) o ar da graça, graças à arte dos *designers* Luan Ola e Patrick García, que – no ato de selecionar-picotar-colar imagens para ilustrar este Memorial – acharam por bem inseri-la na abertura deste capítulo. Que isso – oh, céus! – não tenha espantado os meus (já poucos, bem poucos) leitores. Quanto à minha prima “fotógrafa”, vou – agora, em retribuição – imortalizá-la aqui: o nome dela é Elizete Schayder Corrêa e estava ali, no desfile, para registrar na verdade as piruetas marciais da filha, a Pâmela, no desempenho de sua belíssima função de baliza da banda do Liceu *Muniz Freire*. Fotografar-me foi um ato... acidental, mas – ainda assim – a foto valeu: a original está guardada, muito bem guardada...

ofício ou arte de cada “flor da jardineira” — essa foi a metáfora utilizada pelo apresentador para nos identificar. Solicitados os aplausos, a multidão gentilmente atendeu e, então, retornamos ao ônibus e encerramos nossa efêmera encenação pública. Cumprido o ritual, estávamos consagrados, civicamente.

Quando penso nos pequenos acontecimentos vivenciados naquele dia, um deles insiste em voltar à memória. Lembro-me com frequência da imagem de uma mulher de uns trinta anos conduzindo uma criança pelas mãos. A jovem senhora, mirando para o interior da jardineira, deixou escapar: “Que pessoal folgado esse daí, desfilando dentro do ônibus!”. Naquele exato instante, senti-me constrangido por estar ali...

Final, com que direito (e mérito) devia desfilhar confortavelmente sentado naquela jardineira? A sinceridade espontânea daquela cidadã levou-me à reflexão: os intelectuais e os artistas têm que estar isolados da multidão, inacessíveis, numa “redoma de aço e vidro”? Não somos nós, também, parte do povo? E mais: a única vez que saímos do ônibus foi para reverenciar as autoridades. Por que não fizemos o mesmo gesto em relação aos populares, que, de livre vontade, estavam ali nos prestigiando?!

No próximo ano, espero voltar à parada cívica da cidade. No entanto, quero ser expectador, sentar na arquibancada, com o povo. Honestamente, agradeço ao convite que recebi para desfilar esse ano, que atendi de imediato, mas dispense de antemão outra imerecida homenagem dessa natureza. Se mudar de ideia, e em havendo uma remota possibilidade de ser convidado novamente, deixem-me ir a pé, ao lado daquela senhora e da criança que ela conduz...⁵

⁵ Com este texto dei início à minha curta *carreira* de cronista. Por que “curta”?! O leitor saberá os porquês, caso — tendo lido esta crônica — reste-lhe ainda paciência (e ânimo) para ler a próxima. Meus porquês estão todos lá...

O PODER EM CENA¹

O mundo inteiro é um cenário, escreveu William Shakespeare. Neste palco-mundo, nós somos os atores e, cada um – no seu tempo – representa diversos papéis. Se – pela lógica shakespeariana – a vida não passa de uma peça cênica, basta-nos um bom picadeiro onde possamos encená-la.

Eis que – em Cachoeiro, em 2006 – os cidadãos ganharam do prefeito um fabuloso teatro de arena: o largo no entorno do Palácio Bernardino Monteiro, nova sede do poder Executivo municipal. Sabe-se lá quais foram as razões do chefe político local quando decidiu transformar aquele (quase) centenário edifício – originalmente um grupo escolar e, recentemente, um Centro de Ciências e Artes – em Palácio de Governo. Trago aqui, comigo, duas hipóteses.²

1 SCHAYDER, J. P. O poder em cena. *Cachoeiro Cult.* Cachoeiro de Itapemirim: s/ed., Jan. 2007, Ano I, nº 2, p. 12.

2 O edifício do atual Palácio Bernardino Monteiro começou a ser construído em 1911 – no quadriênio de governo do presidente estadual Jerônimo Monteiro (1908-1912) – com o propósito de abrigar o Grupo Escolar Bernardino Monteiro. A escola, no entanto, só foi inaugurada em 1913 (Fev.), no iníciozinho da gestão do presidente Marcondes Alves de Souza (1912-1916), tio de Jerônimo e Bernardino – este último, à época da inauguração, era senador da República; vê-se aí a proeminência da família Monteiro na política estadual daquele tempo. Aliás, não só *daquele* tempo: hoje, seus membros fazem política por outros meios, digo, por outras mídias: a *Rede Gazeta de Comunicações* pertence aos descendentes do clã, sendo Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho o presidente do grupo midiático e Carlos Fernando Monteiro L. Neto o diretor-geral. O *patriarca* Carlos Fernando Monteiro Lindenberg foi governador do Estado do Espírito Santo por duas vezes (1947-51/1952-62) e era sobrinho de Jerônimo Monteiro, que, por sua vez, era irmão de Bernardino – este, sucedeu o tio Marcondes Alves de Souza na governadoria do Estado capixaba (1916-20) e – em Cachoeiro de Itapemirim, de onde os Monteiro saíram – dá nome ao atual Palácio de Governo, que – não por mera coincidência – está soberanamente localizado na parte mais central da Praça... Jerônimo Monteiro. Ufa! São as voltas que a história dá... Quando escrevi esta crônica, faltavam seis anos para o Palácio completar o centenário. Posso sugerir, leitor? Caso tenha interesse em conhecer um pouco mais

Todos sabem que o prefeito possui tradição democrática. Não à toa, diga-se, lutou ativamente – como líder estudantil e político – na resistência à Ditadura Militar nas décadas de 70 e 80 do século passado. Por isso – esta seria uma primeira explicação – transferiu o seu atual governo para a nova sede, localizada na parte mais central da cidade, de modo a proporcionar ao povo melhor acessibilidade à sua administração.³

Ainda no campo das especulações – esta é a minha segunda e derradeira suposição – é possível que a nova arquitetura do poder esteja associada à tentativa de – através da imagem imponente, triunfante, de um palácio suntuoso – dar maior visibilidade e legitimidade a uma gestão pública até então um pouco *apagada*. Seja como for, com a nova geografia do poder local, as multidões sentiram-se estimuladas a entrar em cena na vida pública cachoeirense.⁴

sobre a saga da *família/dinastia* Monteiro, leia o Anexo III – Mídia e poder – do meu último livro, *Passado a limpo: o Estado capixaba e o seu mito fundador*. Desde já, agradeço a leitura lá, no livro – e aproveito a oportunidade para agradecer a sua leitura (e companhia) aqui. Cf. o ano do início da construção do prédio (1911) e o da sua inauguração (1913) in: LIMA, Lidianie Picoli & SCHNEIDER, Omar. *O Grupo Escolar Bernardino Monteiro*. Vitória, ES: Virtual Livros, 2015, p 71 e 72 (n. 41).

³ Até então, a sede da Prefeitura era onde ainda hoje (2020) funciona a Secretaria da Fazenda Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, localizada em frente a um centro comercial na Rua 25 de Março. Apesar de também estar localizada no centro da cidade, essa edificação é – digamos assim – arquitetonicamente mais acanhada quando comparada ao Palácio Bernardino Monteiro.

⁴ Justiça seja feita! Isso, que acabei de afirmar – “... a nova geografia do poder local...” –, e o que o leitor lerá logo a seguir – “No ano passado, fui testemunha...” – fazem-me recordar que a jornalista Rosângela Venturi foi (digamos) a *musa* inspiradora desta crônica. Ela trabalhava na sucursal do jornal *A Gazeta* em Cachoeiro e, em meados de 2006, procurou-me com mais uma de suas – no jargão jornalístico – “demandas”, qual seja: refletir se a intensificação das manifestações públicas em Cachoeiro tinha relação com a transferência do gabinete do prefeito para o novo palácio municipal. Demandado, fiz minhas análises, que – sob o título *Geografia do poder* – foram publicadas num *box* dentro da matéria *Protestos entram na ordem do dia em Cachoeiro* escrita pela jornalista (Cf. VENTURI, Rosângela. *A Gazeta*. Vitória, 12 Jun., *Cidades*, 2006, p. 11). Para

No ano passado, fui testemunha ocular das intensas manifestações populares de uma legião de professores, estudantes, empresários, funcionários públicos, padres, operários, aposentados e até (pasmem!) *socialites*: foi estranho ver aquelas senhoras de fino trato *debutarem* nesse tipo de “evento social”. Os protestos reivindicavam ações enérgicas e imediatas contra a violência, a insegurança urbana, os baixos salários dos *servidores* municipais e o aumento das passagens de ônibus.

Contribuindo para despertar os desejos reprimidos da população, o prefeito – como disse há pouco – generosamente ofereceu a ribalta para os “espetáculos políticos” e, assim, os atores sociais puderam – cada qual – representar o seu *script*. Uns foram bons atores, outros nem tanto, mas todos, enfim, puderam ser vistos – e ouvidos. De uma ou de outra forma, o poder popular esteve em cena em nossa urbe.⁵

Para a *plateia* – que assistiu à teatralização da política no novo espaço público – as encenações podem ter parecido dramas ou comédias, mas, para o prefeito, certamente, foi uma tragédia. Por falar nisso... é preciso registrar – para a história cachoeirense – um notável e singular incidente, que, exatamente pelo caráter excepcional e... *digamos...* bizarro, provocou certa sensação de desconforto.

Numa das passeatas ocorridas naquelas gloriosas e turbulentas jornadas cívicas, Sua Excelência – o *Sr. Prefeito* em pessoa – desceu as escadarias do Palácio Municipal e, sem que tivesse sido convidado, juntou-se à aglomeração. Dali, da rua, atentamente, passou a ouvir a leitura de um manifesto pronunciado pela multidão em fúria.

mim, as demandas da competente Rosângela Venturi – a quem expresso o meu singelo agradecimento – se tornavam verdadeiras *provocações*, forçando-me a ser um espectador mais atento da cena política cachoeirense.

⁵ Para essa passagem – “... o *poder*... esteve em *cena*...” – e para o título desta crônica a inspiração (direta) veio do livro *El poder en escenas: de la representación del poder al poder de la representación* do etnólogo francês Georges Balandier (Barcelona, Esp.: Paidós, 1994). Há uma tradução em português deste livro pela editora da UnB – Universidade de Brasília (1982).

O curioso? Naquele justo momento – e sob a voz de comando dos manifestantes –, todos estavam de costas voltadas para o majestoso Palácio Bernardino Monteiro, numa clara demonstração de indignação contra as autoridades constituídas. Em sã consciência, creio que ninguém ali – presente àquele ato público – tenha entendido direito o gesto teatral (e surreal) do prefeito.

Qual teria sido a intenção dele com tal atitude? Que ele estava “representando” não restam dúvidas, mas... precisamente *o quê*, qual personagem?! Naquele dado instante – suponho –, talvez o prefeito tenha resgatado, na *coxia* de sua memória, as sábias palavras atribuídas ao sagaz e irreverente dramaturgo Millôr Fernandes: “Que a vida é um grande palco já me disseram, mas vejam o papel que me deram!”. Bem adequado.

Caso, um dia, venha a relatar esse pitoresco e enigmático episódio fora da cidade de Cachoeiro, poucos acreditarão que ele possa ter acontecido de fato. Dirão, por certo: “uma terra onde o povo esteja em cena, tudo bem; mas, onde o próprio prefeito encena!? Aí já é demais!”. Todavia, estou convencido de que só mesmo quem não conhece a Capital Secreta do Mundo duvidará de que a história contada seja a mais pura – e dura – realidade e não uma peça de ficção política inventada pela mente diabólica de um cronista amador...⁶

6 – Cronista *amador* mesmo! Aliás, *cronista*?! Este foi meu segundo e último texto do gênero, e – depois de escrevê-lo – percebi: a literatura não é a praia na qual me sinto à vontade... Apesar disso, deixo registrado aqui o meu agradecimento ao escritor Marcelo Grillo pelos incentivos à produção de minhas duas crônicas. Mais: agradeço-lhe pelos inúmeros convites para continuar criando textos – com direito à livre-escolha dos temas – para publicação na revista *Cachoeiro Cult*, mas – sinceramente?!, até tentei, porém – exigia-me um esforço hercúleo, a tal ponto de me sentir – diante do teclado do computador – travando uma luta inglória contra a hidra de muitas cabeças. Então, esta produção textual – *O poder em cena* – foi o meu *réquiem* literário. No papel de literato – reconheço – não fui um bom ator... Marcelo Grillo que me perdoe – e W. Shakespeare também!

A collage of various documents, including newspaper clippings, a student ID card, a passport photo, and a birth certificate, all layered together on a textured background. The documents are overlapping and partially obscured, creating a sense of depth and complexity. The colors are muted, with a lot of browns, greys, and off-whites, giving it a vintage or archival feel. The text on the documents is partially legible, showing fragments of news articles, official forms, and personal information.

REFLEXÃO SOBRE O USO DE TEORIA, FILOSOFIA E MÉTODO EM HISTÓRIA¹

Por certo vivemos momentos complexos, confusos e, consequentemente, inseguros. No final deste século, as mudanças são tão rápidas, radicais e constantes que nos sentimos estranhos a elas, como se não

¹ Ensaio escrito em 1988 quando cursava – na PUC-MG, em Belo Horizonte, nos meses de janeiro e julho – Pós-Graduação *Lato Sensu* em Metodologia da História. Nesta especialização, tive o privilégio de – no Módulo I do curso, na disciplina *Filosofia e Teoria da História* – conhecer a professora Déa Ribeiro Fennelton (1933-2008), da qual falei brevemente na *n. 6* do primeiro texto deste livro-memorial (*vide* p. 38). Figura marcante na minha formação acadêmica – e professora de *forte* personalidade –, Déa nos solicitou – com base nos debates de sala de aula, num *Trabalho Escolar* a ser elaborado em casa: uma reflexão teórica sobre o próprio “fazer-se” do conhecimento histórico, resultando daí esta *Reflexão sobre o uso da teoria, filosofia e método em História*. Em março de 1988, despachei o texto (datilografado!) pelos Correios para ser avaliado pela prof.^a Déa e, no retorno – não sei se por generosidade dela –, o ensaio veio com a seguinte anotação em sua parte final: “Creio que o *Anexo 1* [o ensaio] pode bem se transformar em um artigo para publicação”. Por óbvio, fiquei empolgado com o *feedback* e – de tão empolgado – empenhei-me de fato na sua publicação. Hoje, contudo, por maior que seja o meu esforço de memória, não consigo me recordar por quais caminhos esta *Reflexão* foi parar nas mãos do padre Antônio Tatagiba Vimercat – à época (e até 2019) reitor do Seminário Diocesano “Bom Pastor” –, responsável por incluí-las numa das edições da *Revista Filosófica* do Seminário Diocesano, em Cachoeiro. Agradeço ao padre Tatagiba por (mais) este gesto de amizade – ele, em muitas outras oportunidades (por *palavras* e *ações*) demonstrou respeito por minhas produções historiográficas. Cf. SCHAYDER, J. P. Reflexão sobre o uso de teoria, filosofia e método em História. *Vida & Presença: revista filosófica do Seminário “Bom Pastor”*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Diocese de Cachoeiro de Itapemirim, 1989, pp. 18-22. E atenção, leitor: este texto – vejo agora – pode ser considerado o meu “credo epistemológico”: é uma espécie de *profissão de fé* nos métodos a partir dos quais fundamentei a produção dos meus escritos posteriores. Contudo, a proposta deste texto era ser (e foi) apenas um estudo ensaístico, isto é, um conjunto de anotações meio aleatórias sobre o tema tratado e, por conta de ser um *ensaio/boço*, não há aqui – o leitor verá – grandes embasamentos *teóricos* e/ou sofisticações *filosóficas*. Enfim, sobre este texto, com a ajuda do compositor Humberto Gessinger, diria: “Um *rascunho*, é só um *rascunho*; a vida está cheia deles”.

estivéssemos delas também participando, como se fossem independentes de nós.²

Neste momento tão instável, começamos a questionar os valores dominantes e a procurar as razões pelas quais chegamos a esta situação tão crítica. Para tanto, empenhamo-nos em identificar as nossas aflições e incertezas com as angústias e dúvidas de nossos antepassados, esperando – com essa busca – encontrar uma identidade histórica circunstancial, para fazer reviver as expectativas do devir. Desse modo, ao refletir sobre o momento atual, questionamos – simultaneamente – o tempo passado, já que certamente existe uma “continuidade existencial” unindo-os, a saber, a própria prática social do homem.

Chamo a atenção para o fato de que o historiador – inserido que está neste caos contemporâneo e, sujeito que é dos problemas sociais – começa também a olhar para dentro de si e refletir, de forma radical, sobre o seu trabalho enquanto saber sistematizado. O que tem sido a História? Como tem sido ela escrita? Para aonde ela vai? Para que serve o saber histórico? Terá ele significado, sentido, utilidade ou propósito? – são essas, entre várias, as questões levantadas por grande parte dos historiadores do nosso tempo.

Ao historiador, contudo, as respostas àquelas perguntas provocam angústias, pois, discutir o *saber histórico* em sua essência é algo constrangedor, principalmente quando chega a hora de expor as conclusões das reflexões e discussões, de modo que, como reflexo da instabilidade contemporânea, estes historiadores estão passando por uma profunda crise existencial porque chegaram à conclusão de que a História, enquanto conhecimento sistematizado, não tem a capacidade – ou não pode continuar a ter a pretensão – de possuir (ou de

2 Onde se lê “no final *deste século*”, entenda-se século XX – o texto é de 1988. Relendo este parágrafo, por um instante me lembrei do conceito – anacrônico para aquela época – de “tempos líquidos” do pensador polonês Zygmunt Bauman (1925-2017): os nossos tempos, hoje, são “líquidos” – diz o sociólogo – “porque tudo muda rapidamente; nada é feito para durar, para ser sólido” e (a reboque) isso trás instabilidades gerais, inclusive nas *certezas* da historiografia. Cf. BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

dizer) a verdade final sobre a realidade vivida por nós e por nossos antepassados. Puseram fim à ideia de que a História, por possuir um objeto e um método – isto é, por ser considerada uma *ciência* – possa dizer a verdade de forma acabada sobre aquilo que aconteceu ou que está acontecendo, uma vez que a própria objetividade da ciência está sendo colocada em dúvida, pois a promessa feita por ela de que caminhávamos – através de um progresso sem fim – para um mundo cada vez melhor, não condiz com a realidade histórica. Chegou-se à conclusão de que os saberes ditos *científicos* são apenas uma construção da verdade, mas não a verdade em si mesma e que, por isso, não pode mais dar soluções gerais e definitivas para os nossos problemas.

Questionada, portanto, a objetividade da História – isto é, a pretensão que tinha de dar *explicações finais* para tudo –, passa-se a pôr em xeque os princípios teóricos, metodológicos e filosóficos que norteavam a interpretação *científica* da historiografia até então existente. Afinal de contas, não eram exatamente aqueles princípios os responsáveis por proporcionar ao *saber histórico* a tal pretensão de poder dizer a “verdade final” dos assuntos estudados?

Os pressupostos teóricos exigem um suporte filosófico e uma metodologia. Enquanto a teoria é um conjunto de princípios que procuram dar explicações gerais – em nível especulativo – de certa realidade, de modo a torná-la inteligível, a filosofia procura achar justificativas racionais para as explicações teóricas. Por sua vez, os métodos são os meios pelos quais se faz a análise e se comprova, no plano real, aqueles pressupostos teóricos. O estudo da história não prescinde de teorias e métodos; é questionável, apenas, a forma como os historiadores têm se utilizado das teorias e dos métodos.

O conhecimento histórico tem-se constituído através de teorias previamente elaboradas porque se acredita que seja responsabilidade delas sistematizar o saber histórico de forma a torná-lo compreensível. Muitas vezes, essas teorias cristalizam-se e se transformam – até mesmo – em *dogmas*, isto é, em “verdades inquestionáveis” e, por isso, acabam determinando a análise e os métodos necessários para a sua comprovação. Entretanto, considerando-se a adversidade e complexidade de nosso mundo, é impossível que uma só teoria possa dar conta de analisá-lo e – além de quê – os métodos e as

análises escolhidas nesta perspectiva irão apenas confirmar o que a teoria se propôs a elucidar, o que não será novidade, porquanto não produzirá conhecimento. Quando se encara a teoria como algo já resolvido, a reflexão não ocorre ou, se ocorre, tende apenas a confirmar a teoria, utilizando-se, para tal objetivo, do mundo real.

Para tornar mais clara esta exposição acerca da relação entre teoria e métodos vale a pena refletir mais um pouco sobre os procedimentos metodológicos usados por muitos historiadores na construção do saber histórico, principalmente no que se refere às maneiras como têm lidado com as fontes históricas. Tomarei a liberdade de citar um longo trecho da resenha elaborada por mim sobre o livro *O Queijo e os Vermes* de Carlo Ginzburg. Ei-lo:

“Enquanto alguns historiadores se utilizam delas (das fontes) encarando-as como o lugar da ‘verdade histórica’, onde a história está registrada ‘tal qual aconteceu’, não fazendo qualquer questionamento quanto à sua constituição – origem – e quanto àquilo que contêm, outros as utilizam em benefício próprio, ou melhor, para confirmar os conceitos abstratos de uma teoria previamente elaborada, sendo a ‘fonte’ usada – conforme as conveniências e no momento oportuno – como *amostragem* e *exemplificação* da teoria. Ambos os procedimentos metodológicos moldam o conhecimento histórico, cristalizando-o, na medida em que se faz a ordenação cronológica dos ‘fatos’ – os *fatos* que mereceram registros nas *fontes*, bem entendido – em um tempo cujo movimento é retilíneo/unilinear seguindo um fluxo homogêneo (sem conflitos), supondo uma concepção da história como algo arrumado, imutável e inevitável: ‘a história que existe é esta apresentada, não há outra a ser contada; ela está aí, não tem como mudar’, conclui-se.

Desta ambição de se querer dar uma *explicação final* para a história, o passado torna-se a justificativa do presente; um presente que, nesses termos, não tem como ser mudado, mesmo se quiséssemos mudá-lo. Esses procedimentos historiográficos – logo se vê – retiram do agente histórico, o homem, o poder de ação sobre o tecido da história, já que uma *força estranha*, externa à história e ao próprio homem, qual seja, a força do *progresso* sem fim, contrapõe-se a qualquer tentativa de parar a ‘marcha inevitável para frente’, determinando a história e o homem a um fim que lhes é estranho e do qual não podem escapar”.³

3 SCHAYDER, J. P. *O homem comum, esse desconhecido, retoma o seu lugar na*

Estes procedimentos metodológicos são utilizados por historiadores positivistas, marxistas (dogmáticos) ou por qualquer outra corrente historiográfica que encara a história como uma sucessão de etapas, no tempo, em que cada fase posterior é sempre melhor que a anterior. Incorporam, desta forma, a “ideologia do progresso” (ideologia essencialmente burguesa). Sendo assim, os procedimentos metodológicos são usados *apenas* com o objetivo de dar um caráter científico – que é o saber considerado “a” verdade pela ideologia dominante – às teorias previamente elaboradas.

Os historiadores que se utilizam desses métodos científicos acreditam que o conhecimento produzido a partir deles seja *a* verdade histórica; acreditam que sua construção é o saber de forma acabada. Pensam que ao definir seus procedimentos técnicos com uma documentação que consideram “o lugar da verdade” estejam fazendo reviver o passado “tal qual ele ocorreu”.⁴ Isto mostra o quanto é difícil e perigoso trabalhar com estes métodos quando o historiador os utiliza com o objetivo de dar coerência a teorias previamente elaboradas, pois, terminada a pesquisa, o historiador acredita ter em mãos *a* verdade e não *uma* versão da verdade.

É necessário se fazer entender que, além daquilo que já conhecemos, existem outras memórias que ficaram silenciadas e que, por isso, deve haver um diálogo de interpretação entre o historiador e suas *fontes* – os *documentos* consultados. Elas trazem além da interpretação que lhes deu vida, outras interpretações inerentes que

história. Resenha crítica do livro de GINSZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia da Escola, 1986 [NOT].

⁴ Citada e recitada, a expressão – “mostrar o passado como realmente aconteceu” – é a síntese da ideia *atribuída* ao alemão Franz Leopold von Ranke (1795-1886). Costuma-se interpretá-la como uma espécie de “declaração metodológica” da corrente historiográfica (o positivismo) que dá prevalência aos fatos históricos *em si*, sem problematizá-los, porquanto sejam tomados como “objetivos”, “científicos”. No *cientismo* positivista da História rankeana, eles (os fatos) *falam* por si mesmos. Cf. fragmentos textuais de Ranke apresentados por BENTIVOGLIO, Julio. Leopold von Ranke in: MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, pp. 133-154.

precisam – e pedem – por serem postas em evidência. Segundo o francês Jacques Le Goff, é necessário transformar os “documentos” em “monumentos”, isto é, o que é visto como objetivo e inocente em algo subjetivo e intencional.⁵

A partir dessa *tomada de consciência*, devemos perceber a intencionalidade dos fatos conhecidos, pois eles não deixam de ser *construções sociais*. Com isso, amplia-se a noção de *documentos* históricos porque eles devem ser buscados em *tudo* o que sobreviveu do passado, tudo o que faz parte da memória coletiva das sociedades, e não apenas o produzido (ou selecionado) intencionalmente. O historiador Lucien Febvre – parceiro de Marc Bloch na fundação da *Escola dos Annales*, em 1929 – ensina:

“A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

Toda uma parte – e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores – não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que a produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entrelaçada que supre a ausência do documento escrito?”⁶

5 LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento in: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional & Casa da Moeda, 1984, vol. 1, p. 93-106 [NOT].

6 *Apud* LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.*, p. 98. Essa citação e os dois parágrafos em torno dela (antes-depois) não constam na publicação original de *Vida & Presença* (n. 1, *supra*) – a supressão ocorreu, imagino, por questão de limites de páginas da revista filosófica diocesana.

Assim, muitas evidências são levantadas a partir de um fato, em decorrência das fontes. Os fatos não revelam por si próprios o conhecimento histórico porque “eles são mentirosos e encerram suas próprias cargas ideológicas”⁷, precisando, pois, serem interrogados. E isso vai depender de o historiador – no desempenho de seu ofício – lançar mão de procedimentos adequados.

Precisamos utilizar procedimentos metodológicos que nos façam perceber que, ao lidar com o passado, estamos lidando com o presente, porque os períodos ou temas que vamos estudar estão diretamente ligados aos interesses e problemas do presente, mas não como forma de justificá-los e sim no sentido de nos ajudar a achar “saídas” para os conflitos atuais. É preciso ver que não há separação entre passado e presente; eles existem ao mesmo tempo. O que há é um tempo relacional ou conflitante – não *homogêneo* – onde o passado está presente de forma articulada.

É necessário criticar a história como tendo um destino inevitável e encará-la como fruto da prática social e, portanto, o lugar onde a luta social se dá, devolvendo ao homem, o agente histórico, liberdade de ação e transformação. A ideia enraizada de que cada etapa posterior é sempre melhor que a anterior não está conseguindo explicar a adversidade do mundo de hoje.

Nosso *presente* está *ausente*, isto é, estamos nos sentindo como se não fôssemos contemporâneos de nós mesmos e, por isso, precisamos voltar os olhos para o passado. Mas, o que vamos buscar no passado, identidade (*familiaridade*) ou estranhamento? Não se trata de achar *familiaridade* e se contentar só porque ela serve de consolo. A função do historiador é achar o *estranhamento* em relação àquilo que tem caráter de verdade para os homens de hoje e lançar perspectivas do devir a partir deste estranhamento. Não basta conhecer o passado: Devemos encará-lo de frente, questioná-lo e desvendá-lo, pois, assim, poderemos compreender, desvendar e explicar – não, justificar – a nossa realidade, a fim de que possamos viver melhor.

⁷ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 [NOT].

Fica a certeza, porém, de que o passado não é eterno porque a história construída com perspectivas no *vir a ser* sempre encontrará uma nova versão do passado – conforme os interesses do presente –, mas jamais encontrará a verdade final. Outra coisa é certa também: estas novas versões tem que ser bem construídas, caso contrário, os erros do passado se repetirão e a história não terá nada a nos ensinar.⁸

8 Este *Ensaio* traz uma mistura de influências teóricas, desde as explicitamente citadas no seu transcurso – como os *pais* da *Escola dos Annales* Lucien Febvre e Marc Bloch, além do inglês Edward Thompson e Carlo Ginzburg, *pai* da micro-história italiana – bem como as que citei sem citar, conforme é especialmente o caso do judeu-alemão Walter Benjamin, influência marcante em toda minha trajetória profissional pós-especializações. Tornei-me benjaminiano logo após conhecer as suas *Teses sobre Filosofia da História*, a mim apresentadas – no Módulo III (Jan., 1989) do Curso de Especialização em Metodologia da História, na PUC-MG – pelo genuíno Alcir Lenharo, professor oriundo da USP, Universidade de São Paulo. Esse grande mestre nos brindou com aquele texto de W. Benjamin e nós – ao longo de uma semana inteira, de manhã e à tarde, às vezes parte da noite, sob a orientação dele – dissecamos as “18 teses” transcritas em ínfimas onze páginas. Texto recheado de alegorias e escrito sob tensão – Benjamin tentava escapar da Gestapo alemã, o que acabou resultando em seu suicídio, em 1940 –, *Teses sobre Filosofia da História* (ou simplesmente *Sobre o conceito de história*, conforme o texto é mais conhecido) traz uma revolucionária concepção de história e de tempo histórico. Depois de conhecê-lo, não dá para ficar indiferente: para mim, o mundo virou de ponta-cabeça. Mudou tudo! Postumamente, deixo aqui a minha gratidão ao mestre Alcir Lenharo – ele morreu prematuramente no dia 7 de julho de 1996, aos 50 anos, num acidente de automóvel. Soube da morte dele no dia seguinte, enquanto lia o meu exemplar (de assinante) da *Folha de S. Paulo*: um pequeno obituário trazia a triste notícia. Para homenageá-lo um pouco mais, resolvi incluir neste livro-memorial a resenha fílmica *Um Amor na Alemanha* (veja adiante, às p. 103), pois – depois de ter estudado com Alcir Lenharo a disciplina *História e Linguagem*, onde conheci as “18 teses” – tive a felicidade de reencontrá-lo noutro curso de pós-graduação *Lato Sensu* (História Moderna e Contemporânea) quando, no Módulo IV (Jan. 1993), deparei-me com o componente curricular Nazismo e Fascismo: temáticas cuja referência máxima, no Brasil, é... Alcir Lenharo! Mais uma vez, então, pude apreciar suas piadas suaves de humor fino e ouvir a sua risada roncada. A quem interessar possa, sugiro – para aprofundamentos do estudo das teses benjaminianas – a primeira obra referenciada a seguir, onde Michael Löwy – sem medo de errar, o maior especialista brasileiro nas obras de W. Benjamin – vai *decifrando* tese após tese, executando um trabalho semelhante ao feito pioneiramente (e de viva voz)

pelo *prof.* Alcir Lenharo naqueles encontros de BH. Cf. LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses 'Sobre o conceito de história.'* São Paulo: Boitempo, 2005. Cf. BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história in: KOTHE, Flávio R. & FERNANDES, Florestan (Orgs.). *Walter Benjamin.* São Paulo: Ática, 1991, pp. 153-164 ou BENJAMIN, W. Sobre o conceito da história in: *Obras escolhidas.* São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 222-232.

ARQUITETURA DA RECONSTRUÇÃO¹

Monumentos e documentos, tradições e ruínas, rotas e caminhos, igrejas e museus, imagens e paisagens. *Tudo* – no Estado do Espírito Santo – vivencia um frenético movimento de preservação, reconsti-

1 Este pequeno ensaio historiográfico nasceu de uma sucessão de *casos fortuitos*. Na p. 105 do meu livro didático (2002), há um *Box* intitulado *Um vilarejo sem passado*. Ali, para ilustrar o impacto do Integralismo no Espírito Santo, reproduzi um longo texto extraído do livro *Anauê! – A apaixonante saga integralista numa colônia de imigrantes italianos*, onde o autor – José Marcelo Grillo – narra como o distrito de Burarama, em Cachoeiro, vivenciou cotidianamente aquele momento histórico. Eis que... sabe-se lá como (e *por que*)... meu livro foi parar nas mãos de um leitor do Rio de Janeiro, que – lendo o *Box* – interessou-se pela obra do M. Grillo. O leitor carioca enviou-me mensagem – (*por sorte*, no meu livro, havia um *e-mail* de contato) – perguntando-me como poderia se comunicar com o M. Grillo. Na época, *por sorte*, a filha do Grillo – Daniella Plazzi Grillo – era minha aluna e, aí, foi fácil. Passei os contatos para o leitor carioca e, desde então, *por sorte*, passei a manter contatos pessoais com o M. Grillo, e ele – desde então, *por sorte* minha – passou a me solicitar as mais diversas contribuições textuais, a começar por este pequeno ensaio sobre a (possível) reconstrução da sede da Ação Integralista Brasileira no distrito de Burarama – ou *Um vilarejo sem passado*, conforme intitulei o *Box* do meu livro. Na verdade, não fui nada original: era um mera adaptação do título de um filme alemão – *Uma cidade sem passado* – dirigido por Michael Verhoeven (1990, 94 min.). Quanto ao título do ensaio – *Arquitetura da reconstrução* – também não há originalidade alguma aí: embalado no sucesso do título do *Box*, desta vez resolvi fazer um trocadilho com o título de um filme sueco – *Arquitetura da destruição*, dir. de Peter Cohen (1994, 121 min.) – cujo foco era a estética arquitetural da Alemanha de Adolf Hitler durante a vigência do Nazismo. Tudo em casa, então: o *Box*, o livro *Anauê!*, os dois filmes e este pequeno ensaio têm uma temática de fundo em comum: o Fascismo, seja na sua variante alemã (Nazismo) ou na sua vertente brasileira (Integralismo). Cf. *Arquitetura da reconstrução* in: *Revista de Burarama* Ano 11, nº 88. Burarama, Cachoeiro de Itapemirim, Set. 2005, p. 19. Na revista, sobrepôs-se ao meu texto a fotografia (rara) da sede da Ação Integralista Brasileira em Burarama, que – segundo Marcelo Grillo, diretor-geral da publicação – “é a única sede integralista no Brasil construída especialmente para esse fim” (p. 18).

tuição, restauração e/ou revitalização.² Há uma tendência noticiada pela grande imprensa estadual: o resgate do passado, da memória e da história regional.

Esse "espírito da época"³ – a meu ver – contrapõe-se ao avassalador processo de globalização em curso, na sua tentativa de uniformizar ou demolir culturas e valores secularmente construídos. E – nas fraturas desse entrechoque – as localidades também se rebelam, mostrando o desejo de lutar para manter a sua própria identidade histórica e geográfica.

Um historiador francês – Paul Veyne – ensina que “a história é sempre local”.⁴ A localidade não é algo ideal ou fantástico; é, sim, onde nossa vida se desenrola, onde encontramos as pessoas, onde trabalhamos, vivemos, amamos, comemos, criamos riquezas e morremos. Ser de (e pertencer a) *um lugar* sempre representa muito – e o passado deste lugar é a sua maior e mais importante referência. Nesse lugar, cada pedra, cada árvore, cada edifício conta *parte* de sua história, pois está repleto de significados e simbologias para os indivíduos, as famílias ou a comunidade inteira.

Chegamos, portanto, ao ponto desejado, qual seja, ao bucólico distrito de Burarama, lugar rico de tradições e histórias. Além do patrimônio natural, que é reconhecido e valorizado, o distrito guarda – virtualmente – um singular patrimônio histórico capixaba: o edifício-sede da AIB, Ação Integralista Brasileira. O integralismo

2 Para a cultura patrimonial (em particular para a estética arquitetural, que é o que mais me interessa aqui), cada termo deste – preservação, reconstituição, restauração e revitalização – tem um significado diferente. Aprendi isso estudando BOITO, Camillo. *Os restauradores*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

3 “Espírito da época” – *Zeitgeist*, para os alemães – é o conjunto de ideias genéricas dominantes num determinado período de tempo de uma sociedade, influenciando práticas e comportamentos socioculturais. Às vezes, o senso comum fala em “espírito do tempo” ou – mais comumente ainda – “sinal dos tempos”.

4 VEYNE, Paul. *Como se escreve la historia. Foucault revolucionou la historia*. Madri, Esp.: Aliança, 1984, p. 14.

conquistou corações, corpos e mentes de grande parte da população distrital, nas décadas de 30 e 40 do século passado. Foi uma época explosiva, perigosa, permeada por ideologias extremas e confrontos radicais, passionais. Até hoje – parece-me – o assunto ainda é tabu entre os habitantes da localidade; todavia, por ser interessante e polêmico, o tema é objeto de discussão entre pessoas comuns e especialistas, particularmente os historiadores.

Exemplifico meu argumento com um fato recente. Através do meu livro *História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada* – onde, destacado num *Box*, fiz referência à obra *Anauê! A apaixonante saga integralista numa colônia de imigrantes italianos* – um leitor carioca enviou-me *e-mail* solicitando um endereço para entrar em contato com o escritor-autor Marcelo Grillo, a fim de adquirir um exemplar do romance histórico sobre o integralismo. Esse é apenas um caso – entre tantos – sinalizando que o debate sobre o integralismo está aberto, vivo, provocando interesse e curiosidade.

Penso que, por mais que as lembranças do passado despertem traumas (?) e ressentimentos (?) em determinados membros da comunidade local – e talvez por isso mesmo –, é hora de Burarama encarar a sua história de frente, com coragem, e – penitenciando-se das culpas sociais ou imaginárias – beneficiar-se de sua *memória coletiva*. Nesse sentido, a estratégia seria – penso eu – reconstituir, com o trabalho dos moradores locais, a antiga sede da AIB; sim, reconstruí-la *tal qual* podemos vê-la registrada no acervo fotográfico disponível. Se possível, reerguê-la no mesmo terreno onde estava originalmente edificada; seria, desta forma, uma “restauração simbólica”.

Surgiria daí um novo edifício, que passaria a ter – obviamente – um novo destino: abrigar um museu histórico, onde o passado ficaria a salvo do esquecimento. Os guardiões da memória local – isto é, homens e mulheres que mantêm, em segredo, os restos, as evidências, os documentos e as recordações sobre os eventos passados – tornariam pública essa multiplicidade de memórias e histórias aprisionadas em *cárceres privados*.

Converter Burarama de “comunidade da amnésia” em “comunidade da lembrança” é a melhor forma de, coletivamente, superar ve-

lhos (supostos) ressentimentos e cicatrizar feridas por ventura (ainda) abertas. Sem falar que o integralismo – com seus rituais, cerimônias, símbolos, estandartes, bandeiras, uniformes, saudações e hinos – pode vir a ser atração turística, logo, fonte de trabalho e renda. É o que tem ocorrido em diversos outros lugares, no estado espírito-santense. A “história” tem sido encenada “ao vivo”, através de “reconstituições” do passado, onde os acontecimentos se transformam em grandes eventos midiáticos, nostalgicamente glamorosos.

Uma advertência, porém, é fatal: no distrito-museu arquitetado aqui, neste ensaio, não se deve permitir que a representação espetacular da história supere a própria reflexão histórica. A celebração do passado deve ser, sempre, um momento de meditação sobre os tempos difíceis vividos por aqueles que – por razões diversas (e adversas) – aderiram ao movimento integralista, em Burarama. O integralismo é assunto sério e, como tal, deve ser tratado. Tratado, antes de tudo, com o devido respeito aos personagens já mortos e que atuaram naquele contexto histórico: eles não merecem ser profanados em sua memória. Jamais.⁵

⁵ Este pequeno ensaio talvez tenha sido – sem ter a intenção de ser – uma preparação para (em 2011) conceder uma longa entrevista sobre o fascismo em Burarama, no Brasil e no mundo. A gravação da entrevista fazia parte da pré-produção do documentário *O que Beberico vai pensar?* (27 min.) cujo roteiro revisita a penetração da ideologia integralista na comunidade de Burarama. O documentário foi lançado em 2012 e está lá, no canal *YouTube*, para quem quiser ver. Ficha técnica: Direção: Diego Scarparo; Roteiro: Diego Scarparo e Marcelo Grillo; Produção: Villinevy Koppe Robbi e Paulim Paraizo.

Se non è vero, è bene trovato.

Provérbio popular italiano²

História e memória são irmãs siamesas. Crítica, a ciência histórica tem por tarefa investigar o acontecido; simbólica, a função da memória é a construção de uma identidade. Tendo-se em conta essa diferença conceitual, diria que – no romance *Marraia: à vera ou à brinca?*, o autor – José Marcelo Grillo, com muita maestria, construiu uma interessante narrativa onde relatou suas lembranças, recordações e fantasias infantis, mesclando-as com fatos e acontecimentos reais vividos pela comunidade de Burarama, no interior de Cachoeiro de Itapemirim, na década de 1960.

Do início ao fim, a história contada gira em torno das peripécias e aventuras do autor – quando criança – em relação ao jogo de *bolebas* (ou *bolas de gude*). Como o subtítulo do livro sugere, a brincadeira podia ser jogada à vera – isto é, “de verdade” – ou à brinca – ou seja, amistosamente. No primeiro caso, o jogador vitorioso ficava com o plantel de bolinhas do perdedor e, na segunda situação – ganhando ou perdendo –, cada jogador continuava com suas próprias bolinhas. Ao longo da obra, somos informados sobre as regras, estratégias, blefes e trapaças da brincadeira e – em sua parte final – o livro traz um pequeno dicionário com as “palavras de ordem” e os “termos técnicos” usados pelos brincantes.

1 Convidado pelo escritor Marcelo Grillo, compus este *Prefácio* para a primeira edição de *Marraia...*, romance autobiográfico do autor quando criança. Cf. GRILLO, Marcelo. *Marraia: à vera ou à brinca?* Burarama, Cachoeiro de Itapemirim: s/ed., 2007.

2 Provérbio geralmente usado com o significado de *Se não é verdade, é bem contado* ou *Se não é verdadeiro, é bem inventado*. Nas duas acepções, a sábia expressão fica muito bem-casada com a ideia desenvolvida por mim neste *Prefácio*. Aliás, no *Prefácio* da edição de *Marraia...*, o dito popular não aparece em epígrafe, mas – apenas – no *corpo* do texto, conforme será visto aqui, mais adiante.

Com um texto lapidado, permeado de ironias singelas e muita imaginação do protagonista-autor, acompanhamos a trajetória do *bambino* – apelidado *Marraia* –, que, amadurecendo, prepara-se para viver um verdadeiro *ritual de passagem*, qual seja, tomar coragem para jogar à vera com Baloni, o mais temido de todos os adversários. No antepenúltimo capítulo, intitulado *O jogo*, há um grande e espetacular duelo entre os dois bolebeiros. O desfecho é surpreendente e altamente *instrutivo/pedagógico*.

O instigante – em *Marraia: à vera ou à brinca?* – é o fato de que, através das reminiscências fabulosas de um garoto comum, podemos aprender muitas lições para a vida. Além disso, passamos a conhecer um pouco da história local de uma pequena aldeia de imigrantes italianos situada nas encostas das serras capixabas.

Literatura e História, ficção e realidade estão entrelaçadas na narrativa de *Marraia!* O micro-historiador italiano Carlo Ginzburg – que ganhou notoriedade mundial após resgatar da obscuridade, no “porão da história”, a trajetória de Domenico Scandella, um moedor de grãos executado pela Inquisição em 1599 – ensina, no célebre *O queijo e os vermes*: “obras literárias não são documentos históricos, todavia, são textos entranhados de história”.³ Tal ensinamento enquadra-se perfeitamente no livro que temos em mãos.

Neste novo romance de Marcelo Grillo, percebemos a importância do jogo como elemento cultural para os garotos do vilarejo de Burarama. A essência da obra, contudo, vai além. Tendo como fio condutor da narrativa o jogo de bolinhas, percebemos o cotidiano dos indivíduos daquele lugar, seus relacionamentos familiares, suas formas de trabalho e produção, seus valores, hábitos, crenças, costumes e tradições, enfim, seus vínculos identitários. Constatamos, ainda, que elementos da macro-história – como o autoritarismo da ditadura militar brasileira pós-1964 e até a política assistencialista da Aliança para o Progresso do presidente John Kennedy dos Estados Unidos – deixaram suas marcas e reflexos na micro-história bura-

³ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ramense e foram (por certo, inconscientemente) recuperados pelo pequeno protagonista.⁴

Estou certo de que o leitor, em cada página virada do livro assistirá às crianças *fazendo história*, à medida que brincam. Como historiadador, aumentei minha convicção de que as forças mais significativas e profundas da história se manifestam no que é pequeno e aparentemente insignificante – ou seja, nos detalhes.

4 Falandor de forma simplista, a Aliança para o Progresso foi um programa de cooperação econômica e social lançado pelos EUA e direcionado à América Latina. Iniciada pelo presidente J. F. Kennedy em 1961, a *Aliança* deveria – até 1971 – ajudar os países da região a se desenvolverem, fornecendo apoio financeiro aos governos e distribuindo à população auxílios materiais nos setores da educação, moradia, alimentação e agricultura. Em *Marraia*, o autor-protagonista recorda-se do “pão enorme” (da merenda escolar) “feito com trigo americano doado pela ‘Aliança para o Progresso’...” (p. 82) – é ou não a *pequena história* do distrito de Burarama revelando a *grande história* mundial? À luz disso – e por força do hábito de ser professor de História –, devo esclarecer: o objetivo estratégico da Aliança para o Progresso era – distribuindo auxílios, dando assistência, promovendo o *progresso* etc. – conquistar os corações e as mentes dos povos e dos governos latino-americanos, para assim – e especialmente após a Revolução Cubana de 1959 – tentar evitar o avanço dos movimentos ditos “de esquerda” (socialistas, comunistas, pró-soviéticos e afins) na América Latina, área tradicionalmente de influência dos EUA no jogo estratégico da Guerra Fria (1945-1991). Percebeu, leitor? Aos poucos, os *microepisódios* em torno da vida e das reminiscências de um indivíduo (aqui, o menino M. Grillo) podem – caso ampliemos a escala de observação – nos conduzir à *macrovisão* do quadro geral da história do mundo. E, olhe só: esse foi *um* ínfimo exemplo retirado da cadeia de elos (micro/macro) históricos encravados por entre as linhas de *Marraia* – outros casos estão lá, à espera de quem queira *garimpar*... De resto, pergunto ao leitor: gosta de curiosidades? Em 1963 (22, Nov.), o presidente John F. Kennedy foi assassinado em Dallas, no Texas; dias depois (30, Dez.), no Sul do Espírito Santo, o distrito de Batalha desmembrou-se de Itapemirim e – pelos auxílios recebidos através da Aliança para o Progresso e para homenagear J. F. K. – decidiu-se batizar o município recém-emancipado com o nome de *Presidente Kennedy* – e assim se mantém. Pense: o *micro* desnuda ou não o *macro*? Cf. emancipação do distrito de Batalha in: NASCIMENTO, Rafael Cerqueira & SANTOS, Luiz Augusto Paraíso dos. *De Muribeca... a Presidente Kennedy*. Presidente Kennedy, ES: Programa Ciranda Capixaba/Petrobrás, 2007, pp. 32-3.

O livro, principalmente, deixa-nos diversas mensagens sobre o processo de amadurecimento de uma criança e de como é difícil crescer. Fala-nos, enfim, da arte de viver e, nas entrelinhas, diz-nos: o homem tem instinto para jogo, pois a vida em si é um jogo. Nesse sentido, todos seríamos *Homo ludens* – *Homens jogadores* –, na feliz expressão do erudito holandês Johan Huizinga.⁵ No dia a dia, frequentemente nos encontramos diante de dilemas – e conflitos – para os quais precisamos encontrar *saídas estratégicas*. Confrontados com tais circunstâncias, quê fazer?: jogar limpo?; trapacear?; solidarizar-se com o outro (nosso *adversário*) ou destruí-lo? Numa sociedade como a atual – competitiva ao extremo –, todos querem ser os *melhores*, ninguém quer perder; entretanto, inevitavelmente perdemos, na maioria das vezes.

Marcelo Grillo – o *bambino* tornado homem e escritor – faz uma sutil advertência àqueles indivíduos obcecados por querer ganhar sempre. Na trama da obra, isso acontece na passagem em que o seu personagem hesita e retarda sua iniciação no jogo à vera, justificando-se que “ainda não estava preparado para ser homem”, pois “não estava preparado para perder”. A metáfora – *jogo/vida* – salta aos olhos e a mensagem residual pode ser esta: no mundo adulto, *ganhar* é exceção, *perder* é regra, embora nos queiram fazer crer no contrário.

Concordo com o autor, porém, saliento que – no estágio de degradação social (e ética) ao qual chegamos – ganhar ou perder não faz diferença, pois toda competição é destrutiva. Neste mundo tão desigual no qual vivemos, só a solidariedade salvará a humanidade das ruínas da catástrofe que se anuncia. Se, por ventura, mantivermos o atual ritmo de vida predatório, depois do jogo jogado talvez não adiantará querer dizer que foi tudo à brinca. Afinal, *brincadeira* tem limites e – ultrapassando-se as suas fronteiras – caminha-se ine-

5 HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1971. No *Prefácio de Marraia*, identifiquei Johan Huizinga (1872-1945) – equivocadamente – como “filósofo alemão” e ele não é nem uma coisa, nem outra. Aqui, optei por apresentá-lo como “erudito holandês” – isso o qualifica corretamente, embora ele seja – antes de tudo – historiador.

xoravelmente rumo à autodestruição. Aliás, essa é outra moral retida na obra desse ilustre imortal da Academia Cachoeirense de Letras.

O filósofo Aristóteles escreveu – no livro *Arte Retórica e Arte Poética* – que os historiadores falam do que *foi*, do verdadeiro, e os poetas daquilo que poderia *ter sido* – isto é, do possível, do verossímil.⁶ Em *Marraia: à vera ou à brinca?*, a distância entre uma coisa e outra é muito tênue. Terminada a leitura, fica-nos a impressão de que o enredo *se non è vero, è bene trovato**, conforme certamente costumavam dizer os velhos *nonos* de Burarama. Com seu olhar microscópico e sua memória seletiva, Marcelo Grillo nutre sua arte literária com a história; com esse “método”, consegue despertar intensas reflexões nos leitores mais atentos. Aliás, fez uso do mesmo recurso no romance histórico *Anauê!: a apaixonante saga integralista numa colônia de imigrantes italianos* e também o faz – regularmente – nas crônicas publicadas na *Cachoeiro Cult*, revista da qual é diretor e editor.

A conhecida frase “se você quer conquistar o mundo, comece pela sua aldeia” – ora atribuída a Fiódor Dostoiévski, ora a Léon Tolstoi – poderia muito bem ser a ideia-síntese contida no livro que o leitor terá o prazer de ler. No entanto, creio que o fragmento poético abaixo – extraído de *O guardador de Rebanhos*, de Fernando Pessoa – representa com mais clarividência a criação literária de Marcelo Grillo. Ele – inadvertidamente, numa tarde de domingo – convidou-me para prefaciar esta obra, e eu – orgulhosamente – aceitei de imediato.

Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver no Universo.
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não do tamanho da minha altura...

Cachoeiro, novembro de 2017.
J. P. S.

* Vide tradução na n. 2 (p. 85), referente à epígrafe.

6 ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

ESTELIONATO HISTÓRICO!¹

História ou ficção histórica? Do que estamos falando, nesta polêmica sobre a virtual privatização da ilha de Vitória? No Espírito Santo, as “lacunas documentais” têm sido preenchidas com a imaginação de entusiastas historiadores locais. Há casos em que a imaginação se torna falsificação, seja por ignorância ou oportunismo. Uma coisa é certa: ninguém é inocente quando escreve a História. Às vezes, como afirma o francês Marc Bloch, “acredita-se no absurdo porque é útil acreditar”.²

Um empresário, desejando livra-se da *taxa de marinha*, descobriu documentos que “provam” que a ilha de Vitória foi doada por Vasco Fernandes Coutinho, em 1537, ao *fidalgo* Duarte de Lemos, que passou a ser o sesmeiro-proprietário. Um professor, que nas horas de “ócio criativo” escreve sobre a história capixaba – e é o autor deste texto –, resolveu contra-argumentar, sugerindo que o sesmeiro perdeu a propriedade da ilha, uma vez que não a explorou no prazo legal, resultando o regate da terra pela Coroa portu-

¹ Publicado em *A Gazeta*, este artigo foi escrito no calor de um debate sobre a legalidade (ou não) da *taxa de marinha* cobrada pela União aos cidadãos residentes em terrenos situados numa certa faixa costeira do litoral brasileiro – parte da população de Vitória se inclui aí e, por isso, é obrigada a pagar a mal falada taxa. Deixei-me arrastar para esse debate quando – dias antes da publicação deste artigo – concedi uma entrevista ao vivo para o programa *Bom Dia, Espírito Santo* da TV Gazeta. Nessa entrevista, argumentei – em linhas gerais – o que vai escrito aqui neste artigo, no segundo parágrafo. Cf. SCHAYDER, J. P. Estelionato histórico! *A Gazeta*. Vitória, 29 Out., 2004, *Economia*, p. 18; Cf. registro de minha entrevista ao telejornal *Bom dia, ES* in: AMARAL, Kenia. Novos documentos mostram doação da Ilha de Vitória a Duarte de Lemos. *A Gazeta*. Vitória, 23 Out., 2004.

² BLOCH, Marc. *Introdução à história: edição revista, aumentada e criticada por Étienne Bloch*. Lisboa, Port.: Publicações Europa-América, 1997, p. 136.

guesa.³ Por fim, surge um historiador profissional, [nome dele]⁴, pós-doutor pela Universidade de Lisboa, que – com tal titulação – detém o “discurso competente” para esclarecer o assunto.

Categoricamente, ele informa – através de documentos transcritos em *A Gazeta* (23 de outubro) – que Duarte de Lemos manteve os direitos de proprietário. No dia seguinte, em artigo, o historiador enumerou uma série de fatos que comprovariam sua tese. Terminado sua exposição, diz: “E assim foi...”. Ou seja: eis a verdade!

Há um dilema aí. Alguns escassos documentos escritos seriam suficientes para desvendar o mistério sobre a privatização da ilha-capital? Os documentos parecem ser autênticos, mas afirmar – com convicção – que eles eram a “verdade” dos fatos é simplificar o saber histórico e a própria História. Emitir opiniões definitivas sobre o passado baseando-se apenas em documentos oficiais é ter uma concepção perigosa, estreita e mutilada da História, aproximando-se do estelionato! As “provas” não precisam ser confrontadas com outras pistas e evidências? Até onde sei, a principal tarefa do historiador é levantar problemas e sugerir hipóteses, entretanto, não lhe compete fazer julgamentos absolutos.

Muitos não admitem, mas o historiador manipula intencionalmente o passado, selecionando o que deve ser lembrado e “esque-

³ Foi – conforme informei *supra* (n.1) – o argumento exposto por mim na entrevista à TV. A propósito, o convite para a entrevista só ocorreu porque um repórter da *TV Gazeta* leu a respeito do sesmeiro Duarte de Lemos em meu primeiro livro e – em busca de fontes para as matérias jornalísticas – imaginou-me um entendido no assunto. Foi um erro duplo: dele – por tirar conclusões precipitadas – e meu, por ter aceitado o convite para falar de um assunto para o qual não estava devidamente preparado; porém, o erro maior – fique registrado! – foi meu. Cf. SCHAYDER, J. P. *História do Espírito Santo: um abordagem didática e atualizada 1535-2002*. Campinas, SP: Companhia da Escola, 2002.

⁴ Agora – para não incorrer no mesmo erro de quando escrevi este artigo – vou omitir o nome do historiador. Como se verá, paguei um preço – literalmente – muito alto pelo deslize cometido naquela ocasião.

cido”.⁵ No artigo publicado em *A Gazeta* em 24 de outubro, por exemplo, o historiador [nome dele] omitiu⁶ informações importantes e amplamente conhecidas sobre o documento de Duarte de Lemos e os poderes a ele outorgados. Já em outro ponto da matéria, o referido colega afirmou “Duarte de Lemos não era um sesmeiro qualquer”, pois podia “doar terras”.

Ora, tal prerrogativa não era privilégio desse fidalgo específico, conforme pode ser lido na Lei das Sesmarias. Desconhecimento ou manipulação? Bem, confesso que questões puramente factuais não me estimulam, embora tenha a convicção de que a História tradicional deve ser combatida com a mesma moeda.

O foco central da discórdia, todavia, é se a ilha de Vitória é ou não propriedade privada. Tenho dúvidas se a História conseguirá livrar os cidadãos da taxa infame. Novos dossiês documentais poderão vir à luz, para serem analisados. Entre as interpretações, a que prevalecerá, em última instância, será a emitida na forma de sentença judicial. A decisão do juiz poderá não ser justa, legítima ou historicamente coerente, mas será legal.

Suponhamos que a sentença seja pela manutenção da taxa de marinha e que, no futuro, todo esse processo judiciário seja investigado por historiadores. Eles, talvez, dirão: “o veredicto foi dado

⁵ Nessa frase, referia-me a um *historiador* genérico – isto é, a qualquer historiador, inclusive a mim mesmo; contudo, se pluralizar a frase, ficou parecendo que o *manipulador* aí referido era *especificamente* o historiador cujo nome havia sido citado acima (no segundo parágrafo) e, mais uma vez, será mencionado logo a seguir, no início da próxima frase. Essa questão semântica pontual (singular-plural), todavia – vejo hoje –, não muda em nada o teor final do artigo, que foi, sim – além de mal escrito –, deselegante e desrespeitoso com o historiador envolvido nesta querela: pesei mal (muito mal) as palavras, portando-me como um “professor sabe-tudo”. No mérito da discussão historiográfica, *pode* até ser que eu estivesse com a razão, no entanto, violentei e perdi a razão (e dei um tiro no pé!) fazendo uso inadequado do meu sagrado e inalienável direito – ancorado na Constituição Federal e na filosofia política – à livre expressão de pensamento, crítica e opinião. (*Perdoe-me, Voltaire!*)

⁶ E eu também omiti, mais uma vez aqui, o nome do historiador.

e todos continuaram pagando a taxa... E assim foi”. Os ingênuos, que vislumbram uma história sem conflitos, acreditarão que foi assim mesmo, pois está escrito num documento oficial, logo, é digno de fé. Será?!⁷

7 No dia seguinte à publicação deste artigo, na seção *Carta do Leitor* de *A Gazeta*, apareceu a seguinte nota, intitulada *Taxa de marinha*: “Lamento que o espaço concedido por este jornal para o esclarecimento da questão histórica relativa à propriedade da Ilha de Vitória, suscitada pela cobrança da taxa de marinha, tenha sido utilizada no artigo intitulado ‘Estelionato histórico’, publicado na edição de 29/10/2004, para ofensas à minha pessoa. Esclareço, contudo, que tomarei medidas judiciais cíveis e criminais cabíveis contra o autor de tais ofensas. [nome] – por e-mail”. Prometeu e... cumpriu! E fez muito bem! No dia 27 de dezembro de 2004, fui intimado a comparecer – em março do ano seguinte, 2005 – no tribunal do Juizado Cível de Vila Velha, para uma primeira audiência. Começaria ali um julgamento no qual fui acusado de causar “dano moral extremo, de difícil reparação” ao autor do processo – *Proc. 035100061809: XXX contra JPS*. Depois de ter sido condenado em primeira instância, apelei ao Colegiado Recursal, onde a sentença CULPADO foi mantida por unanimidade pela trindade de juízes da Segunda Turma, em Vitória. A pena? Pagar uma indenização pecuniária ao autor do processo mais multas, custas processuais, honorários advocatícios etc. Fui intimado pelo juiz a fazer o pagamento, entretanto – tudo somado – resultava numa dívida bem acima de minha capacidade financeira. Vi-me numa enrascada! Nessa altura, estávamos no dia 06 de Abril do Ano da Graça de Nosso Senhor Jesus Cristo de 2006. O tempo passou e...sucederam-se as devassas: em busca de confisco judicial, minhas contas bancárias foram rastreadas (acharam uma ninharia, numa conta desativada: rasparam o tacho!), os direitos autorais “a receber” do meu livro didático de 2002 foram solicitados à editora Companhia da Escola, em Campinas (mas, não havia... nada! Nem sobras, para raspar) e... os anos se passaram... O processo só foi julgado “extinto” e recebeu o carimbo “arquive-se” em julho de 2008. Como o imbróglio foi resolvido? Vou contar, mas... só na hora certa, ou seja, quando falar das *grças* recebidas após escrever o artigo *Convento da Penha: costurando o tempo, unindo gerações* (vide p. 277). Por falar nesse assunto, revocarei aqui, agora, a presença dos advogados Wilson Roberto Arêas e Olavo Renato Borlani Júnior: foram eles quem me defenderam com total empenho – e sem cobrar honorários! – no curso (e no recurso) processual desse caso. No livro *Como se tem escrito a história do Espírito Santo*, onde remotamente *toquei* nesse tema (p. 53), já havia externado meus agradecimentos aos dois – um deles, aliás, Dr. Wilson, meu ex-aluno –, contudo sempre penso não lhes ter agradecido o suficiente. Por isso, mais uma vez debito meus créditos de gratidão àqueles digníssimos profissionais: a causa pode ter sido perdida, porém, os nossos vínculos de amizade ganharam vigor.

Deputados mineiros e capixabas estão avaliando, em suas respectivas Assembleias Legislativas, a possibilidade de incluir o Espírito Santo no circuito da chamada Estrada Real. Trata-se de um projeto turístico que – desde 1999 – faz o mapeamento dos caminhos pelos quais, no século XVIII, era escoada a produção de ouro de Minas Gerais para o litoral do Rio de Janeiro, de onde o metal era despachado para os cofres reais, em Portugal.² Nessa rota turística, também já foram inseridos alguns caminhos secundários que abasteciam a região mineradora com gêneros alimentícios.

É ponto pacífico entre os historiadores capixabas o fato de que, no século XVIII, o território da antiga capitania do Espírito Santo serviu de barreira natural para as Minas Gerais, protegendo-as de potenciais ataques estrangeiros e de virtuais saques ao tesouro mineiro. Por ordem expressa da Coroa portuguesa, ficaram proibidas as conexões terrestres e/ou fluviais entre as duas capitanias – e as leis régias previam penas severas para os infratores.

O esgotamento da riqueza metálica e a chegada do príncipe Dom João ao Brasil, em 1808, provocaram uma guinada radical na política de isolamento do Espírito Santo. Foi nessa nova conjuntura histórica que o governador colonial capixaba Francisco Rubim mandou construir uma estrada entre Vitória e Ouro Preto. No entendimento

1 Este artigo apareceu pela primeira vez nas páginas do jornal *A Gazeta*; depois, foi reaproveitado duas vezes pela editora *Cachoeiro Cult*. Cf. SCHAYDER, J. P. Estrada (Ir)real. *A Gazeta*. Vitória, 1º Jul. 2008, *Opinião*, p. 06; Cf. Idem, ibidem in: *Revista Cachoeiro Cult*. Cachoeiro, ES: Gracal, Out. 2008, Nº 12, p. 8 & Cf. Idem, ibidem in: GOMES, Fernando & GRILLO, Marcelo (Org.). *Crônicas da Capital*. Cachoeiro de Itapemirim: Cachoeiro Cult, 2012, pp. 94-5.

2 Nesse contexto – e para ser preciso, entre 1500 e 1822 –, o Brasil foi território colonial atrelado a Portugal. A Estrada Real nascia na atual cidade mineira de Diamantina, passava por Ouro Preto e, na transposição da Serra da Mantiqueira, bifurcava-se: um *braço* alongava-se até a vila do Rio de Janeiro e, o outro, atingia o recôndito porto de Parati.

de alguns, esse seria o caminho que – hoje – credenciaria o Estado do Espírito Santo a reivindicar sua inclusão nas rotas turísticas do projeto Estrada Real.

Sejamos realistas e encaremos os fatos históricos. A Estrada do Rubim – ou São Pedro de Alcântara, como a *batizaram* depois –, foi precariamente concluída em 1820 e já estava obstruída em 1826; na sequência, foi abandonada à própria sorte até o século XX. Os relatórios dos governantes do Espírito Santo desse longo período são documentos que contêm evidências indiscutíveis para comprovar essa constatação.

Em 1852, o presidente provincial do Espírito Santo, Bonifácio d’Azambuja, escrevia com todas as letras: “tal comunicação entre as províncias de Minas Gerais e Espírito Santo não existe”. Sete anos depois, Pedro Leão Velloso registrou que “uma sorte fatal” havia “presidido o destino d’esta estrada” porque seu trajeto era despovoado – “sem recursos alguns” – e, seu traçado, defeituoso. Costa Pereira Jr., em 1861, informa que a estrada construída sob as “mais lisonjeiras esperanças, tornou-se um inútil sulco no deserto” e pareceu-lhe um desperdício “o tempo e o dinheiro” gastos com ela, pois – “abandonada” – existia “apenas como triste decepção e, quando muito, um apelo para o futuro”. Porém, no avançado ano de 1912, o presidente estadual Jerônimo Monteiro – buscando subsídios para as negociações de limites territoriais com o Estado de Minas Gerais – viu-se na obrigação de realizar pesquisa documental sobre a estrada, pois, na realidade, ela não existia.³

3 O leitor com *faro* para a investigação historiográfica pode acessar os relatórios governamentais produzidos por todos os presidentes provinciais da antiga “província do Espírito Santo” (1822-1889) no *site* do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – ape.es.gov.br –: na página inicial, basta clicar no *link... Relatórios e Mensagens*. No *site* do APEES tem muito mais sobre a história capixaba: galeria de fotos e vídeos, artigos, revistas, coleções de documentos, registros de imigração... Um *banquete* (preparado com muito esmero pelo “chef” Cilmar Franceschetto & Cia) à espera dos... *comensais*. O *saber* tem... *sabor*. Bom apetite!

A Estrada do Rubim, portanto, além de fazer parte de um contexto político e econômico posterior ao ciclo da mineração, teve uma existência bastante questionável. Batizá-la de Rota Imperial e aprovar a sua inserção no circuito da Estrada Real mineira resultará num anacronismo histórico sem precedentes. Os deputados de Minas Gerais e do Espírito Santo precisam evitar a utilização equivocada da história com o objetivo de criar um simples produto turístico.

O incansável historiador Eric Hobsbawm, 91 anos, diz: “não podemos inventar nossos fatos; ou Elvis Presley está morto ou não”. Fazendo um trocadilho com as palavras do grande mestre inglês, diria: “não podemos inventar nossos caminhos; ou a Estrada do Rubim é Real ou não”.⁴

4 Eric Hobsbawm morreu quatro anos depois, em 2012. De fato, com a *partida* de Hobsbawm, *Foi-se o martelo* – esse foi o título criativo (porém, sarcástico) do artigo-necrológio escrito pelo liberal Eurípedes Alcântara para a (ultraliberal) revista *Veja* (08 Out. 2012). Quem irá negar? Com a sua escrita (e crítica) impecáveis, Hobsbawm *batia forte* contra as injustiças do sistema do capital – para ele, “o ofício do historiador é lembrar o que outros esquecem”. Por isso – e por muito mais – rendo-lhe minhas homenagens póstumas. Para mim, a coerência, o vigor intelectual e a própria presença de Hobsbawm sempre foram referência e inspiração, mas, para a revista *Veja*, a ausência do historiador *parece* ter sido um alívio. Por isso, vale recordar o filósofo alemão Walter Benjamin quando, no seu nível crítico máximo, emitiu o alerta: “também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer; e esse inimigo não tem cessado de vencer”. Cf. BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 224-5; Cf. “não podemos inventar...” in: HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História*. SP: Cia. das Letras, 1998, p. 18; Cf. *Foi-se o martelo* in: <https://www.recantodasletras.com.br/discursos/4098532>; Cf. “o ofício do historiador...” in: HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 13. Note-se: a citação – “o ofício do historiador é lembrar o que outros esquecem” – será o *mote* para iniciar o próximo artigo jornalístico, onde continuo repercutindo o caso da *Estrada Real*. Para acompanhar a polêmica, convido o leitor a virar esta página...

OS DESCAMINHOS DA ESTRADA REAL¹

O ofício do historiador é lembrar o que os outros esquecem, ensina o mestre Eric Hobsbawm. Há circunstâncias, porém, nas quais o historiador deve assumir uma postura mais incisiva e denunciar o uso (e abuso) da História para atender a interesses obscuros. Desse modo, tem a responsabilidade social de combater anacronismos históricos, distorções factuais e, em última instância, mentiras descaradas.²

Como historiador, tenho acompanhado – atento e escandalizado – a forma como estão conduzindo, aqui no Espírito Santo, a proposta e o debate em torno da inclusão do Estado no circuito turístico da Estrada Real mineira.³

¹ Texto escrito no final de outubro de 2008 e destinado, por *prévia combinação*, à coluna *Tribuna Livre* de *A Tribuna* (Vitória). Na hora H, a editoria do jornal – depois de 50 dias e muitos *e-mails* trocados – mostrou desinteresse na publicação, alegando ser o artigo “muito pesado”. Diante da recusa de *A Tribuna*, em dezembro daquele ano o jovem repórter Rondinelli Suave Tomazelli abriu-me as portas da sucursal (e da Redação) da *Folha do Caparaó* em Cachoeiro de Itapemirim – pelo gesto, parabenizo e agradeço a ambos: jornalista e jornal. Anos depois, como havia ocorrido com a artigo *Estrada (Ir)real* (p. 95), este também foi reeditado pela *Cachoeiro Cult*. Cf. SCHAYDER, J. P. Os descaminhos da Estrada Real. *Folha do Caparaó*. Guaçuí/Cachoeiro de Itapemirim, 19 Dez., 2008, *Artigo*, p. 04; Cf. Idem, ibidem in: GOMES, Fernando & GRILLO, Marcelo (Org.). *Crônicas da Capital*. Cachoeiro de Itapemirim: Cachoeiro Cult, 2012, pp. 96-8.

² Logo de saída – e com um apoio de peso, Eric Hobsbawm –, procurei estabelecer para o leitor da época (mas isto vale para o leitor de hoje também!), a compreensão de qual é a utilidade pública do trabalho do historiador. Não podemos perder de vista isto: História é uma ciência social crítica e, como tal, não deve estar a serviço do Estado ou... do mercado. Logo mais à frente, no texto, voltarei a tocar nesse *ponto* (ou deveria dizer “tocar nesta *ferida*”?). Cf. HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 13.

³ Ao longo de todo o segundo semestre de 2008, disparei mensagens – via *e-mails* cujas cópias fac-similares guardo em meus arquivos – endereçadas às mídias mineira e carioca. Em todas as postagens, externei preocupações historiográficas com o projeto *Rota Imperial da Estrada Real*. Recebi respostas diplomáticas, mas

Sediado em Belo Horizonte, o Instituto Estrada Real mapeou, para fins turísticos, os caminhos pelos quais, no século XVIII, era escoada a produção de ouro de Minas Gerais para o litoral do Rio de Janeiro, onde o metal era despachado para os cofres reais, em Portugal. Aliás, o termo *via régia* – isto é, *estrada real* – significa “caminho que leva diretamente ao rei” e, portanto, está em oposição aos caminhos tortuosos, aos desvios e aos descaminhos. O instituto mineiro também incluiu, na rota turística original, trilhas secundárias que abasteciam a região mineradora com gêneros alimentícios.

Do exposto, restam dúvidas. Quais conexões podem-se estabelecer entre o Espírito Santo e a Estrada Real? Por acaso, as riquezas metálicas de Minas Gerais foram transportadas através do território capixaba? Não! Então, vejamos: em solo espírito-santense foram produzidos bens agrícolas para o consumo dos colonos mineiros? Outra vez a resposta é (um redondo) não. Diante dessas negativas, qual fundamento histórico sustentaria a tese de que o Espírito Santo tem o direito de reivindicar a sua inclusão naquele roteiro turístico?

Posto o dilema, alguns historiadores capixabas disponibilizaram seus cérebros para a tarefa de decifrá-lo. Seleccionaram, nos arquivos públicos, relatórios governamentais e plantas cartográficas do século XIX. Bradando esses documentos, passaram a defender que a antiga Estrada do Rubim era a prova definitiva de que o Espírito Santo possui *pedigree* histórico para fazer-se incluir como ramificação tardia, “caçula”, na Estrada Real.

Projetemos luz sobre os fatos, sem distorcê-los.

A Estrada do Rubim, que teve o propósito de ligar Vitória a Ouro Preto, foi precariamente concluída em 1820 e, em 1826, já estava obstruída. Desde então, foi abandonada à própria sorte. Nas

– publicada – não houve nenhuma noticiuzinha sequer. Enviei mensagens de igual teor a todos os deputados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Obtive respostas de apoio de quatro deputados mineiros (cópias arquivadas!), mas, do lado capixaba, nenhum dos trinta deputados daquela legislatura (2007-2010) se pronunciou (nem *contra*, nem a *favor*) até a data da publicação deste livro-memorial. Por onde eles andam?

décadas seguintes, agora com o nome de São Pedro de Alcântara, os administradores do Espírito Santo referem-se a ela como “imprestável”, “inútil sulco no deserto”, “maldição”, “mera picada” e “apelo para o futuro”.

Não bastasse o fato de ter sido construída em contexto histórico posterior ao ciclo da mineração, a Estrada do Rubim existiu, na realidade, apenas como “triste decepção”, relatou-nos Costa Pereira Júnior em 1861. Eis que, em 2008, ela ressurgiu na imaginação dos que desejam – a qualquer custo! – transformá-la em um produto turístico pospositivamente batizado de Rota Imperial da Estrada Real.⁴

Que fique claro, porém: história não é mercadoria! A história de um povo é sua referência espaço-temporal, sua identidade e seu maior patrimônio. Profaná-la, por motivos mercantis, políticos e eleitorais, é condenar as próximas gerações à amnésia coletiva, à desorientação e ao eterno descaminho. Esse será o preço que o povo capixaba

4 Trata-se aí, bem o sei, do interesse econômico fazendo da história uma mercadoria a ser consumida no mercado. Tudo faz parte da propalada “nova economia criativa” estimulada para – através da arte, cultura e turismo – alavancar negócios e auferir lucros. *Lucros*, sempre eles! Ó Deus Mercado Onipotente... Vivemos num tempo no qual “tudo o que era sólido se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado”. Sim, leitor: sem medo de me acusarem de ser passadista, continuarei a evocar Karl Marx enquanto ele continuar atual neste “tão avançado” século XXI; para mim (para mim!), antiquado é o modo de viver no qual tudo tem valor de mercado – inclusive as consciências! Por certo, não estou acima do bem e do mal, porém, não sou laica de ninguém e nunca coloquei a minha cabeça a serviço do *vil metal*. Sou um “espírito livre”, no sentido que Friedrich Nietzsche dá à expressão. Se o leitor quiser entender a magnitude da terminologia “espírito livre”, prescrevo a referência abaixo, mas – para dar aqui, já, uma noção do que seja – ofereço um aperitivo: “Chama-se ‘espírito livre’ aquele que pensa de forma diferente do que se espera dele, em virtude de sua origem, de seu meio, da sua posição e de seu ofício, ou em virtude dos pontos de vista dominantes de sua época. Ele é exceção, os espíritos submissos são a regra...”. E – ao contrário dos *espíritos livres*, leitor – os *espíritos submissos* não têm *vergonha/pudor* em rebaixar a história à condição de mercadoria... Cf. K. Marx *apud* BOYLE, David. *O Manifesto Comunista de Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, *Série Manifesto*, p. 36; Cf. “espírito livre” in: NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano – um livro para espíritos livres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 157-8.

pagará, caso seja conivente com a impostura histórica da qual somos testemunhas oculares.

Tenho convicção de que só um fantástico malabarismo histórico e geográfico colocará o Espírito Santo no percurso da Estrada Real, como propõe o projeto que está em discussão nas assembleias legislativas de Minas Gerais e do Estado capixaba. Defendo meus argumentos inspirado na poesia de Carlos Drummond de Andrade, quando afirma que o historiador – no exercício de seu trabalho – “é importuno” e “sabe-se importuno”, porém, “insiste,/rancoroso, fiel”.^{5 e 6}

5 Neste ponto, talvez surja a pergunta: “e, então, a rota turística foi criada?”. Sim, foi. Com o nome *Rota Imperial São Pedro D’Alcântara*, ela tem 575 km, saindo de Vitória – o Palácio Anchieta, sede do governo capixaba, é considerado o *Marco Zero* do trajeto – e indo até Ouro Preto, antiga capital das Minas Gerais. No dia 8 de junho de 2013, fez-se – no Palácio Anchieta – uma solenidade de inauguração da demarcação e sinalização da rota, havendo em seguida um passeio de reconhecimento. Desde então, os 384 marcos e 52 placas de identificação estão lá, sinalizando o percurso turístico: verdadeiros totens para os defensores do projeto. Cf. <https://setur.es.gov.br/inauguracao-da-rota-imperial-sera-neste-sabad> - acesso em 08/01/2020, 10h06. Cf. poema “O Historiador” in: ANDRADE, Carlos Drummond de. *A paixão medida*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1983, p. 34.

6 Nota de esclarecimento: transcorridos os 50 dias dos vaivéns de *e-mails* – nas batalhas virtuais referidas na *nota* 1, p. 99 –, a editoria da seção *Regional* de *A Tribuna* se propôs a fazer comigo uma matéria jornalística sobre a *Rota Imperial*. Minha resposta: “não acho justo, agora, aceitar a proposta de fazer uma reportagem sobre o assunto. Sei bem como essas coisas funcionam... Em uma reportagem, o jornalista e o editor têm a palavra final, ou seja, conduzem a matéria de acordo com os interesses do jornal; nesse caso, penso, teríamos uma matéria bem ‘burocrática’ sobre o assunto; o efeito seria praticamente nulo; a situação exige algo mais incisivo, impactante, que só o artigo opinativo poderia oferecer. Até porque, foram VOCÊS que, inicialmente, estabeleceram a produção de um artigo [*e-mail* de 24 Out. 2008, 22:16 PM]; por que mudar agora?! Só porque o artigo não lhes pareceu adequado?! É uma pena! Tiraram do (sagrado) leitor (e da opinião pública) o direito de conhecer o outro lado da história para, aí então, tomar posição (...) Feliz Natal. Bom 2009” [*e-mail* de 10 dez 2008, 09:23 AM]. A partir daí um eloquente *silêncio* falou mais alto.

UM AMOR NA ALEMANHA¹

Todo filme quer transmitir uma ideia, do contrário não passa de uma simples sequência de fatos e um amontoado de imagens. A validade deste pressuposto é claramente percebida no filme *Um amor na Alemanha* do cineasta Andrzej Wajda, obra cinematográfica cujo roteiro é bem concatenado e – do início ao fim – mediado por um conjunto de ideias.²

Do passado, o diretor polonês resgatou o cotidiano da Alemanha nazista, tendo como fio condutor um personagem que tenta reconstituir a sua memória de infância através da história pessoal de sua mãe, Pauline. Ela – uma pequena comerciante alemã – teve um caso de amor com um prisioneiro de guerra polonês.

Tendo esse pano de fundo como pretexto, Andrzej Wajda nos mostra o ambiente tenso, sombrio, onde a nação alemã – microscopicamente representada, no filme, por um vilarejo – se envolveu até

1 Originalmente, este texto é uma *análise fílmica* a ser avaliada por Alcir Lenharo, professor da disciplina *Nazismo e Fascismo* no Módulo IV de minha Especialização *Lato Sensu* em História Moderna e Contemporânea (PUC-MG) realizada no biênio 1992-1993: é um “trabalho escolar” elaborado (de afogadilho) em sala de aula após a exibição do filme *Um amor na Alemanha*. Cf. a essencialidade do *prof.* Alcir Lenharo para a minha formação historiográfica neste livro-memorial à p. 78, n. 8. Cf. UM AMOR NA ALEMANHA. Dir.: Andrzej Wajda. Alemanha Ocidental-França, 1983, 132 min., Drama, Color.

2 Frequentemente repito a primeira frase deste parágrafo – “Todo filme quer transmitir uma ideia, do contrário[...] imagens” – em minhas aulas, quando projeto filmes e os analiso em sala com os estudantes. Na sua integridade, a frase reporta-me a um artigo publicado no jornal *A Tribuna*, em 1988, de autoria de Carlo Bussola, professor de Filosofia da Ufes. À época, fascinava-me as possibilidades de utilização de filmes na escola como recurso didático e, para tanto – pela clareza das ideias –, o artigo do professor ofereceu-me um preliminar direcionamento teórico-metodológico. Devo muito a este artigo – e ao seu autor – por terem me instigado a buscar outras fontes de estudo em torno do tema História & Cinema. Cf. BUSSOLA, Carlo. Como ver e interpretar um filme. *A Tribuna*. Vitória, 21 Set., 1988, AT2, p. 11.

o limite do inacreditável com as diretrizes e normas que “vinham de cima”, do centro do poder, isto é, do Partido Nazista.

Permeia o filme a ideia de que os cidadãos comuns alemães assimilaram e executaram o “catecismo” do *führer* Adolf Hitler. Nos atos mais corriqueiros, na vida privada, no sexo, enfim, em todo tempo e lugar, nas coisas mais banais, a presença do *führer* é uma constante. Todos são cúmplices, mensageiros e apóstolos do líder Adolf Hitler: o soldado, o oficial, o vizinho, o filho, o prefeito, o carrasco, o cientista...

Todos delatam e são delatados. Cada um se torna um espião em potencial. Não há espaço para a omissão política. O olhar de Adolf Hitler é onipresente, onipotente, oni-tudo! Ninguém escapa à sua vigilância e julgamento. O medo da punição faz as pessoas se posicionarem a favor de Hitler; se não há essa convivência, fica um sentimento de culpa pela “traição”. Esse é o tom do filme. Por outro lado, os personagens são – quase sempre – paranoicos, estão perdidos, não sabem como agir em alguns momentos, tamanha a “irracionalidade” do regime que defendem.

É sintomático que o prisioneiro de guerra, Stanislaw Sazada, seja polonês – a nacionalidade de Andrzej Wajda. É Sazada quem pratica o crime de amar uma alemã cujo marido está no *front* – por isso, sua pena é capital: a força. Condena-se a mulher ao campo de concentração. É lógico: é proibida a miscigenação racial com indivíduos “inferiores” – o crime praticado por ela foi ter sido “amante de polaco”.

No processo de julgamento – após pseudos estudos fenotípicos no prisioneiro –, conclui-se que ele é “25% ariano” e poderia, portanto, tornar-se alemão – “raça superior” –, se quisesse. Porém, Stani Sazada se recusa; confirma-se polonês e afirma que seu grito de misericórdia ao carrasco será um arrebatador “Viva a Polônia!”. A bem dizer, neste ponto do filme o diretor Andrzej Wajda redime a si próprio – e a sua Pátria-mãe –, via Stanislaw.

Paira no ar a pergunta: por que arianizar um polonês? Por que transformar em alemão aquele “cão fedorento” eslavo? Talvez a resposta se encontre de forma subliminar no filme-texto: o medo e o

desespero de todos daquela vila por conta do despreparo deles em aplicar as ordens nazistas.

A esquizofrenia é geral e fica clara nos gestos e ações dos personagens, em todo o decorrer da película. Isso é percebido ainda em algumas falas, mostrando as “pequenas resistências” dos próprios alemães ao ideário e às práticas nazistas. Por exemplo, um oficial alemão diz “... existem proibições sem sentido...”; o prefeito fala “... o partido que se f...” etc.

Uma coprodução franco-alemã – marcada com um DNA polonês –, *Um amor na Alemanha* nos deixa um alerta: na vigência do Nazismo, expor-se demais é a própria traição a si mesmo. Deixa-nos também uma verdade: envenenados como estavam os alemães, o amor jamais iria superar o ódio...

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 1993.³

3 Além de *Um Amor na Alemanha*, *prof.* Alcir Lenharo – expert em “estética dos Fascismos” – fez uma série de “exercícios filmicos”, dissecando duas produções cinematográficas alemãs dos anos 1930: um dos filmes foi *M – O vampiro de Düsseldorf* (1931) de Fritz Lang (1890-1976); o outro, *O triunfo da vontade* (1935) de Leni Riefenstahl (1902-2003), cineasta oficial do Partido Nacional-Socialista Alemão. A partir desses laboratórios cinematográficos, o filme entrou de vez na minha vida profissional como recurso didático: desde então – e com uma infinidade de leituras posteriores –, converteu-se numa prática de ensino com robustos embasamentos teóricos e metodológicos. Antes de tudo, cabe a nós – professores de História, no trabalho de sala de aula – *depurar* as obras filmicas, onde muito frequentemente a história é retratada de maneira “ficcionalada”, carregada de anacronismos, clichês, distorções e – quando não – de erros factuais crassos. Como muitas vezes o cinema falseia a História, compete-nos fazer o devido “enquadramento histórico” desses tais filmes “baseados em fatos reais”. Digo isso – claro está, espero –, totalmente inspirado no *prof.* Alcir Lenharo (1946-1996). Cf. análises de filmes produzidos na Alemanha nazista in: LENHARO, Alcir. *Nazismo: o triunfo da vontade*. São Paulo: Editora Ática, 1986. Filmes: O TRIUNFO DA VONTADE. Dir.: Leni Riefenstahl. Alemanha, 1935, 110 min., Documentário, P&B; M – O VAMPIRO DE DÜSSELDORF. Dir.: Fritz Lang. Alemanha, 1931, 117 min., Drama, P&B. Para uma iniciação teórica e prática em torno do uso do filme como (arte e) recurso didático indico estas

quatro obras: i. CARNES, Mark C. *Passado imperfeito: a história no cinema*. Rio de Janeiro: Record, 1997; ii. FERRO, Marc. *Cinema e História*. São Paulo: Paz e Terra, 2010; iii. NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003; iv. ROSENSTONE, Robert A. *A história nos filmes, os filmes na história*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

ENTREVISTAS



A HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO

Por Marcela Tessarolo

O professor José Pontes Schayder, de Cachoeiro de Itapemirim, lançou o livro *História do Espírito Santo – Uma abordagem didática e atualizada*, voltado para alunos do Ensino Médio. Na entrevista, ele fala sobre a obra e conta curiosidades da história do nosso Estado.²

1 Entrevista a partir (e em torno) de SCHAYDER, J. P. *História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada 1535-2002*. Campinas, SP: Companhia da Escola, 2002. O livro foi lançado no Hotel Parthenon Pasárgada, num salão envidraçado com vista panorâmica para a Praia da Costa, em Vila Velha, no dia 02 Mar. 2002 (sábado) dentro da programação do III Encontro de Escolas-Clientes da Companhia da Escola. Dois meses depois (08 Maio), houve uma nova apresentação da obra em Cachoeiro de Itapemirim, na Casa dos Braga/Biblioteca Municipal. A partir de então, viajei para as cidades de Vitória, Linhares, Santa Teresa, São Mateus, Aracruz, Alegre, Castelo, Itapemirim etc., divulgando o livro. Participar de eventos promocionais era uma de minhas responsabilidades contratuais com a Companhia da Escola, de quem (a título de direitos autorais) eu recebia 10% do valor do livro na venda aos clientes da editora. Daqui a pouco conto a história de *por que* este livro veio ao mundo e revelo as maquinacões por trás de seu relativo sucesso...

2 TESSAROLO, Marcela. História do Espírito Santo. *A Gazeta*. Vitória, Dez. 2002, *Prova dos 9*, p. 7. A entrevista foi concedida à jornalista M. Tessarolo e publicada num Caderno Especial, *A Gazeta na sala de Aula*. No início daquele ano, o jornal *A Gazeta* já havia divulgado uma matéria de página inteira sobre o lançamento de meu livro – Cf. RODRIGUES, Carol. Uma (outra) história capixaba. *A Gazeta*. Vitória, 9 Abr. 2002, *Caderno Dois*, p. 1. Fora isso, fui entrevistado na *TV Gazeta* – ao vivo, pelo âncora Edu Henning – no ESTV 1ª Edição (“o seu jornal da hora do almoço”, como eles dizem hoje). Para essa maratona de entrevistas, fui à Redação e aos estúdios da *Rede Gazeta de Comunicações* em Vitória. Na época, eu trabalhava (de quarta-feira a sábado) na Capital – no Centro Educacional Charles Darwin e no Centro Educacional Leonardo da Vinci –, facilitando as minhas idas e vindas às mídias locais, pois – além da *Rede Gazeta* –

A Gazeta – O que traz o livro *História do Espírito Santo, uma abordagem didática e atualizada*?

JPS – Traz, em linhas gerais, exatamente isso: uma abordagem didática e atualizada da História do Espírito Santo. Procuramos, no título do livro, resumir toda a sua proposta historiográfica e metodológica. Além de uma abordagem didática, houve uma preocupação em construir uma abordagem atualizada do conhecimento histórico espírito-santense.

A Gazeta – O livro é dedicado a que público?

JPS – Quando estávamos elaborando o projeto do livro, o público-alvo a quem estava direcionado era o jovem estudante do Ensino Médio. Isso se explica porque a editora Companhia de Escola de Campinas – por ser originalmente especializada em publicar mate-

fui assediado e concedi entrevistas à *TV Tribuna* e à *TV Vitória*. A esta altura, talvez o leitor esteja intrigado, perguntando-se: “Por que ele foi tão procurado?! Por que – da noite pro dia – ganhou notoriedade? O livro dele, por acaso, viralizou e se tornou um *best-seller* estadual?! Tinha surgido, ali, um fenômeno da historiografia capixaba? Teria ele descoberto a fórmula do amor, o segredo do sucesso ou a fonte da eterna juventude? Que raios, afinal, aconteceu, para ocorrer uma virada tão radical na vida deste professor, que saiu do completo anonimato para o estrelato?!”. O leitor quer mesmo saber? Pois, então, digo-lhe em uma palavra – e com todas as letras: DINHEIRO! *Calma*, vou detalhar. Conforme se verá daqui a pouco (na entrevista), a editora do meu livro era de Campinas, São Paulo; ela produzia material didático e estava interessada em entrar no mercado capixaba – por isso, fui convidado a escrever um livro didático sobre a história do Estado do Espírito Santo, que seria, na visão empresarial da editora, um *produto* que lhe daria um “diferencial” em relação a outras editoras do setor. Então, quando o livro foi lançado, a Companhia da Escola contratou – em Vitória – um profissional da área de *Marketing e Propaganda*, que – imagino, bem pago – fez os seus contatos e abriu as portas das empresas midiáticas. Estas, por certo, também receberam cada qual o seu quinhão – “jabá”, no *dialeto* jornalístico – para demonstrar “interesse” pelo meu modesto livrinho. Aí, então, já viu: *sucesso* garantido! O céu era o limite! Dinheiro, leitor... dinheiro! Talento não basta. Aliás, talento é um mero detalhe, quando se tem... dinheiro. Meritocracia?! Conversa fiada! O que conta mesmo é a máquina de propaganda, mas, para as engrenagens dessa *máquina* funcionarem, é necessário (antes) *amaciá-las* com dinheiro, dinheiro... dinheiro!

rial didático para este segmento escolar – pretendia colocar, no mercado capixaba, um livro que atendesse exclusivamente aos candidatos ao vestibular da Universidade Federal do Espírito Santo, Ufes. Na verdade, o projeto era menos ousado: seria apenas a publicação de uma simples apostila. No entanto, em novembro de 2001, quando a apostila já estava praticamente pronta, a Assembleia Legislativa Estadual aprovou a Lei 6.870, estabelecendo a obrigatoriedade da disciplina História do Espírito Santo no ensino fundamental e médio. Foi então que reestruturamos todo o projeto e transformamos a ideia original – a apostila – numa obra mais completa, pedagogicamente falando. Foi aí que surgiu o livro.³

A Gazeta – Quanto tempo de pesquisa? Foi difícil encontrar material?

JPS – Foram praticamente dois anos de pesquisa, lendo e tomando notas das referências bibliográficas disponíveis. Acrescente-se a esse acervo documental, as conversas com testemunhas oculares da história e os anos de experiência que adquiri como professor de pré-vestibular; já leciono História do Espírito Santo há, pelo menos, sete anos. Ajudou-me, bastante, também, o curso de especialização em Metodologia da História, realizado na Pontifícia Universidade Católica – PUC –, em Minas Gerais.

No início, fiquei muito temeroso em aceitar a proposta da editora para escrever um material sobre o Espírito Santo. Pensei: quais serão minhas fontes de pesquisa? Temos uma ideia, errada, de que não há material para ser investigado no Espírito Santo. Há e muito! O problema é que ele está todo disperso, fragmentado. A história local é – quando bem contada – cativante, apaixonante.

³ E o livro exigiu a preparação de um *Caderno do Professor*, onde expus as concepções filosóficas/teóricas que servem de substrato às abordagens historiográficas da obra e – ainda no *Caderno* – ofereço sugestões e orientações metodológicas para a utilização do livro didático em sala de aula. No final, porém, lembro: “... o livro é ponto de partida e não de chegada (...) a aula é do professor e não do livro; o bom docente é livre, autônomo e procura sempre a melhor maneira de transmitir”.

A Gazeta – O capixaba conhece a história do Espírito Santo?

JPS – Para falar francamente, acredito que não. Vivemos um momento histórico de quase “amnésia coletiva”. Conhecemos pouco a história capixaba e menos ainda as conexões desta história com os acontecimentos em nível nacional e internacional. O que geralmente se conhece são fatos pitorescos, folclóricos ou supostamente heroicos do passado que se perpetuam por um processo permanente de distorção e falsificação da história; é o caso, só para citarmos um exemplo clássico, do heroísmo superdimensionado de Maria Ortiz, a mulher que – na visão tradicional da história – expulsou, quase sozinha, uma esquadra inteira de piratas holandesas. Além disso, temas históricos como colonização, escravidão e imigração, quando estudados, geralmente caem no senso comum da glorificação e do saudosismo dos personagens envolvidos. A história real é construída numa sucessão de confrontos intermináveis, pois a sociedade – como podemos presenciar diariamente nos meios de comunicação – é conflituosa.

A Gazeta – Na contracapa do livro você fala em uma história contada às avessas e na construção de uma nova versão da história local. Por quê?

JPS – A primeira coisa a dizer é que ninguém escreve a história inocentemente. A História é, enquanto saber sistematizado, uma interpretação particular do passado, uma versão; existem tantas Histórias quantos forem os historiadores; cada um faz uma determinada leitura do passado; cada um selecionará – ou rejeitará – determinado tipo de documento; cada um dará voz aos agentes históricos de sua preferência ou o que lhe for mais simpático. Quem escreve a História tem uma determinada origem ou posição social, tem interesses específicos a defender; assim, cada autor construirá determinada versão do passado. Em função de minha origem social e de minha formação acadêmica não me sentiria bem em narrar uma história que excluísse o povo do processo histórico capixaba. Por que simplesmente exaltar os “grandes homens” e os “acontecimentos extraordinários” dos quais tomaram parte? Cadê os “eventos ordinários”? Onde estão os “pequenos homens”, que também protagonizam a história? A História oficial exclui todos eles ou os trata como agentes passivos da história, figurantes. Incluir tais personagens na narrativa histórica é

uma maneira de tirá-los das “sombras do passado”, é resgatá-los para a história na condição de sujeitos de seu destino. Adotar esta postura historiográfica é contar a história às avessas, isto é, narrar o outro lado da história.

A Gazeta – Você apresenta uma versão que dá motivos para a dificuldade de canonização do padre José de Anchieta. Fale um pouco sobre isso.

JPS – O “caso Anchieta” é um dos mais polêmicos relatados no livro, embora não seja o único e, talvez, nem o principal dos casos discutidos, no texto, no que se refere a personagens de nossa história local. De qualquer modo, é o ator histórico que está em maior evidência em função de sua virtual canonização pela Igreja Romana. O processo de canonização desse padre jesuíta já tramita, no Vaticano, por mais de três séculos e, parece-nos, dificilmente Anchieta chegará aos altares na condição de santo católico. Quem disse isso, na verdade, não fui eu; foi, sim, o antropólogo Darcy Ribeiro, que cito no livro por concordar com ele neste ponto.⁴ Atenta contra a canonização de Anchieta o fato de ele ter escrito um poema de 3.054 versos elogiando o massacre promovido pelos colonos brancos contra os índios em diversos pontos do território brasileiro, inclusive no Espírito Santo, no início da colonização. Nesse poema, ele defende a guerra contra os índios, exalta a violência dos colonos, chama os

⁴ E, como se sabe hoje, eu e o Darcy estávamos errados: dou o braço a torcer! Depois de um longo processo de 417 anos, o padre *jesuíta* José de Anchieta – apesar de não ter nenhum milagre catalogado, *registre-se!* – foi canonizado, em 2014, por Francisco, o primeiro papa oriundo da Ordem dos Jesuítas a assumir o trono pontifício em toda a história da Igreja Católica. Mera coincidência, esse elo *jesuítico* conectando o *santo* papa ao padre (agora) *santo*? Pelo sim, pelo não, está anunciado: São José de Anchieta subiu aos altares, para a glória dos fieis católicos, que (sempre) dizem... amém! Cf. RIBEIRO, Darcy. *A fundação do Brasil: testemunhos, 1500-1700*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992, p. 29. Nesta página, Darcy Ribeiro é enfático: “O Vaticano gostaria muito de fazer deste ilhéu das Canárias [arquipélago onde José de Anchieta nasceu] o primeiro Santo brasileiro, mas isso se tornou *impossível* por causa *destes versos* exultantes” (*grifado*). De quais *versos* ele está falando? O curioso leitor saberá agora, na entrevista...

índios de “bárbaros”, “sanguinários”, “selvagens” e coisas do tipo. Se o padre José de Anchieta não foi canonizado até hoje, dificilmente será exatamente no momento em que a Igreja Católica está revendo a sua história e pedindo perdão por seus “pecados históricos”.⁵

A Gazeta – O que é “pensar historicamente”, conforme escreveu na *Introdução* do livro?

JPS – Pensar historicamente é adquirir a capacidade de transformar informações referentes à História em conhecimentos úteis à vida prática; é aprender a *interagir* o passado com o presente, compreendendo que eles – apesar das distâncias temporais – estão conectados; é entender que as lutas derrotadas, no passado, podem ser retomadas, no tempo atual, e tornarem-se vitoriosas.

A Gazeta – Em novembro de 2001, como você mesmo disse há pouco, a Assembleia Legislativa Estadual aprovou uma lei tornando obrigatório o ensino da história capixaba aos alunos do ensino fundamental e médio. Qual sua opinião a respeito? Os professores estão preparados para lecionar sobre a História do Espírito Santo?

JPS – Particularmente, achei fantástica esta lei! A aprovação da lei contribui para estimular o estudo da história regional, que é considerada, por muitos, uma “história menor”. No entanto, a história regional oferece possibilidades infinitas para fortalecer a nossa identidade local. Há vantagens que não devem ser desprezadas ao se adotar o ensino da História do Espírito Santo nas séries do ensino fundamental e médio. Para tanto, é necessário que os professores

5 No chamado Jubileu do Ano 2000 – e mesmo antes, em diversos momentos de seu longo pontificado (1978-2005) –, o papa João Paulo II lamentou as “dolorosas memórias” que pontuam a bimilenar história do catolicismo e – almejando a *purificação* da instituição – pediu perdão “por uma multiplicidade de fatos históricos nos quais a Igreja ou grupos de cristãos estiveram envolvidos de vários modos”. Por exemplo: num desses “atos de expiação” pública, o pontífice pediu perdão aos índios da América Latina – pelos maus-tratos sofridos no processo de catequização – e aos negros deportados da África como escravos – Cf. Doc. *Memória e reconciliação: a igreja e as culpas do passado*. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 16-17.

de História estejam realmente capacitados para trabalhar a História local numa perspectiva crítica e transformadora. Quanto a esta capacitação, acho que é uma questão de tempo. Nós, professores de História, gostamos de inovações e desafios.^{6/7}

6 Na sequência (não publicada) de minha fala, o raciocínio é concluído assim: “Hoje, são poucos os professores que trabalham com História do Espírito Santo porque, talvez, não se deixaram contagiar por seu fascínio; essa situação, todavia, está com os dias contados e a Lei Nº 6.870 pode ajudar nesse sentido...”. Só que não! A tal lei foi, sim, aprovada pela Assembleia Legislativa, assinada por seu presidente, o deputado José Carlos Gratz, e publicada no Diário Oficial de 14.11.2001, porém – alinhavada por mãos tortas – não deu em nada: ela nunca saiu do papel! Em nosso país, é assim – e o senso comum sabe disto: tem lei que “pega” e tem lei que “não pega”. Essa não pegou. Uma pena.

7 O lançamento de *História do Espírito Santo...* e a sua bem sucedida repercussão midiática (ver notas 1 e 2) provocou uma situação inusitada (e, para mim, constrangedora). Contarei a história, mas – não podendo prová-la, pois (sobre ela) tenho apenas “testemunhas auriculares” – os nomes dos personagens serão omitidos: citá-los não seria prudente, nem lícito. Ciente dessa lacuna, cabe ao leitor decidir encerrar a leitura por aqui ou, lendo o relato até o final, julgar se a história é (ou não) plausível e digna de fé. Pois bem... Publicado no início de um ano eleitoral (2002), *História do Espírito Santo...* despertou a atenção de certo Político (“Sr. P”, doravante), candidato a uma das 540 cadeiras disponíveis naquele ano para o Congresso Nacional. Pelo e-mail disponibilizado no livro “Sr. P” entrou em contato comigo: teceu altos elogios ao meu “estilo narrativo” e convidou-me para “um café”, onde me faria uma proposta de trabalho; eu não tinha nem uma vaga ideia do que poderia ser... Por curiosidade (e pelo café), aceitei o convite. Na prosa, conheci o teor da proposta: meu interlocutor precisava de um ghost-writer para abastecê-lo de pequenos discursos com informações históricas relativas (e adaptadas) aos diversos rincões das terras capixabas; munido desses textos – ele imaginava – poderia estabelecer “laços afetivos” e conquistar os corações, as mentes e... os votos dos eleitores. De imediato, informei ao “Sr. P”: a proposta não me interessava. Cortesmente, agradeci-lhe o convite (e o café) e fui-me embora... Via de regra, o assunto para mim estava encerrado, mas... eis que... (alguns dias depois, por telefone)... o secretário de uma (outra) raposa política espírito-santense convidou-me para “tomar um café” em seu gabinete. Por ser curioso, fui ver do que se tratava... Lá, durante o café – e depois de ouvir louvores à minha atuação de professor e galanteios redobrados à obra *História do Espírito Santo...* –, pude sentir o (forte) teor daquele encontro. O secretário me colocou a par de que “soube” de minha (primeira) recusa em assessorar

o “Sr. P”; por isso – “sem que o ‘Sr. P’ soubesse” –, estava ali intercedendo e, “fraternalmente”, aconselhava-me a repensar a oferta. Para tanto, “argumentou” mais ou menos assim: “pense bem, professor, o ‘Sr. P’ pode, no próximo ano, estar em Brasília e pode, quem sabe, conseguir um mestrado em História numa universidade europeia para o senhor e...”. Golpe baixo! Tentou atingir o meu “ponto fraco”: o amor pelo estudo da História. Em troca? Meu trabalho intelectual, minha consciência e... dignidade. Dessa vez, o assédio tinha ido longe demais e, sem condescendência, eu – pasmo com aquela proposição sórdida e nada republicana – deixei patente minha (segunda e categórica) negativa e, desta vez, sequer agradeci o café: de baixa qualidade, exalando um cheiro repulsivo e de péssimo gosto, estava intragável.

PÁGINAS ESQUECIDAS

Por Livia Corbellari

“Este livro nem era para existir; é, na verdade, fruto do acaso”. Assim o professor José Pontes Schayder começa a entrevista sobre o seu novo livro, *Como se tem escrito a história do Espírito Santo* (...). Escrito na forma de ensaio, o livro propõe um novo método historiográfico. A partir das minibiografias de dois imigrantes portugueses em terras capixabas, o autor procura dar voz a personagens e fatos históricos pouco explorados pela história tradicional capixaba.

Século Diário – Como nasceu a ideia do livro? Li, no *release*, que foi a partir de uma matéria do *Século Diário*; pode falar um pouco mais sobre isso?

J.P.S. – Este livro nem era para existir. É, na verdade, fruto do acaso. Vou explicar. Estava reescrevendo o livro *História do Espírito*

¹ Entrevista concedida – no dia 04. Out. 2011 – à jornalista Livia Corbellari do *Caderno A* da e-*revista Século Diário*. No mesmo dia – sob o *sugestivo/inteligente* título *Páginas esquecidas*, a matéria foi postada no *site* da mídia. Meu contato com a jornalista era pelo *e-mail* liiviacor@gmail.com. Hoje, a matéria *Páginas esquecidas* está apagada, mas Livia Corbellari está *viva* em minha memória pela capacidade de sintetizar em um título simples – *Páginas esquecidas* – a essência e a proposta de todo o livro. Como é importante um bom título! A propósito, *pintou* uma dúvida: será que o título dado a este livro-memorial agradou aos meus seis ou sete leitores? A propósito 2: a expressão “seis ou sete leitores” é uma reverência feita ao professor Francisco Grijó, de Vitória, conforme está explicado *tintim por tintim* in: SCHAYDER, J. P. *Passado a limpo: o Estado capixaba e o seu mito fundador*. Cachoeiro, ES: Edição do Autor, 2017, p. 470.

Santo: uma abordagem didática e atualizada – publicado em 2002 –, para relançá-lo este ano (ou no próximo), ampliado, corrigido e atualizado; essa era a intenção. Entretanto, no processo de reescrita daquela obra, ocorreu-me – num *insight* – a ideia de lançar um livro que mostrasse ao leitor capixaba *como* o saber histórico tem sido produzido no Espírito Santo. Mostrar – sob a minha perspectiva – de que forma a maioria dos historiadores capixabas têm, tradicionalmente, produzido o conhecimento histórico e *como* proponho que esse conhecimento seja construído a partir de agora através de um *novo tipo* de concepção de história regional.

Então, neste livro – *Como se tem escrito a História do Espírito Santo* – que vou lançar na 5ª Bienal Capixaba do Livro, esclareço qual novo método historiográfico é esse e demonstro – na prática – *como* ele funciona.² Nesse livro, a partir das minibiografias de dois imigrantes

2 Na Grande Vitória, o livro foi lançado na 5ª Bienal, no *Shopping* Norte-Sul, no dia 08 Out. 2011, às 15 h; em Cachoeiro de Itapemirim, o lançamento ocorreu na Câmara Municipal, no dia 17 de agosto do mesmo ano. Nessa data, às 19 h, o salão do Plenário da Câmara abrigou meus convidados – familiares, amigos, professores, estudantes etc. O local do lançamento foi uma sugestão do meu grande amigo e parceiro de ofício, *professor* Leonardo Pacheco Pontes (Prof. Léo), exercendo seu primeiro mandato de vereador – a ele, e àquela equipe de assessores da época, agradeço mais uma vez. No lançamento, alguns convidados – para os quais um exemplar do livro havia sido previamente entregue – pediram para comentar a obra, destacar trechos, sugerir a leitura etc. Aí, destaco as palavras (sempre emocionantes) da Ariette Moulin, professora de História, historiadora, cronista e – em muitas ocasiões, pela amizade que cultivamos há décadas, é (sem saber) – minha conselheira. Dessa cerimônia, vou ressaltar, por último, a presença de um jovem estudante que – em nome dos demais colegas do Ifes ali presentes – expressou singelas, belas e amáveis palavras dizendo o quanto – na opinião dele – sentia-se privilegiado por estudar História comigo; pois, eu é que – hoje, olhando pelo *retrovisor* da história – posso dizer o quanto me honrou conhecer este jovem, Gabriel Bizi, e ter sido professor dele por três anos (2009-11). Porém, em 2017, aos 25 anos, “Sr. Bizi” teve a linha da vida cortada de forma trágica/súbita num acidente automobilístico, num trecho da BR 101 próximo a São Mateus, Norte do ES. Naquele dia – na Câmara –, no lançamento do livro, ele me homenageou com palavras cujo teor da mensagem nunca esquecerei. Agora, eu é que deixo registrada aqui a minha (tardia) homenagem àquele estudante de jeito simples, fala educada e olhar curioso, posto que – sem dúvidas! – o Sr. Bizi

portugueses em terras capixabas, faço o que – tecnicamente falando – poderíamos classificar de “exercício de micro-história”. É preciso esclarecer que, na visão da *micro-história*, as “coisas miúdas” – ou seja, os personagens históricos aparentemente insignificantes e as *pequenas localidades* ou regiões, como é o caso do Estado do Espírito Santo –, quando observadas e investigadas de forma satisfatória, podem revelar as engrenagens e dinâmicas que movem a história global. É como tenho dito em diversas oportunidades: no estudo da história regional, o *micro* deve desnudar o *macro*.³

Desse modo, não é mero acaso que dediquei o livro *Como se tem escrito a história do Espírito Santo* a um personagem anônimo da história do tempo presente do nosso Estado. Personagem, aliás, que descobri graças ao trabalho jornalístico do *Século Diário*, que o eternizou em suas páginas eletrônicas. Através desse pequeno ator da história capixaba percebi aspectos até então pouco evidentes sobre a questão da ação dos indivíduos nas transformações sociais e da relação do indivíduo – qualquer indivíduo – com o tempo histórico. Quem é esse personagem e qual é a sua história? No livro, conto tudo...

Século Diário – Em quais premissas se fundamenta a ideia-matriz do livro?

J.P.S. – A ideia matricial – que entrecorta todo o livro *Como se tem escrito a história do espírito Santo* – é esta: não se deve construir uma narrativa de história regional descolada dos acontecimentos nacionais e internacionais. É preciso, sempre, fazer as devidas conexões históricas entre os eventos ocorridos nas escalas *micro* e *macro*. Só assim a história do Espírito Santo, que está num nível micro,

representa uma geração de jovens imprescindíveis na minha vida. A propósito, a turma do Sr. Bizi – a EMI 2009, primeira turma do Curso Técnico em Eletromecânica Integrado ao Ensino Médio do Ifes-Cachoeiro – escolheu-me (em 2012) para ser o seu *Pananinfo*, na formatura. Selamos ali – a contento (e em grande estilo) – as nossas relações.

³ Nessa entrevista, dê uma atenção especial a esse parágrafo, pois ele contém a *essência* de como deve ser praticada a micro-história cuja ideia-chave está condensada na *fórmula* “o micro desnuda o macro”.

adquire um sentido; só assim a realidade histórica capixaba pode ser captada em sua essência. Compete, portanto, ao historiador regional de novo tipo, auscultar a “alma histórica” do Espírito Santo, a fim de que o povo capixaba compreenda efetivamente qual é sua autêntica identidade.

Enquanto nossa visão histórica se mantiver aprisionada, como está há séculos, nos limites geográficos deste espaço microcósmico chamado *Espírito Santo* não seremos capazes de compreender quem, de fato, nós – os capixabas – somos, ou, então, qual é, no contexto global, o sentido ou a importância de nossa história. Se não houver essa guinada historiográfica proposta no livro, continuaremos achando que o Espírito Santo é, em si mesmo, o mundo, mas, na verdade, um mundo paralelo, descolado do resto do planeta Terra; *esse* Espírito Santo *solto no ar*, contudo, só existe imaginariamente, na mente de certos estudiosos locais. Ou seja, se nossa visão de mundo não mudar, continuaremos sendo um povo provinciano, no pior sentido da palavra.

Século Diário – Quais são os problemas da *construção* da história do Espírito Santo? No *release*, é citado algo sobre “relações incestuosas”... o que vem a ser isso?

J.P.S. – Penso que o maior empecilho para a construção de uma história capixaba de *novo tipo* seja o fato de que grande parte de nossos historiadores regionais – seja em troca de dinheiro e/ou de notoriedade – esteja associada aos poderes político (isto é, ao Estado) e econômico – ou seja, às empresas. Tem ocorrido com muita frequência, também, de o historiador regional atrelar-se à grande imprensa, que – no caso do Espírito Santo – não passa de mero aparelho ideológico do Estado e das corporações capitalistas. Nesse sentido, *Estado*, *Empresa* e *Mídia* formam – a meu ver – a misteriosa *Santíssima Trindade* protetora dos historiadores regionais tradicionais.

Enfim, o que estou tentando dizer é o seguinte: de modo geral, a maior parte dos historiadores capixabas que se ocupam em escrever sobre a história do Espírito Santo vendeu sua alma para o sistema. Esse é o ponto! Por isso, tais historiadores foram obrigados a se converter e a professar a fé de seus patrocinadores; como

consequência inevitável, tiveram que penhorar seus cérebros e alienar suas consciências. Não houve escapatória para eles! Daí porque defendem, intransigentemente, a história oficial, escrita de acordo com os interesses dos poderes estatal, empresarial e/ou midiático. Produzem, por isso, uma história *arrumadinha*, isto é, sem conflitos, que cultua os “grandes nomes” e, lógico, os “grandes fatos” que eles protagonizaram ao longo dos quase 500 anos de história capixaba.

Nesse tipo de história, os “pequenos personagens” das camadas populares e os conflitos sociais inerentes ao processo histórico da sociedade capixaba não têm lugar, sendo, por causa disso, “esquecidos”. Aos historiadores regionais comprometidos com a “outra história” do Espírito Santo compete dar voz e lugar a esses sujeitos históricos marginalizados e às suas lutas. Essa é, em linhas gerais, a função social desse *novo tipo* de historiador regional. No entanto, para cumprir bem o seu papel, ele precisa combater o *staff* de historiadores oficiais, denunciando as relações incestuosas estabelecidas entre eles, o Estado, as corporações capitalistas e as empresas de comunicação. É isso o que tenho procurado fazer; foi isso o que fiz, inclusive, na introdução do ensaio *Como se tem escrito a história do Espírito Santo*, onde esse assunto é debatido em profundidade. Por isso é que agora, tendo a oportunidade de falar através deste *Século Diário*, aproveito para convidar meus potenciais – e supostos – leitores a participarem deste debate.⁴

⁴ Para o leitor – especialista ou não – interessado em aprofundar o debate sobre as possibilidades da micro-história – vertente historiográfica adotada no *Como se tem escrito...* –, ofereço uma biblioteca básica. Nestes livros – eu garanto – há sérias reflexões sobre o tema: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil- Difel, 1989; LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998; SERNA, Justo & PONS, Anaclet. *Cómo se escribe la microhistoria*. Madrid, Esp.: Frónesis, 2000.

ES de Fato¹

O ESPÍRITO SANTO PASSADO A LIMPO SOB A ÓTICA DE FATOS HISTÓRICOS

Por Aílton Weller²

A busca pela desconstrução das versões oficiais do presente e do passado da história do Espírito Santo e a reinterpretação das verdades já estabelecidas foram as fontes de inspiração para a composição do livro *Passado a limpo* escrito pelo professor de História José Pontes Schayder.

Essa é a terceira obra do historiador como autor único e – a exemplo das anteriores – traz abordagens sobre temas inerentes ao Estado. Nesta entrevista ao ES de FATO, Schayder destaca pontos que considera importantes dessa pesquisa que levou mais de uma década para ser concluída e é distribuída em 516 páginas. Confira a seguir.

ES DE FATO – Quais os principais objetivos da composição do *Passado a Limpo*?

SCHAYDER – Desde quando comecei a escrever sobre temas ligados à história do Estado do Espírito Santo, lá no distante ano de 1999, meu objetivo sempre foi chamar a atenção do povo capixaba para questões obscuras do seu presente e do seu passado. O que me importa – como historiador – é lançar luz sobre pontos nebulosos, é desconstruir versões oficiais, é reinterpretar verdades estabelecidas;

¹ Entrevista a partir (e em torno) de SCHAYDER, J. P. *Passado a limpo: o Estado capixaba e o seu mito fundador*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Edição do Autor, 2017.

² WELLER, Aílton. Espírito Santo passado a limpo sob a ótica de fatos históricos. *Espírito Santo de Fato*. Cachoeiro de Itapemirim, 21 Abr. 2017, *Entrevista*, p. 6.

fazendo isso, espero estar contribuindo para a reflexão crítica da história estadual e, por conseguinte, espero estar ajudando a formar uma boa consciência cidadã.

ES DE FATO – O que levou o senhor a buscar pelo tema?

SCHAYDER – Num dado momento das minhas investigações, detectei *sinais* e *sintomas* de uma grave patologia disseminada por todo o corpo social e político do Espírito Santo: regra geral, os capixabas se sentem discriminados e perseguidos dentro do país, como se o nosso Estado fosse “o patinho feio do Brasil” – ou, como também se costuma dizer, “o primo pobre do Sudeste” ou, ainda, “o eterno injustiçado da União”. Com o tempo, percebi que o esporte estadual de um bom número de capixabas é lançar sobre terceiros a culpa por nossos males e nossos problemas, como se sempre houvesse vilões além-fronteiras dispostos a – de má-fé – prejudicar o Estado capixaba.

Essa vitimização do povo capixaba, essa posição de se colocar (sempre) como “pobre coitadinho”, não me parecia razoável e – através de minhas pesquisas – pude constatar que a alegada perseguição alheia não passa de... puro mito. Contudo, não se trata de um mito qualquer, trata-se do *mito fundador* do Espírito Santo, isto é, acredita-se que essa perseguição teve início lá nos primórdios de nossa história – no tempo do *velho* donatário Vasco Fernandes Coutinho –, quando se fincou os pilares de fundação da colonização do solo espírito-santense; tal perseguição, na ótica desta crença mítica, é o nosso “mal de origem”. Tudo não passa, porém – reafirmo – de puro mito. É disso que falo, ao longo deste meu novo livro; e falo disso para desmistificar, para dizer que os culpados por nossos infortúnios somos nós mesmos, os capixabas, e não os outros.

ES DE FATO – Quanto tempo de pesquisa para chegar ao complemento da obra?

SCHAYDER – De pesquisa, foram aproximadamente dez anos. Para escrever o livro, gastei mais dois anos, oito meses e seis dias, ou seja, exatos 978 dias, conforme registrei – o leitor verá – na *Apresentação* da obra. Então, pesquisa e escrita somados me consumiram

quase treze anos. O trabalho, apesar de árduo, foi feito com muito prazer: construir uma narrativa histórica – pelas descobertas que se faz – é algo fascinante.

ES DE FATO – Quando será o lançamento: dia, hora e local?

SCHAYDER – No dia 26 de abril [de 2017], às 12 h., haverá um pré-lançamento da obra, no Instituto Federal do Espírito Santo – será um encontro intimista, para servidores e estudantes do Ifes. Depois, enfim, o lançamento, no dia 16 de maio, às 18:30 h., no Centro Universitário São Camilo. Importante observar que o lançamento ocorrerá dentro da programação da Semana de História promovida pelo curso de História daquela conceituada instituição; neste ano, a Semana de História – é bom enfatizar – seguirá o eixo temático *Nas entrelinhas da memória: História e Literatura*.³

3 Foi bonita *a festa*, pá! Aliás, *as festas*, no plural: a do *pré-lançamento*, no Ifes, e a do *lançamento*, no Centro Universitário São Camilo – Cusc. Nos dois *eventos*, muita gente amiga, muitos estudantes, professores e familiares reunidos para festejar o *Passado a limpo*. Esses foram os primeiros movimentos para *lançar* o livro e *semear* as ideias nele contidas. Depois, pensei em relançar a obra em outras cidades – especialmente em Vitória, mas – por falta de dinheiro (dinheiro!!) em caixa – a ideia não vingou. Fora Ifes e Cusc, recebi um convite – por intermédio do professor de História, ex-aluno e grande amigo Fernando César Rodrigues – para apresentar o livro na Escola *Maria da Glória Nunes Nemer*, no município de Marataízes. Lá, num encontro cultural focado em “autores capixabas”, professores e estudantes prepararam um saboroso “Chá *com* Schayder” – foi muito agradável, com direito a música, poesia, prosa e... chá, muito chá. Foi uma festa! Desses encontros festivos em torno do *Passado a Limpo*, vale destacar os imprescindíveis (e voluntários) apoios logísticos dos estudantes Allan Gonçalves Henriques, Giovanni de Freitas Lima Dalvi, Lina Stephany Vieira Leal e Jônatas Silveira da Silva. Esse quarteto de jovens do Ifes – sem medir esforços – ajudou-me a organizar o pré-lançamento e, no lançamento, estiveram na linha de frente da agitada “noite de autógrafos”, vendendo os exemplares do livro aos leitores, que – felizmente – eram muitos e (muito) qualificados. Para aqueles três primeiros jovens – Allan, Giovanni e Lina, com os quais participei (no Ifes-Vitória, em 2018) de uma simulação de geopolítica sobre a independência das colônias portuguesas na África dos anos 1970 – digo (inspirado em *Tanto mar*, de Chico Buarque): “Foi bonita a festa, pá!/Fiquei contente/Ainda guar-

do renitente/Um velho cravo para mim” e... obrigado pelo apoio e pelo lindo cravo vermelho, que guardo comigo. Para o quarto *mosqueteiro* – Jônatas, que além de tudo leu (criticamente) e ajudou-me a revisar a *Introdução do Passado a limpo* às vésperas da publicação – digo: siga o seu curso de História na excelente UFRJ e “torna-te quem tu és”: um grande professor e pesquisador. [Trimmm! Trimmm!...] Não é que, enquanto eu escrevia este livro, um telefonema traria uma boa nova? [Alô!] *Do outro lado da linha* (alguém ainda diz isso?!), um estudante recém-egresso do Ifes – Rael Ribeiro de Carvalho – conta-me (feliz da vida) que é o mais novo universitário do curso de História na conceituada Unicamp – Universidade de Campinas, SP. Diz-me, então, leitor: esses jovens estão ou não fazendo História?! Sigo festejando...

Aqui Notícias¹

O ESPÍRITO SANTO 'PASSADO A LIMPO' POR HISTORIADOR

Por Guilherme Gomes²

A obra do professor e historiador José Pontes Schayder é uma narrativa histórica que busca desmistificar a crença de que o Estado do Espírito Santo desde a sua fundação vem sendo discriminado e perseguido dentro do Brasil.

Aqui Notícias – Qual o título do livro e a editora?

Professor Schayder – O título do livro é *Passado a limpo: o Estado capixaba e o seu mito fundador*. A obra é uma Edição do autor, ou seja, a edição e o projeto gráfico do livro foi todo financiado por mim, sem qualquer patrocínio público por meio das chamadas leis de incentivo à cultura.

Aqui Notícias – Do que se trata o livro? Qual é o enredo de sua narrativa?

Professor Schayder – O livro é uma narrativa histórica. Trata-se, vamos dizer, de um ensaio historiográfico onde, através de uma viagem pela história do Espírito Santo, procuro responder quando, onde, por que e por quem foi criado o que chamei de “mito fundador do Estado capixaba”.

¹ Entrevista a partir (e em torno) de SCHAYDER, J. P. *Passado a limpo: o Estado capixaba e o seu mito fundador*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Edição do Autor, 2017.

² GOMES, Guilherme. O Espírito Santo 'Passado a Limpo' por historiador. *Aqui Notícias*. Cachoeiro de Itapemirim, 13-14 Maio 2017, *Entrevista*, p. 8.

Aqui Notícias – O que seria esse “mito fundador”?

Professor Schayder – É, em linhas gerais, uma crença. É a crença de que o Espírito Santo, desde a sua fundação por Vasco Fernandes Coutinho em 1535, vem sendo discriminado e perseguido dentro do Brasil. Dito de outro modo? O mito fundador é uma mentira compartilhada pela maioria dos capixabas: a mentira de que o Espírito Santo é um pobre coitadinho, vítima das perversidades alheias desde os tempos mais remotos de sua história.

Por culpa desta mentira socialmente compartilhada, é como se nós, os capixabas, estivéssemos marcados a ferro com um estigma, com uma espécie de “pecado original” ou um “mal de origem” grafado em nosso DNA. O mito fundador se traduz, por exemplo, nessa ideia equivocada de que, atualmente, o Estado capixaba é – como é costume se dizer e ouvir pelas terras capixabas – o “patinho feio do Brasil”, o “primo pobre (ou o Acre) do Sudeste”, o “órfão da República” ou o “eterno injustiçado da União”.

No livro, desconstruo esta crença mítica, pois – no meu entendimento – esse mito da eterna perseguição mancha a alma do povo espírito-santense, fazendo com que a principal identidade dos capixabas seja a “mania de fracasso”. Nesse sentido, diria que a nossa alma coletiva está doente, pois – à medida que botamos fé neste mito – nos tornamos um povo de paranoicos.

E digo mais. Como uma farpa, esse mito está encravado no imaginário coletivo local, manifestando-se de mil e uma formas. O mito fundador está presente em nosso cotidiano, seja em textos jornalísticos, em discursos políticos, em livros didáticos, em obras literárias, seja em conversas informais e, até, em piadas capixabas autodepreciativas. É – para dizer o mínimo – um mito perigoso, pois, sem que tenhamos consciência, nós contribuimos para a sua transmissão.

Aliás, é bom que se diga: por influência do mito fundador, heróis e símbolos foram inventados no Espírito Santo. Figuras heroicas locais, como Maria Ortiz e Domingos Martins, por exemplo, foram fabricadas a partir do mito fundador. O próprio lema *Trabalha e Confia*, inscrito na bandeira estadual, foi criado por influência do mito de fundação.

Aqui Notícias – Qual o período que o livro foi escrito?

Professor Schayder – Para ser exato, o livro foi escrito ao longo de dois anos, oito meses e seis dias, conforme registrei na *Apresentação* da obra. Este, porém, foi o tempo da escrita, pois a pesquisa prévia necessária para começar a escrever o livro computou mais de uma década. Feitas as contas, estive, portanto, envolvido com o projeto deste livro por cerca de treze anos. Valeu a pena, contudo, porque a pesquisa ajudou-me a decifrar a alma, o caráter – a “individualidade coletiva” – do povo capixaba.

Aqui Notícias – Qual a expectativa para o livro como escritor?³

Professor Schayder – Minha esperança é a de que o livro *Passado a limpo* possa, primeiro, ajudar cada um dos cerca de 4 milhões de espírito-santenses a refletir sobre o significado do que seja “ser capixaba” hoje, e – num segundo momento – possa ajudar a cada um deles a se libertar das amarras do patológico *mito fundador* do Espírito Santo. Não à toa, dediquei o livro ao povo do Estado do Espírito Santo, conforme inscrevi na abertura da obra. No fim das contas, é um livro para lavar a alma do Espírito Santo. Tenho a expectativa de que, pelo menos, o livro ajude o capixaba a repensar a si mesmo e a sua história: para mim, isso já seria razão suficiente para justificar a narrativa.⁴

³ Antes de responder a esta pergunta sobre a minha “expectativa para o livro”, urge fazer uma menção a Cláudia Fernandes Benevenuto: excelente professora de Português/Inglês e colega de trabalho no Ifes – campus Cachoeiro –, foi uma das mais empolgadas divulgadoras do *Passado a limpo*.... Só entre os seus colegas no Mestrado de Ensino de Humanidades, em Vitória, a *prof.^a* Benevenuto deve ter vendido uns quarenta exemplares da obra: sem dúvida, foi um apoio “benvenuto”! Sou-lhe muito grato, adorável professora! Portanto, leitor... tendo recebido apoios como esse, minha “expectativa para o livro” era muito otimista, como se verá na resposta...

⁴ Publicada na antevéspera do lançamento do *Passado a Limpo* no Centro Universitário São Camilo, essa entrevista concedida ao jornalista Guilherme Gomes foi de extrema importância para a divulgação (e, no meu sentir, foi *determinante* para o saldo positivo) do evento. A versão eletrônica da entrevista foi curtida e compartilhada por centenas de internautas, dando uma visibilidade sem igual à

obra – e ao autor, que (num piscar de olhos) ficou “*famosinho* nas redes”. Agradeço o empenho do *repórter* Guilherme Gomes em realizar e *publicar/postar* o *bate-papo* em tempo hábil, bem como agradeço – desta vez, de forma muito mais *especial* e de todo o meu coração – ao *ex-aluno* Guilherme por ter marcado presença no lançamento. Foi bom vê-lo por lá, Sr. *Lemim*.

O CASO MARIA ORTIZ

The background is a vibrant pink surface covered with a dense collage of torn paper scraps. These scraps include various elements: a detailed illustration of a multi-masted sailing ship; a portrait of a woman in a long red dress holding a broom; a drawing of a large wooden cannon; and numerous fragments of printed text in Portuguese. Some legible words and phrases include "maria", "Tchau,", "mentira, que a-", "JOSÉ", "Tchou", "de flaut", "Navegar é o", "história, se p", "1625, onde u", "admito, An", "ta Ortiz é ilusor", "existiu e n", "ade. Con", "nfo, a con", "o 'empole", "em 1909, já". The overall aesthetic is one of historical mystery and investigation.

MARIA ORTIZ: MEA-CULPA¹

Espírito Santo, perdoe-me, pois errei. Confesso: parte da culpa é minha, se a *Caprichosos de Pilares* “rebaixou” Maria Ortiz à condição de prostituta. Falsifiquei a história, profanei a memória da heroína e ultrajei a honra do povo capixaba. Quero penitenciar-me, publicamente.²

Em 2002, na pressa de cumprir prazos para publicar um livro sobre a História do Espírito Santo, não fui criterioso o bastante para confrontar os documentos sobre Maria Ortiz e, baseando-me apenas em fontes secundárias, concluí – equivocadamente – que ela “era prostituta, proprietária de um bordel em Vitória”. Cometi uma “heresia histórica”, mesclando ficção e realidade. Conforta a minha consciência, no entanto, a convicção de que não estou sozinho nesse processo de falsificação do passado e mutilação da história. Explico-me.³

1 Cf. SCHAYDER, J. P. Maria Ortiz: mea-culpa. *A Gazeta*. Vitória, 2 Mar., 2006, *Opinião*, p. 6. No mesmo dia, Abdo Chequer – hoje, Diretor de Jornalismo da Rede Gazeta e, à época, âncora do telejornal *Bom dia, Espírito Santo* da *TV Gazeta* – leu ao vivo, na abertura do telejornal, o primeiro e último parágrafos deste artigo. Tais parágrafos foram propositalmente estruturados para se assemelharem ao ritual do sacramento da *Confissão* (*Penitência* ou *Reconciliação*) dos católicos: por isso, começo o texto com “Espírito Santo, perdoe-me, pois errei” e termino clamando o “Absolva-me, Espírito Santo!” Até hoje lamento o jornalista Abdo Chequer ter lido *apenas* o periférico (e pequeno) ato de contrição, mas não se ater ao *miolo* do artigo, pois – grosso modo – é ali, no *miolo*, que está seu núcleo vital.

2 Em 2006, a escola de samba carioca Caprichosos de Pilares levou o samba-enredo *Na folia com o Espírito Santo, o Espírito Santo caprichou* para a Marquês de Sapucaí, avenida-palco dos desfiles carnavalescos do Rio de Janeiro: no carro abre-alas, uma alegoria monumental representava Maria Ortiz num bordel, circundada por um grupo de prostitutas. Não por isso, mas, no fim das contas e na classificação geral, a Caprichosos de Pilares ficou no penúltimo (13º) lugar do Grupo Especial e foi rebaixada para o Grupo de Acesso, a segunda divisão do carnaval carioca.

3 Errei. Errei feio! Num livro didático publicado em 2002, referi-me a Maria Ortiz

Na versão oficial, a única *fonte primária* referente a Maria Ortiz é uma carta datada de 1625, na qual o donatário da Capitania do Espírito Santo informou ao Governador Geral do Brasil como os capixabas reagiram ao ataque dos piratas holandeses a Vitória. Eis parte do relato: “Na repulsa dos invasores audaciosos é de justiça destacar a atitude de uma jovem moça que astuciosamente retardou o acesso dos invasores à parte alta da vila, permitindo que organizássemos a defesa da sede. Essa jovem se tornou para todos nós um exemplo vivo de decisão, coragem e amor à terra”.

Exposto o fato, surgem as dúvidas. A “jovem moça” citada nesse documento é a *nossa* Maria Ortiz? Na descrição do acontecimento, a testemunha ocular não faz menção ao tacho com azeite quente, água fervente e aos demais objetos (pedras, paus, brasas) com as quais se acredita que Maria Ortiz “queimou horivelmente” os invasores e “decidiu a batalha”. Quando, onde e por que esses “pequenos detalhes” foram acrescentados à versão original, transformando Maria Ortiz (?) em super-heroína?⁴

O escritor Afonso Claudio, em 1909, já alertava que o “empolgante episódio de Maria Ortiz” foi adornado com elementos maravilhosos. Uma narrativa histórica lendária tem sido perpetuada pela tradição, inventando significados simbólicos para o gesto daquela “jovem moça”. Todavia, o francês Jean Chesneaux adverte que o historiador

nos seguintes termos: “prostituta” (p. 6) e “proprietária de um bordel” (p. 29, *Box*). Um exemplar deste livro – soube anos depois, confirmando as minhas suspeitas – foi parar nas mãos dos compositores do samba-enredo e criadores das alegorias da Caprichosos de Pilares. Cf. SCHAYDER, J. P. *História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada 1535-2002*. Campinas, SP: Companhia da Escola, 2002.

⁴ Esse parágrafo – e o anterior – contém o tema-nuclear deste artigo. O experto Abdo Chequer não reparou? Posso sugerir? Atribuiu-se ao *Livro dos Conselhos* dos chineses uma observação lacônica e interessante – José Saramago, aliás, fez uso dela na epígrafe de sua obra *Ensaio sobre a cegueira* – e faço questão de reproduzi-la aqui, agora, neste tempo onde a cegueira voluntária é epidêmica: “Se podes olhar, vê; se podes ver, repara”.

“que cria falsas lendas para o povo ou que o agrada com histórias melodiosas, é tão criminoso quanto o geógrafo que elabora mapas mentirosos para os navegadores”.⁵

Absolva-me, Espírito Santo!⁶

⁵ Cf. LISSAGARAY, Prosper-Olivier. *Histoire de la commune Apud CHES-NEAUX, Jean. Devemos fazer tábua rasa do passado: sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995, p. 46.

⁶ Exatos dez dias depois deste meu artigo, *A Gazeta* – na mesma seção *Opinião* – trouxe a público *A vingança de Maria Ortiz*. O autor desse novo artigo argumentou que – em sua “vingança” – a heroína “mandou para as cucuias quem a chamou de puta” e incluiu – no rol dos condenados ao fracasso – “o historiador que a caluniou, réu confesso”. Por óbvio, “o historiador” aí sou eu: o único a vir a público confessar-se culpado, fazendo um ato de contrição. Contudo, ficou-me a impressão de que, no desejo do articulista de *A vingança de Maria Ortiz*, minha sentença devia ser o esquecimento, o ostracismo, a morte social – penalidade *a la* Inquisição! Nessa condição, não ia esperar para ver o meu próprio linchamento público e – curioso para saber até onde tudo aquilo poderia reverberar – decidi cultivar a política da confrontação. Defendi-me, atacando: escrevi o artigo *As belas mentiras capixabas*, mas...(daqui por diante, essa história será contada no rodapé da p. 137, n. 1). Cf. RIBEIRO, Francisco Aurélio. *A vingança de Maria Ortiz. A Gazeta*. Vitória, 12 Mar., 2006, *Opinião*, p. 6.

BELAS MENTIRAS CAPIXABAS¹

“Lláname un buscador de la
verdad y me quedaré satisfecho”

Ludwig Wittgenstein²

Capixabas, estufem o peito! Orgulhem-se das belas – e ingênuas – mentiras perpetuadas pela História oficial do Espírito Santo. No meu modesto cogitar, esse parece ser o desejo de uma parcela da intelectualidade da Capital do Estado, contudo... detectei uma das possíveis causas para tão estranho comportamento.

Nós, o povo capixaba, somos psicologicamente marcados por uma Síndrome de Rejeição e Abandono – no ar, há fortes sinais e sintomas

1 Até hoje este texto não tinha visto a luz do dia. Ele foi escrito em 2006 para ser uma resposta ao artigo *A vingança de Maria Ortiz*, do prof. Francisco Aurélio Ribeiro publicado em *A Gazeta* logo após o artigo *Maria Ortiz: mea-culpa* (vide explicações no rodapé da p. 135, n. 6), todavia os editores-chefes – tanto de *A Gazeta*, quanto de *A Tribuna* – recusaram-se a publicar *As belas mentiras capixabas* alegando “falta de interesse do público pelo assunto”. É, mas... um editor (qualquer um!) sabe muito bem que – numa sociedade de massas, quando há interesse da mídia empresarial – vale *menos* a opinião pública e *mais* a opinião *publicada*. Esta, pode formar (ou deformar) aquela! Este meu artigo – cujo teor é, sim, polêmico – tinha a pretensão de informar e... alertar.

2 Artigos jornalísticos raramente comportam epígrafes. Essa frase de Wittgenstein não constava no texto original. Numa tradução livre, ela diz: “Diga-me que sou um investigador/pesquisador da verdade e me darei por satisfeito”. Achei a frase bem apropriada para este texto, embora ela pudesse – com total dignidade – epigrafar qualquer outro texto de caráter historiográfico. Sim, leitor: os dados do pesquisador podem até ser enciclopédicos, mas – ainda assim – serão incompletos, portanto “tudo a que [nós, historiadores] podemos aspirar são aproximações da verdade”, conforme ensinou Fernando Novaes. Estudei com F. Novaes (um grande professor!) em Belo Horizonte na PUC-Minas, na Especialização *Lato Sensu* em História Moderna e Contemporânea (1992-1993). Cf. L. WITTGENSTEIN *Apud* SERNA, Justo & PONS, Anacleto. *Cómo se escribe la microhistoria*. Madrid (Esp.): Cátedra Universitat de València, 2000, p. 9; Cf. NOVAES, Fernando. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 13.

apontando nessa direção. O senso comum histórico regional acredita na ideia de que o Espírito Santo tem sido – desde a sua fundação, em 1535 – intencionalmente relegado a território de terceira categoria dentro do Brasil. Vítimas de uma má sorte, estaríamos – ai de nós! – condenados ao ostracismo em nosso próprio país, habitando uma *terra incógnita*.

Visto por essa perspectiva, seríamos hoje o “patinho feio” da federação brasileira e, à espreita – fora das terras capixabas –, estariam nossos inimigos, cada vez mais ávidos de conspirar e agir contra nós. Desse modo, como um anjo decaído, o Espírito Santo vem amargando um (idealizado) *destino coletivo*, qual seja, sofrer sucessivas perseguições, ora dos poderosos e maldosos Estados vizinhos, ora do ingrato governo federal.³

Nessa toada, compreende-se a intransigente defesa – no Tribunal das Belas Mentiras Capixabas – de uma lendária heroína: Maria Ortiz. Em 1625, essa badalada *donzela* teria iniciado a resistência contra os inimigos holandeses, protagonistas de um ataque pirático contra a vila de Vitória. Pela proeza, Maria Ortiz converteu-se num ícone a ser reverenciado e imitado, pois – na esfera do imaginário local – os “inimigos externos” são os “eternos inimigos” a combater.

Diante do poder simbólico do gesto da “heroína Maria Ortiz”, representantes ilustres do *establishment* capixaba – autoproclamados guardiões e arautos da *verdadeira* história regional – contentam-se com histórias verossímeis e lendas travestidas de história. Tal é o caso da *historieta* contada sobre Maria Ortiz cujo tom épico cabe muito bem numa obra literária – como nas coletâneas de fábulas, por exemplo –, todavia, *jamaiz* num livro de História.

Seja por insuficiência metodológica para a investigação historiográfica, seja pela evidente inexistência de indícios documentais confiáveis sobre os

3 No correr dos anos, minha percepção sobre essa *mania de perseguição* dos capixabas foi amadurecendo até que, em 2017, publiquei o livro *Passado a limpo: o Estado capixaba e o seu mito fundador*, onde o *tema/problema* da autocomiseração foi tratado com a devida extensão e a profundidade. Ali, propus-me a analisar (e decifrar) essa nossa capixabíssima “individualidade coletiva”.

feitos memoráveis da surreal heroína, aquela intelectualidade rendeu-se à veneração de uma autêntica falsificação de nossa história. A meu ver, aderiram ao culto a Maria Ortiz *mais* por hábito, interesse, cumplicidade, conveniência ou fé e *menos* por racionalidade e sincera convicção.⁴

Enquanto isso, daqui – dos confins do território do Estado capixaba – prefiro, como um precavido professor interiorano, acreditar na sabedoria do alemão Bertolt Brecht, quando – indiferente à questão de gênero – afirmou, com irrepreensível categoria: “Infeliz a terra que precisa de heróis”.⁵ Ou seja?

Apegar-se – com fervor ufanístico – à lenda de uma heroína romântica dotada de superpoderes só pode ser coisa de um povo que, lá no íntimo, enxerga-se como vítima e (sobretudo) não confia em sua capacidade de enfrentar os desafios colocados pela história. Essa afirmativa – suplico! – deve ser entendida como uma advertência em *favor* da sociedade espírito-santense e *contra* os propagadores da heroína fabricada. Se bem assimilada, degustada e digerida, a advertência pode ser libertadora e – ousou dizer – vital.

4 Quem, em sã consciência, irá negar o instrutivo valor moral por trás das biografias exemplares, mesmo que tudo o que se sabe (ou se supõe saber) sobre a vida biografada não preencha – sendo otimista – uma página inteira, digo, meia página de um livro? Sim, estou falando da esquelética biografia de Maria Ortiz: quase toda a narrativa em torno dessa pantomímica personagem, leitor, é – pude inferir, depois de muito estudo – fruto do diletante folclore intelectual de um grupo de letrados capixabas. Tratarei do assunto, num outro livro...

5 Às vezes, cita-se essa frase e, em vez de “terra”, diz-se “infeliz o *povo* que precisa de heróis”; no fim das contas, o efeito semântico é o mesmo. Nas duas versões referenciadas a seguir – uma edição brasileira, outra portuguesa – aparece “infeliz a *terra*...”, conforme citei. Cf. BRECHT, Bertold. *A vida de galileu*. São Paulo: Abril Cultural, 1977, p. 202; BRECHT, Bertolt. *Vida de Galileu*. Lisboa (Port.): Portugália Editora, 1970, p. 176. Repetirei aqui – em agradecimento (*in memoriam*) – o que já está registrado no *Passado a Limpo*, p. 416, n. 68: a edição portuguesa que guardo – no acervo de minha biblioteca – da obra *Vida de Galileu* foi um presente que ganhei do cachoeirense Marco Antonio de Carvalho (1950-2007), autor de *Um cigano fazendeiro do ar* – tida como a “biografia definitiva” de Rubem Braga. Nos anos 90, eu e Marco éramos colegas de trabalho na antiga Escola de 2º Grau *Imediato*, em Cachoeiro de Itapemirim: ele, dava as aulas de Literatura; eu, as aulas de História e coordenava o curso pré-vestibular da escola.

TCHAU, MARIA ORTIZ!¹

“Ridículo e inacreditável e, no entanto, é isto o que dizem”
Hecataios de Mileto, séc. V a.C.

O roteiro da historieta é bem manjado, meio *hollywoodiano*. A vila está sob a ameaça de ser dominada por um inimigo estrangeiro; tudo desfavorece a defesa da cidadela, *mas...* uma jovem anônima, com uma ação imprevista, espetacular e decisiva, renova o ânimo dos habitantes locais, encorajando-os a combater as tropas agressoras. Na peleja, o invasor é vencido e expulso. A pequena personagem, então, é elevada à categoria de heroína, ícone da resistência do povo violentado.

Quem é a tal heroína? Diante da pergunta e do *script* traçado, qualquer cidadão espírito-santense, se minimamente informado sobre a história regional, resgatará, no subconsciente, um nome: Maria Ortiz. Todos, por aqui, aprenderam de cor, desde criança, os detalhes da façanha heroica da *Srta.* Ortiz; faz parte da nossa memória social e está impregnada no imaginário popular. Todavia, como há a possibilidade deste texto cair nas mãos de um leitor não iniciado nas coisas capixabas, farei uma breve recapitulação do celebrado episódio.

Corria o ano de 1625. Naquele tempo, armadas francesas, inglesas e holandesas atacavam pelas costas do Brasil – literalmente. Vitória estava na iminência de ser tomada de assalto pela esquadra do corsário holandês Pieter Heyn. Foi Maria Ortiz, jovem de 21 anos, quem iniciou e liderou o contra-ataque à força de ocupação. Os tre-

1 Artigo originalmente escrito a pedido de Marcelo Grillo para ser publicado na edição comemorativa de cinco anos da revista *Cachoeiro Cult*, em dezembro de 2011 – pp. 48-9. No Editorial (*Muito “Cult”* – p. 3), a escritora Cláudia Sabadini refere-se a *Tchau, Maria Ortiz!* como um texto de “constatação e contestação”. É exatamente isso aí e... sei lá mais o quê!

zentos marujos holandeses, ao tentarem subir a estreita ladeira que dava acesso à parte alta da ilha-Capital, foram surpreendidos pela moça; da janela do sobrado onde morava, ela jogou pedras, paus, brasas e um tacho de água fervente (ou azeite quente) sobre os *bata-vos*, “queimando-os horivelmente”. Ganhou-se tempo, mas o duelo não acabou aí...

Dirigindo-se ao coração da vila, a jovem Maria mobilizou as tropas coloniais, empunhou um tição de madeira em chamas e detonou uma peça de canhão, abrindo fogo contra os invasores. Encurralados e perplexos, os holandeses “tiveram que recuar até suas naus, desistindo do saque”, conforme está registrado, em bronze eterno, aos pés da própria ladeira onde tudo aconteceu. Ali, em 1924, edificou-se um monumento histórico, a Escadaria Maria Ortiz; na placa afixada, a inscrição indica: “este local foi cenário de importante fato na história do Espírito Santo”.

Por gerações, conta-se e reconta-se essa mesma história. Está lá: nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico, nos manuais didáticos, nos livros infantis, nos artigos e nas crônicas de jornais, nos enredos de escolas de samba, nos poemas e, até, nos versos de cordel. Além da famosa escadaria, a heroína dá nome a educandários, a bairros – em Vitória e Cachoeiro – e à comenda Ordem do Mérito Maria Ortiz, concedida pela Assembleia Legislativa; é, ainda, patrona da cadeira 23 da Academia Feminina de Letras. Às vezes, essa “devotada patriota”² de “espírito audaz, belicoso e atrevido”³ é chamada de “nossa Joana D’Arc”⁴; outras vezes, comparam-na ao “vigoroso Sansão”⁵ ou é apresentada como “mais valente que todos os napoleões juntos”.⁶

² Revista do IHGES, n. VI, 1927, p. 102 [NOT].

³ BOBBIO, Kátia. *Maria Ortiz, a heroína capixaba*. Vitória: SPDC, UFES, s/d, p. 4 [NOT].

⁴ RIBEIRO, Francisco Aurélio. Cadê a Maria Ortiz? *A Gazeta*. Vitória, 5 set, 2011, C2, p. 2 [NOT].

⁵ Revista do IHGES, n. V, 1926, p. 195 [NOT].

⁶ BRADÃO, Luiz Carlos. Novos corsários franceses. *A Gazeta*, Vitória, 13 fev., 2002, p. 4 [NOT].

Lamento, mas esse culto cívico-mariano não tem futuro. Digo: a crença em Maria Ortiz é ilusória, pois ela nunca existiu; é uma bela mentira, que adentra o campo da lenda, do maravilhoso. “É, inquestionavelmente, um vulto singular” – defendeu um de seus fiéis seguidores.⁷ Afirmo: não é! Se, das peripécias da “nossa Joana D’Arc”, extrairmos alguns elementos pitorescos locais, sobrarão, tão somente, uma idealizada heroína arquetípica, comum a outros povos. A sequência de incidentes protagonizados por ela compõe, diria Peter Burke, uma “trama estereotipada”, uma esquemática “representação coletiva”⁸, que, circulando em diversas coordenadas geográficas, foi sendo adaptada à trajetória de *heroínas* espalhadas por várias nações, nos quatro cantos deste vasto mundo.

Maria Ortiz, portanto, é a variante capixaba de uma fábula inventada, não se sabe onde. Segue-lhe – ou antecede-lhe, no tempo – Maria Rapaz, a *Padeira de Aljubarrota*, em Portugal; Inés Suárez, a *Defensora de Santiago*, no Chile; Rafaela Herrera, a *Menina Guerreira*, na Nicarágua; Joana Gomes, a *Matrona Valorosa*, em Angola; Maria Agostina, a *Donzela de Saragossa*, em Espanha; Mary McCaully, a *Molly Pitcher*, na Pensilvânia; Catarina de Araújo, a *Monja Alferes*, no Peru; Emily Plater, na Lituânia; Isabel Fernandes, a *Velha de Diu*, na Índia, entre muitas e muitas outras. Uma teia invisível une essas beldades, embora não se tenha notícia de qual seja a *modelo matricial*. Vou pinçar, da galeria de retratos, a imagem de Rafaela Herrera, cuja microbiografia nos servirá de comparativo.

Vamos à Nicarágua, América Central. Lá, em 1762, o fortim de Granada, estratégico bastião do domínio espanhol, estava prestes a ser tomada por uma frota de 50 navios e dois mil ferozes piratas ingleses. Cercado, o porto estava guarnecido com poucos e acuados milicianos, que não mostravam sinais de resistência. Eis que, no forte, de súbito, *una muchacha de 19 años*, Rafaela Herrera, esbofeteia um amedrontado artilheiro espanhol, toma-lhe o canhão e dispara,

7 Revista do IHGES, n. 46, 1996, p. 53 [NOT].

8 BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 87 [NOT].

infringindo graves baixas ao inimigo. A enérgica jovem assume o comando da tropa, grita “rendam-se os covardes; morram comigo os valentes!” e dá ordens de queimar lençóis para arremessá-los sobre árvores secas no fosso em torno do forte, criando uma barreira de fogo. A brusca manobra fez os flibusteiros baterem em retirada. Na atual Nicarágua, *La Niña Guerrera* é referência nacional, símbolo de valentia e audácia.⁹

Rafaela Herrera e Maria Ortiz são, pode-se dizer, almas-gêmeas, tamanha a correspondência de seus gestos teatrais – delas e das demais mulheres listadas ali atrás. No caso de Maria Ortiz, porém, há um detalhe que não deve ser ignorado; pelo contrário, deve ser investigado: por que uma personagem histórica real foi metamorfoseada em heroína mítica? Explico-me. Existe um documento (só um), de 1625, onde foi registrada a expulsão dos holandeses. Nele, lê-se: “na repulsa dos invasores audaciosos, é de justiça destacar a atitude de uma *jovem moça...*”.¹⁰ Simples assim: sem revelar o nome da pessoa e, também, sem falar em “paus, tachos, azeite, canhão, ...”, nada! Mas, ...

Quem é essa “jovem moça” cuja identidade a fonte não cita? *Talvez* nunca saberemos, pois sobre ela – e os *detalhes* de sua participação naquele evento – o documento se cala. Resta-nos, então, descobrir: como surgiu o nome *Maria Ortiz*, tão festejado pela tradição histórica? Quando, onde e por que esse nome personificou a “jovem moça”? E qual a razão para travesti-la com proezas *rocambolescas*? Sim, afinal “aquela fúria feminina, aquele excesso de azeite e aquela incapacidade dos invasores não se admitem à luz de uma simples reflexão, como o exige a História”, percebeu um cronista, em 1936.¹¹ Estamos em 2011 [em 2020, agora] e... tal qual papagaios, continuam a repetir por aí mecanicamente a narrativa histórica fabu-

⁹ Cf. in: BALDERRAIN, Roberto P. *La Niña Guerrera de Nicaragua. Café!* n 141. Buenos Aires, jan, 2009, p. 2-7 [NOT].

¹⁰ VALE, Eurípedes Queiróz do. *O Estado do Espírito Santo e os espírito-santeses*. Vitória: s/ed., 1971, p. 163 [NOT].

¹¹ MADEIRA, Carlos. História... *Chanaan – A Revista do Espírito Santo*, n. 1. Vitória: s/ed., jan., 1936, p. 57 [NOT].

losa, mitológica, pré-crítica ou – conforme denunciaria Hecataios de Mileto – “ridícula e inacreditável”.¹²

Como, porém, é típico do historiador estragar uma boa historieta com muita pesquisa, prometo voltar a falar dessa performática Maria Ortiz no meu próximo livro, onde pretendo desmascarar a farsa que ela simboliza. Depois disso, enfim, poderei dizer-lhe *adeus*. Por ora, despeço-me dela (e do leitor) pensando em nosso reencontro. Então,... *tchau!*¹³

12 Cf. essa citação e a epígrafe *in*: MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. São Paulo: Edusc, 2004, p. 58 [NOT].

13 Neste parágrafo, “prometo voltar a falar dessa performática Maria Ortiz no meu próximo livro...”, só que... o “meu próximo livro” acabou sendo o *Passado a limpo: o Estado capixaba e o seu mito fundador*. No *Passado a limpo*, registrei no rodapé da p. 212, n. 158: “*meu próximo livro* está quase concluído e é – ele próprio – o manual completo de fabricação (e uso) dessa heroína tão reverenciada pelo povo capixaba; um caso evidente de história maculada pela ficção. Ainda sem título, o livro terá apenas dois capítulos: I – *Olá, Maria Ortiz*; II – *Adeus, Maria Ortiz*”. Como se sabe, mais uma vez não cumpri minha promessa porque, num relampejo – e pelas razões expostas no *Prólogo* (cf. p. 31) –, decidi publicar este Memorial, retardando (um pouco mais) meu derradeiro encontro com a pitoresca Maria Ortiz. O livro – cujo título tende a ser *Adeus, Maria Ortiz* e subtítulo ainda em gestação – está realmente quase pronto, mas estou às voltas em ajustar os retoques finais do texto, pois – prometo! – o *duelo* historiográfico será épico. Viu aí, leitor? Mais promessas. Cumprirei dessa vez? Cf. SCHAYDER, J. P. *Passado a limpo: o Estado capixaba e o seu mito fundador*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Edição do Autor, 2017, p. 212, n. 158.

CACHOEIRO

Javé a Cachoeiro de Itapemirim

o projeto de ex-
sidade Federal
(Ufes), será ini-
ciado o proje-
ção", propos-
ce Valadão. A
blico em ge-

...sistericamente uma
luc a obra, no me
n bar local.
será exibido?
le Javé?
berto de A?
sita conta a histó
o ameaçado de ser
doje inundado pelas
ares. Para impedir
to, decidem por
silem um paramê
le, passando para
endas sobre sua
e um livro.
momento, serã
sa, com en
marções
e. Cap

que disponibilizarei o bar do
espaço para o batizado do
ador de "Narradores de
o professor de história
es Schreyer, autor de
rina do Espírito Santo
agem difusa, e o "Hist
uma abor-
nizada".

filme de hoj
ma d
cia



...e, "Narrador
cidade

...ELE
es de Javón
e sem
DASTON

de



per

mi



o de seu v

"CA
Parafra
sobre a

Um dos grandes símbolos de nossa cidade, uma das ruas

do Heródoto, que base
participação política de Cac

Joel Gasper, 3

ROEIRO
É UMA
"o Egito, uma
hoeiro



CURSO - 09

LENA
ES

...de Javé. Nas várias
coletadas pelo "histo-
ne heróis do p-
forme

TABELA
Sua fala em

prof. José Pontes S

submergir diante as in
circunstâncias do presen
se sentido, Javé é nossa
ra! E não achante muscar
dade ou a história, adot
para escapismo em da
humoral gra

47

cha-

CACHOEIRO NA ONDA DOS CICLOS ECONÔMICOS¹

De pequena guarnição militar, no início do século XIX, à cidade-polo do Sul espírito-santense, no alvorecer deste terceiro milênio, Cachoeiro de Itapemirim passou por três importantes *ciclos* econômicos. No transcorrer da sua bicentenária história, predominou – por um longo tempo – as atividades rurais, enquanto, no presente, prevalece a produção urbana de bens e serviços.

O Quartel da Barca – construído próximo ao último ponto navegável do rio Itapemirim, em 1816 – foi o “marco zero” do povoamento de Cachoeiro; o arraial funcionava apenas como entreposto entre o litoral capixaba e as minas de ouro do rio Castelo.² Pelos idos

1 SCHAYDER, J. P. Cachoeiro na onda dos ciclos econômicos. *Cachoeiro em festa*. Vitória: Prograf, 2007, *Artigo*, p. 42.

2 No início do século XIX, vivia-se uma fase de conquista do *sertão* do Espírito Santo com o propósito de interiorizar a ocupação e o povoamento do seu território. Assim, os chamados governadores coloniais (1800-1822) mandaram construir – em pontos estratégicos da (ainda) *Capitania* – os quartéis militares, a fim de oferecer proteção aos viajantes e às mercadorias em trânsito. A construção do Quartel da Barca – cujo nome é uma homenagem ao conde da Barca, figura política proeminente na Corte portuguesa – foi uma decisão tomada, em 1816, pelo governador Francisco Alberto Rubim. Nos termos dele, o posto militar avançado deveria ser erguido “defronte dos primeiros *caxoeiros* do Itapemirim”, ou seja, no trecho onde começam as corredeiras do rio – ou, se o leitor achar mais didático, diria: onde o rio forma seus primeiros “encachoeiramentos”. Tal lugar é o último ponto navegável do rio e fica localizado a uma distância aproximada de 42 km da foz. Por ali, vindos do litoral, subiam garimpeiros para minerar ouro nas recém-reabertas (também em 1816) minas nas cabeceiras do rio Castelo, afluente do Itapemirim. O Quartel da Barca passou a ser um ponto de referência para os habitantes da região e, ao seu redor – diz o historiador Manoel Gonçalves Maciel –, “levantaram-se toscas casas, palhoças cobertas de sapê, habitadas por gente rude, que formavam pequenas roças de cana, mandioca, feijão e banana”. – Cf. MACIEL, Manoel Gonçalves. *Voltando ao Cachoeiro antigo*. Cachoeiro: Gracal, 1992, p. 39; Cf. “defronte dos primeiros...” *Apud* ROCHA, Levy. *Crônicas de Cachoeiro*. Rio de Janeiro: Gelsa, 1966, p. 20 e BRAGA, Newton. *Histórias de Cachoeiro*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/Ufes, 1986, p. 19.

de 1850, no entanto, as terras virgens e férteis do Vale do Itapemirim foram desbravadas por fazendeiros cariocas e mineiros que trouxeram capitais, escravos e mudas de pés de café, inaugurando o que seria – por mais de 100 anos – a base da economia local, a cafeicultura.

Destinado à exportação, o café contribuiu para aumentar a importância desse remoto povoado erguido às margens dos “caxoeiros” do Itapemirim.³ Como porto fluvial, dali partiam pequenas embarcações – primeiro, a remo e vela; depois, também a vapor – que transportavam a produção cafeeira do *alto* e *médio* Itapemirim para a foz do rio, onde as sacas do *Coffea arabica* eram reembarcadas com destino à baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Lá, as grandes casas comerciais se encarregavam de despachar a mercadoria para os Estados Unidos e a Europa, nossos principais consumidores.

As circunstâncias econômicas favoráveis e o consequente crescimento demográfico possibilitaram – já em 1867 – a emancipação política da então *Freguesia* de São Pedro de Cachoeiro de Itapemirim, que, elevada ao *status* de vila, foi desmembrada administrativamente da antiga Comarca de Itapemirim.⁴ Dava-se início a um novo tempo com vistas ao fim do século XIX e à virada para o século XX.

3 Na gramática oitocentista, grafava-se *caxoeiro*, que – com o tempo – resultou *Cachoeiro*. Em suas duas formas, a palavra se esforça para significar a mesma coisa: os pequenos *cachos* d’água observados nas correntezas onde o Itapemirim começa a encachoeirar, isto é, a formar os *pequenos cachoeiros* (veja n. 2).

4 Em vez de *freguesia*, hoje falamos *distrito*; portanto, com a instalação da primeira Câmara Municipal, em 25 de março de 1867, a *freguesia* de Cachoeiro – agora emancipada – foi elevada à condição de *vila*. Durante o Brasil Império (1822-1889) só a capital de cada província possuía o *status* de *cidade*, categoria que – com o advento da República, em 1889 – foi estendida às *vilas*. Na fase imperial, a Câmara Municipal era o órgão máximo do poder local, pois – inexistindo a figura de prefeito – o presidente da Câmara administrava a urbe. As prefeituras municipais foram criadas em 1912 – portanto, no Brasil republicado – e o primeiro prefeito de Cachoeiro foi o *coronel* Francisco de Carvalho Braga. Quando de sua *desagregação* da vila de Itapemirim, a nova vila de Cachoeiro possuía um território gigante, que – para além da sede municipal – subdividia-se em cinco enormes *freguesias*: Rio Pardo, Alegre, Itabapoana, São José do Calçado e Aldeamento Imperial Afonsino. Já na proclamação da República, as quatro primeiras dessas *freguesias* deram origem

Nesse contexto – e no rastro da cafeicultura –, Cachoeiro tornou-se pioneiro em diversos aspectos. Modernizou-se com as ferrovias, a luz elétrica e uma precoce tentativa de industrialização.⁵ A riqueza agrícola levou a constituição de uma elite econômica, social e política, que – por longas décadas – comandou, diretamente ou indiretamente, o destino do Estado do Espírito Santo. Prova disso é que em 1958 três ex-governadores capixabas residiam em Cachoeiro e, nessa época, todas as campanhas eleitorais para a governadoria estadual começavam na cidade.⁶

aos atuais municípios de Iúna (de cujo território surgirá Ibatiba, Ibitirama e Irupi), Muniz Freire, Alegre (depois Alegre emancipou Guaçuí, que emancipará Divino de São Lourenço e Dolores do Rio Preto), São Pedro do Itabapoana (cuja sede passará a Mimoso do Sul, que, seccionado, fará surgir Bom Jesus do Norte) e São José do Calçado (este, subdividido, fará *nascer* Apiacá). Ao longo do século XX, outros municípios do Sul capixaba se constituíram a partir do restante do território original da antiga vila de Cachoeiro: Castelo (e, por sua fragmentação, Conceição de Castelo e Venda Nova do Imigrante), Muqui, Jerônimo Monteiro, Atilio Vivacqua e Vargem Alta. Ufa! Fruto, ela mesma, de uma fragmentação territorial – daí chamar-se Cachoeiro DE Itapemirim e não DO Itapemirim, que seria uma referência ao rio –, a *vila-cidade* de Cachoeiro é o núcleo geo-histórico daquelas tantas outras municipalidades apinhadas ao longo da bacia do Itapemirim. Desde os primórdios, o porto fluvial de Cachoeiro foi o elo de conexão entre esse vale profundo e o litoral: para ali convergiam – transportadas pelos tropeiros, serra abaixo, no lombo de mulas – as sacas de café, para (dali) ganhar o mundo. E assim... Cachoeiro foi crescendo, à sombra dos cafezais... Cf. *freguesias* de Cachoeiro in: MARINS, Antonio. *Minha terra e meu município*. Rio de Janeiro: s/ed., 1920, p. 86; Cf. mapa de *evolução* de municípios no século XX in: SILVA, Rafael. Como as 24 cidades do ES viraram 78. *A Gazeta*. Vitória, 7-8 Dez. 2019, pp. 28-29.

5 No Espírito Santo, Cachoeiro torna-se vanguarda na implantação de alguns símbolos de *progresso* e modernidade: navegação a vapor no rio Itapemirim, 1876; telégrafo, 1878; ferrovia, em 1887 e luz elétrica, 1903. A partir de 1908, com o governo estadual chefiado por um cachoeirense – Jerônimo Monteiro –, cria-se, no vale do Itapemirim – com centralidade em Cachoeiro –, um Distrito Industrial com a instalação (ou simples projeção) de fábricas voltadas para a extração de madeiras e a produção de tecidos, papel, óleos vegetais, álcool, açúcar e cimento, exigindo a construção de uma usina hidroelétrica no vale do rio Fruteiras, afluente do rio Castelo.

6 Cf. informações sobre lançamento de candidaturas e ex-governadores em Cachoeiro in: PACHECO, Renato José Costa. Estudo sociológico de uma co-

Nesse tempo já havia uma incipiente industrialização em curso em Cachoeiro, embora ainda sobressaíssem as atividades agrícolas, mantendo-se o reinado do café. Por isso, 70% da população cachoeirense moravam no meio rural. No entanto, guinada radical nas estatísticas foram verificadas ao longo das últimas quatro décadas de século XX, em decorrência de uma grave crise vivida pela cafeicultura por volta de 1960.

A incidência de pragas, a baixa produtividade dos velhos cafezais e a concorrência internacional foram fatores determinantes, que, somados, conduziram à crise econômica e a instabilidade social. Tentando minimizar o problema, o Governo Federal estimulou a erradicação das plantações, indenizando seus proprietários. Para se ter uma ideia da dimensão da crise, 54% dos pés de café plantados, no Estado, foram destruídos e cerca de 120 mil pessoas migraram para as cidades em busca de novas oportunidades de vida.⁷

Como resposta à crise da cafeicultura, em Cachoeiro ocorreu uma transferência de investimentos de capitais produtivos do setor primário para o secundário, provocando uma *arrancada* industrial. Pode-se dizer que as empresas de extração e beneficiamento de mármore nasceram aí. As indústrias de laticínios, calçados, bebidas, têxteis e gráficas, que existiam rudimentarmente, foram incrementadas; com isso, o comércio cachoeirense foi se fortalecendo. Ou seja? De uma

munidade: Cachoeiro de Itapemirim. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Vitória: IHGES, nº 18, 1958, p. 80 e 81 (n. 3).

⁷ Eu estava lá, em meio ao turbilhão de migrantes. O leitor que me perdoe por cometer o pecadilho da autorreferência, mas, a respeito desse capítulo da história, escrevi algo em outro lugar: “Uma das mais horrendas sequelas da erradicação [dos cafezais], o êxodo rural sacolejou a população capixaba e – no rastro do fluir migratório – gerou uma explosão urbana. Por esse triste tempo, cerca de 120.000 pessoas deixaram para trás o seu lugar de origem e entraram de enxurrada em centros urbanos como Cachoeiro, Colatina, Linhares e – com maior incidência ainda – em Vitória e cidades circunjacentes. Aqui, as multidões entraram em cena na história local. daquelas 120 mil pessoas, uma é o autor destas linhas; era ainda bem criança quando, em 1970, foi arrastado pelas circunstâncias e – junto com a mãe, o pai e cinco irmãos – bateu nas portas de Cachoeiro, onde permanece”. Cf. SCHAYDER, J. P. *Passado a limpo: o estado capixaba e o seu mito fundador*. Cachoeiro, ES: Edição do Autor, 2017, p. 279.

economia agrária, tradicional e rural, Cachoeiro transformou-se em um centro industrial, moderno e urbano.

A cidade – depois de viver dois importantes “ciclos” econômicos, o agrícola e o industrial – entrou, neste início do século XXI, em uma terceira onda, especializando-se no fornecimento de bens e serviços para as regiões vizinhas. Cachoeiro tem uma excelente rede de pequenos e médios estabelecimentos comerciais, *shoppings*, supermercados, concessionárias automobilísticas, consultório médico-odontológicos etc.

Abriga, ainda, um Centro Universitário e diversas faculdades isoladas, além de unidades do Cefetes, Sesi, Senai, Cetemag e do Cread, que é uma extensão da Ufes.⁸ Assim, possui diversos núcleos de inte-

8 No final de 2008, o Cefetes passou a ser o Ifes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo –, onde ingressei como professor de História em agosto daquele ano e, desde então, ali me encontro. Ali, aliás, tenho o privilégio de trabalhar na companhia de 32 ex-alunos, sejam eles (hoje) profissionais da área docente (12, dos 32) ou do setor técnico-administrativo; muitos deles (hoje), além de graduados (G), são Especialistas (E), Mestres (M) e Doutores (D) em suas áreas e fazem jus à advertência de Friedrich Nietzsche quando diz que “a gente retribui mal a um professor, quando permanece sendo sempre aluno”. Esses estudantes foram além, muito além, e – para lhes mostrar a minha admiração – faço questão de elencá-los um por um, numa lista: Alessandra Martini da Silva Coelho (E), Alexandre Romanelli (M), Alexandre Vianna Bahiense (D), André Sabra Rodrigues (E), Arísio Wingler Alves Júnior (E), Carlos Eduardo Gomes Ribeiro (D), Carlos Paulino Agrizzi (M), Carolina de Oliveira Souza Gandine (G), Cássio Louzada Rizzi (E), Cristiano Hehr Garcia (D), Daniella Canzian Henriques (E), Eliseu Semprini Filho (E), Everson Scherrer Borges (D), Fernanda Souza Silva (D), Jacqueline Machado Silva (E), Jorgeana de Azevedo Alves Ramos (E), Juliana de Carvalho Gomes Lacerda (E), Juliana Fernandes Ahid (E), Leandro Vianna Silva Souza (M), Márcio Colodete Sobroza (D), Markcilei Lima Dan (D), Messias Yazegy Perim (E), Murilo Paulino Agrizzi (M), Patrícia Vieira Noé Sueth (E), Poliana de Oliveira Marcarini, Rafael Vargas Mesquita dos Santos (D), Rodrigo Louback Adame (M), Rúbia Balarini Altoé (E), Sheila Siqueira da Silva (M), Thiago Sandrini Mansur (D), Whorrtton Vieira Pereira (M) e Willen Borges Coelho (M). Com orgulho, acabei de exibir *A Lista de Schayder*. Cf. NIETZSCHE, F. *Ecce Homo: de como a gente se torna o que a gente é*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009, p. 19.

ligência técnico-científica que preparam mão de obra qualificada para todo o Sul caxiaba.

Na atualidade, 52,2% do PIB de Cachoeiro está associado ao terceiro setor – atividades comerciais e de prestação de serviços – enquanto a indústria representa 45,3% e a agricultura participa com apenas 2,5% do montante da riqueza produzida no território. O setor terciário, também é o que mais gera empregos e rendas, totalizando 62% dos postos de trabalho. Era previsível nesse processo, uma forte concentração demográfica em torno da sede do município, onde hoje mora aproximadamente 90% da população, que, de acordo com as estatísticas, está próxima de atingir a marca de 200 mil habitantes.⁹

Tudo considerado, percebe-se que o início de um novo ciclo econômico não significa, necessariamente, o desaparecimento do anterior; historicamente, os *ciclos* interpenetram-se. Em maior ou menor escala, todas as sucessivas ondas de formação econômica continuam contribuindo para o crescimento de Cachoeiro e, por extensão, do Espírito Santo e – para além de seus limites – do Brasil.¹⁰

9 Em 2019, segundo o IBGE, a população estimada de Cachoeiro era de 208.972 pessoas.

10 Noutro artigo (não selecionado para este livro-memorial) atravessei de ponta a ponta – por um imaginário “túnel temporal” – a história cachoeirense, dando destaque para os aspectos sócio-políticos. O *leitmotiv* do artigo é o suposto “atavismo histórico” persistente na vida da vila-cidade desde os tempos de sua fundação – como “quartel militar”, em 1816 – até o ano em que escrevi o artigo, 2007 – quando o governo brasileiro cogitou construir, em Cachoeiro, um presídio federal de segurança máxima. Para o leitor *sentir o clima* do texto (e do contexto), dou uma amostra: “... bastaram as notícias sobre o presídio aparecerem na imprensa para que um ‘grande medo’ se disseminasse entre cidadãos, casas, ruas e bairros da cidade. A sociedade civil, em estado de alerta, mobilizou-se; os municípios dividiram-se em campos radicalmente opostos: os *pró* e os *anti-presídio*; grupos de pressão foram constituídos; petições foram elaboradas; audiências públicas foram realizadas; interesses políticos (partidários) entraram em rota de colisão. Por que tanta inquietação?”. Para mim, esta era a questão – “Por que tanta inquietação?” – e tentei respondê-la com base na história local e na... *Psicologia*, daí o título do artigo: Cf. SCHAYDER, J. P. Presídio, NÃO: Freud explica. *Cachoeiro Cult.* Cachoeiro de Itapemirim, ES: Editora Burarama, Ano I, nº 6, 2007, pp. 15-16.

O DIA DE CACHOEIRO¹

O professor José Pontes Schayder nos concedeu uma entrevista onde, além de abordar toda a parte histórica do *Dia de Cachoeiro*, analisou o significado e a simbologia da festa e das homenagens para o povo cachoeirense.

-
- 1 — Entrevista concedida à revista *Sete Dias* para uma *Edição Especial* da *Festa de Cachoeiro* em 2012. A tônica da conversa – mediante *perguntas* enviadas por *e-mail* – era a criação do *Dia de Cachoeiro*, mas – diante das questões, num gesto calculado – aproveitei a oportunidade para propagar algumas de minhas teses sobre a origem histórica do conhecido bairrismo cachoeirense, fenômeno (a meu ver) exagerado de *exaltação* do nativo pela cidade. Com as minhas respostas em mãos, a jornalista da revista perguntou-me (por *e-mail*) se eu concordava com a publicação do material não mais no formato de *entrevista*, mas, em outra forma – num *Box* –, onde a *disposição* do meu texto seria modificada “o mínimo possível, apenas para se adequar ao texto jornalístico”. Ela, então, enviou-me o *novo formato*, a fim de obter (ou não) a minha aprovação – e eu não tive dúvidas em não aprovar. O próprio título dado ao *Box* – *Resgate do orgulho cachoeirense* – não me agradava, pois *parecia* transmitir ao leitor da *Sete Dias* uma mensagem com sinal trocado à que eu estava emitindo. Então, minha resposta à jornalista foi: “Sinceridade? Não concordo com o formato dado ao texto; em nosso primeiro contato, passou-me uma ‘entrevista’ e, como tal, respondi. Desse modo, deve ser publicada *tal e qual* foi sinalizado no pedido original. Entenda bem: se tivessem me avisado que as minhas respostas seriam ‘editadas’, faria também outro ‘arranjo’ nas respostas. Assim, de minha parte *reafirmo*: a entrevista deve sair como foi enviada, do contrário não autorizo a publicação. E veja bem, minha cara [nome da *jornalista*]: isso não é uma EXIGÊNCIA; é, sim, uma CONDIÇÃO. São coisas diferentes. Não posso exigir nada da *Sete Dias*, mas, zelando por meu ofício, posso estabelecer as CONDIÇÕES para ter as minhas respostas publicadas. Assim, estabelecidas as condições, vocês ficam livres para decidirem se publicam ou não a entrevista. Agora, então, é com vocês”. A *Sete Dias* decidiu publicar a *entrevista* na íntegra – e eu só posso agradecer-lhe pela decisão. Na época, aliás, na série de *e-mails* trocados, agradei à jornalista “por me entrevistar e por me fazer pensar sobre Cachoeiro”. Algumas mensagens estão em *revistasetedias@gmail.com para professorschayder@yahoo.com.br e vice-versa* – dias 20 Jun. 2012, 10:12 h (solicitação de entrevista e perguntas); 26 Jun. 17:29 (envio das respostas); 26 Jun. 19:13 (pedido para modificar formato); 27 Jun., 11:44 h. (minha negativa); 27 Jun., 17:00 (envio da entrevista no formato integral, para a minha aprovação final). Publicação Cf. in: *Revista Sete Dias*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Graffband, 30 Jun., 2012, *Opinião*, p. 40.

SE7EDIAS – Quando e como começou o Dia de Cachoeiro?

J. P. SCHAYDER – A proposta de criação do *Dia de Cachoeiro* ocorreu em 1938. Sua concretização, porém, só ocorreu um ano depois, quando a cidade transformou o dia *29 de Junho* – dedicado a São Pedro, seu padroeiro católico – em grande festividade municipal. A comemoração do *Dia de Cachoeiro* acabou superando, em importância, a data de emancipação política do município, que é *25 de Março*. Aliás, é bom que se diga: na proposta original do poeta Newton Braga – foi ele quem idealizou o *Dia de Cachoeiro* – *25 de Março* seria a data da festa. Mas, vamos combinar: foi uma jogada de mestre do Newton quando, em 1939, decidiu-se por efetivar – na verdade – o *29 de Junho* como o dia das festividades. Além de junho ser um mês de férias escolares², a celebração religiosa tem mais apelo popular, se comparada a uma data do calendário cívico, como é o caso do *25 de Março*.

SE7EDIAS – Qual era o objetivo da festa?

J. P. SCHAYDER – Bem, é preciso, primeiro, dizer que Newton Braga saiu de Cachoeiro em 1926, com 15 anos, para estudar; depois de concluir seus estudos no Rio e em Minas e, a meu ver, especialmente devido a problemas familiares, retornou a Cachoeiro em 1932. Assim, a ideia de Newton Braga era eleger um dia em que os filhos da terra – os presentes e os ausentes – pudessem se re(unir), confraternizarem-se para cultuarem a cidade e as suas tradições. Observe-se: 29 de junho é o Dia “de” Cachoeiro. A cidade, ela mesma, é a grande personagem da festa. O cidadão Newton alegava que, em suas andanças, fora daqui, frequentemente esbarrava com cachoeirenses saudosos “da casa”, isto é, da terra natal. Esta foi a justificativa oficial para inventar o *Dia de Cachoeiro*. Penso, no entanto, que o início deste culto à cidade, naquele exato momento, deve-se a um fator histórico pouco lembrado: desde o início da década de 1930, Cachoeiro – que até então superava Vitória em importância – vinha perdendo potencial econômico e político no cenário estadual.

² Mês, também – na *calorosa* Cachoeiro –, com uma temperatura mais amena, se comparado a março.

Então, a criação do *Dia de Cachoeiro* – e toda a mística que envolve a data – tinha, no meu entendimento, um propósito não declarado: resgatar o orgulho de *ser* cachoeirense, num contexto em que a cidade estava debilitada. Vencida pelas circunstâncias históricas, Cachoeiro atravessava dificuldades e, lógico, perdia influência e poder; sua Era Dourada, afinal, tinha ficado para trás e, portanto, seu amor-próprio estava ferido...³

3 A Era Dourada de Cachoeiro – ou, se se quiser ser *chic*, diga-se a *Belle Époque* da cidade – foi vivida nos decênios de 1910 e de 1920. Naqueles vinte anos gloriosos, Cachoeiro havia se tornado o centro econômico, financeiro, demográfico, político, eleitoral, ferroviário, cultural etc. do Estado do Espírito Santo. Tudo, literalmente, passava (primeiro!) por Cachoeiro – cargas, capitais, locomotivas, pessoas, notícias, decisões políticas... – para, só depois, *desembarcar* em Vitória. Em 1926-27, o paulista Sérgio Buarque de Holanda passou uma temporada na cidade sul-capixaba – onde foi redator de um jornal chamado (veja só o nome!) *O Progresso* – e, admirado com o que viu, teria (*teria!*) dado a Cachoeiro o título de “capital secreta do mundo” – digo *teria* com reservas, leitor, pois isso é o que *alguns* cachoeirenses afirmam, porém, sem apontar qualquer evidência documental. Bom... o orgulho dos cachoeirenses por sua *pólis* – a então chamada (desde fins do século XIX) *Atenas Capixaba* – fica patente num livro publicado durante o segundo mandato (de dois anos) do prefeito Francisco Alves de Athayde (1929-30): “Como uma resultante do seu progresso, da sua capacidade econômica, de sua população... [e] de centro de cultura que é Cachoeiro de Itapemirim, torna-se natural supor que continue ele a ser o município líder do Espírito Santo, como São Paulo é o Estado líder do Brasil, por idênticas razões”. O autor deste texto, Domingos Ubaldo Lopes Ribeiro – Secretário Municipal, na gestão Athayde – não poderia nem supor, mas, em 1930 – apenas dois anos depois de publicar o seu livro otimista – muita coisa mudaria em Cachoeiro, a começar pela interrupção do mandato do prefeito, que – em nome da autoproclamada *Revolução de 1930*, liderada por Getúlio Vargas – foi deposto e substituído pelo mineiro Fernando de Abreu, nomeado interventor municipal na cidade. E...?! Os desdobramentos dessa virada revolucionária serão politicamente catastróficos para Cachoeiro: num primeiro momento, Vitória ganhou proeminência; depois, passou a ter hegemonia. Para Cachoeiro, esse foi o *golpe de finados*, pois (economicamente) a cidade já vinha cambaleante desde 1929, por conta da crise na cafeicultura – crise resultante da recessão do comércio mundial devido ao *Crash* da Bolsa de Nova York. Assim – diz o historiador Renato Pacheco –, “a década de 1930, se não foi de retrocesso [para Cachoeiro], foi de estagnação, de repentina paralisação”. Cf. RIBEIRO, Domingos Ubaldo Lopes. *Município de Cachoeiro de Itapemirim: suas terras, suas leis, seu progresso*,

SE7EDIAS – Com qual objetivo foi criada a homenagem do Cachoeirense Ausente?

J. P. SCHAYDER – Continuarei, aqui, na mesma linha de raciocínio de minha resposta anterior. Três anos depois de forjar o *Dia de Cachoeiro*, inventou-se, em 1942, o título de *Cachoeirense Ausente*. A homenagem tem como pano de fundo a ideia de celebrar os filhos ilustres da cidade. Ou seja: exaltar os que, com seus talentos e virtudes, projetavam o nome de Cachoeiro para além de seus limites territoriais, dando-lhe visibilidade e devolvendo-lhe – mesmo que imaginariamente – o prestígio perdido. Aqueles concidadãos, espalhados pelo Brasil, passaram a ser tomados como uma espécie de “modelos” do que seria o autêntico “ser cachoeirense” e, então, deviam ser reverenciados como celebridades por seus conterrâneos. Vamos pensar: havia, por acaso, naquele momento, ícones mais oportunos do que eles para elevar o moral de uma cidade decaída cuja riqueza e poder escapava-lhe

sua gente. Rio de Janeiro: s/ed., 1928, p. 234 *Apud*: PACHECO, Renato. Estudo sociológico de uma comunidade: Cachoeiro de Itapemirim. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Vitória: IHGES, nº 18, 1958, pp. 80-1; Cf. “a década de 1930,...” in: PACHECO, Renato. *Op. Cit.*, pp. 12 e 35. Vale informar: sobre a cidade de Cachoeiro ser chamada de “capital secreta do mundo” tudo não passou – diz o jornalista Sérgio Garschagen – de uma “brincadeira” cujo autor mais provável – “tudo indica” – é o poeta Vinícius de Moraes; o *Poetinha* teria observado “que quando o [Rubem] Braga falava de sua terra, parecia descrever a ‘capital secreta do mundo’”, afirma S. Garschagem, ressaltando, porém: “alguns intelectuais afirmam que [o autor da brincadeira] teria sido o compositor Antônio Maria e, outros ainda, uma troça do jornalista Joel Silveira”. Tais suposições vão ao encontro das explicações do escritor Evandro Moreira para a origem do título “capital secreta”: “foi uma ‘gozação’ que alguns amigos fizeram com Rubem Braga e ele acatou e ampliou”. Pois, bem: troças, gozações e brincadeiras à parte, o apelido *pegou* e hoje é ostentado com orgulho pelos cachoeirenses, *dando corda* ao famoso “bairrismo” da cidade – daqui a pouco, na entrevista, *toco* neste assunto. Cf. GARSCHAGEN, Sérgio. *Parece que foi ontem*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Cachoeiro Cult, 2010, p. 12 (*grifei!*); MOREIRA, Evandro. Em busca da herança perdida in: *Revista Cachoeiro Cult*. Cachoeiro, ES: Editora Burarama, Ano II, Nº 07, 2007, p. 11.

das mãos? Sinceramente, imagino ser esse o sentimento coletivo naquela conjuntura.⁴

SE7EDIAS – Hoje, o significado desta homenagem ainda mantém seu objetivo original?

J. P. SCHAYDER – Sim e não. *Sim*, porque permanece, na prática, o culto aos cachoeirenses bem sucedidos fora daqui; eles, por tabela, levam (e elevam) o nome da cidade – não é à toa que, com frequência, são proclamados “embaixadores de Cachoeiro”. Mas respondo sua pergunta também com um *não* porque o contexto, agora, é outro. Transcorridas as décadas, o propósito original de que lhe falei – isto é, o de tentar manter a imagem do passado glorioso da cidade – não faz mais qualquer sentido, é anacrônico.⁵ Assim, o ritual anual de escolha do *Cachoeirense Ausente* transformou-se em uma simples tradição, que, ao fincar raízes na cultura da sociedade local, permaneceu e vai se perpetuando. É daí, da tradição, que advém a sua força.

⁴ E, naquela conjuntura de declínio da cidade – e de baixo-astrol de sua população –, foi criado – em 1941, um ano antes da instituição do título de *Cachoeirense Ausente* – o Baile de Gala, no qual cachoeirenses (e convidados) passaram a se encontrar anualmente – na noite do *Dia de Cachoeiro* – para cantar e dançar no tradicional Caçadores Carnavalescos Club ao som de bandas ou orquestras. Ou seja? À proporção em que Cachoeiro caía no ostracismo político e econômico estadual – e Vitória passava a ser o centro em torno do qual tudo devia gravitar –, a cidade buscava autoafirmação, engalanando-se. Na bancarrota, a cidade de Cachoeiro tentava assim – desesperadamente! – ostentar uma riqueza (e um brilho) que não existia mais. Marco de uma época, o Baile de Gala é – visto sob a minha ótica, *peçoalíssima* – sinal e sintoma de uma – *três chic!* – *decadence avec elegance* na qual os cidadãos da Capital Secreta se agarravam. O fato, nu e cru? A aristocrática (e elitista) Cachoeiro da *Belle Époque* tinha ficado (perdida) no passado!

⁵ Contudo, ainda hoje, o extemporâneo Baile de Gala – tocado por bandas de renome e projeção nacional – é um dos pontos-altos do *Dia de Cachoeiro* e os convites são concorridíssimos... Estaríamos aqui, leitor, diante de um passado glorioso – cravado no imaginário social – que não quer passar? Teria Cachoeiro ficado preso no passado, numa lacuna do tempo? *Decadence avec elegance! Decadence... danse!*

SE7EDIAS – Na sua visão, como o povo cachoeirense encara esta data e suas festividades? Como momento para valorizar a terra e a cultura? Como diversão?

J. P. SCHAYDER – Percebo uma mescla de tudo isso que você citou. Para determinados segmentos da sociedade, talvez os situados em seus patamares médios e altos, o *Dia de Cachoeiro* e a festa a ele associada é – mais do que a pompa e o glamour do tradicional baile – o tempo de renovar o culto à terra, o tempo de revigorar o famoso “bairrismo cachoeirense”, fenômeno típico da identidade da cidade. Para outros – em especial os inseridos nas camadas mais populares –, festa é, simplesmente... festa! Para esses, o período dos festejos tornou-se sinônimo de *shows* com artistas nacionais e, agora, rodeio de touros, sendo que o aspecto sociocultural da data, nesse segmento social, manifesta-se no desfile cívico-militar na Linha Vermelha e, talvez, na celebração religiosa em honra a São Pedro. De uma ou de outra forma, todos, cada um à sua maneira, repetem, ano após ano, ciclicamente, os rituais através dos quais – com mais ou menos intensidade, consciente ou inconscientemente – expressam seu amor por Cachoeiro.⁶

6 No ano anterior à publicação dessa entrevista, participei – no Palácio Municipal, em Cachoeiro – de um *bate-papo* comemorativo do Centenário de Nascimento de Newton Braga. Praticamente, tudo o que foi dito aqui, à *Sete Dias*, foi dito lá, no Palácio de Governo, na presença do prefeito municipal – Carlos Casteglione, no seu primeiro mandato –, do escritor Evandro Moreira – desempenhando a função de advogado do bairrismo cachoeirense –, do professor David Alberto Lóss – mediador do debate e, à época, presidente da Câmara Municipal – e de uma plateia numerosa/atenta. Nesse debate, como deve estar claro, encarnei o papel de Advogado do Diabo (uma sina?!), contrapondo-me às ideias de Evandro Moreira. No início da *prosa*, fiz **quatro** considerações: 1ª) Por não ser cachoeirense nato – por ser um *forasteiro* –, não tinha *pedigree* para tratar do assunto, mas havia aceitado o convite pelo desejo de polemizar, no campo historiográfico; 2ª) Para entender aquele complexo fato social – o *bairrismo cachoeirense* – era (é) necessário realizar um estudo multidisciplinar, criando uma junta de pesquisadores composta por historiadores, antropólogos, etnólogos, sociólogos, psicólogos sociais etc.; 3ª) Embora pudesse não parecer, aquela discussão era política e – até onde eu sabia (e sei) – nunca havia tido, em nível institucional, um debate aberto, público, democrático, sobre aquele tema – e, por

isto (pela coragem de *colocar o dedo na ferida* e expor a controvérsia), parabeneizei a iniciativa inédita da Prefeitura, representada ali, entre outros, pelo prefeito e pela secretária de Cultura, Cristiane Resende Paris; 4ª) A princípio, como cidadão *adotado* pela cidade de Cachoeiro, não era (e não sou!) antibairrista, apenas via (e vejo) certo exagero no culto ao passado da cidade, aos seus mortos, às suas tradições etc. Lembrei aos ouvintes: “a diferença entre o remédio e o veneno é a dose”; ainda em favor de minhas premissas, vali-me de Ítalo Calvino: “o homem sofre de uma doença chamada *paroquialismo antropocêntrico* que lhe pode ser fatal”. No desenrolar do *bate-papo*, defendi três teses: *Tese 1* – o bairrismo é algo datado, típico de uma época, de uma conjuntura histórica, de uma geração, de um grupo social elitista; *Tese 2* – o fenômeno tende a perder força entre as novas gerações e, ao longo da história, nunca chegou a empolgar os cidadãos dos estratos sociais mais baixos; *Tese 3* – é uma questão de tempo: o bairrismo morrerá de morte natural... Eis tudo. Bom, terminado o debate, recebi das mãos da jornalista Rosângela Venturi um exemplar da obra especialmente lançada para as celebrações do centenário de nascimento de Newton Braga (1911-1962) – um interessante documento textual e belo acervo fotográfico. Cf. BRAGA, Rachel. *Newton Braga, cachoeirense ausente*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Gracal, 2011. Sobre o *bairrismo* cachoeirense, reporto o leitor a outra ocasião na qual *toquei* no assunto, numa longa entrevista concedida à revista *Cachoeiro Cult*, em 2007 – veja, neste livro-memorial, à p. 177. Lá, cataloguei as duas cepas de *bairristas*: os residentes e os exilados; cada linhagem – o leitor verá, se é que (a esta altura) ainda não viu – desempenha papeis bem escalonados nos atos litúrgicos bairristas. Por fim, um esclarecimento se faz necessário: minhas memórias relativas a esse tema – tanto aqui, quanto lá (na *Cult*), quanto em qualquer outro lugar – são, apenas, memórias para servir à história do bairrismo, pois um dia – mais cedo, mais tarde, está claro pra mim – alguém escreverá (um estudo profundo) sobre esse fenômeno capixaba. Talvez, tal pesquisa já tenha até sido realizada e – *pisquei* e – não vi: se este for o caso, peço desculpas ao autor (ou autora) pela desatenção.

OLHANDO O PASSADO E O FUTURO¹

Por Marcelo Grillo e Renata Mofati

Nascido em Itapemirim (ES), José Pontes Schayder, 41 anos,² passou a infância no pequeno povoado de São José do Frade; ele é o quinto filho de um casal de pequenos produtores rurais e veio para Cachoeiro com cinco anos para estudar (...). Nessa entrevista, Schayder mescla seu conhecimento do passado com sua visão de futuro para traçar – com fina ironia e profundo realismo – um painel onde retrata a atual fase da cidade: *de um lado*, a percepção dos anseios do *novo perfil* da população cachoeirense, que procura adaptar-se cada vez mais à realidade; *do outro*, a constatação de que o *bairrismo* tão arraigado nos habitantes mais antigos pode influir negativamente no destino dos jovens da cidade.³

1 — Matéria de capa da revista *Cachoeiro Cult*, esse foi o título dado pelos editores à entrevista que o leitor terá o prazer (!) de ler a partir de agora. Nela, abordo temas variados, porém, todos, relacionados à cidade de Cachoeiro, sua gente, história, cultura e ao seu típico... *bairrismo*, ingrediente indispensável para *apimentar* a prosa quando o assunto é... Cachoeiro. No *Editorial*, José Marcelo Grillo classificou a entrevista como “uma polêmica conversa” – dessa conversa, também participou Renata Batista Mofati como assistente de reportagem da *Cult*. Foi ela – Renata B. Mofati – quem fez questão de me entregar em primeira-mão um exemplar da revista impressa, antes do envio da tiragem aos postos de distribuição e venda; esse pequeno gesto (aparentemente insignificante) revelou o quão gentil e profissional é aquela jornalista. Cf. *Cachoeiro Cult*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Gracal, 2007, Ano I, Nº 4, pp. 8-11.

2 — 41 anos, em 2007; em 2020, 54. *A roda do tempo* gira... cada vez mais.

3 — Além desta *Apresentação*, a primeira página da entrevista trouxe uma fotomontagem do meu rosto em posição bifrontal. Na legenda, esta mensagem: “O ideal, como cidadão, seria adotar a postura do deus romano Janus, que tinha dois rostos contrapostos, um [envelhecido] olhando para o passado, onde, na história, ia buscar inspiração, e outro [jovial] voltado para o futuro, onde projetava suas esperanças. Como diz Humberto Gessinger, da banda *Engenheiros do Hawaí*, ‘o futuro se impõe; o passado não se aguenta’ – essa *advertência* é vital para Cachoeiro”. Na Roma antiga, o primeiro mês do calendário era dedicado

Cachoeiro Cult – A história de Cachoeiro era contada por Evandro Moreira e Manoel Maciel. O senhor se candidataria a ocupar a vaga deixada pelo saudoso historiador professor Maciel?⁴

J. P. Schayder – Não me sinto à altura e nem quero ocupar a vaga de ninguém, nem dos historiadores vivos, nem dos que já morreram, como é o caso do mestre Manoel Maciel. Cada um tem, na própria história, o seu tempo e o seu espaço. Sou apenas mais um pretendo historiador entre tantos que já se foram e outros que ainda virão. É preciso lembrar, por outro lado, que os historiadores Evandro Moreira e Manoel Maciel focaram suas pesquisas no estudo da História *local*, cachoeirense, enquanto meu objeto de análise é o Espírito Santo; dedico-me, portanto, à História *regional*. Quando, enfim, der por encerrada uma série de ensaios que estou escrevendo sobre a história capixaba, talvez reduza a minha escala de observação e – aí, então – farei uma interpretação da história cachoeirense. Mas, isso, por enquanto, é só um projeto lançado para o futuro e o futuro, como sabemos, é incerto.⁵

Cachoeiro Cult – E o passado, é algo certo? Nossa história tem sido bem contada, ou deveria ser revista? A quem caberia o papel de contá-la?

ao deus Janus, daí *januarius*, daí... janeiro. Por acaso, nasci sob o signo de Janus, pois fui lançado no mundo no antepenúltimo dia de janeiro, mês das transições entre o ano velho (passado) e o ano novo (futuro), no entanto, ter me tornado historiador (amador!) foi uma *escolha* e nada tem a ver com deuses latinos, deus judaico-cristão-islâmico, signos, astros, Fortuna, destino, acaso etc. etc.

4 Nos campos e canteiros da historiografia cachoeirense, destaco as principais obras semeadas por esses dois autores: MACIEL, Manoel Gonçalves. *Volitando ao Cachoeiro antigo*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Gracal, vols. 1 e 2, 1992; MOREIRA, Evandro. *Cachoeiro: uma história de lutas*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Gracal, vols. 1 e 2, 2004.

5 Até agora... nada! Cheia de sobressaltos e interrupções, minha produção historiográfica vai se dando num ritmo lento, artesanal. No meu entender, é assim que deve ser: sem pressa. Até este momento, sequer consegui concluir a obra (tão prometida) sobre Maria Ortiz. Então,... quando lançar o meu *Adeus, Maria Ortiz!* – e se, na ocasião, ainda me sobrares força, ânimo, sanidade, equilíbrio emocional e... tempo –, volto o olhar para Cachoeiro.

J. P. Schayder – O conhecimento histórico está sempre sendo revisto, nunca deixa de estar *em construção*. Creio que tenha faltado, aos historiadores cachoeirenses mais antigos, uma formação sobre os métodos e as técnicas de pesquisa historiográfica, embora nunca lhes tenha faltado o espírito voluntarioso, o zelo, o orgulho, a abnegação e o compromisso com a preservação da memória e da história local. As gerações mais novas, certamente, têm mais ferramentas teóricas e metodológicas para produzir conhecimentos históricos e esperamos que se inspirem na disposição e no entusiasmo dos mais velhos.

Contudo, devíamos colocar um *ponto final* em certo tipo de História meramente narrativa, factual, *oficiosa*, celebrativa, que exalta a biografia dos grandes homens cachoeirenses, que destaca o que fizeram ou deixaram de fazer. Muitos desses personagens de nossa história são descritos como se fossem santos católicos. A cidade não pode continuar sendo tratada como uma terra de famílias tradicionais. A nova geração precisa romper com essa tradição. Já é hora de superar esse tipo de História que fica dizendo quem foi o primeiro prefeito da cidade, o primeiro bispo, o primeiro isso ou aquilo. A quem interessa esse tipo de informação?! Creio que só àqueles que – numa imaginária árvore genealógica – julgam-se descendentes e herdeiros desses supostos “grandes personagens” e que, portanto, acham que têm *pedigree* para estar no comando de nosso destino coletivo. Precisamos, urgentemente, reescrever a nossa História, desfazer o caráter mitológico dos acontecimentos e dar-lhes um aspecto histórico, isto é, crítico, reflexivo, analítico. É preciso, sobretudo, inserir as camadas populares no processo. Afinal, são homens comuns, gente como a gente, os verdadeiros construtores da cidade. Precisamos de um novo tipo de *história local*, que pense Cachoeiro à luz da história regional, nacional e universal.⁶

6 – Voltarei a esse ponto, mais adiante; voltarei porque *esse é* não só o *ponto*, mas o grande *nó* não desatado nas tramas historiográficas das nossas histórias *locais/municipais*. O leitor não perde por esperar: vou até me aventurar a poetizar um pouco a História – para tanto, pedirei uma *mãozinha* ao poeta Walt Whitman, que já apareceu por aqui, no *Prólogo* deste Memorial (cf. p. 26).

Cachoeiro Cult – Existe realmente essa tão propalada *cultura cachoeirense*? O que é essa cultura e para onde ela caminha?

J. P. Schayder – Acho muita pretensão falar em cultura *cachoeirense*. A não ser que estejamos nos referindo à cultura do café, que marcou uma importante etapa de nossa história, ajudando a construir fortunas e possibilitando a formação, aqui no vale do rio Itapemirim, de um grupo político influente, em nível estadual. Nesse aspecto, Cachoeiro foi, sem dúvida, pioneiro.

Todavia, falar em “cultura cachoeirense” no sentido de possuímos uma específica, intensa e influente produção musical, literária, teatral e artística é não encarar a realidade e achar que o mundo termina no pico do Itabira. Afinal, com base em quê falamos em “cultura cachoeirense”? No *rei* Roberto Carlos, que foi ao Rio de Janeiro para voltar e não voltou? No *sabiá* Rubem Braga, que saiu de Cachoeiro ainda criança, traumatizado, porque um professor o chamou de burro? Vou além. O que se produziu em Cachoeiro, no último século, que seja original, que defina uma identidade cultural própria de nossa cidade? A resposta é simples: nada! Aliás, nada, nesse caso, é muito.

Criou-se – aí, sim, podemos dizer ser algo cultural (e original) de Cachoeiro – um *bairrismo* doentio, que é visto com desprezo pelos nossos vizinhos e tratado com ironia pela grande imprensa da Capital do Estado.⁷ Quanto a termos uma cultura autêntica, *cachoeirense*, só se produzíssemos algo diferente, inovador, que fizesse escola e conquistasse adeptos dentro e fora do Espírito Santo. No entanto, contentamo-nos em reproduzir padrões culturais nacionais e globais. Nesse sentido, o mais adequado seria falar em subcultura cachoeirense. Agora, é lógico que não podemos desprezar as diversas manifestações culturais da cidade. Temos escritores, poetas, artistas plásticos, diretores de teatros e músicos, além de diversos grupos folclóricos que mantêm vivas as tradições populares. Todavia, essas expressões culturais, creio, não nos dão o direito de falar em “cultura

⁷ Logo à frente, o tema *bairrismo* voltará com força, tanto aqui embaixo, no pé da página, quanto ali em cima, na entrevista... *São tantas emoções...*

cachoeirense” porque poderá parecer que desejamos ser uma espécie de *Atenas capixaba* e isso está fora de cogitação.

Cachoeiro Cult – O que as escolas e as faculdades do município têm feito, no sentido de incrementar o estudo da história local?

J. P. Schayder – De um modo geral, as instituições de ensino, da pré-escola à graduação, estão muito preocupadas em preparar os jovens para competir no mundo do trabalho. Nossas escolas se importam em formar cidadãos produtivos e não seres humanos reflexivos. O que estou afirmando pode ser um *clichê*, mas é a mais pura – e cruel – realidade. Dessa forma, o que se ensina em nossas escolas de ensino fundamental e médio sobre a história local é muito pouco ou, na maioria dos casos, é absolutamente nada. Dá-se mais destaque à importância do rio Nilo para a formação da civilização egípcia do que à contribuição do rio Itapemirim para o surgimento e o desenvolvimento de Cachoeiro. Ao finalizar o curso de História, nas faculdades, o acadêmico prefere escrever uma longa monografia⁸ sobre a Guerra da Tchetchênia a elaborar uma breve dissertação sobre a repressão política em Cachoeiro durante a última ditadura militar. Evita-se, a todo custo, tomar partido ou comprometer-se com uma história mais viva, mais próxima. O raciocínio é simples: quanto mais distante, no tempo e no espaço, estiver o tema de estudo, melhor, pois os riscos de envolvimento são menores. Lembro, aos que pensam assim, que só os mediócrs têm vida tranquila; e, como ensinou o filósofo Paul Veyne, ninguém é inocente, quando escreve a História.⁹

8 Hodiernamente, é mais comum falar TCC, Trabalho de Conclusão de Curso. Aliás, hodiernamente quase não se usa mais o termo... *hodierno* – outrora, usava-se muito. Tempos idos... e que não voltam mais.

9 Foi uma citação de memória, portanto sem referenciar a bibliografia específica. Muito provavelmente, a ideia encontra-se *perdida* num desses dois livros: VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília, DF: UnB, 1982; VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

Cachoeiro Cult – Então, o que fazer para criar ou renovar a “cultura cachoeirense”?

J. P. Schayder – É difícil criar ou renovar uma cultura enquanto a memória e a história locais estiverem sendo ignoradas por estudantes, professores de História e – até! – por historiadores profissionais. Há os que, por puro preconceito, julgam a História local como uma “história menor”. É um grande equívoco que precisa ser corrigido, se queremos uma cidade comprometida com o seu futuro.

Cachoeiro Cult – O poder público municipal tem o dever de ajudar na publicação de livros sobre nossa história ou deve deixar esse papel a cargo da iniciativa privada?

J. P. Schayder – Essa questão, para mim, é um dilema. Quem escreve, geralmente precisa de um *mecenas*, isto é, de alguém que patrocine a sua obra. O ato da pesquisa é caro, pois envolve horas de trabalho, viagens, contatos telefônicos, entrevistas, busca de documentos, aquisição de fontes bibliográficas, elaboração de textos e, por fim, a publicação do livro. Quem está disposto a patrocinar esse tipo de atividade intelectual? Em Cachoeiro, nos últimos tempos, pelo que sei, só tivemos aquela monumental *Edição Histórica* de Salvador Obiol de Freitas, publicada em 1976 e, na época, financiada pela Prefeitura Municipal. No fim, o que temos? Uma história oficiosa, institucional, apologética, que enaltece quem está no poder. Um livro, na verdade, pseudo-histórico, literalmente feito sob encomenda para *massagear* o ego de quem estava governando. Aí está o dilema e o perigo!¹⁰ Pergunto, então, qual prefeito estaria disposto

10 A “monumental *Edição histórica*” à qual me refiro aí é um livro *gigante* (41 x 27 cm) lançado, em 1976, “com os cumprimentos da administração municipal”, conforme se pode ler – escrito com letras garrafais douradas – na imponente capa dura marrom. Bem..., se a obra recebeu os “cumprimentos” do prefeito municipal (cujo nome está grafado na capa, também com letras douradas), imagino ter recebido – da mesma forma – o patrocínio dos cofres públicos. Não à toa, na página 54 e seguintes, os autores passam a falar de “quem governa esta cidade”, para – na sequência – jogar holofotes na “Administração [Theodorico de] Assis Ferraço”, com direito a um extenso álbum fotográfico das obras em andamento naquela gestão (1973-77). Reflita, leitor, se achar que lhe convém: é

a patrocinar uma versão historiográfica [local] independente, crítica, que contemple a história de toda a sociedade – enfim, uma “história social total”?¹¹

Cachoeiro Cult – E a iniciativa privada?

J. P. Schayder – A iniciativa privada está muito preocupada em acumular riquezas e, como qualquer empresário sabe, livro não é uma *mercadoria* que dê retorno financeiro. O que dá lucro é extrair,

ou não perigoso escrever a história do município – seja ele qual for – sob as *bênçãos* financeiras do chefe político de plantão? Bom, se não é *perigoso*, pelo menos comprometedor é: a crítica histórica e a independência da narrativa ficam severamente prejudicadas. Já ouviu falar que “quem contrata a banda, escolhe o repertório”? Pois é... Cf. FREITAS, Salvador Obiol de & PINHEIRO, Carlos Alberto. *Cachoeiro de Itapemirim: edição histórica*. Cachoeiro, ES: s/ed., 1976.

- 11 Na afirmativa, a expressão “história social total” expressa a defesa de uma narrativa histórica englobando a sociedade cachoeirense na inteireza de seus aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais, mentais etc. Defendo essa vertente historiográfica, pois muito frequentemente as narrativas sobre Cachoeiro – e, via de regra, sobre qualquer *localidade/município* capixaba – dão destaque aos nomes dos “grandes *medalhões*” da política local, aos sobrenomes e às *genealogias* das famílias tradicionais etc. Não, não se trata de querer descartar *in totum* essa história paroquial, hagiográfica, de “feitos famosos”, porém optei por não “esquecer” do outro lado das moedas, das medalhas e dos *medalhões*, ou seja, o “lado B” da história. Encanta-me o estilo (e sigo as toadas e rufadas) de Walt Whitman (1819-1892) quando, num de seus mais belos poemas – *Canção de mim mesmo* – anuncia-se: “Chego com música vigorosa,/Com minhas cornetas e meus tambores,/Não toco marchas *apenas* para os vencedores consagrados,/Toco marchas *também* para pessoas vencidas e escravizadas.//Já ouviram dizer que foi bom ganhar o dia?/Eu também digo que foi bom perder/Batalhas são perdidas no mesmo espírito em que são vencidas.//São pesados meus rufares para os mortos./Sopro por minhas embocaduras a música mais alta e feliz que lhes ofereço [...]/*Vivas* para aqueles que fracassaram!/E para todos os heróis derrotados!/E para os incontáveis heróis desconhecidos, iguais aos maiores heróis conhecidos”. Nos moldes de Walt Whitman, meu desejo é dar a palavra (também) àqueles que a “grande história” abandonou. Cf. WHITMAN, Walt. *Folhas de Relva: edição do leito de morte*. São Paulo: Hedra, 2011, 57-8 (os *grifos* são meus!) & *Apud* PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *O triunfo do fracasso: Rüdiger Bilden, o amigo esquecido de Gilberto Freyre*. São Paulo: Unesp, 2012, Epígrafe, p. 7.

cortar e exportar mármore e granito. Infelizmente, os empresários não veem cultura como investimento ou – talvez quem sabe – os projetos que lhe são apresentados não sejam de boa qualidade. Parece-me que, no Norte do Estado, está surgindo uma classe empresarial mais nova e dinâmica. Enquanto isso, aqui no Sul... Portanto, para manter a sua independência, o historiador precisa estar disposto a fazer sacrifícios. Não deve esperar nem a ajuda desinteressada dos órgãos públicos, nem a benevolência *franciscana* da iniciativa privada. Solitariamente faz sua pesquisa e, para publicar sua obra, continuará sozinho. Aqui em Cachoeiro não há leis de incentivo cultural, ou, se existem, não são exequíveis; não há, também, empresas particulares interessadas em cultura, não há mentalidade empresarial inovadora, não há nada!

Cachoeiro Cult – Qual deveria ser o papel do Instituto Histórico Geográfico de Cachoeiro de Itapemirim em relação à cultura da região?

J. P. Schayder – Estaria de bom tamanho se cumprisse o seu estatuto e promovesse encontros, cursos, conferências e congressos, a fim de fomentar o debate sobre questões locais e regionais. O problema é que os institutos históricos não deixam de ser, apenas, clubes de encontro de certa elite intelectual local que se fecha numa redoma impenetrável. E isso acontece em qualquer cidade do Brasil. No caso específico de Cachoeiro, o Instituto Histórico e Geográfico não abriu suas portas para receber novos ares, novas ideias, novos membros. Para provocar, lanço um desafio: quantos acadêmicos do curso de História do Centro Universitário São Camilo conhecem – ou sabem que existe – o Instituto Histórico de Cachoeiro? Como uma instituição pode se renovar, se as novas gerações estão excluídas? Sinto que há muitos jovens talentosos querendo participar, discutir, mas não são convidados, não encontram espaço. É óbvio, no entanto, que não se sentirão motivados a participar de uma instituição fossilizada, que não tenha uma inserção orgânica na sociedade. Por isso, é preciso que o Instituto Histórico faça parcerias, convênios, intercâmbios etc. É preciso converter o nosso Instituto Histórico num centro de estudos de questões locais contemporâneas.

Cachoeiro Cult: Quais sugestões o senhor daria para incrementar a cultura cachoeirense?

J. P. Schayder – Penso que algumas coisas já estão acontecendo. Essas discussões através da revista *Cachoeiro Cult*, por exemplo, têm feito a cidade refletir sobre si mesma. A entrevista do Bruno Garschagen, na edição anterior, mesmo que bombástica na visão de alguns, balançou estruturas e pôs a cidade diante do espelho, principalmente no aspecto cultural. Isso não significa que concorde com tudo o que foi dito, mas o importante é que ele externou suas opiniões. Agora, seria interessante que ele vivesse aqui e ajudasse a cidade a evoluir, com sua exuberante inteligência.¹²

12 “Exuberante inteligência” com a qual tive a oportunidade de travar incontáveis *prosas* despreziosas (e longas) quando o Bruno Garschagen era ainda um jovem estudante cursando um *Pré-vestibular* no qual eu, além de professor de História, era Coordenador. Essa prosa é um hábito didático de minha prática pedagógica e, com ela, além de aprender muito, já estabeleci duradouras amizades: tal não foi o caso do Bruno, que, depois de concluir o *Pré-vestibular*, desapareceu do meu *radar*. Enquanto aluno, aquele rapaz de 17-18 anos não se mostrava – no quesito *capacidade intelectual* – uma, digamos assim, excepcionalidade, se comparado a alguns jovens de sua faixa etária e geração. Contudo, suas andanças por algumas metrópoles e universidades brasileiras e – imagino – por outras tantas universidades europeias, devem realmente ter provocado uma revolução mental no cérebro do B. Garschagen, pois, lendo a *entrevista* concedida por ele à *Cachoeiro Cult* – nº 3, 2007 – salta aos olhos sua afiada capacidade crítica e seu elevado grau de conhecimento. É louvável (e admirável) a “exuberante inteligência” dele, contudo – para mim!, *para mim!* – ficou mal explicada a *virada ideológica* sofrida por ele com relação às suas opiniões sobre a cidade de Cachoeiro e seus intelectuais mais festejados. Em 2007, vi um crítico implacável das tradições culturais cachoeirenses florescer na entrevista da *Cult* para – quatro anos depois, nas páginas da mesma revista, num *artigo* – murchar miseravelmente. Na *entrevista* – onde B. Garschagen *posou* para a câmera fotográfica lendo um livro de H.L. Mencken, maior iconoclasta da cultura estadunidense e autor de *O livro dos Insultos* – quase ninguém, em Cachoeiro, foi poupado (nem o entrevistador, Marcelo Grillo), mas, no *artigo*, todos são elevados ao *Olimpo* literário da *Atenas Capixaba*. Se, na *entrevista*, na opinião categórica de Bruno, o “nosso bairrismo é uma forma de exercício miserável da vaidade” e “o que mais me [o] irrita (na cidade) é a falta de senso crítico [pois se observa] todo

Lamentavelmente, Cachoeiro tem *exportado* muitos cérebros,

mundo aplaudindo todo mundo [numa] cordialidade deplorável”, no *artigo* – cujo título *Em defesa da tradição e do bairrismo* já diz a quê veio –, ele, cordialmente, aplaude todo mundo e pede desculpas “àqueles que [na entrevista] ofendi pela severidade, acidez e pretensão das minhas críticas”, diz. Há algo de mal em pedir *desculpas*? Não, lógico que não. Eu também – aqui mesmo, neste livro-memorial – já pedi desculpas algumas vezes, mas, causou-me espanto a justificativa alegada por B. Garschagen para seu pedido de perdão, pois, a meu ver – e que fique claro: ele não me deve nenhuma satisfação – o argumento dele é inacreditável: a *distância* transformou o *sentido* das coisas, isto é, mudar-se de Cachoeiro – e passar do *status* de cachoeirense *presente* para *ausente* – foi determinante para que a cultura local e os letrados da cidade ganhassem uma importância superlativa na vida dele. O bairrismo, por exemplo, passou a ser “aquilo que [há] de mais glorioso [na] relação da sociedade [cachoeirense] com o seu passado”. Não, o cérebro do (antes) indomável B. Garschagem não sofreu *apenas* uma *transformação*, mas, sim, uma verdadeira *mutação*. O afastamento de Cachoeiro converteu o crítico e cético intelectual num adepto dócil e fervoroso do bairrismo cachoeirense ao ponto de – no final do seu artigo – fazer uma profissão de fé nestes termos: “Hoje [2011], sempre que me perguntam sobre a cidade, especialmente os capixabas que não tiveram a *sorte de ser cachoeirense*, respondo com olhar blasé e certa afetação na voz: Cachoeiro, prezado, é lugar para iniciado” (*grifei!*). A complacência do B. Garschagen, no artigo, é ainda – para mim! – um mistério, mas – por outro lado – ajudou-me a entender o porquê de os cachoeirenses *ausentes* serem mais fervorosos no culto à cidade [falarei disso e dos *tipos de bairristas* daqui a pouco, na entrevista]: é algo meio *romântico* à Gonçalves Dias, na *Canção do Exílio*: “*Minha terra tem palmeiras/ Onde canta o Sabiá...*”. Por fim, a metamorfose cerebral do jovem intelectual fez-me atinar para uma questão preocupante: também eu, caso sáísse de Cachoeiro, sofreria uma reversão mental e, num *delírio* melancólico, declamaria “*As aves, que aqui gorjeiam,/ Não gorjeiam como lá...*”? Sim, pois, a exemplo do B. Garschagen, mudei-me para Cachoeiro bem pequeno; ele é baiano, eu sou capixaba, de Itapemirim, então... sei lá! Será que corro o risco de – algum dia, noutra terra – acordar *bairrista*, chorando *por ti, Cachoeiro*? Por ora, qualquer expectativa (caso *alguém* alimente) nesse sentido está fora de cogitação, pois não vislumbro sair – por *livre arbítrio* – da *pólis* cachoeirense. Cf. Bruno Garschagen: Um olhar crítico sobre a cidade. *Cachoeiro Cult.* Cachoeiro: Gracal, nº 03, Abr. 2007, *Entrevista Especial*, pp. 8-11; GARSCHAGEN, Bruno. Em defesa da tradição e do bairrismo in: *Cachoeiro Cult.* Cachoeiro, Gracal, nº 31, Dez. 2011, pp. 20-1. Cf. obra citada MENCKEN, H. L. *O livro dos insultos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Pelas fotos anexas à *Entrevista* do B. Garschagen, bisbilhotei (com lupa!) a biblioteca dele e – em meio aos clássicos –

pois não cria as condições para desenvolver os talentos locais. De qualquer forma, mesmo que *aos trancos e barrancos*, há bons projetos culturais em andamento. Veja o Cineclube Jece Valadão, que já promoveu duas mostras de curtas, conseguindo lotar o *Cine Shopping Cachoeiro* e, semanalmente, projeta e discute filmes nacionais e estrangeiros. Para melhorar, precisa apenas divulgar melhor suas atividades, nas escolas e faculdades do município, o que, parece-me, está sendo feito. O Centro Universitário São Camilo, especialmente o seu Departamento de História, deveria praticar a liberdade acadêmica, estimulando a produção de monografias que levantem problemas históricos locais e regionais, sem impor aos universitários limites temáticos e pedagógicos na elaboração de dissertação de final de curso. Deveria, assim, se envolver mais com a comunidade onde está inserida e de onde capta seus recursos. Nosso patrimônio histórico cultural é vasto, mas corre o risco de se perder, se não for preservado a tempo. Há, ainda, muita coisa a ser recuperada do porão da história de nosso passado.

Cachoeiro Cult – Por exemplo...

J. P. Schayder – Recentemente foi lançado, no Rio de Janeiro, um livro que trata das lutas dos trabalhadores no Brasil. Nele, há o registro de uma greve operária ocorrida em Cachoeiro em 1907. Essa greve, a primeira ocorrida no Espírito Santo, foi realizada pelos trabalhadores que construíam a linha ferroviária ligando o Rio a Cachoeiro. A greve durou uma semana e, no último dia – segundo o autor do livro – a polícia reprimiu violentamente o movimento e matou 72 trabalhadores. O fato teria sido noticiado de forma muito discreta no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, no dia seguinte ao acontecimento. Foi dada, apenas, uma nota pequena, sem o nome de nenhuma das vítimas. Ainda segundo o autor do livro – Vito Giannotti –, um exemplar desse jornal está guardado no Arquivo Nacional, onde ele pesquisou. Resta-nos questionar: quem

consegui localizar um volumoso livro do jornalista Paulo Francis (1930-1997), polêmico comentarista da TV Globo; *esse*, sim, era o mestre da *pose*, dos insultos e dos trejeitos, e “falando direto de Nova York” – bordão com o qual concluía seus comentários – gostava de *causar*...

conhece esse episódio? O relato tem fundamento histórico? Há de se investigar. Mas, quem se dispõe a fazer esse estudo micro-histórico?¹³

Bem, ainda no campo das propostas de fomento à pesquisa e à cultura local, poderíamos realizar uma espécie de congresso sul-capixaba de cultura, envolvendo as cidades do Sul do Espírito Santo. Nesse evento, reuniríamos pessoas interessadas em apresentar o que está sendo produzido em seus municípios e, na ocasião, seriam discutidos os problemas comuns que enfrentamos. Seria, até, uma forma de fazer um contraponto ao *imperialismo* cultural de Vitória sobre o interior e mostrar que há vida inteligente fora da capital.

Cachoeiro Cult – Historicamente, Cachoeiro foi berço de muitos artistas de renome nacional. Qual a contribuição que eles deram e que herança deixaram para a cultura da cidade?

J. P. Schayder – Sua pergunta contém a resposta. Cachoeiro foi *apenas* o berço de algumas figuras que ganharam destaque em nível nacional. É o caso de Roberto Carlos, Rubem Braga, Luz del Fuego e Sérgio Sampaio. Todavia, fora Sérgio Sampaio, que era mais intimista, bairrista, os outros apenas nasceram aqui, mas construíram suas carreiras nas grandes metrópoles brasileiras e por lá ficaram, embora alguns tenham mantido os vínculos afetivos com a cidade. Mas veja, por exemplo, o caso do cantor Roberto Carlos, que é o representante exponencial dessa suposta *estirpe* cachoeirense: na década de 1970, a cidade ergueu, na parte mais central de sua principal praça, um monumento em sua homenagem; depois, com muito custo, restaurou-

13 Cf. GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 66; entrevista com V. Giannotti in: COELHO, Lígia. Para o trabalhador conhecer sua história. *Brasil de Fato*. Rio de Janeiro, 22-28 Mar. 2007, Cultura, p. 8 – nessa entrevista, sobre as 72 mortes que diz ter ocorrido na greve de ferroviários em Cachoeiro, Vito Giannotti especula: “Creio que não existem, hoje [2007], 50 pessoas que conheçam esse fato”. Você, leitor, está entre essas *minguadas* “50 pessoas”? Se está, ainda assim vale a pena – além de fazer a leitura das referências acima – conhecer mais uma interessante reportagem jornalística sobre esse tema tão controverso: MATTEDI, José Carlos. Um século da primeira greve operária no Espírito Santo. *Aangaba*. Vitória, Abr. 2009, Ano I, nº 4, *Reportagem*, pp. 9-20.

-se a *Casa do Rei*; todos os anos, infalivelmente, comemora-se a data do seu nascimento com tudo o que se julga que o aniversariante tem direito: bolo, velas, apresentações musicais em praça pública, reprises de filmes etc. E esse ilustre cachoeirense, o que faz? Ignora tudo isso, solenemente. Não envia um telegrama, um *e-mail*, não dá um telefonema, não dá as caras nem para dizer obrigado aos seus súditos, que tanto o reverenciam. Dessa forma, que herança Roberto Carlos deixará para a cidade? Certamente o seu nome, que o município já procura explorar turisticamente.¹⁴

14 Seis meses depois de falar sobre Roberto Carlos nesta entrevista à *Cult*, voltei ao assunto num texto – *À espera (do retorno) do Rei* – publicado na... *Cult*. Sinceramente, nem me lembrava mais desse texto e o encontrei por acaso procurando um artigo – não de minha autoria, mas – do jornalista Rondinelli S. Tomazelli; por coincidência, nossos textos estavam na mesma edição da revista e, sobre o texto dele, falei na nota 16, à frente. Quanto ao meu artigo – *À espera (do retorno) do Rei* –, nele falei sobre Praça Jerônimo Monteiro, “torre de fazer chover”, obeliscos, véu de Penélope, Ítaca, Tróia, rei Ulisses, cabeça do Minotauro, Creta, *rei* Roberto Carlos, Teseu, *Atenas Capixaba* etc. Esse texto é talvez – (*talvez*, não! Com certeza!) – o texto mais mal escrito que alguém já escreveu e, no final dele, depois de não falar coisa com coisa, concluí: “voltamos à estaca zero, mas, para mim, tudo bem, pois escrever, desmanchar e reescrever faz parte do meu ofício; o intrigante mesmo é que o largo da Praça Jerônimo Monteiro continua um deserto e o *Rei* [Roberto Carlos] não dá sinais de que irá retornar...”. Sobre esse texto... Primeiro: o título dele é um plágio escancarado do último filme – *O retorno do rei* – da trilogia *O senhor dos Anéis*; sem ter assistido aos dois primeiros filmes da série, fui ao cinema assistir ao terceiro por acaso, apenas para acompanhar um grupo de amigos – confesso: dormi logo no início da projeção e, do filme, restou-me *apenas* o... *título*. Segundo: quanto ao *Rei* Roberto Carlos, retornou a Cachoeiro em 2014, no dia do aniversário dele (19 Abr.), quando deu a largada – ao vivo para todo o Brasil, *via* TV Globo – da turnê mundial dos 50 anos de carreira; há 14 anos – 7, após o meu artigo – os súditos/terrâneos cachoeirenses estavam à espera do retorno do (seu) *Rei*. Sim, *ele voltou* em 2014 e – em 2016 – voltou (de novo!), para comemorar, na terra natal, o aniversário de 75 anos, num show de emoções com direito a bolo, velas e *parabéns pra você*. É, mas, por certo, para elevar a autoestima cachoeirense, os arautos do *Rei* devem estar ansiosos para anunciar o retorno *Dele*. Fã é fã! Cf. (ou melhor, *não* Cf.) SCHAYDER, J. P. *À espera (do retorno) do Rei. Cachoeiro Cult*. Cachoeiro, ES: Gracal, nº 7, Dez. 2007, p. 21.

Cachoeiro Cult – Quando vivia seu ciclo agropecuário a cidade gerou incontáveis expoentes das letras. No ciclo industrial, entramos num marasmo. Com o advento do terceiro ciclo, o de bens e serviços, algo vai mudar? Existe uma relação entre eles e a cultura?

J. P. Schayder – Potencialmente, uma sociedade mais urbanizada tende a gerar uma quantidade maior de bens culturais. As grandes civilizações sempre se desenvolveram com base nas cidades. Hoje, quase 90% da população cachoeirense está concentrada no meio urbano e tudo indica que o processo de urbanização, no município, é uma tendência que veio para ficar. Cachoeiro, nessa terceira onda do seu desenvolvimento econômico, vem se especializando no fornecimento de bens e serviços para as cidades vizinhas. A cidade possui, além de uma rede considerável de pequenos e médios estabelecimentos comerciais, um Centro Universitário e diversas faculdades isoladas, uma unidade do Cefetes [hoje, Ifes], do Sesi, do Senai e do Cread, que é uma extensão da Ufes. Ou seja, possuímos diversos centros de inteligência e pesquisa nas áreas tecnológicas e das ciências humanas. Penso que vivemos um momento de transição, de acomodação, e, de alguma forma, essa nova ordem econômica local impulsionará a cultura cachoeirense. Para tanto, é necessário que as lideranças políticas estejam alinhadas e comprometidas com as mudanças socioeconômicas e culturais da cidade. Nessa perspectiva, é importante que adotem uma visão moderna, dinâmica, responsável e competente de administração pública. O meu desejo é de que o progresso da cidade não seja apenas tecnológico e material, mas se materialize, também, em obras de arte, composições musicais, documentários, peças de teatro, livros de História, enfim, em bens culturais, para elevar o bom-humor e a capacidade crítica dos cidadãos.

Cachoeiro Cult – Afinal, o bairrismo tão cultuado pelos cachoei-
renses é bom ou ruim para a cultura da cidade?

J. P. Schayder – Enfim, chegamos ao ponto! Ainda e sempre o tema do bairrismo aparece. É inevitável, não é mesmo?! Pois bem, acho péssimo esse nosso tão propalado “bairrismo cachoeirense”. Definitivamente, não dá mais para ficar alimentando qualquer tipo de sentimento bairrista em Cachoeiro. Tornou-se um comportamento social esquizofrênico, uma espécie de “ópio (calmante) coletivo”,

cultivado por alguns, para encobrir a realidade. Esquemáticamente, podemos dizer que vivemos, em Cachoeiro, um cenário preocupante, dramático até. Uma boa parcela da sociedade – aqueles que estão numa faixa etária mais avançada – vive das recordações das imagens gloriosas do passado, enquanto quem tem pouca idade não vê esperança no futuro da cidade e, quando pode, migra. Qual significado pode ter esse bairrismo exaltado para as gerações mais novas? Desejará essa geração perpetuar uma tradição arcaica e inventada lá atrás, no passado? Não acredito. Estou convencido de que as novas gerações olham com muita desconfiança as condutas bairristas mais radicais, acham-nas ridículas, fora de foco. Parece-me que nossos bairristas têm como princípio a ideia de que “quando se fecham as portas do futuro, abrem-se as janelas do passado”, de onde não conseguem se libertar.

Cachoeiro Cult – Quem são nossos bairristas?

J. P. Schayder – Para ser didático, classificaria os nossos bairristas em dois grandes grupos. De um lado, os que moram na cidade e continuam achando que vivem num *paraíso terreal* ou, como gostam de dizer, na *Capital Secreta do Mundo*, na *Atenas Capixaba*, e, do outro lado, os bairristas “exilados”, que só vêm a Cachoeiro de passagem, participam de eventos sociais, recebem homenagens cívicas, fazem discursos “ufanistas”, trazem “sangue novo” para fortalecer o movimento bairrista e dão as costas para a cidade, lembrando-se dela, apenas, na próxima visita, quando o ritual se repete. Há, inclusive, uma simbologia muito forte no fato de que – nas comemorações de 29 de junho, Dia de Cachoeiro – o *Cachoeirense Ausente* seja muito mais festejado do que o *Cachoeirense Presente*. É sintomática toda essa reverência que se faz a quem não está mais na cidade; vejo uma distorção, uma inversão de valores aí.¹⁵

¹⁵ O título de *Cachoeirense Ausente* foi criado em 1939, mas... o de *Cachoeirense Presente* só em 1990, por lei da Câmara Municipal. Teria o legislador entendido que havia chegada a hora de prestigiar – além de quem *sai* da cidade – também quem *fica*? *Prato cheio* para uma boa pesquisa... Nas rebarbas desse tema tão caro às liturgias bairristas, pipocou – na minha cabeça, neste exato instante – a frase “Ser ausente é fácil; difícil mesmo é ser presente” repetida – lá pelos idos da década de 1950, segundo o jornalista Sérgio (*Sérgio!*) Gars-

De qualquer modo, as duas categorias de bairristas – *residentes* e

chagen – pelo professor João Madureira Filho, sempre na época da escolha do *Cachoeirense Ausente* Nº 1. Para que a frase do seu ex-professor – “guru de três gerações de estudantes cachoeirenses”, diz S. Garschagen – não seja apanhada “solta no ar” e corra o risco de ser mal interpretada, ele, Garschagen, com razão, faz a ressalva: “essa reflexão não era uma crítica aos que deixavam a cidade e muito menos à ideia de Newton Braga em homenagear, todos os anos, um cachoeirense na festa da cidade. Era a constatação de quem já percebia a perda de importância econômica de Cachoeiro. *Permanecer era mais penoso que sair*” (*grifei!*). Faz sentido! Veja, neste livro-memorial (p. 158), contextualização histórica – sob a minha perspectiva – da criação do título de *Cachoeirense Ausente* Nº 1. Dito isso, *vale a pena voltar* a Sérgio (a *Sérgio*) Garschagen e, por um instante, reparar com atenção redobrada a sua última frase, que – *grifei* lá e – faço toda questão de repeti-la aqui: “Permanecer [em Cachoeiro] era mais penoso que sair”. Diante desta límpida e lúcida constatação – e o próprio Sérgio foi impulsionado a sair de Cachoeiro, em 1974, aos 26 anos, para tocar a vida com (mais) dignidade em outras plagas –, pergunto: se é “mais penoso” ficar em Cachoeiro, por que o *Cachoeirense Ausente* – nos festejos da cidade – é sempre mais celebrado do que o *Presente*? É isso que não entra na minha cabeça, mas... vai ver que é porque eu não sou cachoeirense “de sangue” e, por culpa desse defeito congênito, o meu coração não bate no mesmo compasso do do cidadão cachoeirano autêntico – ninguém é perfeito! Resta lembrar: em 2010, Sérgio Garschagen lançou a obra *Parece que foi ontem*, um conjunto de textos onde repensa os “anos dourados” da história cachoeirense e, em muitos instantes, revive a história local cruzando-a com as suas lembranças pessoais. Em 2012, dois anos após o lançamento do livro, Sérgio Garschagen – “exilado em Brasília desde 1974”, conforme se lê na *orelha* da obra – entrou para a seleta galeria dos cachoeirenses ausentes, tornando-se a 70ª personalidade a receber da cidade o título de *Cachoeirense Ausente* Nº 1. Como de costume – e como mandam as tradições –, foi recepcionado às portas de Cachoeiro, onde recebeu as “chaves da cidade” das mãos do prefeito municipal e, daí por diante, foi muito festejado... Quanto ao *Cachoeirense Presente* Nº 1 daquele ano foi o juiz Robson Louzada Lopes, que, aliás, tive a honra de ter sido professor por três anos; deixo, aqui, os meus “Parabéns” ao Dr. Robson pelo título e felicito-o por ter *ficado* em Cachoeiro, que, apesar de ser “penoso”, vale a pena – o juiz, com toda razão, deve saber disso. Cf. frase do prof. João Madureira Filho *Apud* GARSCHAGEN, Sérgio M. Apresentação in: CARVALHO, Marco Antonio de. *Memórias de Cachoeiro*. Rio de Janeiro: Book-Link, 2005, p. 5; Cf. obra GARSCHAGEN, Sérgio. *Parece que foi ontem*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Editora Cachoeiro Cult, 2010; Cf. cachoeirenses homenageados

exilados – vivem fora do mundo real, desconsideram as novas gerações. Uns e outros olham, apenas, para o próprio umbigo e acham que estão contribuindo com a cidade, mas estão equivocados. Penso que deveriam refletir sobre a seguinte questão: e os que vierem depois de nós, o que será deles? Nas atuais circunstâncias, essa pergunta é essencial para a cidade porque estamos perdendo tempo. Enquanto outras cidades capixabas se empenham em projetar o futuro, nós não podemos nos manter presos ao passado, idealizando-o.

Cachoeiro Cult – Como se definiria, então, hoje em dia, o perfil da sociedade Cachoeirense?

J. P. Schayder – Essa definição ainda não existe, mas seria interessante estabelecê-la. Mas a questão é: o que pode significar esse bairrismo para os milhares de cidadãos, muito deles pobres, remediados ou miseráveis, que moram em nossas periferias? Aliás, quem são esses novos cidadãos cachoeirenses? Será que eles se identificam com a velha cultura tradicional, bairrista, da cidade? Nasceram aqui ou vieram de fora? Qual o perfil sociocultural desses contribuintes que vivem no Corte Grande, no Coramara, no Alto Village e nos diversos outros bairros que surgiram em Cachoeiro nos últimos anos? É preciso conhecê-los para incluí-los – de forma orgânica – na vida da cidade, pois, do contrário, serão párias sociais, alienígenas na própria terra que escolheram para viver.

Não creio que esses cidadãos estejam interessantes em conhecer os fundamentos teóricos e históricos do bairrismo cachoeirense, pois isso não lhes diz respeito. A sociedade cachoeirense, hoje, é muito mais complexa do que aparenta ser e não dá mais para celebrar, imaginariamente, um “meu pequeno Cachoeiro” que não existe mais. Precisamos tomar consciência que já somos 200 mil cidadãos e todos, indistintamente, precisamos viver com um mínimo de dignidade.

Cachoeiro Cult – O senhor poderia definir, numa só frase, que tipo de relação mantém com Cachoeiro?

J. P. Schayder – Mantenho um relacionamento de amor com Cachoeiro e, por isso, coloco-me na posição de investigador ativo de sua história.¹⁶

16 Há pouco, falei dos cidadãos que vivem em Cachoeiro, mas “vieram de fora”, ou seja, os forasteiros... Eu – já deixei mais do que claro – sou um forasteiro! Depois de mim – imigrante em 1970 –, quantos milhares mais de *forasteiros* chegaram a Cachoeiro? Quando cheguei, com cinco aninhos, vivíamos – na história nacional – os Anos de Chumbo do general Emílio Garrastazu Médici cujo governo lançou – em defesa do autoritarismo do Regime Militar (1964-1985) – o slogan *Brasil: ame-o ou deixe-o*. À época, pensar diferente dos “donos do poder” era proibido, censurado – ditadores gostam de quem age e pensa igual a eles: são narcísicos, adoram espelhos e... *cópias* fieis. No entanto, voltemos ao assunto: Cachoeiro e sua relação com os não naturais da cidade. Pois bem... Com o seu *olhar forasteiro*, o jornalista Rondinelli Suave Tomazelli sugeriu que – para se viver bem entre os cachoeirenses – basta ao *estrangeiro* seguir o “lema” (à *la* ditadura militar) imperante *veladamente* na cidade: “Cachoeiro: ame-o ou deixe-o”. Contudo, por que o jovem jornalista chegou – lá pelo ano de 2007, quando ainda era acadêmico no Centro Universitário São Camilo – àquela *fórmula*? Pela vivência. Ele nos diz: “Conheço gente que veio a Cachoeiro e, pouco tempo depois, foi embora traumatizado com a experiência e jurando nunca mais pisar aqui. Motivos que o fizeram pedir asilo político longe daqui: xenofobia, resistência, pouca receptividade às críticas, sobretudo aquelas que descontroem mitos locais com pernas de barro. Dias desses, um crítico (...) saiu daqui com a impressão de ter-se livrado de encavernados”. Sem meias palavras, R. S. Tomazelli segue em suas invectivas: “quando alguém de fora penetra no clube, a cidade dá tudo a esses forasteiros: emprego, dinheiro e poder, menos o direito de quebrar as estátuas vivas que representam o cúmulo do obsoleto (...). Ou você se enquadra no tradicional e associa-se às forças da antiguidade cachoeirense ou será a mais nova vítima do *Complexo de forasteiro*...”. Parágrafo por parágrafo, o tom é daí para pior e – de modo severo, contudo realista – *fecha* o artigo: “quem não consegue transpor as muralhas da intolerância cachoeirense pega carona com os forasteiros, de volta ao mundo em movimento”. Esse jovem e promissor iconhense estudou e trabalhou em Cachoeiro, mas, hoje, na cidade, alguém teria *notícias* do jornalista Rondinelli Suave Tomazelli? De minha parte, apenas uma coisa dou como certa sobre *esse* meu colega *forasteiro*: em Cachoeiro, ele não está mais... Cf. SUAVE, Rondinelli. Complexo de forasteiro. *Cachoeiro Cult*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Gracal, nº 07, Dez. 2007, p. 9.

“CACHOEIRO É UMA DÁDIVA DO RIO ITAPEMIRIM”

Por Filipe Rodrigues¹

O *bate-papo* de mais de uma hora rendeu uma entrevista. Parafraseando Heródoto, que disse “o Egito é uma dádiva do Nilo”, o professor José Pontes Schayder – autor do livro *Como se tem escrito a história do Espírito Santo* – fala sobre a emancipação política de Cachoeiro de Itapemirim. Vai além: conta um pouco da trajetória da cidade e algumas de suas características econômicas, culturais e sociais, abordando questões um tanto quanto polêmicas, como o *bairrismo cachoeirense* e o momento em que o município começou a perder força no cenário estadual, deixando de ser o grande centro comercial, demográfico e eleitoral capixaba.²

Aqui Notícias – A gente vê, atualmente, Cachoeiro de Itapemirim como uma cidade que cultua grandes figuras de sua história, que dão nome a ruas e bairros. Como se deu isso?

Professor Schayder – Um dos grandes símbolos de nossa cidade, e uma de suas principais ruas, é a Praça Jerônimo Monteiro, onde também fica o Palácio Bernardino Monteiro. O centro da cidade retrata bem isso: o culto à imagem de “grandes cachoeirenses”, que, inclusive, governaram o Espírito Santo durante algum tempo. Isso começou lá pelos anos de 1850, com essa família de ex-mineradores, provenientes de Minas Gerais;

¹ RODRIGUES, Filipe. “Cachoeiro é uma dádiva do rio Itapemirim”. *Aqui Notícias*. Cachoeiro, 25-26 Mar., 2017, *Entrevista*, p. 7.

² Sob a manchete *Cachoeiro: 150 anos de emancipação política*, a *Entrevista* foi a principal chamada da *Primeira Página* do *Aqui Notícias* na sua edição de fim de semana (sábado-domingo). A conversa havia sido gravada dias antes – em minha biblioteca – e, para a publicação, foi transcrita (oral *vs.* escrito) pelo jornalista.

[os Monteiro] chegaram ao nosso território, compraram ou se apropriaram de terras por aqui – isso não está muito claro – e começaram a montar as fazendas de café. A partir daí, entre 1908 e 1930, quem governa a política do Espírito Santo é essa família Monteiro, de Cachoeiro. O município era o centro ferroviário e comercial da época. Foi uma fase coronelística e, vale dizer, *coronel* não era patente militar, era título de *status* social [e forma de tratamento].³

Aqui Notícias – Nessa época, Cachoeiro era o centro comercial, demográfico, político e econômico do Espírito Santo. Isso era bom para toda a população e a cidade como um todo, ou apenas para uma parte da sociedade?

Professor Schayder – Essa riqueza ficava concentrada nas mãos de uma pequena parcela da elite da sociedade e a um grupo agregado a ela, isto é, uma pequena classe média urbana e de profissionais liberais que prestavam serviços àqueles grandes cafeicultores e comerciantes. Grande parte da população não se beneficiava disso. Mas é nesse contexto de riqueza que se cria uma pequena classe média urbana

3 Posso lhe fazer um convite, leitor? Que tal, primeiro, fazer um recuo na história do Espírito Santo até os primórdios da epopeia dos Monteiro pelas terras capixabas, para – ato contínuo, no sentido inverso do *túnel do tempo* – avançar pela saga da família até a atualidade? *Viagem* semelhante a essa já foi sugerida por mim em outro momento deste livro-memorial (Cf. p. 65-6, n. 2), no entanto – dessa vez – ofereço o pacote completo do “tour histórico”. Siga aqui o roteiro: SCHAYDER, J. P. *Passado a limpo: o Estado capixaba e o seu mito fundador*. Cachoeiro, ES: Edição do Autor, 2017, pp. 141-4 (a *formação escolar* de Jerônimo Monteiro), pp. 182-93 (os Monteiro no poder entre 1908 e 1930), pp. 244-9 (os Monteiro no poder nos decênios 1950-1960), p. 260 (os Monteiro compram *A Gazeta*), pp. 275-7 (os Monteiro – agora “barões da mídia” no ES – criam a *Rede Gazeta de Comunicações*) e, por fim, pp. 465-88 (Anexo III: Mídia e Poder). E atenção, por favor: caso o leitor tenha dificuldades em encontrar o *Passado a limpo* (não se trata, afinal, de um *best-seller*), basta enviar-me mensagem de *e-mail* – schayder.jp@gmail.com – manifestando o desejo de *embarcar* na *viagem* historiográfica. Dou minha palavra: de imediato, enviarei versão eletrônica de *todo* o livro: gratuitamente! É pacote *completo* mesmo! Vai perder o trem da História, leitor?!

e – a reboque disso – uma elite intelectual, que pensa, escreve em jornais impressos, que era a única forma de difundir e divulgar ideias.⁴

Aqui Notícias – Analisando esse período histórico e fazendo uma analogia com o momento atual, é possível identificar alguma mudança estrutural no perfil da cidade ou ainda vivemos basicamente da mesma forma, apenas com commodities, logística e tecnologias diferentes?

Professor Schayder – Analisando empiricamente – *grosso modo*, por assim dizer –, acredito que o perfil continua o mesmo. A riqueza continua concentrada. Hoje, logicamente o carro-chefe econômico não é mais o setor da cafeicultura; o que se destaca agora, no peso do PIB e da riqueza local, é o setor de rochas. Mas se formos comparar os tempos históricos, o que temos é mais uma vez concentração de renda, enquanto a esmagadora maioria continua convivendo com uma situação social delicada. Isso é um retrato do sistema capitalista em que vivemos: a tendência é renda concentrada. Isso não é só em Cachoeiro; nosso município faz parte de um contexto nacional e internacional.

Aqui Notícias – Antigamente, as ferrovias integravam Cachoeiro a outros municípios. Hoje, estamos com novos sistemas de transportes interligados ao mundo e novas *commodities*...

Professor Schayder – Mudou o produto, o meio de transporte, mas o nosso perfil continua o mesmo. Toda a população organizada social e economicamente, explorando o que a nossa natureza proporciona, para gerar essa riqueza e atender ao mercado externo. O princípio é o mesmo: uma elite que coloca os nossos recursos naturais à disposição para atender ao mercado externo. Nessa evolução histórica, fazendo comparativos, os perfis continuam os mesmos, em novas dimensões. A estrutura é a mesma: estamos a serviço do sistema de *commodities*, em nível global.

⁴ Para uma abordagem historiográfica *moderna* sobre esses tempos *cachoeiranos*, sugiro SANTOS, Adilson Silva. *Bernardo Horta de Araújo e a política de Cachoeiro de Itapemirim*. Cachoeiro, ES: Cachoeiro Cult, 2012.

Aqui Notícias – Cachoeiro, como município polo desenvolvimentista no início de 1900, perdeu força com o passar do tempo. Existe um momento que dê para identificar como isso aconteceu?

Professor Schayder – Se pudéssemos cravar uma data seria 1930. Ou seja, um ano depois da chamada crise mundial de 29. Sofremos um baque econômico, que levou a um baque político. Além disso, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder [em 1930] e a nomeação do capitão João Punaro Bley para governador [interventor] do Espírito Santo, as coisas começaram a mudar efetivamente para Cachoeiro. João Bley deu início a um processo de direcionamento das ações políticas e econômicas para a Capital do Estado, Vitória. A elite cachoeirense começou a perder prestígio e força. A partir desse momento, o município começa a perder fôlego e influência. E é – coincidentemente ou não – justamente na década de 1930 que começa essa proposta de culto à cidade, com a criação da Festa de Cachoeiro, no dia 29 de junho, dia do padroeiro da cidade.

Aqui Notícias – O bairrismo surge, então, em sua opinião, em contrapartida ao momento de enfraquecimento e falta de prestígio da cidade no cenário estadual e nacional?

Professor Schayder – O capitão João Punaro Bley derrubou os coronéis da nossa região e começou a colocar gente ligada a ele para comandar os processos políticos, além de transferir as atividades econômicas para Vitória, concentrando-as por ali... Quanto mais Cachoeiro ia perdendo prestígio, mais aconteciam essas questões de culto à cidade, de homenagear cachoeirenses de fora, o Baile de Gala, enfim... A data da emancipação – 25 de Março – passou a ser pouco lembrada e o ponto alto se tornou a festa da cidade, em junho.⁵

⁵ O duelo no calendário cívico da cidade – “25 de Março *vs.* 29 de Junho” – e o temário do “bairrismo cachoeirense” foram tratados à exaustão em duas outras entrevistas: uma menor, à revista *Sete Dias* (cf. p. 155); outra (bem) mais longa, à revista *Cachoeiro Cult* (cf. p. 163).

Aqui Notícias – Há a possibilidade de Cachoeiro retomar esse espaço?

Professor Schayder – É difícil pensar nessa possibilidade. Mas a história é feita por homens e nós somos imprevisíveis. Assim como não dava para prever que a cidade iria perder tanto na década de 1930, não podemos fazer previsões certas agora. Contudo, penso que precisamos de uma classe política mais interessada em projetos para a nossa cidade e região; o que temos hoje, me parece, é um carreirismo político. Falta um estadista.

Aqui Notícias – Passaram-se 150 anos. Há motivos para comemorar a emancipação política de Cachoeiro?

Professor Schayder – Temos motivos para comemorar sim. Mas a data é um convite à reflexão. Precisamos nos lembrar dos nossos acontecimentos históricos, aprender com eles e buscar soluções para o presente e o futuro. É necessário pensar o que temos feito com essa emancipação: o que o passado pode nos ensinar? É momento de a cidade se reinventar e se redescobrir. Parafraseando o grego Heródoto da cidade de Halicarnasso e tido como o pai da História, diria que – tanto no passado, quanto no presente – Cachoeiro é uma dívida do rio Itapemirim.⁶

6 Uma das mais conhecidas afirmações de Heródoto, a frase “o Egito é uma dívida do Nilo” é (sem dúvida, também) uma das mais célebres afirmações sobre o Egito antigo. A frase está lá, no *Livro II* – Euterpe – da monumental obra *História*, relato das andanças (e investigações) de Heródoto pelo mundo conhecido na sua época. Aqui, no limite-final desta *Entrevista*, valho-me da paráfrase – “Cachoeiro é uma dívida...” – para lembrar o quanto a cidade é um *presente* do rio Itapemirim, pois, sua origem histórica (sua fundação) está associada à edificação do Quartel da Barca (1816) no último ponto navegável do rio a partir de foz (cf. p. 149, *nota 2*), sem falar da importância do vale do rio para o cultivo do café, produto rei da economia cachoeirense por mais de cem anos (1850-1960). Noutra *Entrevista* – com outros objetivos, neste mesmo livro-memorial – também me vali da ideia herodotiana de ver o Egito como dívida do Nilo para falar da história de Cachoeiro (cf. p. 167). Um detalhe? Para o tradutor de grego Gama Kury, antes de Heródoto (484 a.C. – 425 a.C.) cravar o seu “o Egito é...”, “a expressão já havia sido usada por Hecataios de Mileto” (550 a.C. –

480 a.C.), pioneiro nas viagens de estudo pelas terras dos faraós. Que importa, agora?! Do “plágio” – no vale do rio Nilo – à paráfrase – no vale do rio Itapemirim –, a frase continua bem útil (e atual) depois de 2.500 anos... Isso é que é ser um clássico! Se alguém me perguntar pelo “pai da História”, eu digo: “o *velho* Heródoto vai muito bem, obrigado! Estamos sempre juntos...”. Cf. “o Egito é...” in: HERÓDOTO. *Histórias: livro II, Euterpe*. São Paulo: Edipro, 2016, p. 23; Cf. informação do tradutor de grego in: HERÓDOTOS. *História*. Brasília, DF: UnB, 1985, p. 497, *nota* 157. Para os especialistas da área desvendarem imagens diversas das várias facetas do pai da História, sugiro este apaixonante estudo: HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

UMA CIDADE SEM FUTURO?¹

“A história é de vocês, mas a escrita é minha”

Antônio Biá, narrador de Javé.

“É isso e não mais que isso!

Quem quiser que escreva diferente”

Zaqueu, outro narrador de Javé

Espermatozoide ninja, Pokémon de Jesus, Piaba de silicone e Réveillon de muriçoca. Eis aí algumas das tresloucadas expressões utilizadas pelo amalucado personagem do ator José Dumont, Antônio Biá, no divertido e inventivo filme *Narradores de Javé*, dirigido por Eliane Caffé.²

Na trama cinematográfica, o tal Antônio Biá é um sujeito de caráter duvidoso, mas de fértil imaginação. Por saber escrever, recebeu da miserável e analfabeta população de Javé, fictícia cidade

1 A pedido do presidente do Cineclube Jece Valadão, Carlos Roberto de Souza (*Bebeto*), tive a honra de – com este artigo, publicado (em versão simplificada) no jornal *Espírito Santo de Fato* – ser o primeiro a *apadrinhar* um filme para inaugurar o projeto *Bar, Cinema e Ação* cuja proposta era – logo após a exibição de um filme – promover uma discussão sobre a obra, num bar previamente agendado. Naquela noite (24Ago2006), fomos para o bar de Gilson Leão, *Strúdio 27*, onde mediei o debate – Cf. in: FABRIS, Stéfano. De Javé a Cachoeiro de Itapemirim. *Espírito Santo de Fato*. Cachoeiro, 24 ago. 2006, Geral, p. 7. Nas semanas seguintes, alguns filmes indicados e seus respectivos *padrinhos* foram *Psicose* (Lucimar Costa, diretor teatral), *Vinicius* (Adilson Dillen, Secretário Municipal de Cultura à época), *O declínio do império americano* (Villinevy Koppe Robbi, cineasta, meu ex-aluno e grande amigo)...; esse projeto se manteve por anos, sempre às quintas-feiras à noite. Nota: o Cineclube foi inaugurado em junho de 2006 com a presença do ator que lhe dá nome, Jece Valadão, numa de suas últimas aparições públicas – cinco meses depois, ele faleceu em São Paulo.

2 NARRADORES DE JAVÉ. Dir.: Eliane Caffé. Videofilmes Produções Artísticas, Brasil, 2003, (100 min.), color.

perdida no sertão brasileiro, a missão de recuperar e transpor para o papel – de forma “científica” – os “grandes e nobres feitos” da história *javelica*. Mas... por quê?

Escrever a própria história foi a estratégia encontrada pelos moradores de Javé para escapar da destruição: se provassem *cientificamente* ser o vilarejo detentor de um passado memorável, ele seria transformado em “patrimônio histórico intocável” e – por isso, e só por isso – poupado de desaparecer sob as águas da represa de uma usina hidrelétrica.

Somente a ameaça à própria existência conseguiu mudar a rotina da população da pacata Javé. Então, Antônio Biá – responsável por coletar e organizar as *memórias* dos moradores – passou a escrever o *Livro da Salvação*, como eles mesmos batizaram o livro de registros onde seria contada a “odisseia do povo do Vale do Javé”.

Como o título do filme indica, há diversos narradores sobre o passado de Javé. Nas várias versões coletadas pelo *historiador* Antônio Biá, os heróis da fundação do povoado são alterados conforme o narrador. Os depoentes floreiam ou criam os fatos: mostrando “*provas*”, autodeclararam-se descendentes em linha direta (ou indireta) do mítico fundador de Javé, Idalcio. Com essa artimanha, cada qual pretende – na verdade – imortalizar-se através dos supostos antepassados.³

Num dado momento, o *escrevinhador* Antônio Biá chega a acusar os moradores de buscar – nas histórias narradas – uma grandiosidade ilusória, para não enxergarem a “vidinha rala”, “sem futuro algum”, que levam. Para Biá, suas pesquisas (e escritos) se revelariam inúteis porque os relatos eram muito contraditórios; descrente e sentindo-se pressionado, o narrador encarregado de salvar a vida do povoado

³ Se fosse hoje, possivelmente colocaria a etiqueta COM SPOILER no início deste artigo; até onde sei, nos idos de 2006 a expressão sequer existia – pelo menos, não era usual; então, para não me acusar (ainda mais) de ser estraga-prazeres, fique o leitor sabendo: vem mais *spoiler* por aí...

se esquivava de sua tarefa. A partir daí, Javé ficará entregue à própria sorte...

História, memória, esquecimento, documento, verdade científica, identidade, ficção, mito fundador... Esses são alguns temas possíveis de serem discutidos – hoje à noite, no Cineclube – após a projeção do filme *Narradores de Javé*. Todavia, destacarei aqui outro ponto da obra, algo mais prático, mais importante para os cidadãos cachoeirenses, qual seja, o grau de intercâmbio entre passado, presente e futuro na construção da história local.

Assim como Javé, Cachoeiro de Itapemirim vive hoje um dilema: caso não recupere sua importância econômica e política no contexto espírito-santense, seu futuro estará à deriva, incerto, sob o risco de submergir diante das incertezas e circunstâncias do presente. Nesse sentido – e não só nesse sentido, diga-se logo –, Javé é a nossa metáfora!

Aqui – no Cachoeiro nosso de cada dia – não adianta querer mascarar a realidade ou tentar falsificar a História, adotando uma postura escapista em direção a um passado cultural grandioso, inventado, mítico, de uma cidade que – numa postura narcisista – imagina-se a *Atenas Capixaba* ou a *Capital Secreta do Mundo*. Tais megalomanias são catastróficas e não levará a cidade – menos ainda os seus municípios – a lugar algum...

Na fictícia Javé, Antônio Biá descobriu – depois de ouvir tantos depoimentos falsificados – que “uma coisa é a história acontecida, outra coisa é história escrita”. Curiosa expressão, não é? Pois, para Biá, ela significa: a narração histórica tende a distorcer a imagem *real* dos eventos passados.⁴ E o que isso tem a ver com Cachoeiro? Tudo!

4 À época, enganei-me e – muito provavelmente por citar de memória – acabei *distorcendo* a frase de Antônio Biá. A frase original dele é tortuosa e, pelo contorcionismo da fala, dá um nó na cabeça, conforme o leitor pode conferir, na íntegra, aqui: “uma coisa é o fato acontecido, outra coisa é o fato escrito; o fato

Só uma sociedade que perdeu a capacidade de acreditar no seu futuro cultua (sem críticas) os “tempos gloriosos” de um passado idealizado.⁵ Com criatividade, porém irresponsavelmente, temos inventado – ou, na melhor (!) das hipóteses, *apenas* superdimensionado – um passado que gostaríamos de ter tido, a fim de servir de consolo para a dura e triste realidade do presente. Por si só, contudo, o passado – por mais *cor de rosa* que o imaginemos – não nos salvará.⁶

Em Javé, somente a notícia devastadora da iminente possibilidade do vilarejo ser riscado do mapa foi capaz de mobilizar os seus habitantes no sentido de tentar mudar os rumos de sua história. E em Cachoeiro, qual será o acontecimento-monstro, “diluviano”, que nos fará acordar e... agir?⁷

acontecido tem de ser melhorado no escrito de forma melhor (SIC) para que o povo creia no acontecido...”. Cf. ABREU, Luis Alberto & CAFFÉ, Eliane. *Narradores de Javé: roteiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2004, p. 58.

- 5 Permita-me, leitor, o registro de uma expressão que – no meu entender – resume bem a relação dos cachoeirenses com a sua história àquela altura: “quando as portas do futuro se fecham, abrem-se as janelas do passado”.
- 6 Lá pelas tantas, numa cena rápida e cômica do filme, duas crianças brincam com um cartão onde se lê a frase “o que você imagina não é o que você vê”. Retroativa e provocativamente, ainda hoje (2020) colocaria estas reflexões: como os cachoeirenses se relacionam com a realidade vista (e vivida) atualmente na cidade? E com o passado?
- 7 Já havia terminado de fazer a revisão e elaborar as notas deste texto quando, no final do mês de janeiro de 2020, as águas do rio Itapemirim – na altura do centro comercial de Cachoeiro – subiram entre 10 e 12 m acima de seu leito normal, configurando-se na “maior enchente em toda a história da cidade”, nas palavras do prefeito Victor Coelho. Forçado pelas circunstâncias, ele decretou “estado de Calamidade Pública”: centenas de pessoas ficaram desalojadas e cerca de seiscentos pontos comerciais – sem falar de edifícios públicos (o Palácio Municipal aí incluído), escolas e bancos – foram parcial ou totalmente destruídos pela força das águas. Vivemos, ali, um triste capítulo de nossa história: um trauma para os cidadãos cachoeirenses e – talvez – um evento-monstro para fazer repensar o papel estratégico da principal cidade do Sul do Espírito Santo... A propósito: diante do caos – numa carta emotiva –,

o prefeito Victor Coelho começa dizendo “Cenário de pós-guerra; às vezes, uma tragédia nos ensina várias lições” e termina com “Te amo Cachoeiro!”. Sensível percepção e declaração desse meu (que orgulho para mim!) ex-aluno. Cf. texto integral no *site* oficial de *A Gazeta*: <https://www.agazeta.com.br/es/sul/prefeito-de-cachoeiro-de-itapemirim-e-um-dos-desalojados-apos-chuva-0120> – *acesso* em 09/02/2020 às 14:40 h.

A complex collage of torn, overlapping pieces of paper and documents. The papers are in various shades of beige, cream, and light brown, with some green and black accents. Visible text includes "Cua Ação", "DE INFORMAÇÃO DO DIRETOR", "ACADÊMICO DA FDCI-ES", "Nº 5 - GRATUITO", "CASA DO", "CEP: 20.300", "CONVOC.", "MUNDO NA C", "CULTURAL", "protesto", "de se exigir", "que comas", "reg", "um", "luz". There are also several circular and rectangular stamps, some with text like "ES" and "FECI". The overall composition is chaotic and layered, suggesting a sense of history or a collection of memories.

TRIBUNAL DA IMPOTÊNCIA¹

O espetáculo não pode parar! Devemos continuar acreditando que o Tribunal de Justiça seja o lugar da verdade. Juízes, jurados, promotores e advogados de defesa devem representar bem os seus papéis – afinal, destes personagens-atores depende o futuro do réu.

O promotor – *braço* do Estado-Leviatã – pede uma punição exemplar para o mau elemento, *câncer* social; a defesa, recapitulando artigos da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, conclama os jurados a refletirem sobre a fatalidade do crime; circunspectos, plenipotenciários, os jurados *parecem* avaliar a situação; as testemunhas... ora, a testemunha é – no jargão jurídico – a “prostituta das provas”; o juiz – a encarnação da Lei –, evoca que sejam resguardados os princípios do Direito – Justiça, Equidade e Isonomia –, todavia, na hora do veredicto, lembra implacavelmente: *dura lex, sed lex*; ao réu, assassino antes, impotente agora, só resta acatar a penalidade que lhe for imposta.

1 Cf. SCHAYDER, J. P. Tribunal da impotência. *A-tua-ação*. Cachoeiro: Fran-graf, Set. 1991, Ano I, nº 1, p. 4. No formato tabloide, o jornal *A-tua-ação* era – conforme se lê subscrito no cabeçalho do periódico, na *Primeira Página* – o Órgão oficial de informação do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim – ES. Em caráter experimental, a edição nº 0 circulou *intramuros*, na FDCI, em junho de 1991 e, cerca de dois meses depois, saiu o nº 1, onde este artigo foi publicado. O exemplar de *A-tua-ação* era distribuído gratuitamente e sua periodicidade era irregular – imprimia-se quando havia verba na caixa da tesouraria do Diretório Acadêmico (D.A., daqui por diante). A última edição (Jun.1994, Ano IV, nº 8) chegou a ter uma tiragem de 1.000 exemplares, mas, normalmente, imprimia-se 600 cópias – naqueles tempos, o número de estudantes da FDCI oscilava entre 500-600 por ano. Para ajudar a compor este livro-memorial, selecionei alguns dos textos escritos por mim para o *A-tua-ação*, inclusive um que – sabíamos, no D. A. – teria uma grande repercussão (e causaria interesse) fora dos muros da FDCI, justificando a recordista (e onerosa) marca de um milhar de exemplares impressos.

Ritual! Tudo não passa de simulação! Afinal, a vida parece ser um eterno teatro... Juízes – magistrados ou jurados –, promotores, advogados de defesa, sociedade,... todos, enfim, temos sido carrascos. Não se trata apenas de absolver ou condenar, trata-se de julgar. Pensamos: “quem sabe estando sozinho, na masmorra, o malfetor não redescobre, no fundo de sua consciência, a voz do bem?”. Lá, no Tribunal do Júri, não há lugar para misericórdia, posto que, onde há misericórdia, não há lei. Dizia o filósofo francês Michel Foucault, na sua judiciosa avaliação do nosso aparato criminal: “é preciso conter os instintos humanos”; para ele, essa é a base da moral judaico-cristã ocidental.²

O criminoso é visto como um traidor e, no seu julgamento, encontra-se diante de uma instância judicial repressiva, dona da verdade, encarregada de fazer prevalecer as sentenças dogmáticas da Lei, a autoridade do Estado e as diretrizes doutrinárias normativistas do positivismo jurídico.³ Os juízes não estão preocupados com a Justiça – com J maiúsculo –, mas com a aplicação tecnicista das sanções legais. O Positivismo é a filosofia que embasa toda estrutura jurídica vigente.

É sintomático que, no Brasil, o ensino de Direito reproduza o sistema jurídico, sem questioná-lo. Portanto, é o *status quo* que estamos aprendendo a defender – com as injustiças e as desigualdades a ele inerentes. Nós, estudantes, depois de cinco anos de estudo, seremos graduados com o título de Bacharéis; na prática, seremos “aplicado-

² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

³ Era uma referência ao positivismo/normativismo jurídico do filósofo e jurista austríaco Hans Kelsen (1881-1973) cujas ideias basilares estão expressas na influente *Teoria Pura do Direito*, obra originalmente lançada em 1934. Quem primeiro me apresentou a H. Kelsen e às suas concepções jurídicas foi o *prof.* Francisco de Assis Bravo, nas aulas de Direito Constitucional II, em 1991 – anos depois, a disciplina passou a se chamar Teoria Geral do Estado (TGE). Foi também o *Prof.* Bravo – nós o chamávamos assim – quem primeiramente me possibilitou experimentar – num jantar de cortesia, pago por ele – uma picanha fatiada na chapa com manteiga, servida à mesa, fumegante. Pelas duas iniciações – no pensamento kelseniano e na gastronomia (para mim, até então) exótica –, deixo o meu abraço e agradecimento àquele incrível professor – por certo, um dos mais carismáticos da FDCI no início dos anos 1990 e, sem dúvida, o mais controvertido.

res de códigos” e “doutores em injustiça”. Sem querer fazer apologia ao crime, justificando-o, penso que seria mais honesto de nossa parte investigar as origens profundas dos crimes hediondos – ou de qualquer outra transgressão legal –, desvendando suas determinantes⁴ psicológicas, antropológicas, políticas, sociais, econômicas, culturais, religiosas etc. Isso sim seria um questionamento sério e justo.⁵

Está lançada a proposta! Com a ideia de humanizar o Direito – de desdogmatizá-lo –, o Diretório Acadêmico quer iniciar o debate. Dia 14 de setembro, sábado, às 10h., no Salão Nobre da FDCI, será realizada a primeira reunião do Centro de Estudos Jurídicos e Sociais, CEJS. Todos estão convidados. Participe, opinando e sugerindo. Creio que a nós – os jovens de espírito – está dada a responsabilidade de construir uma sociedade mais igualitária. Para isso, precisamos questionar se o que é legal é justo e – também – se o que está investido de legalidade é, da mesma forma, legítimo. Façamos a radiografia do Direito. Vamos desvendar o verso e o reverso da lei – sua aparência e sua essência.

Vamos polemizar!

Todos ao CEJS!⁶

4 Hoje, em vez de “determinantes” diria “condicionantes” – essa alteração traz, a reboque, implicações que vão bem mais além da questão meramente semântica.

5 Naqueles idos e vividos anos noventistas, estava em voga – nos meios acadêmicos mais avançados do Brasil (UnB e UFRS à frente) – o chamado Direito Alternativo, movimento de estudos jurídicos cuja proposta básica era fazer frente ao Direito Positivista. Como Secretário de Cultura do Diretório Acadêmico, neste artigo – como se verá no próximo parágrafo – anuncio a reunião inaugural do Centro de Estudos Jurídicos e Sociais, no qual os acadêmicos poderiam conhecer melhor os fundamentos teóricos, metodológicos e filosóficos – e desenvolver algumas práticas – do Direito Alternativo.

6 Antes deste artigo, apresentei a ideia da criação de um Centro de Estudos Jurídicos e Sociais na edição nº 0 de *A-tua-ação* (Box, p. 4); no nº 2 (Ano II, p. 2), no artigo *Estudo do Direito: fascínio, paixão e... a realidade*, fiz um balanço do CEJS e – na esteira dos debates sobre Direito Alternativo (n. 5, supra) – propus iniciar discussões sobre a necessidade de uma reforma do ensino jurídico na FDCI, a fim de modernizá-la pedagógica e academicamente. De caráter propositivo, o artigo aponta: “é preciso lançar um olhar crítico sobre a instituição da qual fazemos parte (...) Esse *novo* olhar [deve ser] em favor de um ensino menos tradicional

(positivista) e mais humanista...”. Entre os entusiastas de um “ensino menos tradicional e mais humanista” do Direito e da criação de um Centro de Estudos Jurídicos e Sociais estava Wagner Eduardo Vasconcellos. Nos anos 1990, minha vida cruzou com a desse jovem em duas oportunidades: primeiro, ele foi meu aluno no nível médio e, no final daquela década, reencontramo-nos na FDCI, onde (em 1997) ele ingressou como acadêmico e eu – depois de bacharelado (em 1994) – retornei (em 1998) para ser o Coordenador Pedagógico da instituição (ver p. 243). Na função de Coordenador Pedagógico, tentei reativar o projeto do Centro de Estudos e, nessa investida, a empolgação de Wagner era um grande incentivo para mim, mas – desta vez – minha passagem pela FDCI foi curta (ver p. 247, n. 3) e a ideia não vingou. Na época, creio ter decepcionado o acadêmico Wagner Eduardo Vasconcellos, porém deixo registrado aqui o quanto me orgulho de, hoje, vê-lo atuando (como Promotor de Justiça) com engajamento e seriedade à frente do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Se, nos longínquos tempos de escola, aquele jovem estudante se dirigia a mim – por certo inspirado num poema de Walt Whitman declamado no filme “Sociedade dos Poetas Mortos” – com um sonoro “Oh, captain, my captain!”, nos dias correntes é este velho professor de História quem diz (entusiasmado!) para aquele jovem mestre em Direitos e Garantias Individuais, doutor em Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais e – antes de tudo – promotor de... Justiça: “vá em frente, *my captain*”. Pessoas exemplares como você, Dr. Wagner – cuja trajetória de vida e integridade são encantadoras –, precisam capitanear a sociedade, em especial a juventude.

EM DEFESA DA BERMUDA!¹

CARTA ABERTA A ENDEREÇO CERTO

O hábito faz o monge? Não creio. As aparências enganam! Na obra *Decamerão* – uma das mais importantes sátiras de costumes, escrita no século XIV –, o florentino Giovanni Boccaccio, numa série de contos eróticos, ridicularizou padres e freiras que – envolvidos em manto sagrado – tentaram mascarar suas condições de pobres mortais e, portanto, sujeitos a todos (todos!!) os vícios humanos.²

Na Europa, por muito tempo se acreditou que Satanás tinha assinado um pacto com aqueles que usavam roupas listradas. Este pretexto bastava para justificar perseguições fanáticas e julgamentos sumários, inquisitoriais. Aliás, tenho a impressão de que os presidiários usavam, muitas vezes, roupas listradas por este motivo. Não é difícil supor que, de fato, exista uma satanocracia nos presídios. É..., pode ser, entretanto... tudo isso não passa de pura fantasia!³

Chegamos ao final do século XX e muita gente ainda acredita que a dignidade de uma pessoa esteja associada à maneira como ela se veste. É muito triste isso! Uma pessoa é o que é, não o que aparenta ser; não é pela aparência que devemos julgar as pessoas. Historicamente,

1 SCHAYDER, J. P. Em defesa da bermuda! (Carta aberta a endereço certo). *A-tua-ação: órgão oficial de informação do Diretório Acadêmico da FDCI-ES*. Cachoeiro de Itapemirim: Frangraf, Jun. 1993, Ano III, nº 5, *Primeira Página*.

2 Se o leitor não leu, leia, nem que seja duas ou três das cem pequenas novelas contadas por dez jovens que – no ano de 1348, fugindo da peste negra – saem da cidade de Florença e buscam refúgio por dez dias (“dez jornadas”) num local solitário, onde – como forma de distração – narram histórias uns para os outros. Cf. BOCCACCIO, Giovanni. *Decamerão*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

3 Exatamente em 1993 – ano desta carta aberta – li um livrinho interessante sobre o significado do uso das roupas listradas ao longo da história; fiquei impressionado e – de alguma forma – isso repercutiu na escrita deste texto. Cf. PASTOUREAU, Michel. *O pano do diabo: uma história das listras e dos tecidos listrados*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

mente, as vestimentas servem para discriminar as pessoas: pobres *versus* ricos, civis *vs.* militares, clérigos *vs.* leigos, patrícios *vs.* plebeus, nobres *vs.* servos, judeus *vs.* não-judeus, professores *vs.* alunos e por aí vai...

E nós, membros ou pré-candidatos aos serviços jurídicos? O advogado, o promotor e o juiz parecem gostar de uma pompa injustificada; basta ir ao Fórum para constatar. E o Tribunal de Júri Popular, então?! Aliás, lembram-se da Aula Magna deste ano?! Ostentação e luxo!!⁴ O ser humano parece gostar de rituais ornamentados com superficialidades. Há um pouco de magia nisto; e de hipocrisia também!! Com muita frequência, as vestes são – literalmente – usadas como símbolos externos de *status*, poder, domínio e riqueza. Contudo, será que as vestimentas impressionáveis anulam o mau-caratismo, o oportunismo, o dúbio discurso e o mercenarismo de certos advogados, promotores e juízes? Penso que não!

Gostaria de registrar aqui o meu protesto contra a extemporaneidade de se exigir – dos acadêmicos de Direito – o comparecimento às aulas com “roupas convenientes”. Digam-me, lá: o que é uma “roupa conveniente”? E ainda: conveniente “a quê” e “para quem”? Será que comparecer às aulas com bermudas e/ou sandálias irá modificar o caráter ou a personalidade do futuro advogado? Nós, os acadêmicos da FDCI, somos – em grande parte – jovens e idealistas. Sermos inconformados, rebeldes – e termos inclinação para incomodar (no bom sentido, é lógico) – é a nossa vocação! Ser questionador é uma qualidade do bom estudante.

Não nos queiram tirar todas essas qualidades, ilustres professores! Vamos discutir o que de fato tem importância: o estudo crítico dos

⁴ Na FDCI, a Aula Magna era uma palestra ministrada – para toda a comunidade acadêmica, no início de cada ano letivo – por um profissional de renome nacional, geralmente um magistrado e/ou jurista. Para prestigiar essa aula inaugural, a Direção da faculdade também convidava burocratas da área jurídica e representantes da sociedade civil, além de autoridades políticas. Ou seja? Era um evento concorridíssimo e – a meu ver (a *meu* ver!) – de muita pose, “ostentação e luxo!”, conforme opinei no texto.

conhecimentos jurídicos, mas... deem aulas de fato! Não façam de nossos encontros semanais um simulacro de aula! Isso é o que esperamos. Cumpram com a sua parte e nós – no tempo certo – cumprimos com a nossa. Não nos queiram enquadrar e/ou robotizar com seus pré-conceitos e valores arcaicos, tirados – é o que parece – do século passado!

E viva a bermuda! Afinal, ela é um dos símbolos da juventude!^{5 e 6}

5 Nessa última frase, não falei *juventude* no sentido clássico, etário – indivíduos entre 15 e 24, 25... 29 anos. É fato: há pessoas que, independente de pertencerem a esta ou àquela faixa etária, conseguem se manter – como se diz? – “jovens de espírito”: são idealistas, não aceitam injustiças, têm sede de aprender e garra para agir. Tal era o caso do Sr. Hélio Emery, colega de sala no curso de Direito – ingressamos na FDCI no mesmo ano, 1990: enquanto eu tinha lá meus 24 anos, Sr. Hélio beirava os seus... 65! Espírito jovem, Sr. Hélio também escreveu um artigo para o *A-tua-ação* lavrando o seu protesto contra a proibição do uso da bermuda nas aulas – *traje*, aliás, muito frequentemente usado por ele. No seu artigo – *Medindo-se o respeito pelo tamanho da calça* –, Sr. Hélio afirma, entre muitas outras coisas: “Será que aqui [na FDCI] se mede o respeito, a inteligência, mede-se a capacidade de aprendizado, pelo tamanho da calça?! (...) O homem é que faz o traje, não o traje faz o homem... Uma injustiça feita a um só, é uma ameaça a todos. Qualquer forma discriminatória é injusta; não se deve discriminar gordo por ser gordo, baixo ou alto; ninguém deve ser discriminado por sua religião, raça, cor; muito menos por seus trajes (...). Deixo aqui o meu grito de protesto. Clamo indignado contra a discriminação...” Eis, aí, o protesto de um *jovem* sexagenário! Fui à casa do Sr. Hélio – umas poucas vezes – participar de um grupo de estudos. Nas *prosas* travadas por nós – tanto lá, na casa dele, quanto no pátio e corredores da FDCI –, ficou logo evidente que compartilhávamos de uma mesma paixão: a História! Sr. Hélio deixou saudades: no dia 14 de janeiro de 2011, com 86 anos – no auge de sua *juventude* –, ele *partiu*...

6 Na *nota* anterior, numa passagem – “uma injustiça feita a um só, é uma ameaça a todos” – Sr. Hélio Emery fez uma paráfrase de uma citação do filósofo Montesquieu (1689-1755) impressa – ano após ano – no verso da carteirinha de estudante emitida pelo Diretório Acadêmico: “uma injustiça feita a um homem é uma ameaça feita à humanidade”. Olhando pelo retrovisor da história, essa sentença – vejo agora – resume bem a nossa filosofia de ação à frente da Comissão Executiva do D.A.: combater eventuais arbitrariedades praticadas contra um ou outro acadêmico e – com o mesmo espírito de luta – encabeçar as demandas coletivas surgidas no interior daquele microcosmo chamado FDCI. Não à toa,

as páginas do *A-tua-ação* registraram alguns dos múltiplos desafios enfrentados pelo D.A. nos cinco anos em que tive a honra de – ao lado de camaradas leais – integrar o seu órgão máximo, a Comissão Executiva. Além deste protesto em defesa do uso da bermuda e da denúncia de nepotismo no Fórum de Cachoeiro (veja, neste livro, na p. 211), eis alguns outros exemplos de nossas *bandeiras*: debate sobre a mudança de estatuto da FDCI (*Autarquia ou fundação? Eis a questão* – Samir Hatum de Almeida, Presidente do D.A., *A-tua-ação* nº 0, pp. 1-2); campanha de eleições diretas para diretor (*Um acadêmico, um voto* – minha autoria, *A-tua-ação* nº 7, p. 1); campanha plebiscito de 1993 (*Presidencialismo ou Parlamentarismo* – contribuição do acadêmico Wesley Louzada Bernardo, *A-tua-ação* nº 1, p. 2); luta por um *campus* da Ufes, em Cachoeiro (*Estudantes querem interiorização da Ufes* – Augusto César de Almeida, Vice-presidente do D.A., *A-tua-ação* nº 2, p. 1); denúncia de preconceito racial no discurso de professores durante as aulas, na FDCI (*No Brasil não há preconceito racial... aqui o negro reconhece o seu lugar* – contribuição da acadêmica Cláudia Lícia dos Santos – *A-tua-ação* nº 5, p. 3); publicação do abaixo-assinado de acadêmicos reivindicando (à Direção) aulas com qualidade e docentes comprometidos (*Documento histórico* – *A-tua-ação* nº 3, p. 3); posicionamentos contra a pena de morte (É preciso ter pena dos que vivem – editorial do *A-tua-ação* nº 1, p. 1 – e artigo *A inadequação da pena de morte no Brasil*, contribuição do acadêmico Giancarlo da Silva Mendes – *A-tua-ação* nº 3, p. 2) e por aí vai... O jornal *A-tua-ação* – a meu ver – cumpriu bem o seu papel panfletário. Panfletário no (bom) sentido de propagar ideias, provocar a reflexão e promover o debate e a ação. Num tempo – hoje inimaginável – sem internet, redes sociais e coisas do gênero, imprimir um jornal fazia parte da cultura estudantil e aquele *jornaleco* – como alguém definiu o *A-tua-ação*, pejorativamente – de algum modo fez o poder jovem ser conhecido, reconhecido e respeitado dentro de uma instituição de ensino (à época!, à época!) ultraconservadora – felizmente, havia professores que *oxigenavam* o ambiente. Sempre há!

ESCOLA DE LÍDERES¹

Renovação e *A-tua-ação*. Essas foram as duas chapas inscritas no Conselho Eleitoral² do Diretório Acadêmico [D.A.] para concorrerem à Comissão Executiva este ano [1993].³ O movimento estudantil ganha força dentro da FDCI [Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim]. Isso é ótimo!

Quando este jornal estiver circulando, os acadêmicos já terão conhecimento de qual chapa saiu vitoriosa no pleito de 2 de setembro. A decisão da maioria é inviolável, soberana. Dos vencedores, só esperamos o cumprimento dos compromissos assumidos em suas propostas de trabalho – se não todos, pelo menos a maior parte deles. Caso contrário, estaríamos diante de uma flagrante incoerência, uma farsa estudantil. Para quê lançar candidatura, se não há compromisso? Ao depositar o seu voto na urna o acadêmico estava consciente de seus desejos e de suas necessidades; a chapa que obteve o maior número dos votos deverá corresponder a esses desejos e a essas necessidades.

Vencendo a *Renovação*, o acadêmico estará dizendo que a *A-tua-ação* já cumpriu o seu papel e que é hora de renovar, de experi-

1 SCHAYDER, J. P. Escola de líderes. *A-tua-ação: órgão oficial de informação do Diretório Acadêmico da FDCI-ES*. Cachoeiro de Itapemirim: Frangraf, Set., 1993, Ano 3, Nº 6, p. 1.

2 O Conselho Eleitoral era o órgão responsável por: (a) receber e registrar as inscrições de chapas concorrentes ao comando da Comissão Executiva do Diretório Acadêmico; (b) organizar a votação; (c) apurar os votos; (d) dar posse aos eleitos. O Conselho era composto por um acadêmico de cada uma das cinco séries do curso de Direito. Naquele ano, o Conselho Eleitoral foi composto por Paulo Massini (1º ano), Carlos Sapavini (2º ano), Wesley Louzada Bernardo (3º ano), Cristiano Tessinari Modesto (4º ano) e Márcia Prúcoli Gazoni (5º ano).

3 No Diretório Acadêmico da FDCI, as eleições para a Comissão Executiva eram anuais, geralmente em setembro. Além do presidente, a Comissão Executiva – órgão máximo do D. A. – era composta por dois vice-presidentes, secretário-geral, dois vice-secretários, tesoureiro, tesoureiro auxiliar e secretário de cultura.

mentar algo novo, diferente. Vencendo novamente a *A-tua-ação* é sinal de que os acadêmicos gostam de nosso trabalho e de que lhes somos confiáveis. Afinal de contas, dos nove membros da chapa *A-tua-ação* IV, cinco compõem a *A-tua-ação* III – e os outros quatro são, da mesma forma, acadêmicos comprometidos com a política estudantil.

Independente do resultado já divulgado, gostaríamos de dizer que – estando já há três anos na Comissão Executiva do D.A. – a *A-tua-ação* sempre foi intransigente com os seus princípios fundamentais – sem, todavia, tentar impor-se ditatorialmente, pois isso seria execrável. Sempre fomos tolerantes com as pessoas; sempre soubemos ouvir a comunidade acadêmica; nunca decidimos unilateralmente as grandes questões que nos foram dadas a resolver.

Outra coisa: nunca misturamos política estudantil com política partidária – esse é o grande mal do movimento estudantil, diga-se logo. Obviamente, cada membro da *A-tua-ação* tem suas preferências político-partidárias, mas só [a manifesta] fora dos muros da FDCI. Partidarizar o Diretório Acadêmico é substituí-lo!! Nesse ponto, estamos acima de qualquer suspeita.⁴

Vencendo a *Renovação*, para nós da *A-tua-ação* será também [encarado como] uma conquista. Despertamos o interesse do acadêmico

⁴ No meu entender, atrelar uma entidade – e/ou o próprio movimento – estudantil aos interesses de legendas partidárias é uma prática autofágica, mas, infelizmente, ... vi (e vejo) isto acontecer aos montes: jovens lideranças se utilizando de Grêmios Estudantis, Diretórios (ou Centros Acadêmicos) ou Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) como meros trampolins para – de forma premeditada/maquiavélica – se autopromoverem no campo político-partidário-eleitoral. Na sua (quase) inteireza, direi aqui o que já afirmei em outro lugar deste livro (cf. p. 48, n. 4): o carreirismo político é uma praga: cooptando e substituindo os movimentos sociais, corrói a democracia. Por contraste, quando as entidades estudantis se mantêm independentes e apartidárias, o protagonismo juvenil no *fazer-se* dos grêmios, diretórios (e afins) é um excepcional exercício de formação política (no sentido do bem público comum) e de fortalecimento do espírito cívico – neste caso, aquelas instituições se tornam viveiros de líderes autênticos, confiáveis.

por sua entidade de representação; três anos atrás, ela estava fechada, inoperante. Resgatamos a sua dignidade, o seu poder decisório, a sua voz. Caso tenham sido eles os eleitos, desejamos que os *renovacionistas* deem eco a esta voz!

Acadêmicos! Que novas lideranças possam ser formadas daqui por diante. O Diretório tem sido uma escola de líderes!!⁵

5 Resultado? O processo eleitoral reconduziu a chapa *A-tua-ação* ao comando da Comissão Executiva do Diretório Acadêmico. Quando escrevi este artigo, ocupava o cargo de 1º Vice Presidente do D.A. (1992-1993) e, com a votação, fui eleito Presidente da entidade para a gestão 1993-1994. Na verdade, era a segunda vez que desempenharia a função presidencial: a primeira foi no mandato 1991-1992. Antes disso, fui Secretário de Cultura (1990-1991). Resultado? Passei os cinco anos do meu curso de Direito (1990-1994) dentro do Diretório Acadêmico, discutindo, promovendo, interagindo, polemizando, fazendo amizades, aprendendo... Não me arrependo de *nenhum* segundo dispensado àquelas intensas – e enriquecedoras – atividades diretoriais. Foi uma escola... para a vida!

DR. BATISTINHA¹

Historicamente, o papel do advogado jamais foi compreendido com nitidez e clareza. O seu conceito público oscila de acordo com o momento histórico vivido por um determinado povo.

Nos regimes *autoritários* – e, mais ainda, nos *totalitários* –, a voz do advogado sempre incomodou os detentores do poder. No Brasil, por exemplo, durante a ditadura militar (1964-1985), inúmeros advogados desapareceram ou foram encarcerados. A missão do advogado o coloca entre o calvário e o paraíso.

Santos ou demônios, probos ou chicaneiros, idealistas ou oportunistas – o rótulo varia e a indefinição permanece. O fato é que o advogado é o depositário das grandezas e das misérias humanas.

Em nome da Comissão Executiva do Diretório Acadêmico, quero destacar e prestar uma homenagem a um grande advogado trabalhista: Demisthóclides Baptista – ou, simplesmente, *Dr. Batistinha*, conforme era conhecido. Há pouco tempo, ele foi covardemente assassinado no Rio de Janeiro; era cachoeirense e prestou admiráveis serviços à sociedade brasileira.²

Teve uma atuação exemplar no movimento trabalhista como presidente do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina *Railways* nas décadas de 1950-1960.³ Por seu ativismo – [em 1961,

¹ Cf. SCHAYDER, J. P. Dr. Batistinha. *A-tua-ação*, n. 6. Cachoeiro de Itapemirim – ES: Set., 1993, *Necrológio*, p. 4.

² *Dr. Batistinha* foi assassinado em casa, no dia 05 de julho de 1993, “em circunstâncias não esclarecidas”, como informa a base de dados do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) da *Fundação Getúlio Vargas* – FGV; ele nasceu em Cachoeiro de Itapemirim em 18 de out., 1925. Cf. site <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/batista-demistoclides> – acesso em 31/12/19 às 17h41.

³ Segundo o *site* da FGV (n. 2), *Dr. Batistinha* era filho e neto de ferroviários: seu pai foi auxiliar de estação na *Leopoldina Railways* e seu avô, idem.

pelo Partido Social Trabalhista – PST] – foi eleito Deputado Federal [pelo Estado do Rio de Janeiro]. Com o *Culp d'État* dos militares, seu mandato foi cassado em 1964 [pelo primeiro Ato Institucional, o AI-1]. Foi preso e mandado para o exílio; lembremos o *slogan* dos generais-presidentes: *Brasil: ame-o ou deixe-o*.

É certo que o *Dr. Batistinha* amava o Brasil, mas não como aqueles capangas à frente do governo. A voz da razão falou mais alto e ele não se calou; incomodava aos “donos do poder”. Calaram-no... com o exílio, portanto!!

Década de 1970, novos fatos: a abertura política e, com ela, a anistia ampla, geral e irrestrita. *Dr. Batistinha* sobreviveu aos “anos de chumbo” [1968-1974] com dignidade. Sua luta havia sido fatalmente interrompida, entretanto, não estava terminada. Retoma o seu trabalho como advogado, nos sindicatos.⁴

Tomando como referência o jornal *Correio do Sul* – edição de 09 de jul., 1993 –, diria que o *Dr. Batistinha* sobreviveu a todas as incongruências da vida, contudo, só “não sobreviveu à violência covarde do crime de mando pois foi executado sumariamente sem

⁴ A bem da “verdade histórica”, preciso corrigir sérios *escorregões* factuais presente neste texto. Farei isso porque este necrológio do *Dr. Batistinha* nasceu com a pretensão de ser uma espécie de “registro para a história”, mas, pelos erros nele contidos, desonra o seu propósito – aliás, ele foi incluído neste livro exatamente para que, assim, eu tivesse a oportunidade de me redimir com a memória de *Dr. Batistinha* e com a História. Logo, vamos colocar os pingos nos ii: cassado pelo AI-1, em 1964, *Dr. Batistinha* perdeu os direitos políticos por dez anos e, então, optou pelo autoexílio no Uruguai, de onde retornou em 1966; a partir de então, atuou na clandestinidade no PCB (Partido Comunista Brasileiro), mas acabou sendo descoberto e preso preventivamente em 1967; no ano seguinte, com o AI-5, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional (LSN) e condenado a dois anos de prisão, na Ilha Grande, RJ; cumprida a pena, voltou às atividades advocatícias e, após a Lei da Anistia (1979), retornou à militância política. Sobre sua passagem pelo presídio, ele afirmou – em entrevista de 1985 – ter sofrido “as violências habituais, de sempre” da ditadura – Cf. informações e depoimento in: *site* FGV (n. 1) e DIAS, Luzimar Nogueira. *Inconfidências na Capital Secreta*. Vitória – ES: out. 1985, p. 5.

chance de defesa”. Dois frios tiros o mataram; sua memória, todavia, jamais será esquecida.

Agora mesmo – com determinação –, outros advogados trabalhistas já estão ocupando o seu lugar, defendendo os direitos dos operários. Afinal de contas, essa é a maior e melhor homenagem que se pode prestar àquele que viveu seus últimos dias no movimento trabalhista; viveu na luta, na batalha, na guerra cotidiana dos tribunais; enfim, viveu na defesa de uma sociedade mais justa e, portanto, mais humana.

Sabendo disso, creio que o *Dr. Batistinha* estará tranquilo e realizado. Na verdade, terá agora a convicção de que nenhum sangue se derrama em vão. Dois tiros calaram a sua voz, mas não seus ideais; outros advogados comprometidos com a vida serão os novos missionários da Justiça Trabalhista.

Durma em paz, mestre *Batistinha*! Seus discípulos estão aqui...

NEPOTISMO EM XEQUE!

ADVOCACIA: CARREIRA ABERTA AO TALENTO?¹

todos iguais
todos iguais
mas uns mais iguais que os outros
todos iguais
todos iguais
tão desiguais

isso me sugere muita sujeira
isso não me cheira nada bem
tem muita gente se queimando na fogueira
e muito pouca gente se dando muito bem

Engenheiros do Hawaii, *Ninguém = Ninguém*

A verdade triunfará! Ou ... pelo menos... esse é o nosso desejo. Jesus Cristo foi axiomático: “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” – Bíblia, Jo-8,32. Por isso, não vamos nos acovardar. É um sonho: o de que um dia o Sol brilhe para todos.

¹ Escrito por mim e assinado por todos os membros da Comissão Executiva do Diretório Acadêmico, esse artigo – como era esperado – teve uma forte repercussão dentro e fora dos muros da FDCI. Foi o resultado de uma operação de investigação forjada por muitas mãos que – ao final, com a divulgação da matéria – colocou os membros do D.A. à prova, mas... nas reuniões internas preparatórias para o artigo, todos (em nome do interesse público) abraçaram e sustentaram a causa de denunciar as práticas nepotistas existentes no Fórum de Cachoeiro àquela altura. Com efeito, como redator do artigo – e presidente do D. A. na ocasião –, sabia estar na linha de frente do processo (e tinha consciência de minhas responsabilidades), porém, fortaleci-me com a energia e a coragem dos demais membros da memorável gestão 1993-1994 do D.A. Assim como eu, eles também devem se orgulhar de – diante das circunstâncias – terem feito a melhor escolha: não serem cúmplices do mal. De minha parte, digo-lhes em letras garrafais: NÓS ESTÁVAMOS DO LADO CERTO DA HISTÓRIA – e só não irei nominá-los aqui, pois não os consultei previamente para tanto – Cf. *A-tua-ção: órgão oficial de informação do Diretório Acadêmico da FDCI-ES*. Cachoeiro de Itapemirim: Frangraf, Jun. 1994, Ano IV, nº 8, p. 3; conforme informei (p. 195, n. 1), essa foi a única edição do *A-tua-ção* com tiragem de 1.000 cópias.

Recebemos apoio declarado e estímulo dissimulado para darmos desfecho ao *affair* NEPOTISMO, conforme prometemos na edição anterior – ver artigo *Tudo em família* no *A-tua-ação* nº 7, pp. 3 e 4.² Esperamos não estar clamando no deserto. Nem somos mais tão inocentes, que não saibamos as repercussões e intensidades de nossas denúncias. Tudo está muito claro para nós. Irão nos chamar, talvez, de ingênuos – não somos! –, de inconsequentes – também não somos –, de quixotescos – é certo que, em parte, somos: estamos lutando contra os “monstros” modernos. Mas, afinal, que mal há em ser idealista?

Fazer críticas sistemáticas e consistentes a qualquer instituição – no Brasil – é muito difícil; a sociedade está viciada, corrompida e, o que é pior, acostumada com os vícios e as corrupções. Isso torna a crítica aberta não só algo complicado, mas, também, suspeito. Deduz-se, *a priori*, que quem critica é um “criador de caso” ou um “invejoso”, *persona non grata*. Dizem: “é porque *fulano* não tem amigos, não tem privilégios ou não tem oportunidade de tê-los”. São hipócritas os que pensam assim; não é esse o nosso caso. Criticamos e denunciamos porque não aceitamos o mar de lama que assola o país, Cachoeiro em particular e o Fórum em especial. Somos contra os privilégios de nascimento, o tráfico de influências, o acúmulo de cargos públicos (quando não previsto em lei), os concursos viciados, o corporativismo, o nepotismo, o safadismo... Em síntese, é *disso* que temos nojo e é *disso* que estamos falando.

No Fórum da nossa Comarca, instalou-se um grupo de famílias que tudo pode e tudo faz à margem da lei, contando – para isso – com a conivência e a omissão de um grande número de pessoas. Um grupo de magistrados trata a coisa pública como se fosse negócio particu-

2 Entre outras coisas, nesse artigo vai escrito: “é uma vergonha a prática de nepotismo por juízes e pares, em nossa Comarca; há quem diga que os cargos públicos, no Judiciário, são vitalícios e hereditários: uma praga congênita! No próximo número de *A-tua-ação*, quando tivermos informações mais fidedignas, escreveremos um texto sério... é só esperar: vamos dar nome aos bois; construiremos a árvore genealógica da *Máfia dos Tribunais*”. Cf. *A-tua-ação*. Cachoeiro: Mar. 1994, Ano IV, nº 7, p. 4.

lar, privilegiando parentes consanguíneos, afins, agregados e protegidos de todo gênero. Que pretendem?! Formar uma oligarquia (*oligo* = poucos + *archia* = governo), uma aristocracia (*aristoi* = bem nascidos + *cracia* = poder) ou uma plutocracia (*pluto* = ricos), no Fórum de Cachoeiro?

Estes juízes estão excluindo dos serviços jurídicos – com estas práticas odiosas – pessoas que executariam as funções forenses com mais talento, inteligência e sagacidade do que os que são protegidos por suas togas. Se esses apadrinhados são tão competentes – como pretendem demonstrar –, por que não competem com igualdade [de oportunidade] com os demais pretendentes aos cargos que hoje ocupam ilegalmente? Porque – se esses juízes nepóticos esqueceram – é bom lhes ativar a memória: assim manda a Lei! Ou eles não as cumprem?! Ou as leis são apenas para os inimigos, ilustres *meretríssimos*?

Com essas práticas inconstitucionais, os juízes estão mostrando que as normas legais não são para serem aplicadas aos amigos e parentes: para estes, vale o “jeitinho brasileiro”. Fazer isso é abrir precedentes e prerrogativas de *privi-légios* – literalmente, leis particulares, privadas. Caso os M. Juízes tenham uma Constituição Federal em mãos, reportamo-los ao seu Art. 37, inciso II; aliás, o § 2º, deste mesmo artigo, fala em nulidade do ato de investidura de funcionário público [empossado] sem concurso e – ainda, por fim – em punição da autoridade responsável pela nomeação.

Estes “ilustres” magistrados, todavia, proclamam-se intocáveis, acima de qualquer suspeita – acima da Lei (?). Não são!! Espelham-se, é certo, nos notáveis da sociedade feudal francesa, antes que uma revolução sangrenta, popular, guilhotinou milhares destes nobres, parasitas sociais, lacaios, sanguessugas. Nós, particularmente, não acreditamos na força das baionetas; não temos o instinto *vampiresco* dos revolucionários franceses. Acreditamos, sim, na força dos princípios democráticos como remédios jurídicos para o combate do abuso de poder e das distorções sociais.

Está provado, porém, que os que não têm origem humilde demonstram uma sensibilidade pétrea para com o problema dos outros. Não veem, por exemplo, que o nepotismo contumaz gera uma onda

de desânimo no acadêmico de Direito – futuro advogado em potencial –, que, diante de fatos injuriosos, descrê na possibilidade de prosseguir na carreira promissora de advogado ou magistrado. As portas se fecham e... as janelas também!! Tudo já está definido, jogo de cartas marcadas! Não há espaço para o talento, o trabalho duro e honesto; não há lugar para o *self-made-man*, isto é, para os que se fazem por si mesmos ou, pelo menos, para aqueles que – sendo de origem modesta – devem pouca coisa ao nascimento ou à família à qual pertencem.

Em contrapartida, são premiados os advogados *chicanistas* e toda fauna similar que se vende a este esquema mafioso; incluem-se aqui, logicamente, os parentes e os agregados beneficiados. E, desta forma, vai-se criando uma burocracia forense ociosa, privilegiada, inoperante; enfim, instaura-se uma mediocracia!! Os acadêmicos que estão de fora – e se opõem ao “esquema”, os “párias” – têm seus pedidos de estágios – não remunerados, é bom lembrar – negados, ou – quando já advogados – seus processos protelados, propositalmente engavetados. Afinal, os juízes – chefões dos tribunais – têm compromissos assumidos com a sua casta familiar; provam, assim, que a tal da igualdade de oportunidades é mais uma mitificação da democracia burguesa. Uma falácia!!³

3 A lei diz “todos são iguais”, mas, na prática, “alguns são mais iguais do que os outros”, conforme satirizou George Orwell na fábula *A Revolução dos Bichos*. O compositor Humberto Gessinger parafraseou G. Orwell na letra da canção *Ninguém = Ninguém* cujos versos usei em epígrafe na abertura deste texto. *Para ser sincero*, nessa epígrafe – por conta dos propósitos do artigo –, fiz um *mix* de duas baladas da banda *Engenheiros do Hawaii*: a primeira estrofe contém versos da música *Ninguém = Ninguém* e, na segunda, versos da canção *Tribos e tribunais* dão o tom. Por essa liberdade poética, peço mil perdões (retrô!) ao cancionista Humberto Gessinger. Para os jovens da geração Z – ou “nativa digital” cujo nascimento ocorreu entre 1995 e 2010 –, quero contextualizar: na década de 1990, as composições da banda porto-alegrense *Engenheiros do Hawaii* eram muito ouvidas, cantavas e tocadas pela juventude; o sucesso (e o público) deles ia de par em par com o da Legião Urbana, banda criada pelo brasileiro Renato Russo (1960-1996). Nesses tempos de hoje, quando vejo meninos e meninas da geração Z indo aos shows de Humberto Gessinger para apreciar as letras e os novos arranjos musicais de suas composições, fico muito feliz. Penso: “há vida (e atitude) inteligente aí!”. Cf. ORWELL, George. *A revolução dos bichos*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d., p. 130.

E não param por aí as falcatruas. Nesta infame – e insana – autocracia dos tribunais, a onipotência – e prepotência – de certos juízes é ainda mais profícua.

Recebemos *in off* a informação de que, propositalmente, deixou-se prescrever o prazo para convocação de pessoas concursadas, a fim de *ex-officio* – alegando, obviamente, necessidade de funcionários – atender aos pedidos de parentes, que passaram a ocupar os cargos que, por direito líquido e certo, seriam de terceiros. É imoral! É ilegítimo! É ilegal! É um atentado à democracia! Por isso e por outras é que o conservadorismo da maioria dos magistrados não aceita nem discutir o controle externo do Judiciário. Querem as mãos desatadas para o continuísmo espúrio; dessa maneira, o Judiciário vai promovendo uma destruição autofágica. E a Justiça cai no descrédito, como é natural.

Na genealogia do nepotismo que organizamos – como se vê, na pág. 2⁴ –, citamos, inclusive, o nome de juízes que são professores em nossa faculdade. Nas aulas ministradas, são até democráticos, dóceis, cordiais – pelo menos aparentemente. A teoria, na prática, é outra. Parafraseando o renascentista *italiano* Nicolau Maquiavel, diríamos... são lobos revestidos com peles de cordeiros. Não os julguem por suas palavras, mas por suas ações. O dubio discurso é uma característica do seu mau-caratismo. Como Judas Iscariotes, são traiçoeiros! Não são confiáveis!!

O que temos dito até aqui, sabemos, não é novidade pra muita gente. Nossa intenção é, apenas, que mais pessoas tenham conhecimento do nepotismo epidêmico que degenera o nosso Fórum. Justiça substituída é justiça nula! A sociedade deve tomar posição face aos absurdos que atentam contra a democracia. Só desse modo a Nação evolui. Não podemos ficar indiferentes. O Diretório Acadêmico – entidade que defende os interesses dos acadêmicos de Direito – não está estimulando uma “caça às bruxas”. Quer, apenas, colocar os pingos

⁴ Na p. 2, havia um quadro intitulado *A lista do Fórum* no qual os nomes foram relacionados. Logo abaixo desse quadro, uma *nota* alertava: “a lista de nomes publicada [aqui] certamente não está completa (...) é a ponta do *iceberg*”.

nos ii. Queremos transparência, honestidade e equidade na administração da coisa pública. Não somos franco-atiradores.

Temos convicção: no Fórum, há juízes e funcionários honestos que, por mérito e direito – ou seja, via concursos *sem vícios* – ocupam cargos burocráticos. Esses, certamente, estarão com a consciência tranquila diante das denúncias e devassas que procuramos tornar públicas. Da mesma forma, nem todo advogado é *chicaneiro* e oportunista. Toda generalização, afinal, é burra; sempre há exceções – honrosas exceções, diga-se logo. Nossa metralhadora giratória quer atingir tão somente aqueles que estão, no Fórum, através de relações incestuosas ou semi-incestuosas. Perpetuar isso é, para nós, prostituir a instituição que, em última instância, deveria zelar pela resolução de conflitos de interesses presentes no nosso cotidiano: partindo da discórdia, deveria lutar pela harmonia social, posto que essa é a sua função. Enfim, queremos um Fórum democrático e não uma instituição estruturalmente degenerada, corrupta, corruptora e corrompida.

Na Constituição Federal, no *Capítulo* relativo aos direitos e deveres – Art. 5º, inciso IV – encontramos como prerrogativa individual e coletiva a livre manifestação de pensamentos e opiniões, ressaltando o anonimato. A Comissão Executiva do Diretório Acadêmico *Abel Santana* assume, coletivamente, a paternidade das denúncias ora registradas pelo seu órgão oficial de informação. E não poderia ser diferente: nosso *slogan* é “o fim do Direito é a paz; o meio de atingi-lo é a luta”. Para nós, é dogmático: os que não lutam por seus direitos, não merecem o direito conquistado. Todavia, respeitamos – sempre! – os preceitos legais; somos transparentes e... democráticos.

Não podemos dizer o mesmo de certos juízes, que precisam – urgentemente – fazer um exame de consciência e corrigir erros e arbitrariedades que vêm sendo cometidos sistematicamente. Utilizar-se de funções e cargos públicos para satisfazer interesses pessoais, particulares, é crime previsto no Código Penal. Isso precisa mudar! Afinal, só os tolos não mudam de opinião – ou de práticas –, quando os acontecimentos trabalham contra si. É um desafio!!!

Comissão Executiva do Diretório Acadêmico.^{5/6}

5 Dessa edição do *A-tua-ção*, resta destacar o *Editorial* e a *Entrevista*. No *Editorial* (p. 1), investido das prerrogativas e responsabilidades de presidente do D. A., anunciei ter cumprido “a promessa de denunciar o ‘trem da alegria’ do Fórum de nossa Comarca” e informei: “Há *rumores* de que um processo será movido contra o Diretório Acadêmico. Não cremos. Seria uma reação irrefletida, enraivecida. As fraturas do nepotismo ficariam ainda mais expostas à execração pública. A vergonha seria ainda maior; as consequências mais nefastas. Seria uma reação prudente se os juízes reavaliassem suas atitudes e tentassem corrigi-las. Na situação na qual se encontram, a melhor defesa é a defesa mesmo e não o ataque...”. Note bem, leitor: não houve processo; foi mesmo só “rumores”. Quanto à seção *Entrevista* (p. 4), nós – não por acaso – resolvemos conversar com o Dr. Bravo – ou seja, Francisco de Assis Bravo, promotor aposentado e, àquela época, professor de Teoria Geral do Processo na FDCI. A comunidade acadêmica o respeitava muito, por seu discurso em defesa da Ética no campo jurídico. Eu e o acadêmico (e prodigioso amigo) Sérgio de Lima Freitas Júnior fomos os entrevistadores; apesar de ter sido “uma conversa descontraída e divertida” – conforme anunciamos na apresentação da *Entrevista* – falamos de coisas muito sérias, melhor, *Prof.* Bravo falou. Eis alguns trechos: “Podemos dizer que os corruptos só se dão bem com os corruptos: no relacionamento humano os afins se atraem”; “As instituições estão, em todos os níveis, escandalizando o tecido social, o que as torna muito vulneráveis. O que salva a sociedade são os idealistas. Ser patriota ou ser idealista é ser honesto (...). Ser honesto é um *barato*...” – aliás, esta última frase, “Ser honesto é um barato”, foi o título dado à *Entrevista*. Eis um último fragmento da fala do *prof.* Bravo: “A sugestão que faço [aos meus alunos] é a mesma que Rui Barbosa dava aos seus: ‘estudar, estudar, estudar e... estudar’...”. *Tá* uma boa sugestão... sempre!

6 Antes de me tornar acadêmico na FDCI, minha militância na política estudantil – nos demais espaços escolares pelos quais passei – foi acanhada. No meu 2º Grau (Ensino Médio), fui membro do Grêmio do Liceu *Muniz Freire*, contudo – até onde a memória abarca – minha maior contribuição àquela entidade foi ajudar a organizar a *Festa da Primavera* e a participar de campeonatos de *ping-pong* – tênis de mesa, vá lá! Em 1984, quando ingressei na Fafi – Faculdade de Filosofia *Madre Gertrudes de São José* – para *fazer História*, meu quinhão de sacrifício no papel de 2º Secretário do Diretório Acadêmico (D.A.) limitou-se às minhas participações nas reuniões *ordinárias* da entidade e nas (intermináveis) reuniões *extraordinárias*; isto é, as Assembleias Gerais dos Estudantes, que lotavam quando (e *somente* quando) o assunto de pauta era “aumento de mensalidades”. Nesse tópico, a situação ficou crítica em 1987, quando a “*classe estudantil*” queria “pagar menos” e a “*classe professoral*” fez greve para “ganhar mais”: éramos *nós*

contra *eles*, numa verdadeira “luta de classes” (eis aí o marxismo na prática!): no meio deste cabo de força, o grupo mantenedor da Fafi tentava aparar as arestas e apaziguar os ânimos – o impasse foi longo. Por essa época, *talvez* eu tenha deixado algo escrito no informativo *Ex-pessão*, órgão oficial do D.A., mas – sinceramente? – não me lembro, e não encontrei nenhum exemplar daquele jornal. Um hiato, nessa história, foi minha rápida passagem pela Casa do Estudante de Cachoeiro de Itapemirim (CECI) como Diretor de Patrimônio na Gestão 1985-1987 presidida por Augusto Bandeira Filho. No meio daquele biênio – por volta do dia 16 julho de 1986, conforme está datado/carimbado no selo dos Correios – recebi (em casa) uma *Carta Registrada* contendo a Resolução nº 002/86 cuja medida prática era “destituir do cargo de Diretor de Patrimônio o estudante José Pontes Schayder”, “considerando que não vem cumprindo com as funções a que se destina o seu cargo”. E minhas “funções”, na CECI, eram bem simples e burocráticas: basicamente catalogar cada *bem* da *Casa* e etiquetá-lo com o respectivo “número de patrimônio”. Por certo, fui displicente e a diretoria da CECI fez bem em me exonerar. Da Casa do Estudante, guardo comigo – além da memorável *Carta Registrada* – o maior *patrimônio* que alguém pode herdar de outro alguém: o (bom) exemplo. O presidente Augusto Bandeira Filho era um líder dedicado, organizado, combativo, empático, com senso de justiça, dotado de boa oratória, sabia mobilizar a classe estudantil, conduzia com maestria as reuniões, escrevia artigos engajados para o informe *Jornal do Estudante*, enfim, um Camarada (numa palavra?) inspirador! Trago comigo uma certeza: inconscientemente até – e Dr. Freud que explique! – as palavras, os gestos e as ações do presidente Augusto Bandeira influenciaram o meu modo de ver, pensar e (desejar) *fazer* o movimento estudantil daí por diante. Boa parte de minha *atuação* no Diretório Acadêmico da FDCI inspirou-se nas posturas daquele líder estudantil: *tentei* projetar uma pequena sombra do que o Augusto Bandeira Filho – com seu exemplo – me ensinou: tentei! Rendo aqui as minhas homenagens e gratidões ao nobre (e augusto) Bandeira – e por eu ter sido um diretor ausente/relapso na *Casa*, peço-lhe perdão, humildemente.

Eu Acuso!



LIBELO ACUSATÓRIO: FORA COLLOR!¹

Por Libelo Crime Acusatório diz a Justiça Pública, por seu Promotor, JOSÉ PONTES SCHAYDER, contra o réu preso FERNANDO COLLOR ARNON DE MELLO, por esta e na melhor forma do Direito.

Em sendo necessário...

PROVARÁ que nos anos de 1990, 91 e 92, na Capital do Brasil, Brasília – Distrito Federal, o réu Fernando Collor de Mello, durante o tempo que exerceu o poder, aproveitou-se da condição de Presidente da República para praticar diversos crimes, a saber, corrupção passiva, estelionato, formação de quadrilha ou bando e contra a probidade na administração pública, tendo como vítima o Brasil.

PROVARÁ que o réu é o autor dos crimes de livre vontade, isto é, conscientemente; ele sabia de tudo o que ocorria nos bastidores do poder;

PROVARÁ que o réu, usando e abusando de tráfico de influências, cometeu o crime de alta traição contra a Nação brasileira.

NESES TERMOS, pede-se a condenação do réu no grau máximo de penas cabíveis de acordo com a Constituição Federal, o

¹ Em 1992, no dia 25 de agosto, diversas entidades e movimentos sociais de Cachoeiro-ES promoveram a encenação do Julgamento Popular de Collor na Praça Jerônimo Monteiro, no centro da cidade. Neste momento de engajamento público numa campanha política legítima, fui convidado para representar o papel de promotor no Tribunal Popular: a sala do tribunal foi montada sobre a carroceria de um caminhão estacionado em frente à Agência Central dos Correios. Naquele dia, uma multidão ocupou a praça, de ponta a ponta. À época, cursava Direito e – para pedir a condenação de Fernando Collor – compus este Libelo Acusatório, cópião de minha fala naquela encenação. Cf. in: ‘Júri’ condena presidente. *A Gazeta*. Vitória: 26 ago. 1992, p. 7.

Impeachment; e para que assim se julgue, ofereço o presente Libelo Acusatório, que se espera seja recebido e afinal julgado provado, nas formas da Lei.

Exmo. Sr. Presidente deste Supremo Tribunal Popular.

Srs. Jurados do Conselho de Sentença.

Ilustre Advogada de Defesa.

Ilustres Serventuários da Justiça.

Assistência.

Povo brasileiro.

Passo a sustentar as acusações...

I – A RESPONSABILIDADE

A Nação está de luto! A Nação está triste. Nunca foi tão ultrajada em toda a sua história.

Represento a Nação brasileira, neste Tribunal Popular, e tenho a tarefa de incriminar este abominável réu, Fernando Collor; a Nação clama por Justiça!

Este Tribunal Popular está sendo observado – e minha voz está sendo ouvida – pela imprensa do mundo inteiro. O jornal *The New York Times*, dos Estados Unidos, afirmou que “... o Sr. Collor de Mello deixou o país embaraçado”; *Le Monde*, da França, qualificou a crise política brasileira como “dramática”; na Espanha, *El País* afirma que o presidente Fernando Collor é responsável pelo “maior escândalo da política brasileira”.

Portanto, a minha responsabilidade – e a responsabilidade dos ilustres jurados – é monumental; de sua sentença depende o futuro do réu e da Nação inteira. Imploro: não deixem o réu impune! Só assim a Nação ficará (e seguirá) tranquila. Precisamos aplicar ao presidente

transformado em réu – que, se nasceu com *aquilo* roxo² deve estar, agora, com *aquilo* vermelho de vergonha – uma punição exemplar, de modo a dar um recado a todos os políticos oportunistas que, a exemplo deste execrável réu, sugam o sangue do povo, neste instinto vampírico por recursos do patrimônio público nacional.

Abaixo os parasitas insaciáveis! Fora com estes sanguessugas, lacaios da sociedade!

II – O RÉU

Eis o réu!

Na sua degradante carreira política, foi de *Caçador de Manjás* a chefe-maior do Sindicato dos Ladrões em pouco tempo!

Os mitos, como se sabe, são construídos!

O mito Fernando Collor foi (é) a maior farsa montada neste país. Traiu a Nação. É inimigo do povo. Prostituiu o cargo de Presidente da República! Surgiu nas Alagoas – de onde NUNCA deveria ter saído, diga-se logo – e transformou Brasília na Capital Mundial da Rouba-lheira. Apareceu como o “Salvador da Pátria” e, no entanto, humilhou a Nação. Não tendo dignidade, desonrou o cargo!

Fernando Collor é adepto da Lei de Gérson³, pois, o seu lema “Agora, é vencer ou vencer”⁴ é o mesmo que dizer “eu vou levar vantagem

2 Para mostrar ser cabra-macho, disposto a enfrentar tudo e todos, certa vez F. Collor afirmou ter nascido “com aquilo roxo”; “aquilo”, no caso, é a... bolsa escrotal! *Vixe!* Que nível!

3 Na cultura brasileira, a Lei de Gérson está associada à ideia de “levar vantagem em tudo”, independente de se observar preceitos éticos e/ou morais; a “lei” surgiu de uma expressão – “Eu gosto de levar vantagem em tudo, certo? Leve vantagem você também...” – dita por um jogador de futebol da década de 1970, Gérson, numa propaganda de cigarros.

4 Frase de Collor logo depois da posse, em 1990, no momento do anúncio do “confisco da poupança”.

em tudo”. E tentou mesmo, mas, NÃO! SEU GOVERNO NÃO PASSARÁ! Na verdade, o governo deste mafioso já foi decapitado!

Este réu tem ainda a petulância de acusar o Povo de conspirar contra ele. “Conspiradores”? “Golpistas”?! Onde?! Se há alguém que conspirou foi o próprio presidente da República; conspirou contra a Nação brasileira. Há provas irrefutáveis de conivência com esquemas criminosos; a maior prova disso é que usou dinheiro proveniente de depositantes “fantasmas” – “fantasmas” de carne e osso, porém! É a volta dos mortos vivos! Os verdadeiros fantasmas devem estar assustados com tanta assombração!

Certamente, o presidente Collor – junto com a sua corja de amigos – leu e aprendeu muito com o livro *A arte de Furtar* escrito há cerca de trezentos anos; promoveu pilhagens aos cofres públicos e acobertou quadrilhas; enriqueceu-se com o dinheiro dos nossos impostos em detrimento dos interesses comuns.

O presidente, agora, prostrado diante da Nação, impotente, é o herói da decadência! Não deixou pedra sobre pedra. É a versão brasileira de *Conan, o Bárbaro*! Talvez por isso fazia tantos exercícios físicos!

III – OS CRIMES

Nada mais verdadeiro do que a ideia de que “somos um povo honesto governado por ladrões”.⁵ Esse *nobre* réu utilizou-se do cargo a ele delegado pelo Povo, para praticar atos deploráveis de corrupção passiva, estelionato, formação de quadrilha ou bando e crimes contra a probidade administrativa. De mais a mais, há agravantes!

O presidente aceitou que o Sr. PC [Paulo César] Farias – empresário medíocre, venal e oportunista – pagasse as suas contas pessoais, lhe presenteasse com um Fiat Elba, depositasse dinheiro na conta de seus

⁵ Hoje, não diria isso de forma tão categórica. “Povo honesto”?! Somos, de fato?! Reflita com calma, leitor.

familiares, reformasse a *Casa da Dinda* em Brasília ⁶, o apartamento de Maceió, desse mesada a Rosane Collor, pagasse o tratamento da cadeia da Rosane e, talvez, até tenha mandado colocar ar condicionado na casinha da cachorra.

EU ACUSO! Chegando à Capital Federal, Collor intensificou a prática do “é dando que se recebe”.

Pergunto aos Senhores Jurados, dignos cidadãos: como é que se pode ganhar 400 milhões de *Cruzeiros* e gastar 9 bilhões?⁷ Qualquer pessoa sabe que – por meios lícitos – isso é impossível!

Agora, há uma questão ainda mais importante: sabe-se que onde há corrupção deve necessariamente haver CORRUMPIDO e... CORRUPTOR. Onde estão os outros? Eles também têm que ser trazido ao banco dos réus!!

Por mais simples que seja, qualquer cidadão sabe que F. Collor agiu de má fé, por ação ou omissão, participando, direta ou indiretamente, de operações fraudulentas, juntamente com o famigerado PC Farias.

O réu passou como um rolo compressor sobre a Constituição – a mesma que jurou respeitar e cumprir! Portanto, não tem dignidade para continuar exercendo o cargo para o qual foi eleito – como ele mesmo gosta de afirmar – “com 35 milhões de votos”.

Senhores Jurados: todos nós gostamos de colecionar alguma coisa; o réu, agora, por certo coleciona ex-votos!

⁶ Em nome da “moralidade pública”, em vez de morar numa das residências oficiais da presidência da República – o *Palácio da Alvorada* ou a *Granja do Torto* – F. Collor optou por ficar em sua residência particular, a *Casa da Dinda*; a mansão passou por uma reforma faraônica (pagos pelo esquema PC Farias!), com direito a suntuosos jardins, lagos artificiais e cascatas motorizadas – coisa de... marajá!

⁷ Criado por Collor, o *Cruzeiro* (Cr\$) sucedeu o *Cruzado Novo* (NCz\$) – criado por José Sarney (1985-1990) – e antecedeu o *Real* (R\$), criado no governo Itamar Franco (1992-1994).

Os ditadores gostam de plebiscitos. Faça um agora, presidente!! Constate seu fim! Aqui está o povo, julgando-o!! O Senhor não merece mais a confiança do povo! O Senhor nos fez odiar o verde e o amarelo! Pediu-nos que usássemos as cores da bandeira nacional, para apoiá-lo, nas ruas. Usamos, sim, em resposta ao seu clamor, o negro, em demonstração de protesto. Estamos tristes; estamos de luto!

As manifestações de ruas, no Brasil inteiro, acusam-no! Não há saída para o Senhor! Aliás, há sim: suicide-se!!!! Suicide-se como fez Getúlio Vargas! Aproveite que o Sr. Vargas se suicidou, em 1954, num mês de agosto, dia 24. Estamos em agosto, dia 25. Não vejo ocasião melhor! O Senhor já está atrasado um dia, como pode perceber...⁸

Tenho consternação, apenas, com a função de minha nobre colega da Defesa, Dr.^a Morgana [Bechepeche Sadler]: defender o indefensável! Todavia, que o réu tenha direito de se defender – coisa que está tentando negar ao Povo: o direito de se defender contra o seu (des)governo!

IV – O APELO

Senhores Ilustres Jurados que compõem o Conselho de Sentença deste Supremo Tribunal Popular: a sorte está lançada! Tranquilizem a Nação inquieta! Incriminem este réu abominável e traidor! Os Senhores não podem se intimidar!! O Povo está com vocês!! Cortem a cabeça deste réu que um dia quis ser rei e posou de estadista. Deem oportunidade à Nação de sonhar com a Justiça! Nós, os jovens, precisamos voltar a sonhar!⁹ Nós, os estudantes, precisamos voltar a sonhar!¹⁰

John Locke, um influente filósofo inglês, dizia que o Povo tem o direito à felicidade; dizia, por isso mesmo, que o Povo tem o direito

⁸ Hoje, também não diria isso.

⁹ Em 1992, eu era um jovem de 26 anos.

¹⁰ À época, conforme informei (*n.* 1), cursava Direito, na Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim – ES.

de se rebelar e derrubar governos corruptos e incompetentes. Por sua vez, outro filósofo, o francês Jean-Jacques Rousseau, afirmava categoricamente que o Povo é soberano, isto é, tem o poder de decidir e – se é assim – no *Caso Collor*, a decisão é: julguem o réu... CULPADO!

A Nação – não se enganem, Senhores Jurados –, observa tudo o que está se passando nesta praça, neste Tribunal Popular da História.

Basta de corrupção! Os que se lançam à vida pública pela sede de poder ou para se enriquecer ilicitamente com facilidade – (caso frequente, no Brasil) – cedo ou tarde passam pelo julgamento da opinião pública: as reviravoltas da história são imprevisíveis!

Senhores Jurados! Esta é uma oportunidade de mostrar ao Povo de que a Justiça existe, portanto... incriminem o réu! Peçam a sua punição... uma punição exemplar! O Brasil espera essa decisão! Cumpram a Constituição Federal!

Se não se condenar e punir este réu o país caminhará para o holocausto social. O Povo está psicologicamente reprimido, historicamente traumatizado. O Brasil, hoje, é uma grande panela de pressão prestes a explodir. O povo – caso não se puna exemplarmente o réu aqui presente – irá explodir de descontentamento, pois a Nação foi humilhada.

Por fim, sugiro a cada cidadão desta imensa Nação: a cada eleição, escolha melhor os seus governantes. Votem conscientemente!

Jurados! Deem a este réu a pena máxima! Olhem para este canalha!! Quem sabe na cadeia, no exílio, ou em qualquer outro lugar – fora da presidência! – Collor possa refletir sobre o mal que fez ao Brasil. Este homem, primeiro presidente eleito pelo povo nos últimos trinta anos, decepcionou a Nação.

Escutem o meu apelo, Senhores Jurados. Minha voz ecoa pelos quatro cantos deste imenso País. Punam este canalha traidor, autor do maior e mais vergonhoso esquema de corrupção de nossa história. Façam com que os jovens – principalmente os estudantes – acreditem em seu País e não precisem sair dele para viver dias melhores.

Punam o réu!

Punam o réu!

Senhores Jurados, cumpram a Constituição e o seu dever cívico: punam o réu com a pena máxima...

IMPEACHMENT NELLE!

XÔ, COLLOR!^{11 12}

¹¹ Pichados em muros e paredes, *Xô, Collor! e Impeachment nelle!* – assim mesmo, com dois ll, para associar à grafia do nome *Collor* – eram as dois principais lemas do movimento *Fora, Collor*. Na época, via-se essas pichações no centro de Cachoeiro e... por todo o país. Quanto ao resultado do julgamento de Collor pelo Tribunal Popular, a “sentença” lavrada pelo *Juiz* (papel desempenhado pelo *Dr. Luiz Carlos Brandão*, presidente da subseção da OAB, em Cachoeiro) diz: “diante desses fatos gravíssimos e, reconhecendo as agravantes e a periculosidade do réu Fernando Collor de Mello, condeno-o à perda definitiva do cargo de presidente da República Federativa do Brasil”. Foi assim que... o corpo de jurados do Tribunal Popular de Cachoeiro antecipou em quatro meses a (segunda e definitiva) condenação de F. Collor, que – pelo Senado da República – só ocorreu na madrugada do dia 30 de dezembro de 1992. Cf. sentença e outros detalhes do julgamento (em Cachoeiro) in: ‘Júri’ condena presidente. *A Gazeta*. Vitória: 26 ago. 1992, p. 7.

¹² 1992 foi o ano do *Fora Collor!* O ano seguinte, foi politicamente marcado pelos debates em torno dos temas das formas de Estado (República? Monarquia?) e dos sistemas de governo (Presidencialismo? Parlamentarismo?) a fim de preparar os cidadãos para o Plebiscito a ser realizado na data de 21 de abril de 1993, conforme previa a Constituição Federal. O assunto era (é) complexo, havia muita desinformação e, por isso, nos meses iniciais de 1993 tive a oportunidade de – mediante convites – ministrar palestras em muitas escolas, igrejas, associações de moradores etc., contextualizando historicamente e detalhando o funcionamento das formas de governo em suas variantes parlamentaristas ou presidencialistas, no caso da República. Sob a minha ótica, mostrava ainda as vantagens e desvantagem de cada modelo. No ano do Plebiscito, exercia a presidência do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim e nossa gestão decidiu promover um debate entre republicanos e monarquistas, inclusive com a presença de representantes da família imperial Orleans e Bragança. Destronada pelo golpe militar republicano de 15/11 de 1889, a família Bragança fez campanha (embalada no *slogan* “Vote no Rei”) pela Monarquia Parlamentarista e, caso o Plebiscito lhe fosse favorável, preten-

dia reocupar o trono da Monarquia (democraticamente) restaurada. Pois bem... afora minha contribuição neste debate da FDCI e nas palestras em cidades Sul capixabas, em Belo Horizonte fui mediador – no Teatro Universitário da PUC de Minas, onde cursava pós-graduação – de uma mesa redonda composta por republicanos: presidencialistas e parlamentaristas. O resultado do plebiscito? Apesar de desgastada – em função do movimento *Fora Collor!* e da crise do *Impeachment* – a forma republicana de Estado obteve 86,6% dos votos dos cidadãos, que optaram também – com 69,2% do total dos votos – por manter o sistema presidencialista de governo. O meu voto – um entre 67,1 milhões dos votantes (os outros 23,3 milhões de eleitores alistados se abstiveram de ir às urnas) – ajudou a manter a República presidencialista no Brasil.

CORRESPONDÊNCIAS



À EMBAIXADA DA UNIÃO SOVIÉTICA

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 30 de Agosto de 1987.

À Seção de Imprensa da Embaixada da URSS¹ no Brasil

Avenida das Nações

Lote 3A, Brasília

Distrito Federal – DF

Camaradas!

É com grande satisfação que me comunico com esta Embaixada pela primeira vez.²

De início, devo dizer que escrevo em nome de um grupo de cinco estudantes que me elegeu para a tarefa. Formamos um grupo de estudos e pesquisas do curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras (Fafi) da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, comunidade que muito me orgulho de pertencer.

Quero informar a esta Embaixada que estamos realizando uma pesquisa que diz respeito ao seu país; mais precisamente ao avanço tecnológico desenvolvido pelo mesmo após o término da Segunda Guerra Mundial até os dias atuais.³

¹ União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

² Sim, leitor, pela *primeira* vez e... última! Não fique *caraminhando* coisas sobre as minhas (imaginárias) relações com a URSS. Até por que, quatro anos depois – em 1991 – a União Soviética deixou de existir.

³ Àquela altura, a curiosidade pela União Soviética aumentou, pois, em março de 1985, o *jovem* Mikhail Gorbachov (54 anos) havia sido eleito – pela cúpula do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) – líder supremo do país; desde então, iniciou duas grandes reformas: *Perestroyka* e *Glasnost*. No ano da carta (1987), eu estava finalizando minha graduação em História na Fafi e, naquele

Venho por isso solicitar, caso seja possível, fontes para a realização da pesquisa. Peço-lhes que me enviem livros, jornais, revistas e/ou panfletos que digam respeito ao tema por nós mesmo escolhido. Caso isso não se torne possível, pediria ainda [a indicação de] uma

ano, cursava História Contemporânea II, disciplina ministrada pelo *prof.* Álvaro Scalabrin, intelectual competente, carismático e amigo. No final daquele ano (1987), o *prof.* Álvaro – por sua liderança na greve de professores ocorrida na Fafi meses antes, tudo indicava – foi demitido pela Direção da instituição. No início do ano seguinte, aquela mesma Direção convidou-me para assumir a disciplina antes ministrada por ele – recusei o convite, solidarizando-me com o professor demitido. Contudo, dias depois, o *professor* Geraldo Luiz Hemerly – chefe do Departamento de História da Fafi à época – procurou-me, mostrando a necessidade de *alguém* assumir as cátedras de História Contemporânea I e II e que, para tanto, os membros do Departamento estavam de comum acordo com o meu nome. Dessa vez (feito *via* departamental) aceitei o convite e – através de um telefonema, onde expus as minhas razões em aceitar substituí-lo – o *prof.* Álvaro foi o primeiro a saber de minha difícil decisão: com esse gesto, julguei ter observado uma postura ética entre pares. Por dois anos (1988-89), fui professor da Fafi. No início de 1990, todavia, recebi aviso-prévio e fui... demitido – a partir desse ponto, no entanto, essa história foi contada em outro lugar deste livro-memorial (*vide* p. 42, n. 2 do artigo *Os bárbaros também educam*). Quanto ao *professor* Álvaro Scalabrin, tornamo-nos grandes amigos: gaúcho de Sananduva, mudou-se para Cachoeiro em 1979, onde depois se casou com Tânia Paris e constituiu família – fui professor dos três filhos do casal. Muito ligado à Igreja Católica, foi ele quem – em janeiro de 1988 – conseguiu abrigo temporário para mim numa CEBs/*Comunidade Eclesial de Base*, na periferia de Belo Horizonte, quando, naquele mês/ano, comecei a cursar Especialização *Lato Sensu* em Metodologia da História, na PUC de Minas. Tendo em mãos o meu Histórico Escolar da graduação e uma carta de recomendação do *prof.* Rocco La Rocca da Fafi-Cachoeiro obtive (pela CAPES) bolsa integral no curso. Em BH, hospedado momentaneamente na casa paroquial do padre João Peão, pude vivenciar um pouco as práticas da Teologia da Libertação tão em voga naquela quadra da história latino-americana. Ainda no ano de 88, nas eleições municipais de Cachoeiro (15/11), o *prof.* Álvaro Scalabrin foi eleito vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e ocupou uma das cadeiras da Câmara Municipal. Naqueles dias, comentava-se que, ironicamente, a injusta demissão sofrida na Fafi foi o passaporte dele para o parlamento municipal. Em 1990, foi o *professor* Álvaro Scalabrin quem abonou a minha ficha de filiação ao PT, onde permaneci por 27 anos após os quais solicitei minha desfiliação (leia carta-requerimento ao PT, p. 267).

lista bibliográfica e/ou onde poderia encontrar as fontes de estudo, quais editoras nacionais ou estrangeiras publicam livros a respeito – em língua portuguesa, castelhana ou inglesa – ou livrarias onde poderia encontrar aquelas fontes.

Sem outro particular para o momento, e na esperança de uma breve resposta, desde já agradeço.

Deste que lhes considera,

J. P. S.

Em Tempo: Como estudante de História, não poderia deixar de aproveitar a oportunidade para pedir algum livro, revista, jornal ou panfleto que se refira à história de seu grande país. Peço também a indicação de alguma revista ou jornal que eu possa assinar, para estar em constante contato com a URSS, sua gente e sua cultura.⁴

4 Dentre os itens enviados pela *Embaixada* – além de revistas mostrando a evolução da tecnologia militar –, recebi um exemplar do *Manifesto do Partido Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels. Originalmente publicada em 1848, a obra enviada é uma primorosa edição ilustrada, escrita em português e impressa em Moscou (*Editora Progresso*, 1987) – está guardada, em minha biblioteca: uma relíquia histórica, que – em alguns aspectos – mantém-se bem atual. Quando recebi esse exemplar, contavam-se já três anos do meu primeiro contato com o *Manifesto Comunista*. Em 1984, no primeiro período do Curso de História, o professor Geraldo Luiz Hemerly – na Introdução aos Estudos Históricos I – solicitou-me, para exposição oral, a leitura crítica (e o fichamento) do texto fundador do marxismo. Sobre essa *iniciação*, todavia, vou transcrever aqui – e o leitor que me perdoe pela (longa) autorreferência – aquilo já anunciado por mim em outro lugar: “Naquele ano [1984], estudando alguns dos textos [de K. Marx], todos os pingos caíram nos is. Porém, a teoria marxista não se tornou, para mim, uma doutrina revelada, inquestionável. Veio a ser, pelo contrário, um conjunto de ideias e de conceitos abertos que, auxiliando-me na árdua tarefa de interpretar a história do mundo e, em especial, a do Espírito Santo, impulsionou-me também a querer transformá-la; serviu-me, portanto, de estímulo. Por isso, faço minhas as clarividentes palavras de Pierre Vilar: ‘Jamais alguém se torna marxista lendo Marx; ou, pelo menos, apenas o lendo; mas olhando em volta de si, seguindo

o andamento dos debates, observando a realidade e julgando-a: criticamente. É assim também que alguém se torna historiador; e foi assim que Marx se tornou'. Não foi diferente, no meu caso". Será que ainda preciso falar mais sobre *como* Karl Marx entrou em minha vida e *por que* ele se tornou um dos meus mestres? Nos dias correntes, quando um desavisado ou outro diz "Marx morreu!" eu retruco "Viva Marx!". *Passadista*, eu?! Em verdade em verdade vos digo, leitor: passadista é o modo de viver de certo planeta de 7,7 bilhões de habitantes no qual "hoje [2018]" – segundo o historiador Yuval Noah Harari – "o 1% mais rico é dono de metade da riqueza do mundo; ainda mais alarmante: as cem pessoas mais ricas possuem juntas mais do que as 4 bilhões mais pobres". Não dá mais para acreditar nas loas – de igualdade geral para homens e sociedades – propaladas pelo liberalismo clássico. Nosso mundo está doente, precisando de cuidados e as ideias do *velho* Karl Marx ainda podem contribuir com o debate. Cf. SCHAYDER, J. P. *Como se tem escrito a história do Espírito Santo*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Cachoeiro Cult, 2011, pp. 19-20; VILAR, Pierre. Marx e a história in: HOBBSBAWM, Eric et. al. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 97; Cf. dados in: HARARI, Yuval Noah. *21 lições para o século 21*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 104.

À EXECUTIVA DO PDT¹

Cachoeiro de Itapemirim, 10 de Março de 1986.²

Ao PDT [Partido Democrático Trabalhista]

À Comissão Executiva do Diretório Municipal

Companheiros,

Cada dia que passa e quanto mais conheço o município de Cachoeiro, tanto mais admiro a garra e o espírito progressista desse povo; aprendo, cada vez mais, a gostar desta terra, embora aqui não tenha nascido.

Dentro do contexto socioeconômico brasileiro, Cachoeiro tem uma situação de privilégio. Tenho convicção de que as soluções para os problemas que por ora afetam nossa comunidade estão, na realidade, intimamente ligados ao poder que tem cada cidadão de participar para o bem-estar da comunidade cachoeirense, seja essa participação como for, segundo o critério de cada um.

O estudo de nossos problemas e a busca de soluções é o papel que cada indivíduo deve ter para si, é o seu compromisso histórico. [...] A contribuição de cada um não é de modo algum desprezível; muito pelo contrário, é fundamental, pois é da soma de boas vontades in-

1 Filiei-me ao Partido Democrático Trabalhista – seção Cachoeiro de Itapemirim – em 1984.

2 Em 1986, cursava o penúltimo ano de História e – após passar em um concurso – tornei-me servidor público municipal na função de Fiscal de Saúde Pública e Meio Ambiente, em Cachoeiro. Há dois anos já ministrava aulas de História em escolas particulares e, esporadicamente, em escolas estaduais, como professor-substituto: essas experiências – tudo indica – fizeram-me tomar uma importante decisão para o futuro de minha vida pessoal e profissional. Este documento traz uma renúncia e aponta a escolha de um destino.

dividuais que depende o futuro do nosso município e de nosso País. Só assim, com a participação de todos, chegaremos à tão sonhada paz social.

Meu sonho é ver nossa juventude livre, participativa e, acima de tudo, informada. Muitas vezes, a falta de informação e o desconhecimento total de determinado assunto faz com que as pessoas ajam de forma inesperada. Entretanto, como esperar atitudes certas de pessoas desinformadas? [...]

Infelizmente, vivemos em um país no qual a Educação não é vista como investimento, mas, sim, como dispêndio econômico. Nossos estudantes são vistos como gastadores que não produzem nada, só consomem. É preciso fazer-se entender: o jovem é o futuro governante e, por isso, merece investimentos. É preciso fazer-se entender que Educação é o índice que determina o desenvolvimento de uma Nação.

Não sei se por negligência dos governos militares ou se por imposição de “forças alienígenas” – o que é mais certo –, mas a Educação foi deixada em segundo plano no Regime [militar] que sucumbiu [no ano passado, 1985]. Os benefícios sociais deram lugar ao benefício ao capital externo e às imposições do FMI [Fundo Monetário Internacional].³

Por tudo isso, todos sabemos – e temos que admitir – que a minha geração é, em grande parte, alienada. A ditadura ensinou a gente a

3 Em 1985, os militares saíram de cena, porém deixaram muitas “heranças malditas” e – entre as tais – uma dívida externa de US\$ 115 bilhões, considerada – naquele contexto – “a maior dívida externa do mundo”. O colapso das contas externas levou o governo José Sarney (1985-90) a incessantes renegociações com os credores internacionais, notadamente com o Fundo Monetário Internacional. Contudo, as contrapartidas exigidas pelo F. M. I. geravam, no Brasil – para usar o linguajar político da época –, “Fome, Miséria e Inflação”. Onze meses depois desta minha carta ao PDT – mas ela (e eu) não temos nada a ver com isso! – o presidente J. Sarney anunciou uma “moratória unilateral” (ou seja, uma “suspensão” do pagamento dos juros da dívida), o que – da perspectiva do FMI – foi entendido como um “calote da dívida”, fazendo o Brasil entrar no rol dos “mal pagadores”. Cf. dados da dívida in: JOFFILY, Bernardo et. alii. *Brasil 500 anos: atlas histórico*. São Paulo: Istoé Brasil, 1998, p. 279.

ficar assim, sem saber decidir, preso dentro de quatro paredes. Uma vergonha total! O que aconteceu foi que nós ficamos fora do processo político, pois, nele, só havia lugar para os tecnocratas e para aqueles que estavam lucrando com o Regime.

Nós, da geração à qual pertencemos, aprendemos a conversar sobre banalidades, principalmente sobre cultura estrangeira, enfim, sobre nada! Havia uma vontade geral nesse sentido, e conseguiram fazer do jovem de minha geração um “zero” à esquerda. Os traidores da Pátria arrasaram a juventude.

Essa situação deve ser invertida e nós temos o compromisso de começar a mudar esse estado de coisas agora mesmo. Tenho convicção de que o início da solução de todos⁴ os problemas de nosso país está na Educação. É por aí que se deve começar.

É através dela, da Educação, que haveremos de formar novas lideranças e novos cidadãos. Cidadãos que estejam interessados no bem coletivo e não no individual e lideranças com nova mentalidade e com novo espírito, enfim, homens livres.

Para se conseguir isso, teremos que ter um ensino que fortaleça, ou renove, o orgulho de sermos brasileiros e de pertencermos à Pátria Brasil. Teremos que ter uma Educação que, ao libertar os homens, liberte também, por consequência, o nosso País; para isso, temos que libertar as mentes, o que só é possível através da Educação.

Quando falo em “libertar as mentes” refiro-me não só às novas gerações, mas, e principalmente, às gerações de brasileiros que viveram conscientemente [na] e sofreram com a ditadura militar. Todo cidadão carrega dentro de si o germe da destruição; todos, mas principalmente os mais velhos, guardam um rancor, uma ira, um egoísmo, um individualismo cego,..., e eu penso que nossos jovens não merecem e não devem viver neste contexto de hipocrisia.

⁴ Esse grifo – e os demais a seguir – são da época; optei por deixá-los tal e qual, pois há uma história aí.

Já disse alguém que viver é não deixar o tempo passar e que a pior coisa que pode acontecer é chegar ao fim da vida e ter a visão de todas as oportunidades perdidas, de tudo o que se podia ter feito e não se fez. Nós sabemos que isso não acontecerá às pessoas idealistas e que têm seus anseios e aptidões voltadas para a vontade da sociedade.

Se agirmos com garra e vontade, chegaremos ao fim da vida com a certeza de termos cumprido o nosso papel social e de ter a nossa consciência livre de qualquer arrependimento. É preciso não desanimar de nada que fazemos. Temos que lutar por um ideal, mesmo que, às vezes, ele seja momentaneamente utópico. O importante é termos força de vontade, buscarmos grandes coisas e, assim, almejar a realidade desejada.

Essa é a consciência que deve ser formada e nós não devemos perder tempo. Está na hora de começarmos a libertar corpos e mentes, e nossos jovens têm prioridade.

Tentarei ser fiel aos meus ideais; não posso, de forma alguma, trair a minha consciência e os meus anseios, pois estaria traindo o meu compromisso social.

Há muito tempo ando em busca de uma causa pela qual lutar e, agora, sei que a encontrei. A causa encontrada não é religiosa, econômica, nem política partidária, mas uma causa social: a Educação.

Neste momento, sei bem que a minha pouca experiência política não me dá condições de uma participação ativa. Tenho vinte anos e fui mentalmente castrado pela educação que recebi; uma “educação morta” que não me deu condições de desenvolver a criatividade e a criticidade, muito pelo contrário, só atendia a interesses pré-determinados. Uma educação individualista e alienante.

Durante a minha participação neste Partido, aprendi a gostar e a respeitar pessoas como a *professora* Adélia [de Souza Fernandes], os amigos José Emílio, Sr. Liberalino [Silva], Sr. Emílio, *prof.* Herval Pires, [Fernando] Taliulli, Benedito Nicolau, [Augusto] Bandeira, Alcimar, Olivan, e tantos outros que, neste momento, escapam-me à memória.

Quero dizer, no entanto, que algumas coisas que vi acontecer – no âmbito geral da política partidária – não coincidem com os meus ideais de vida, pois ferem o interesse coletivo.

Como disse há pouco, procurei uma causa para defender e encontrar, e essa causa é a Educação; quero servir à nossa juventude e ao nosso País ensinando e aprendendo. Quero ajudar a formar jovens críticos e livres de rancores; jovens sadios e atuantes.

Meus Companheiros, tenho a certeza que, neste momento, serei mais útil ao meu País como *professor* e, então, resolvi tomar uma decisão que me custou longos momentos de reflexão.

Por tudo o que disse até aqui, renuncio ao posto de 2º Suplente da Executiva do Diretório do PDT em Cachoeiro. Continuarei filiado ao Partido e dando minha contribuição dentro das possibilidades, entretanto, neste momento, minha consciência e experiência políticas não me permitem continuar lutando/militando ativamente neste partido político, e em nenhum outro.⁵

É lógico que não estarei alheio à política porque todo homem é político. A política à qual me refiro, e na qual continuarei participando ativamente, é a política geral da vida pública e não à política partidária.

Espero que os Companheiros compreendam a minha decisão e reflitam sobre as coisas ditas. Não tirem conclusões precipitadas. Reflitam. [...]

Tudo o que foi dito é o que penso, o que não quer dizer que sejam verdades cristalizadas, inquestionáveis, pois tal coisa não existe. É como dizia o escritor Graciliano Ramos: “muitas vezes não concordo

5 Filiei-me ao PDT em 1984 e assim permaneci até 1990, quando me filiei ao Partido dos Trabalhadores e, ali, mantive-me até 29 de janeiro de 2017, data na qual solicitei o meu desligamento do PT (vide Carta, p. 267). Atualmente, não tenho quaisquer vínculos partidários – e nem pretendo!

com suas ideias, embora seja meu dever respeitá-las”⁶. É como eu mesmo disse: cada pessoa é um mundo e tem suas próprias ideias a respeito da realidade em que vive..., logo, não precisam concordar comigo e com minhas ideias, mas eu mereço e devo ser respeitado em minhas escolhas. [...]

Quero ainda parabenizar o presidente Herval Pires, o vice-presidente Benedito Nicolau, o secretário Augusto Bandeira, o tesoureiro Sardinha, o vogal Fernando Taliulli. Creio que todos saíram ganhando com suas vitórias, afinal foi a escolha da maioria dos filiados.

Para finalizar, quero agradecer ao inolvidável *professor* Herval Pires, que foi quem primeiramente me chamou a “experimentar política”. Infelizmente, não pude corresponder à sua esperança em mim. Hei de respeitá-lo como líder e conciliador de ideias.

Saudações pedetistas!

J. P. S.

6 Graciliano Ramos?! Será?! Essa frase é bem voltairiana. Na verdade, atribui-se ao filósofo iluminista francês François-Marie Arouet (consagrado e mais conhecido como Voltaire) a frase “posso não concordar com uma única palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte o vosso direito de dizê-las”. A expressão é frequentemente repetida por mim em sala de aula, pois ela – digo isto aos jovens, há décadas – sintetiza bem a “regra de ouro” do bom relacionamento pedagógico professor-estudante na disciplina de História – e, por óbvio, não só em História.

Ao DR. HUMBERTO

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 12 de janeiro de 1998.

Caro *Prof.* Humberto [Dias Viana]¹,

Recebi com satisfação a notícia da criação de uma Coordenação Pedagógica na FDCI – Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim. Essa medida será de extrema importância para elevar o nível do curso e, na sequência, o nome da própria instituição.

Soube – por terceiros – que o meu nome foi cogitado para a função de Coordenador. Fico extremamente agradecido só por ter sido lembrado. Por outro lado, coloco-me à disposição, caso conclua que preencho os requisitos exigidos para – de fato – merecer tal responsabilidade e honra.

Acabo de me demitir do cargo de Coordenador Pedagógico do Centro Educacional Padre Anchieta, onde por anos coordenei o 3º ano de Ensino Médio e o curso *Pré-vestibular*. Como professor de História, permaneço na sala de aula no próprio Colégio Anchieta e na Escola "Guimarães Rosa".

Peço desculpas pelo tom informal desta carta; contudo, nossos anos de convivência na FDCI permite-me – creio – essa aproximação. Desde muito tenho admitido – particular e publicamente – que o seu trabalho à frente da Direção da FDCI é reconhecidamente nota 10. Para mim, seria motivo de orgulho poder contribuir, auxiliando-o a construir uma faculdade de nome nacional.

Seguindo uma tendência das melhores faculdades de Direito do país, urge implementar de forma universal, na FDCI, um ensino contextualizado, crítico e humanista dos conteúdos programáticos.

¹ Nesta carta, coloco-me à disposição da Direção da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim – instituição na qual cursei Direito entre 1990-94 – para assumir as atividades à frente da (então) recém-criada Coordenação Pedagógica.

Não deixar de abordar, óbvio, o aspecto técnico inerente ao conhecimento jurídico; o *tecnicismo*, todavia, não *pode* – ou, pelo menos, não *deve* – ser prioritário no curso de Direito.

Sob a forma positivista/mecanicista – técnica, portanto –, tornamos a arte de estudar (e ensinar) a Constituição e os códigos numa mera descrição ou relatos de *casos* – muitas vezes folclóricos – contados nos fóruns, tribunais, varas... Utilizar-se de *causos* pode até ser interessante como artifício pedagógico, ilustração e descontração das aulas; entretanto, torná-los o *leitmotiv* da aula é (quase) o mesmo que não ministrá-la. Nessa circunstância, o professor se transforma em mero leitor/recitador, artigo por artigo, das leis vigentes – é o professor-articulista: um fardo para o estudante!

Tenho certeza: os professores mais bem avaliados, na FDCI, são os que não se limitam àquela prática infame e enfadonha de transmissão do saber jurídico, resultando em aulas sem vida, necrosadas, ultrapassadas. Convenhamos: ler o aluno sabe! É preciso mostrar-lhe a essência dos códigos, o que não é aparente, ou seja, a sua contextualização, análise, interpretação. Como diria [o filósofo iluminista francês Barão de] Montesquieu: desvendar o “espírito da lei”, sua *alma*, isto é, a intenção do legislador.

Professores que não demonstram paixão pelo conhecimento transmitido ou compromisso com os educandos – e com a própria instituição na qual trabalham –, quais comportamentos positivos despertarão nos futuros bacharéis? Antes de tudo, o professor deve ser um entusiasta da arte de ensinar. Por sua vez, o nosso bacharelando deve – durante os cinco anos de vida acadêmica – exercer o ofício de **aprender a aprender** a ciência jurídica.

Lembremos o elemental: é o profissional formado na FDCI quem – no mercado de trabalho, comportando-se com eticidade, habilidade, civilidade e criatividade – dará boa (ou má) fama à instituição da qual saiu. Por isso, o *fio condutor* da pedagogia aplicada nas diversas disciplinas do nosso curso de Direito deve valorizar o ensino crítico, ético, cívico e responsável do seu objeto primordial de estudo: o aparato legal de nossa sociedade.

Tem sido assim nas principais universidades brasileiras. Façamos um levantamento das instituições que obtiveram notas máximas no último Exame Nacional de Cursos (*Provão*) e um breve estudo radiográfico confirmará a seguinte “tese”: existe uma relação intrínseca entre as notas conquistadas no *Provão* e o tipo de ensino ministrado em sala de aula. Parece óbvio – e é mesmo!²

Na FDCL, pode-se atingir uma GQT, Gestão de Qualidade Total – usando aqui um termo desta época globalizada. Condições para isso você tem proporcionado com o seu trabalho: formação de uma biblioteca moderna – informatizada e *plugada* com as instâncias judiciárias; concretização do antigo sonho de criação do Escritório Modelo, para – através dos estágios supervisionados – prestar assistência jurídica; reestruturação física do prédio e dependências (salas de aula, setor administrativo, salão nobre, tribunal de júri simulado etc.); aquisição de material didático de última geração (CD-ROM, vídeos etc.).

Em parte, resta fazer um acompanhamento mais sistemático do trabalho diário do corpo docente, a fim de estabelecer uma uniformidade de objetivos e de ações no processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, é imprescindível promover cursos de capacitação didática dos professores, colocando-os em contato com profissionais de outras instituições.

Além disso, faz-se necessário complementar a grade curricular mínima com outras atividades pedagógicas, a fim de ampliar e aprofundar os temas trabalhados durante os anos do curso. Intensificar,

² Criado em 1996, o Exame Nacional de Cursos (*Provão*) foi substituído (2004) pelo atual Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade); no *Provão*, os *formandos* de diversos cursos de graduação (Direito incluído) participavam de um exame de desempenho acadêmico cujo resultado era utilizado pelo Ministério da Educação (MEC) para ranquear as Instituições de Ensino Superior; as IES podiam ser fechadas, caso os formandos apresentassem uma série de médias ruins no *Provão*; resultou daí a preocupação dessas IES em aperfeiçoar o seu nível acadêmico e, por isso, os gestores passaram a se preocupar mais em qualificar o seu corpo docente e, para tanto, muitas – neste contexto – criaram o cargo de Coordenador Acadêmico ou Pedagógico – tal foi o caso da FDCL.

por exemplo, a realização de seminários, simpósios, mesas-redondas e outros encontros da mesma natureza.

Criar – quem sabe – um Centro de Estudos Jurídicos, para estimular a disputa intelectual entre os acadêmicos; nesse Centro de Estudos, por meio de debates e análises de obras jurídicas, códigos, filmes e outros documentos, incentivar o espírito de persuasão, investigação e argumentação disciplinadas – logo, despertar e desenvolver técnicas e procedimentos tão necessários à prática forense. Do discurso para a prática, é fundamental promover constantemente cursos de retórica e redação instrumental aplicada.

Um Coordenador Pedagógico – penso, particularmente – deve assumir o papel de *Ombudsman* da instituição: observar, propor e dispor medidas que contribuam para melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem, ouvindo frequentemente as partes envolvidas: professores e alunos. Deve, assim, sempre buscar novos métodos e novas estratégias, técnicas e abordagens de ensino, para atualizar e modernizar a FDCI na sua face didático-pedagógica. Nesse sentido, o Coordenador desobriga o Diretor de uma série de atividades rotineiras, para que o mesmo se preocupe com problemas mais estruturais e de caráter administrativo, que são inúmeros.

Expus aqui, sinteticamente, a minha visão sobre as atribuições de um Coordenador Pedagógico. Tracei tão-somente um esboço: é um projeto preliminar e – em sendo *projeto* – está sujeito a discussões, reavaliações, inserções etc. Na verdade, nada está cristalizado num projeto; pelo contrário: ele está sempre em construção – do contrário, seria limitador.

Num projeto, os objetivos e ações vão se renovando *ad infinitum*, de modo a evoluir; a cada dia, pode ser melhorado, aperfeiçoado. Aliás, este foi o objetivo geral – creio – ao se tomar a decisão de criar a Coordenação Pedagógica: adequar a FDCI aos novos tempos, qualificando-a para um novo momento de sua história, um novo ciclo. Uma coisa é certa: quem não avança, recua.

Agora, resta-me parabenizar a iniciativa da Faculdade de Direito e torcer para que tudo flua com muito sucesso, independente de quem seja o Coordenador.³

Abraço do

Prof. José P. Schayder

3 Não sei se *por causa* desta carta – ou *apesar* dela –, o diretor da FDCI convidou-se para assumir a função de Coordenador. Iniciei meus trabalhos por ali em fevereiro/março de 1998 e – dois anos depois, por meio de uma nova carta (implicável, por suas confidências e implicações) – pedi para sair. Desde então, e para uma melhor organização, a Coordenação Pedagógica foi complementada por uma Coordenação Acadêmica; esses cargos foram respectivamente ocupados pela pedagoga Maria da Glória Ambrósio e pelo advogado Cristiano Tessinari Modesto – as escolhas não poderiam ter sido melhores: fizeram um excelente trabalho! *Fizeram?! A guerreira Maria da Glória Ambrósio segue na luta... Ops! Por um lapso mental, quase ia me esquecendo de fazer um registro – pequeno, vá lá – de um “grande achado”, perdido lá no fundo da memória: no início do ano de 1999, por duas ou três semanas, ministrei aulas de Ciência Política para a primeira série do curso de Direito. Paralelamente, na função de Coordenador, convidei o *prof.* Geraldo Luiz Hemerly – recém-pós-graduado no Mestrado de... *Ciência Política* – para assumir a cátedra. Para a felicidade de todos (especialmente dos acadêmicos), ele aceitou e permaneceu na FDCI – *pilotando* com maestria a Ciência Política – até 2014, quando decidiu dar um tempo na carreira. Está aí um grande mestre, não (só) de título, mas – mais importante! – de vida. Dele, por sua postura diante do mundo, sou – já registrei isso em outro lugar – discípulo incondicional. Academicamente, foi meu professor – no curso de História, na Faculdade de Filosofia – de Introdução aos Estudos Históricos I e II, Sociologia da Educação III e IV, História da América I, II e III. Contudo, Geraldo se tornou para mim um “professor inesquecível” (mais) por aquilo que me ensinou fora da sala de aula, nas nossas conversas informais e principalmente nos exemplos dados (na práxis do dia a dia), porque – nas palavras do historiador e grande professor Jean Jaurés (1859-1914) – “não se ensina apenas aquilo que se sabe, mas também, e sobretudo, aquilo que se é”. Ao mestre Geraldo, com carinho, ofereço o meu abraço. Cf. o teorema de Jaurés *Apud* CAPELATO, Maria Helena (Org.). *História e Cinema*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 96.*

À GRÁFICA SANTO ANTÔNIO

TROCA DE PAPÉIS?

De: professorschayder@yahoo.com.br

Para: orcamentox@graficagsa.com.br

Data: 2 de agosto de 2011 às 9:21

Oi, Sr. X, Bom dia! ¹

O *professor* está de volta!

Profissionalmente, manipulo livros desde – pelo menos – os 17 anos, quando comecei a fazer o meu curso de História. Em 1987, tornei-me professor e historiador.² Em seguida, fiz o curso de Direito, na Faculdade de Direito de Cachoeiro, onde – depois de formado – fui Coordenador Pedagógico e, como tal, indicava livros para a biblioteca da instituição. Hoje, tenho (quase) 46 anos.³

Com toda sinceridade, digo-lhe: há um bom tempo, venho acompanhando o trabalho da GSA e admiro a qualidade gráfica de suas publicações.⁴ Em 2008 – ou 2009, não me recordo bem – pude

¹ — Aqui – e onde quer que, doravante, apareça a indicação "Sr. X" – consta (no original, por óbvio) o nome do meu interlocutor. Julguei desnecessária a exposição do funcionário da Gráfica Santo Antônio, empresa à qual a mensagem se dirige. Para todo efeito, estou dialogando com o Sr. X – ou Sra., não vem ao caso.

² — Supervalorizei-me aqui, pois – na verdade, profissionalmente – nunca fui “historiador”: meu curso de História foi *Licenciatura*, não *Bacharelado*. O que sou, portanto? No máximo, historiador “prático”, logo um... amador!

³ — Hoje, *quase* 55 – por sinal, uma combinação de dígitos bonita.

⁴ — Pura verdade! Causava-me espanto o impecável acabamento gráfico das obras impressas pela GSA. Nos anos anteriores a 2011, acompanhei a publicação de

conhecer o parque gráfico da GSA *por dentro*: foi no lançamento de uma obra de um arquiteto-urbanista capixaba, ocorrido aí nas dependências da GSA⁵. Na ocasião, [um funcionário] – com muita gentileza e desprendimento – levou-me para uma visita em toda a “linha de produção” da empresa. Depois disso, não tive dúvidas; pensei, comigo: “meu próximo livro vou imprimir na GSA” – o primeiro havia sido impresso pela Gráfica e Editora Companhia da Escola de Campinas, SP.⁶

obras (graficamente) monumentais publicadas sob a égide do governo do Estado do Espírito Santo e – um bom número delas – com a indicação da marca “GSA” como responsável pela “impressão e acabamento”. Para ilustrar, cito a magnífica edição histórica sobre a restauração do Palácio Anchieta, lançado em 2009: um primor! Este, porém, é apenas *um* exemplo, entre tantos outros possíveis. Em face daquelas obras, pensava (e sonhava) comigo: “um dia ainda imprimo – pela GSA – um livro assim, esteticamente belo, com direito a capa dura, miolo costurado e tudo mais...”. E aquele *impreciso* “um dia” chegou – depois de o calendário *ginar* várias vezes –, conforme irei contar daqui a pouquinho... Cf. MARTINUZZO, José Antonio. *Palácio Anchieta – Patrimônio Capixaba*. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2009.

5 O ano correto é 2009, pois esse é o ano que consta na “ficha catalográfica” do livro referido, de autoria do *geógrafo* (e não – como erroneamente escrevi – “arquiteto-urbanista”) Eduardo Rodrigues Gomes, atualmente professor do Ifes, campus Piúma. Cf. GOMES, Eduardo Rodrigues. *A geografia da verticalização litorânea de Vitória: o bairro Praia do Canto*. Vitória: GSA/PMV, 2009. Fui ao lançamento desse livro por interesse no tema, mas Eduardo R. Gomes era um desconhecido para mim... até que – anos depois, em 2014, fui surpreendido e – recebi (de presente!) um exemplar autografado da obra, enviado por ele pelas mãos de um amigo em comum: o camarada Flávio Palhano Fernandes, professor de Geografia do Ifes no campus Cachoeiro. Anos depois – em 2018, para ser exato –, tive a oportunidade de agradecer pessoalmente ao autor o gesto cordial, quando – numa visita minha ao campus Piúma – travamos uma conversa sobre livros, história do Espírito Santo, urbanização da Grande Vitória, “geografia do medo”, “enclaves fortificados”, produção de artigos científicos, produção de frutos do mar nos laboratórios do curso de Aquicultura e sei lá mais o *quê*. Sou grato ao *prof.* Eduardo Gomes pelo livro e pelo café com *prosa*.

6 Trata-se do meu livro didático *História do Espírito Santo, uma abordagem didática e atualizada – 1535-2002*. Campinas, SP: Companhia da Escola, 2002.

Desse modo, contrariando a sugestão do meu editor da *Cachoeiro Cult*⁷ – que, com razão, estava preocupado em facilitar todo o processo de impressão da obra *Como se tem escrito a história do Espírito Santo* – fiz o orçamento com vocês e achei que compensava imprimir meu livro na GSA, mesmo sabendo que deveria me deslocar até Vitória algumas vezes, para os acertos e ajustes de praxe.

Todo esse “sacrifício”, entenda bem Sr. X, em nome da *qualidade* do “produto final”, pois, em Cachoeiro – apesar de existir excelentes gráficas (com ótimos orçamentos) – a GSA, em minha opinião, ganha de todas elas (repito!) no quesito *qualidade*. No meu livro, aliás – na p. 63, no final da *nota* 34 –, falo da importância da qualidade de um livro para o sucesso dele. Se tiver oportunidade, leia lá: “O que determina o ‘lugar do escritor’, portanto, é o mercado... Há, então, de se ter qualidade (na *forma* e no conteúdo)...”. Hoje, no mercado, um livro deve ser mais que um simples livro. Deve se aproximar de um “objeto de desejo”, um “objeto arte”, ainda que seja um livro de proporções modestas, como é o meu (...).

Então, quando imaginei o livro *Como se tem escrito a história do Espírito Santo* pronto, tive a preocupação de pensar em todos os detalhes. Quanto ao conteúdo – modéstia às favas – eu me garanto;⁸ já quanto à *forma*, à estética, precisava contar com o trabalho de terceiros: do diagramador, do capista e dos gráficos. Entra aí também,

7 O “meu editor” é, neste caso, José Marcelo Grillo, editor-chefe da Editora Cachoeiro Cult, chancela pela qual – mediante pagamento dos serviços de diagramação, revisão e registro do ISBN da obra na Biblioteca Nacional – publiquei o *Como se tem escrito a história do Espírito Santo*. No processo de criação desse livro, contratei o projeto da capa ao artista plástico Diego Scarparo, a quem – mais uma vez – agradeço. Foi desse jovem artista a ideia/proposta de incluir – na arte final do projeto – aquela foto com o meu rosto, estampada na última capa da obra. Resisti *bravamente* à ideia, mas – diante da *defesa* de Diego Scarparo sobre a simbologia da imagem (“Veja só! Você está *dando* a cara a *tapa*!”) –, como poderia, leitor, não me render a um “argumento” tão *sutil* desses, ainda mais partindo de um ex-aluno? Acabei aprovando o projeto – e lá está a foto com a minha cara, para todo mundo ver e... estapear. Valeu, Sr. Scarparo! Como você mesmo costuma dizer... “– Sigamos heroicos!”.

8 Fui meio (meio?!), pretencioso aqui, não é verdade, leitor? Vanglória pura!

lógico, a escolha do papel – isto é, do suporte onde o texto iria ser impresso. Chegamos aqui, Sr. X, ao *ponto central* deste longo *e-mail*.

Você acompanhou diretamente como foi difícil – para mim – escolher o papel. E por quê? Porque eu precisava saber qual papel seria mais adequado; qual se *encaixaria* melhor com a proposta do livro; qual, esteticamente, combinaria mais com a tonalidade das cores da capa; qual, afinal – e o mais importante – tornaria a leitura (dos meus supostos leitores) mais confortável. Depois da (difícil) decisão, convenci-me – com a ajuda de seus próprios argumentos, aliás – de que a escolha do papel Pólen Bold 90 g da Suzano Celulose daria ao meu livro um aspecto mais “sofisticado”; e era *isto* mesmo o que eu buscava: sofisticação!⁹

Daquela linha de papeis, o Pólen Bold 90 g era – salvo engano – o mais caro do mercado, mas... era o preço a se pagar por qualidade e sofisticação... Meus (supostos) leitores teriam um livro de “primeira linha” e fariam uma leitura mais suave, mais agradável... e isso me satisfazia. Então, para dar agilidade ao processo de impressão, até paguei o papel com antecedência (24 Jun.); quase um mês depois (18 Jul.) – após inúmeros contratempos agravados pela distância Cachoeiro x Vitória, como previu o meu editor –, assinei enfim a “boneca” do livro, a pré-impressão da capa e a Autorização de Impressão.¹⁰ A obra, pronta,

9 Pela primeira vez, estava publicando um livro com esforços (e recursos) próprios. Por que desejar algo “sofisticado”? Para agradar ao meu leitor, por certo, porém – (como poderei negar?) –, havia uma *pitada* de vaidade ali também.... *Tudo é vaidade!*, não é o que diz o *Eclesiastes*? Não sou religioso, no entanto, como estudioso da História, sou um leitor da Bíblia e – *neste* ponto – ela está certa.

10 Nesse exato instante, leitor, passou diante dos seus olhos um termo cujo significado faço questão de explicar: a “boneca” é uma versão simples do livro; ela é confeccionada artesanalmente na gráfica, a fim de demonstrar para o autor *como* as partes da obra – capas, lombada, miolo, paginação etc. – ficarão depois de impressas; é um protótipo, onde se detecta e corrige erros, fazendo os últimos ajustes para a impressão definitiva. No processo gráfico, o autor – depois de corrigida as imperfeições – dá sua “anuência” final: literalmente *assina* a “boneca”, a pré-impressão da capa e um documento, a Autorização da Impressão. A partir daí, entram em cena os trabalhadores gráficos e... as máquinas. No meu caso, depois de os 500 exemplares de *Como se tem escrito*... saírem da linha de

foi-me entregue em 29 jul. p.p.; a pontualidade da GSA – no cumprimento do prazo de entrega – foi exemplar.

Pois bem. *Posso estar enganado*, porém, acho que houve um equívoco...

Quando – aí em Vitória, na gráfica – pus o livro impresso em minhas mãos pela primeira vez a percepção que tive era a de que o papel não era o tal Pólen Bold 90g, conforme o catálogo que você havia me mostrado mais de duas vezes. Alguma coisa me pareceu “fora do lugar” e eu, conforme afirmei acima, lido com livros há décadas: sou um leitor voraz e conheço livros pelo texto, pelo tato, pelo cheiro etc.¹¹

produção, recebi (de presente, da GSA) a “boneca” do livro. Julgo importante guardá-la em meu acervo pessoal: ela “conta” uma parte de minha história.

- 11 Falando assim, pode ficar parecendo que eu sou um “rato de bibliotecas”... e sou! Admito: sou um bibliófilo, tenho paixão por livros! Não à toa, um de meus filmes favoritos é *O Nome da Rosa*, baseado no livro homônimo do italiano Umberto Eco. É um livro (e, por tabela, um filme) sobre livros: a história (ficcional, detetivesca) transcorre no Norte da Itália, em 1327, no interior de um mosteiro beneditino, com destaque ali – e na trama – para o protagonismo de sua rica e legendária... biblioteca. Para mim, falar de *O Nome da Rosa* é – inevitavelmente – recuar aos velhos (e bons?) tempos dos videocassetes, precursores dos “atuais” aparelhos de DVD, *Blu-Ray*, *Blu-Ray* 3D... É um recuo temporal inevitável, pois o primeiro filme que eu assisti num videocassete foi... *O Nome da Rosa*. Poder assistir ao filme (em qualquer horário!) na TV de casa, dando *Play*, ou *Stop/Pause*, ou avançando (ou retrocedendo, ou repetindo) a sequência das imagens – ou vendo-a em *slow motion* –, foi alguma coisa... indescritível, ainda mais fazendo tudo isso com uma obra cinematográfica cujo pano de fundo é a... história. O leitor (especialmente o “nativo digital”) não pode sequer imaginar as sensações que senti no *exato instante* daquele “salto tecnológico”. Só para comparar: o leitor já viu aquela antológica cena de êxtase – em *2001: uma odisseia no espaço* (1968), de Stanley Kubrick – quando o homem-macaco *descobre* que um osso (um simples fêmur) podia ser usado como arma? Na cena, o primata *enlouquece!* Guardadas as monumentais diferenças e desproporções, para mim foi mais ou menos aquilo ali – uma euforia só! –, quando *descobri* as maravilhas do videocassete. Aquela retumbante “experiência tecnológica” só foi possível porque o meu irmão mais velho, Gilmar, adquiriu um aparelho – caríssimo!! – no formato *Betamax*, antecessor dos videocassetes “de duas cabeças” para uso com fitas de vídeo gravadas em VHS. Falando sobre isso agora, *de repente* lem-

Impresso, o meu livro – em vez do idealizado aspecto de “sofisticação” – ficou esteticamente “rústico”. Onde estava, afinal de contas, o amarelinho suave do Pólen Bold 90g que faria combinar o miolo do livro com as tonalidades da capa? Senti – e vi –, em minhas mãos, um papel mais áspero, meio cor de “areia” (*acizentado*, sei lá!) que, a meu ver, fez perder um pouco a clareza, a resolução e a *vida* das fontes impressas.

No dia em que retirei os exemplares da gráfica, cheguei até a falar pessoalmente com você sobre essa minha “primeira impressão” do livro. Lembra?! Naquele mesmo dia, chegando a Cachoeiro, confrontei o papel do meu livro com o de (muitos) outros livros de minha biblioteca – e a textura e a tonalidade “não batiam” com o tal Pólen Bold 90g, que encontrei por aqui, em outros títulos.¹²

Estou equivocado, Sr. X? Tudo isso é puro *preciosismo* de minha parte? O papel do meu livro – você confirma – é o Pólen Bold 90 g da Suzano Celulose, conforme vi – no catálogo mostrado – e pelo qual paguei? No processo de produção, não houve nenhum engano, uma

brei-me de um *esquecimento*: nunca agradei àquele meu irmão pela *experiência* proporcionada por seu revolucionário *Betamax*. Portanto... que ele saiba o quão importante foi (para mim) a aquisição daquele aparelho, tendo valido a pena o sacrifício (dele!) e cada centavo (dele!) investido no *vultoso* empreendimento. Nada foi em vão, Gilmar! *Nada*. Grato! Cf. O NOME DA ROSA. Jean-Jacques Annaud (dir.). França: Flash Star Home Vídeo, 1986, 1 DVD (130 min.), col. & ECO, Umberto. *O Nome da rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

¹² Na prática, essa “checagem” – tipo de papel e gramatura – é possível porque o colofão – isto é, a última página impressa de um livro – muito frequentemente traz (exatamente) as informações técnicas sobre a obra, especificando: data e local da impressão, nome da gráfica, tipografias (fontes) utilizadas, o tipo de papel usado na impressão e seu respectivo peso, expresso em gramas. Diante das especificações – Pólen Bold 90 g – do meu livro *Como se tem escrito...*, fiz a “acareação” com outras obras e... as características não *batiam* nos quesitos tonalidade e textura do papel. Em vez do suave (e reconhecido) amarelinho do Pólen Bold, proporcionando leitura confortável, leveza e requinte ao livro, o aspecto da obra me pareceu “cinza” e rústico, com sensação tátil áspera: essa composição não me agradava. Perfeccionismo exagerado, leitor? É..., pode ser, contudo... apenas externei à GSA o que senti e percebi ao ter o *Como se tem escrito a história do Espírito Santo* em minhas mãos: não usei de nenhum artifício leviano com propósitos escusos.

possível “troca de papeis”? (...) Será que estou vendo “fantasmas ao meio dia”? Penso que – na condição de cliente (e, antes de tudo, admirador do trabalho da GSA) – tenho direito de uma resposta direta, clara, para que as minhas dúvidas sejam dissipadas. Tudo em nome da transparência!

Obrigado por tudo e desculpe-me por “tomar o seu tempo” com um texto tão longo. Senti necessidade de compartilhar e explicar, em detalhes, as minhas dúvidas e, também, as minhas razões. Sugiro que elas sejam levadas, *se necessário*, a outros funcionários da GSA.¹³

Abraço do *Prof.* Schayder.

13 Que fim teve essa história? De fato, o Sr. X (ou Sra., repito) encaminhou o caso para o Diretor Executivo da GSA, Sr. Jamal Jamil Elkadri. Trocamos alguns *e-mails*, falamos por telefone, tivemos dois ou três encontros na GSA, expus meus argumentos, ouvi os contra-argumentos dele, mostrei obras impressas no Pólen Bold 90 g. e – insisti em defender – a não equivalência com o papel usado no *Como se tem escrito...* Paralelo àquelas discussões, lancei o livro em Cachoeiro de Itapemirim (veja p. 118, n.2) no dia 17 de agosto de 2011. No início de setembro, Sr. J. J. Elkadri – não sei se (de fato) convencido de ter havido a troca de papeis ou se (apenas) para satisfazer à minha vontade – tomou a decisão de reimprimir a obra. De volta à linha de montagem – e, antes, a GSA (cortesmente) deu-me a oportunidade de corrigir pequenos erros remanescentes de ortografia e digitação –, o novo lote de 500 exemplares me foi entregue poucos dias depois. Dos 500, restam (em 2020) cerca de 40 e – vez ou outra – alguém ainda procura um exemplar de *Como se tem escrito...*, porém – de lá pra cá, no meio do caminho – publiquei *Passado a limpo: o Estado capixaba e o seu mito fundador*. Para a edição desse novo livro, não medi esforços (nem recursos): contratei os serviços do artista plástico Wilson Ferreira, criador daquela emblemática capa na qual vemos a bandeira do Estado do Espírito Santo sendo lavada/retorcida. A arte gráfica (incluindo a diagramação) contou com o talento, a parcimônia (e a dedicação incondicional) do *designer* Luan Ola. Acompanhando – passo a passo – o trabalho desses dois profissionais, o projeto do livro me empolgava cada dia mais e passei a alimentar altas expectativas com o resultado. Então, pensei: chegou a hora de materializar aquele sonho que eu disse (a mim mesmo) que “um dia” realizaria: publicar um livro de capa dura e miolo costurado. Ao *Passado a limpo*, busquei dar beleza – garantida pela caprichosa arte da dupla Wilson & Luan –, funcionalidade ao manuseio e conforto à leitura: daí a costu-

ra – que, no ato de ler e virar as páginas, propicia flexibilidade ao livro –, daí a escolha das dimensões da obra (13 x 21 cm) – em formato de *tablet*, oferecendo portabilidade –, daí o espaçamento maior entre as linhas e os parágrafos – para arejar o texto –, daí a escolha de um papel que reflete menos a luz, logo agride menos as vistas do leitor. Se o Brasil – conforme constatou o ensaísta Gilberto Freyre – “é o país do livro feio. Do livro malfeito. Do livro incaracterístico”, eu dizia para mim mesmo: o autor de *Casa-Grande & Senzala* está certo, porém... isso não é (não pode ser!) um destino. Por isso, persegui – com o *Passado a limpo...* – a publicação de um livro belo, bem-acabado e... original. Isso, leitor, foi o que eu *persegui*, agora... se atingi os meus propósitos, aí é outra história – e *essa* história só pode ser contada por quem manuseou e leu a obra... E quem, pelo menos, “manuseou” um exemplar de *Passado a limpo...*, talvez tenha se deparado – lá no final, no colofão – com esta informação técnica: “este livro foi impresso – em fevereiro de 2017, pela Gráfica Santo Antônio (GSA), em Vitória – sobre papel PÓLEN SOFT 80 g”. Percebeu?! Da GSA eu não abro mão, conforme – aliás – o leitor pode verificar no exemplar do livro-memorial que (por ora, pelo menos, bem sei) traz consigo, seguro entre as mãos... Sim, é isso mesmo que estou lhe sugerindo, meu bom leitor: confira lá, no colofão, a marca “GSA”. Cf. frase de Gilberto Freyre *Apud* PERROTTA, Isabella. *Victor Burton*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2006, p. 17.

Ao PROFESSOR DAVID

Cachoeiro – 14.V.2012.¹

Ei, *prof.* David [Alberto Lóss]. Bom dia!

Estou ciente: a Academia Cachoeirense de Letras aguarda uma resposta, que deveria ter sido dada até sábado passado; só ontem, porém, consegui encarar o dilema que você e a *prof.^a* Ariette [Moulin] me apresentaram; aliás, não é a primeira vez que você me coloca diante desta encruzilhada.

Pensei bastante sobre o convite para – com a indicação de vocês – candidatar-me a uma cadeira na Academia e, vendo a questão de todas as perspectivas, resolvi aguardar outra oportunidade. Vamos deixar para daqui a um tempo, quando – quem sabe – houver uma nova inscrição.

Neste momento, se aceitasse o chamado de vocês, a Academia não receberia um “imortal”, mas, sim, um “peso morto”. Penso cá com os meus botões: atualmente, qual contribuição efetiva posso oferecer àquela instituição? Digo-lhe, eu mesmo: nenhuma! Meus afazeres profissionais – e, especialmente, os familiares – têm tomado quase todo o meu tempo; o que me sobra, reservo para concluir minha narrativa sobre a história do Espírito Santo – esse livro precisa ficar pronto!² De mais a mais, não sei se já percebeu: sou bem avesso

1 Esta data foi uma segunda-feira. Nesta carta, abstenho-me de candidatar-me a uma cadeira da ACL, Academia Cachoeirense de Letras.

2 Na verdade, essa narrativa nunca ficou pronta; era para ser uma revisão e ampliação do meu livro *História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada* (Campinas – SP: Companhia da Escola, 2002). À época, recebi uma proposta de uma editora de Belo Horizonte, para reescrever o livro – depois, porém, a editora desistiu do mercado capixaba. De qualquer modo, também me cansei do trabalho de revisão e ele ficou (e continua) inacabado, encaixotado. Depois disso, direcionei meus esforços para o *affair* Maria Ortiz e... o mito fundador do Espírito Santo,

às formalidades sociais e participo basicamente dos eventos que – *ex-officio* – não posso escapar.

A meu ver, então, não faz sentido *estar* e – ao mesmo tempo – *não estar* na Academia; por que fazer constar meu nome, na lista de seus membros, se lá, física e *espiritualmente*, não estarei? Isto, que direi agora, você – meu parceiro de jornada há décadas –, sabe melhor do que ninguém: quando, por convicção, abraço uma causa, abraço de verdade; entrego-me a ela “de corpo e alma”! Então, no caso da proposta de minha candidatura à Academia, prefiro abster-me; pelo menos, por enquanto...

De qualquer forma, agradeço a você e à *prof.^a* Ariette pelo convite, feito de forma tão gentil e carregado de sinceras intenções. Caso aceitasse a proposta, saibam disso, seria tão-somente para compartilhar com vocês outro ambiente onde pudéssemos continuar nossas conversas, já tão costumeiras aqui, no espaço escolar do “Guimarães Rosa”.³

resultando no *Passado a limpo* (2017). Quanto a Maria Ortiz, a hora dela vai chegar...

- 3 A Escola “Guimarães Rosa”, onde trabalhei por 23 anos, foi – de fato – uma *escola* para mim. Ali, costumo dizer, aprendi a *ser professor* ouvindo as sugestões das pedagogas, inspirando-me na sensibilidade da *prof.^a* Ariette e nos conselhos do Diretor, *prof.* David. Com a passagem dos anos, o *prof.* David – que havia sido meu professor de História Moderna, na Faculdade de História, e de Direito Constitucional I (na FDCI) – tornou-se o meu mestre, ensinando-me – com suas palavras, *bilhetes* e, sobretudo, com o seu exemplo – a bela arte de ensinar-educar. Com o tempo, a nossa convivência e as *prosas* transcenderam as questões escolares, indo parar nos campos da historiografia, da política, da religião, do direito e em tantos outros mais... Como aprendiz nessa Escola que optou por não crescer à escala empresarial – e resiste, mantendo o seu *fazer-se* pedagógico à moda artesanal – digo nostalgicamente: a maior lição aprendida ali, com o meu mestre-artesão, pode ser resumida com uma frase do filósofo Albert Schweitzer (1875-1965), laureado com o prêmio Nobel da Paz em 1952: “o exemplo não é a melhor forma de educar, é a única”.

Abraço do

Prof. José Pontes Schayder.

P.S.: por que escrever minha resposta? É simples: para mim, é muito difícil negar-lhe um pedido; tête-à-tête, então, fica impossível!⁴

⁴ Essa carta – disse-me depois o *prof.* David – foi lida pelo presidente da Academia Cachoeirense de Letras, Solimar Soares da Silva, na reunião ordinária daquela semana. Retroativamente, agradeço aos membros da ACL por compreenderem minhas razões.

ESTOU AQUI, SAPAVINI!¹

VENHA!

De: schayder.jp@gmail.com

Para: sapavinic@gmail.com

Data: 07 de julho de 2013 às 09:57

Suplico perdão aos deuses, pois, mais uma vez, caí em tentação.

Parece ter virado rotina: nos últimos tempos, só escrevo quando sou provocado. Agora, aconteceu de novo. Estava quieto, no meu exílio doméstico, quando recebi a notícia de que alguém estava à minha procura, instigando-me a debater temas referentes ao meu último livro, *Como se tem escrito a história do Espírito Santo*.

O provocador, desta vez, é um grande amigo de adolescência – o Carlos Sapavini – muito estimado por mim e, certamente, por seus leitores da revista SE7EDIAS. Dr. Sapavini teceu uma série de comentários elogiosos ao meu texto – o que agradeço –, mas também levantou algumas dúvidas sobre o ideário socialista de Karl Marx, pilar expressivo de minhas narrativas historiográficas. Meu interlocutor – no final de seu artigo – convidou-me a dar-lhe respostas.

1 Esta carta foi uma resposta ao Dr. Carlos Sapavini, que, duas semanas antes – em sua coluna semanal na revista *Sete Dias* – publicou uma crônica intitulada *Procura-se José Pontes Schayder*. Ali, fez-me o convite (melhor, deu-me uma *intimação pública*) para que eu pudesse – nas palavras dele, escritas em tom claramente provocativo – “ensinar mais sobre esse sistema econômico [o socialismo]”. Diante da *intimação*, vim a público dar as explicações por esta carta, publicada por ele sob o título (provocativo) *José P. Schayder x Carlos Sapavini: a batalha final*. Cf. *Procura-se JPS* in: *Sete Dias*. Cachoeiro, ES: 25 Maio 2013, p. 36.; *JPS x CS...* in: *Sete Dias*. Cachoeiro: 13 Jul. 2013, p. 14.

De antemão, devo dizer: em sua fortuna crítica, o livro *Como se tem escrito...* já foi classificado de diversas formas. Houve quem o tenha chamado de “um desabafo”², “um acerto de contas”³ e – até – “um arrote”⁴. Houve quem tenha notado, naquele ensaio, “um forte idealismo”⁵ – o que, para mim, soou como um elogio. Da mesma forma, encarei como positivo quando escreveram “aqui ou ali, ele [eu!] se excedeu na crítica”.⁶ Por fim, meu livro foi anunciado como

2 *Prof.^a Jacqueline Ramalho Nogueira Santos*, em 2011, na abertura da Semana de História do Centro Universitário São Camilo (Cachoeiro), quando participei do lançamento do livro *Vestígios da história Sul capixaba*. A *prof.^a Jacqueline* – a quem agradeço pela opinião certa e pela atenção sempre demonstrada – é coordenadora do curso de História da *São Camilo*. Ref.: MARIN, Andréia et al. *Vestígios da história Sul capixaba em 11 narrativas*. Vitória: Flor&Cultura, 2011 – participei desse projeto a convite do jovem *prof.* Jeferson Mendes Saldanha, a quem (mais uma vez) agradeço. Das “11 narrativas” do livro, uma foi de minha autoria: *Iconha, encruzilhada para tramar as pequenas e grandes histórias*.

3 *Prof. Adílson da Silva Santos*, de viva voz, só não me recordo onde. A esse nobre colega da História e do Instituto – Ifes –, agradeço e, quanto à opinião dele sobre o meu livro, dizer o quê?! Na mosca!

4 *Prof. Diogo Pereira Lube*, num encontro casual, no centro da cidade de Cachoeiro. Sou muito grato a esse meu (que honra!) ex-aluno e, hoje – digo isso com muito (muito!) orgulho –, um professor de História de alto calibre, admirado por uma legião de estudantes.

5 DAMIÃO, Sérgio. Dois livros e três relatos. *Espírito Santo de Fato*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: 30 Ago. 2011. Pelo pronto-atendimento com o qual *Dr. Sérgio Damião* socorreu-me quando – na urgência da hora – precisei localizar as referências dessa crônica, agradeço-lhe. Com ele – e promovido pelo Centro de Estudos da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro, que ele criou –, tive a oportunidade de compor mesas-redondas e painéis (ao lado de médicos, filósofos, literatos e afins) para debater os mais variados temas, dentre os quais destaco a morte, a memória e a loucura. Sempre muito humano, *Dr. Sérgio Damião* – numa de suas crônicas, no *ES de Fato* – fez-me elogios rasgados, quando da publicação, em *A Gazeta*, do meu artigo sobre os *450 anos do Convento da Penha* (veja p. 275). Devolvo agora – na mesma moeda – a *Dr. Sérgio Damião* o mais lisonjeiro daqueles elogios: “uma *inteligência* cachoeirense”. Seria uma tolice não aproveitar esta oportunidade para dizer isso. Pronto: mais do que dito, está escrito!

6 MANSUR, Higner. Três livros e um vexame. *Sete Dias*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: 20 Ago. 2011, *Conexão Mansur*, p. 3. O próprio H. Mansur – faço questão de dizer – viu com bons olhos a dosagem das críticas constatadas no meu

“um manifesto”⁷. Esse último rótulo é o que mais me agrada, pois, guardadas as monumentais desproporções, equipara minha escrita ao gênero literário [narrativo] do mestre Karl Marx, que – em 1848 –, em parceria com o também alemão Friedrich Engels, publicou (e fez história) com o *Manifesto do Partido Comunista*.

Foi K. Marx quem declarou, em 1882, às vésperas de sua morte: “o que sei é que não sou marxista”.⁸ Marx, portanto, havia se decepcionado com o destino dado às suas ideias por seus supostos discípulos – e isso já sinalizava a deturpação da aplicação das teorias marxianas nos séculos seguintes. Aliás, é comum vermos os ensinamentos de grandes mestres serem mal utilizados por oportunistas de toda sorte. Veja, aí, para comparar – meu caro *prof.* Sapavini – a profanação bimilenar da mensagem de Jesus Cristo. Acertou em cheio o filósofo Friedrich Nietzsche quando sentenciou: “o único cristão foi aquele que morreu na cruz!”.⁹

livro; ele diz: “Escrita com muitas verdades, até acho que, aqui ou ali, ele terá se excedido na crítica. Isso, ao contrário do que possa parecer, só engrandece o livro, já que a cultura do puxa-saquismo e da ‘história oficial’ é muito forte no Espírito Santo. Necessário um contraponto. E, além do mais, quem sou eu para criticar os críticos; prefiro aprová-los até quando (ou especialmente) quando eles se excedem na crítica, para contrabalançar o lugar comum tradicional”.

7 *Prof.* Rafael Magalhães Costa, de viva voz – e olho no olho –, logo após conhecer o livro. A esse jovial professor de História, interlocutor de muitas prosas e angústias políticas – regadas com muitas xícaras de café –, agradeço imensamente e – para não perder a viagem – anuncio ao grande público: o *prof.* Rafael já é um dos revisores do meu (tão prometido) livro *Adeus, Maria Ortiz!* O bom amigo nunca foge à luta: diz sempre “presente” ao bom combate!

8 Pelos propósitos desta carta, na época não referenciei a declaração de K. Marx. Agora, não consegui localizá-la nas minhas anotações e, então, neste momento, quero contar com a confiança e indulgência do leitor. De uma coisa estou certo: a frase não é minha, é de Marx – portanto, “dai a Marx o que é de Marx”. Está dado!

9 Sobre “o crucificado” a ideia completa é... “a palavra ‘cristianismo’ é um mal entendido – no fundo, houve apenas um cristão, e ele morreu na cruz”. Aqui, temos Nietzsche filosofando às marteladas, via aforismos – isto é, sentenças curtas, intensas, para causar impacto e... fazer pensar. Não foi ele quem disse “eu não sou homem, eu sou dinamite”? Então, é isto: TNT pura! Não à toa, Lorenzo Miniguite Scaramussa – um ex-estudante do Ifes (2016-19), hoje

No século XX, dogmatizaram parte da teoria marxista com propósitos meramente políticos, a fim de atender a projetos de poder. Assim foi na Rússia, no Leste Europeu, na China, na Coreia, no Vietnã, em Cuba, em Angola, Moçambique e pelo mundo afora. Os líderes das revoluções – autoproclamadas *socialistas* – esqueceram-se (?) de que, no essencial, K. Marx defendia uma práxis histórica dinâmica, viva, dialética, ou – para usar um termo de Antonio Gramsci, um marxista autêntico – “orgânica”. Era preciso – dizia Marx – “pensar agindo, e agir pensando”.¹⁰

O que fizeram, porém – em nome de Karl Marx – os revolucionários Stálin, Mao, Fidel & Cia.? Aprisionaram as ideias marxistas em uma “camisa de força”, anulando sua vitalidade. Pior: visando atender às razões de Estado, à *Realpolitik*, incorporaram – do capitalismo – a ideologia do *Progresso* e, a reboque, a crença no desenvolvimento econômico infinito e no trabalho como objetivo central da vida humana.¹¹ Por isso, deu no que deu, isto é, no tal do “socialismo real” – a expressão reúne, num só pacote, inúmeras ditaduras sanguinárias. Aqueles líderes, usando (e abusando) de interpretações distorcidas ou falsificadas, deram munição aos opositores de K. Marx.

A discussão em torno de Marx e do marxismo, no entanto, é longa e complexa. Não dá para ser feita através de um texto desta natureza,

universitário na Ufes – sentenciou à *la* Nietzsche: “Hoje em dia, sem dúvida, Nietzsche se daria muito bem no *Twitter*”. Sagaz e... epigramático! Cf. “a palavra ‘cristianismo’...” in: NIETZSCHE, Friedrich. *O anticristo: maldição contra o cristianismo*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012, p. 71; Cf. “eu não sou homem...” in: NIETZSCHE, F. *Ecce Homo: de como a gente se torna o que a gente é*. São Paulo: Brasil Editora, 1959, p. 191.

10 Idem à n. 8 *supra*, ou seja, não encontrei a referência. A despeito disso – e animado por uma vaga noção de onde pudesse encontrar a frase citada –, andei repassando minhas anotações escritas às margens das páginas de alguns livros – *taí* um hábito que não abro mão –, porém... o árduo trabalho de rastreamento foi em vão! Fiquei devendo...

11 Um chiste, contado pelo *prof.* Marshall Berman – escritor, filósofo e cientista político estadunidense (1940-2013) – ilustra bem as similaridades entre os dois sistemas: “O capitalismo é a exploração do homem pelo homem. *O comunismo é o oposto*” – *Apud* BERMAN, Marshall. *Aventuras do marxismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 19 (*grifos* do autor).

limitado em vários sentidos.¹² De qualquer modo, digo, reafirmo e proclamo: Marx é eterno! Enquanto as injustiças do capitalismo subsistirem, Karl Marx é essencial. E há muitos pensadores – vivos ou já falecidos – que, em suas reflexões, recolocam o ideário marxiano nos eixos. Cito alguns, como sugestões de leitura: Theodor Adorno, Hannah Arendt, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, István Mészáros, Slavoj Žižek e os brasileiros Michael Löwy e Leandro Konder. Eu, na verdade, sou tão somente um *aprendiz de feiticeiro* e, o meu livrinho, é apenas uma ínfima contribuição para (tentar) reintroduzir K. Marx no debate historiográfico do Espírito Santo.

Pois, bem. Você, meu bom Sapavini, estava à minha procura com o propósito de discutir o meu livro. Então, acaso deseje continuar esta *prosa*, retribuo o seu convite fazendo outro. Convido-o a – em qualquer dia da semana, à sua livre escolha – atravessar a rodovia ES-482, na altura de Morro Grande. Esse simples gesto o fará encontrar-me pessoalmente.

Não entendeu? É simples...

Saindo da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim – FDCI –, onde trabalha, siga em frente e entre pelo portal do Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes –, onde leciono. Pois, é: simples assim... e mais perto do que você imaginava.

Estou aqui, Sapavini – e aguardo a sua visita.

P.S.: imploro aos deuses o perdão também para ti, meu amigo, por ter disparado este debate.¹³

12 Leu aí! Texto “limitado em vários sentidos” – e olha que, aqui, agora, o meu (real ou imaginário) leitor está tendo acesso à íntegra da carta-resposta enviada a Sapavini. A versão que saiu publicada na *Sete Dias* foi – conforme Sapavini esclareceu aos seus leitores – uma “síntese bastante mutilada” do meu texto. A mim, antes da publicação, ele avisou por *e-mail*, meio constrangido: “cortes profundos” foram realizados na carta”. Compreende-se, lógico.

13 Diante do meu convite, Carlos Sapavini – espirituoso como sempre – informou aos seus leitores: “Tô liquidado! Ele marcou o debate para o octógono do Ifes. Ah, meu Deus! Pra que fui mexer com quem estava quieto?! Vou. Mas vou com

tudo! Levarei Proudhon, Serguei Netchaiev, Adam Smith, Benjamin Franklin, Rosa Luxemburgo, Leandro Konder entre outros. Vou chegar igual Anderson Silva... num quero nem saber! Orem por mim; amém!”. O duelo, lógico... nunca aconteceu! Tudo não passou de uma brincadeira, típica de Carlos Sapavini. Quem o conhece – e eu o conheço desde a adolescência, quando trabalhávamos juntos atendendo no balcão de um bar-mercearia – sabe que ele é assim: intenso, brincalhão, de bem com a vida, contador de *causos*. *Causos*, aliás, imortalizados na *Coluna* semanal assinada por ele há anos na *Sete Dias*. Justiça seja feita, verdade seja dita: seus leitores são muitos e têm perfis muito variados. Assim que o *Procura-se JPS* foi publicado, diversas pessoas me alertaram: “Carlos Sapavini está à sua procura” – depois, pelas mãos de uma ex-aluna, Patrícia Vieira Noé Sueth, um exemplar da revista chegou até as minhas mãos e... decidi entrar na brincadeira. Quer saber? Foi divertido e, como se sabe, “a brincadeira só é boa quando todo mundo se diverte”... Por essa e por outras, sou eternamente grato ao velho amigo Sapavini, meu irmão camarada.

Ao DIRETÓRIO DO PT¹

Exmo. Sr. Samir Hatum de Almeida, presidente do Diretório do Partido dos Trabalhadores em Cachoeiro de Itapemirim.

Há tempos não me identifico mais com a postura e as práticas político-partidárias do Partido dos Trabalhadores.²

-
- 1 Em 1990, filiei-me ao Partido dos Trabalhadores (PT) – seção Cachoeiro de Itapemirim – como o seu 692º membro; 27 anos depois, por esta carta-requerimento solicitei a retirada do meu nome das fileiras do partido.
- 2 Já nas eleições gerais de 2014, não votei em nenhum candidato do PT. Para a presidência da República, no primeiro turno, votei na professora Luciana Genro (Partido Socialismo e Liberdade, PSOL) e, no segundo – cuja disputa polarizou entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira) –, não fui às urnas, pois estava hospitalizado, na UTI. Caso não estivesse “no estaleiro”, não votaria em nenhum dos dois, embora estivesse convencido de que já era hora de o PT sair do poder. Nas eleições de 2018, quando mais uma vez a eleição presidencial foi para o segundo turno (agora radicalizada entre o PT e o nanico PSL, Partido Social Liberal) fui à sessão eleitoral para, apenas – pela primeira vez, numa eleição presidencial – votar em branco. Sim, leitor, “lavei as minhas mãos”: não é algo do qual eu me orgulhe, mas também – infelizmente – não tenho arrependimento. Paradoxal?! Também acho, no entanto... pensei: “pelo o que representam para a história recente do país, nem Fernando Haddad e nem (menos ainda) Jair Bolsonaro estão à altura de meu *voto* de confiança – falta-lhes dignidade”. De parte a parte, a campanha eleitoral foi realizada em cima de mentiras deslavadas – um *show* de horrores sob densas *cortinas de fumaça*. Foi inevitável lembrar-me da frase atribuída a Otto von Bismarck (1815-98), o chanceler alemão: “Nunca se mente tanto como antes das eleições, durante uma guerra e depois de uma pescaria”. No meu entendimento, a eleição-2018 apresentou-se *menos* como uma disputa política-ideológica e *mais* como um dilema moral e eu – olhando a *coisa* toda por todos os ângulos e antevendo os desdobramentos pós-eleições – não soube decidir qual era o mal (moralmente) menor, então escolhi *não escolher*. Depois de muito examinar a política brasileira, cheguei a um diagnóstico: doente, ela chegou a tal nível de degradação/baixaria que fez do Brasil um país de esquizofrênicos. O remédio? A política, porém... a boa política, não *essa* que nos trouxe até aqui – *essa* deve ser uma página virada de nossa (triste) história. Com esta carta, decidi começar a virar essa página de *minha* história.

Há tempos não venho me comportando como um partidário **fiel** aos candidatos do PT e **leal** aos demais filiados – *enfim*, não me reconheço mais como um *companheiro*.³

Há tempos esperava – e cobrava – a iniciativa de **autocrítica** das lideranças nacionais, estaduais e/ou municipais sobre o mau comportamento de um bom número de petistas na gestão da *coisa pública* – na condução da *República*, melhor dizendo.

Há tempos esperava – e cobrava – um movimento de retorno ao PT *primitivo*, quando acreditávamos que “ganhar eleições” – o tal poder pelo poder – era o **menos importante**, pois, o **mais importante**, era “participar do processo político-eleitoral e contribuir para qualificar a consciência política dos cidadãos”.

Há tempos vinha retardando – talvez sustentado por um fio de esperança – tomar a decisão de romper com o PT. No entanto, o insistente comportamento fisiológico de algumas lideranças petistas estaduais e os sinais emitidos – em nível nacional – da virtual candidatura presidencial, em 2018, do cidadão Luiz Inácio Lula da Silva, fizeram romper (de vez) aquele fio de esperança.⁴

Tudo considerado, solicito minha urgente desfiliação do Partido dos Trabalhadores.⁵

³ Do latim *cumpanio*, de *cum* + *panis*, aquele com quem, junto (*cum*), reparte-se o pão (*panis*); por extensão, aquele no qual se pode confiar para andar em *companhia* e compartilhar afinidades.

⁴ Meu raciocínio era: “será que *não* há, nas fileiras do PT, nenhum filiado capaz de ser candidato à presidência e que – no quesito ‘envolvimento com corrupção’ – esteja acima de qualquer suspeita?”. Àquela época, o PT tinha cerca de 1,5 milhão de membros.... Qual era a questão, então? O poder pelo poder? “O que havia se tornado o PT? O partido de *um* coronel?”, pensei comigo. De minha parte, quando me filiei ao PT – em 1990 – tornei-me petista e não lulista: fui atraído pelo programa partidário cuja proposta central defendia um governo democrático e popular, visando à justiça social. Desnecessário falar, por óbvio, de meu encantamento pela sedutora bandeira da “ética na política” – sobre isso, voltarei a falar logo, logo.

⁵ Ato contínuo, solicitei também – como manda a legislação político-eleitoral –

A partir daqui, tratarei de (tentar) me redimir com todos aqueles que – nos últimos trinta anos, de uma ou de outra forma – posso ter convencido a apoiar (com votos) a promessa de um projeto político alternativo, *via* PT, de construção de um país justo, igual e... ético – a Ética *era* a nossa grande bandeira. Hoje, se eu – eu próprio – me sinto traído, imagine aqueles que me deram ouvido e depositaram a sua confiança em minhas argumentações.⁶

Por fim, lembro-me das sábias palavras da grande filósofa (e pe-
tista fiel) Marilena Chauí – ditas à revista *Caros amigos* no início de 2003, quando o PT começava a governar o Brasil –: “Se não é para mudar, PT pra quê?”.

minha desfiliação do PT ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), protocolando o pedido no Cartório da 2ª Zona Eleitoral, em Cachoeiro de Itapemirim. Lá, por sorte, fui atendido por Michele Depollo Longo Belmock, chefe de cartório há anos e minha ex-aluna. Reencontros como esses (sempre) despertam reminiscências do passado e, por isso, vêm carregados de emoções. Que bom!

- 6 – No transcorrer de anos, incontáveis vezes fui taxado de *radical* por quem, fora do PT, não compreendia as propostas do partido para o Brasil. Nos embates do dia a dia, a difusão dos princípios basilares e programáticos do PT incluía a defesa da ideia – entre os não-petistas e (até) os antipetistas – de eleger governantes e representantes parlamentares democráticos, populares e (antes de tudo) de perfis éticos para as três esferas do poder. *Mudanças* na política: era essa a nossa grande *esperança*. Dentre as muitas bandeiras, a “ética na política” era a que desfaldávamos mais alto! A ética na política era nosso diferencial partidário e o principal argumento no proselitismo praticado pelos filiados em busca de *novos* membros-militantes, novos apoiadores e... votos. E – aos poucos, depois de muitos anos – conquistamos a *confiança* da maioria do povo brasileiro quando, em 2002, saiu vitorioso das urnas o retirante, torneiro mecânico, líder sindical... Luiz Inácio Lula da Silva, mas... *pra quê* mesmo?! Tudo de positivo que o PT realizou (e não foi pouco) não justifica o resto – e esse *resto* também não é pouco, pois negou (e matou) a *essência vital* do partido. No poder por longos anos, o PT acabou dando razão à sabedoria popular quando diz “quem nunca comeu melado quando come se lambuza”. E, veja só leitor as voltas que o mundo dá: por estes últimos tempos, voltei a ser taxado de radical; agora, no entanto, por defender – entre os meus iguais – o resgate da observância daqueles princípios pelos quais tanto lutamos. Irônico, se não fosse trágico! Sou *radical*? Sim, sou – e com muito orgulho –, mas no sentido que a etimologia dá a palavra *radical*: voltar à raiz, à origem, ao princípio... aos princípios! Julgo-me (sou?) um democrata, logo – estejam à vontade! – podem me etiquetar com o rótulo de ingênuo! Ou sonhador? Ou purista? Ou idealista? Ou radical? Ou?

Passados os anos, sou eu – um mestre-escola interiorano – quem digo: nunca antes, na história deste país, um partido foi tão igual.

Lamento muito, por tudo: pelos rumos tomados pelo PT e, também, por esta desfiliação. Contudo, é de minha natureza não conseguir fazer parte daquilo em que não acredito; para me engajar politicamente, preciso ter fé.

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 29 de janeiro de 2017.⁷

Prof. JOSÉ PONTES SCHAYDER.⁸

⁷ De caso pensado, escrevi esta carta em 29 de janeiro de 2017, um dia de domingo, meu aniversário: era um presente para mim mesmo. Entreguei uma cópia da carta, em mãos, para o dirigente máximo do Diretório Municipal do PT, em Cachoeiro, cinco dias depois – 03/fevereiro/2017 –, junto com o requerimento oficial do pedido de desfiliação. À época, pensei em dar publicidade a esta carta, porém, dissuadi-me da ideia, pois, tal gesto poderia contribuir – de forma ínfima, que fosse – para endossar a ideia – propagada pela grande mídia – de que o PT é, em sua totalidade, um “clube de criminosos”, um “sindicato de ladrões”. Não, o PT é uma agremiação política e – como qualquer outra do mesmo gênero – há, no seu interior, associados de todo tipo, bem ou mal intencionados. Então, compete a cada um de seus membros decidir se está (ou não) disposto a defender e a fazer prevalecer uma determinada tese, conduta ou prática, buscando hegemonia partidária – desiludido, eu não estava mais disposto a nada e por isso *pedi pra sair*. No meu caso, a desilusão venceu a esperança, contudo, no PT, há quem eu – sem medo de ser feliz e sem estar filiado ao partido – continuarei a *frequentar* e a chamar de *Companheiro*, pois, *com esses*, sinto-me à vontade (e confiante) para – em torno de uma mesa – sentar, conversar e comer junto, partilhando do *mesmo pão*.

⁸ Para a História, dois registros importantes: 1) Nas eleições presidenciais de 2018, um dia depois da votação do segundo turno – portanto, quando o país já conhecia o resultado das urnas –, compartilhei os meus posicionamentos aqui expressos (cf. n. 2) com os estudantes do Ifes, explicando-lhes as minhas razões: em sala de aula, os estudantes gostam de saber como os professores pensam, especialmente os da área de Humanas. 2) Naquele ano – como sempre faço, de quatro em quatro anos, por décadas –, aproveitei o processo eleitoral para fins didáticos: na disciplina História do Brasil, os estudantes protagonizaram um magnífico Debate Presidencial. Performances inimitáveis e inesquecíveis! Nota 1.000!

SOBRE O CONVITE¹

De: professorschayder@yahoo.com.br

Para: editor@editoramilfontes.com.br

Data: 25 de abril de 2019 às 14:41

Olá, Bruno [César Nascimento, Editor-Chefe da Milfontes].

Este é o meu retorno, de nossa *prosa* telefônica.

Quanto à sua proposta, devo externar – primeiro – meu contentamento pela lembrança do meu nome para compor o projeto da obra sobre o pensamento político de *personas* capixabas, contudo – eis o segundo ponto –, a Prudência sugere-me recusar o convite.²

1 Qual convite?! Para participar do projeto *Os pensadores do Espírito Santo* concebido pela Editora Milfontes com o propósito de reunir cabeças bem-pensantes da historiografia do Estado para falar sobre outros capixabas bem-pensantes dos mais diversos campos de atuação ao longo da (nossa) história: política, religião, educação, jornalismo, literatura etc., etc. – enfim, um projeto (de fato) inovador e ousado, gráfica e academicamente. Por ocasião do telefonema-convite, o editor da Milfontes me deixou bem à vontade para – livremente – eleger o meu “objeto” de estudo, isto é, a personalidade a ser analisada. Convite feito – e, para não cometer nenhum desvario (havia prazos a cumprir, na entrega do texto-final à editora) –, pedi um tempo para pensar... Dias depois, conforme havia prometido ao editor, disparei *e-mail* com a minha decisão *sobre o convite*.

2 É fato: o telefonema-convite me deixou *muito* contente e – não vou negar – *muito* surpreso também. Surpreso pelo ineditismo: nunca, antes, eu havia sido convidado a participar de um projeto historiográfico organizado por pesquisadores de Vitória e, diga-se, um projeto de tamanha envergadura. Intuitivamente, atribuo a lembrança de meu nome a um fato: em 2018, a *Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo* (APEES) publicou uma resenha do meu livro *Passado a limpo: o Estado capixaba e o seu mito fundador* e – ao tecer as críticas – o resenhista foi extremamente generoso nos elogios àquela obra. Minha hipótese é...a divulgação da resenha, credenciou-me

Por consideração a você, quero me justificar.

Conforme conversamos, há quase uma década venho adiando a escrita do livro sobre Maria Ortiz e – é a ditadura do tempo! – não dá para adiar mais. É fato: estou encerrando minhas narrativas; além disso, creio não ter mais coisa significativa a dizer para o leitor capixaba – se é que, nalgum dia, escrevi (e publiquei) algo de real importância para esse público.

Para encerrar minha carreira de “escritor”, só tenho duas coisas em mente a partir daqui: 1^a) a finalização das pesquisas, da escrita e da publicação do livro cuja abordagem gravitará em torno do *affair* Maria Ortiz;³ 2^a) a publicação, num livro, de uma coleção de textos escritos por mim nos últimos 35 anos, publicados – cada um à sua época e pelos mais diversos propósitos – em jornais, revistas etc.; trata-se de artigos jornalísticos, manifestos políticos da militância estudantil e partidária, prefácios, crônicas e por aí afora vai...⁴

ao convite da Milfontes. Minha pista? Um detalhe: na conversa telefônica, o meu interlocutor – de passagem – fez menção à resenha. Caso a minha *hipótese* tenha algum fundo de verdade, devo fazer aqui um duplo agradecimento ao Cilmar Franceschetto, Diretor-Geral do APEES: primeiro, pelas demonstrações de respeito – constatadas em nossas conversas, no APEES – à minha produção historiográfica; segundo, pela inclusão – nas páginas da revista da qual ele é Editor Executivo – da resenha assinada por Thiago Vieira de Brito, doutorando em História pela Ufes à época. Se – de tudo – a minha *hipótese* não tiver qualquer sustentação no mundo real, pelo menos ofereceu-me a ocasião de, publicamente, manifestar uma vontade de foro íntimo há muito reprimida: dizer a Cilmar Franceschetto o quanto lhe sou grato (e o admiro) por seu profissionalismo. Ah!, lógico: expressei minha gratidão ao resenhista Thiago Vieira de Brito que (para mim) é “um nome sem rosto”, mas que – imagino – atingiu o grau de Doutor em História. Congratulações! Cf. BRITO, Thiago Vieira de. Resenha in: *Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*. v. 1, n. 2, (jul./dez.2017). Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018, pp. 159-161.

3 – Para entender o meu *caso* (mal resolvido!) com Maria Ortiz, ver – neste livro-memorial – a trilogia *Maria Ortiz... mea-culpa* (p. 133), *Belas mentiras capixabas* (p. 137) e *Tchau, Maria Ortiz!* (p. 141). Essa é a minha *Santíssima Trindade...* de artigos marianos!

4 – Está aí, nas mãos do leitor, o cumprimento *desta* minha promessa. Quanto a Maria Ortiz, para variar, nada. Ainda!

Sim, Bruno! Esse segundo projeto é um pouco de *Ego-história*, mas – entenda-me bem – sem pretensões egotistas; é tão-só para deixar registrado, num lugar apenas, estes meus textos dispersos.

No mais...

Independente de abster-me de sua proposta para o livro, aceito o seu segundo convite: conhecer a Editora Milfontes. Quando for a Vitória – (viagem rara para mim) –, farei contato para ver se, no dia, o Editor-Chefe [ele, Bruno] poderá receber-me.⁵

Aproveito para parabenizá-los pelas publicações focadas nos temas e problemas do Estado do Espírito Santo – e em Historiografia! Para além disso, quero aplaudi-los pelo cuidado com as edições, desde a apresentação visual até a edição do texto.

Fantásticas, aliás, as últimas edições centradas em Marc Bloch e Walter Benjamin; você havia me antecipado a publicação das obras e – hoje – tive a oportunidade de dar uma espiadinha no *site*.⁶ Dois ícones na área das humanidades publicados – com textos inéditos – aqui no Espírito Santo. Isto não é pouca coisa!! Louvável...

Um forte abraço do

*Prof. J.P. Schayder.*⁷

5 – Visita (ainda) não concretizada, pois – de lá (abril 2019) para cá (abril 2020) – fui à Capital apenas duas vezes, ambas em dias não comerciais.

6 – Sim, dei uma *espiadinha*, porém – não me contentando no papel de *voyeur*, deliciando-me com prazeres platônicos e alheios – resolvi adquirir a obra *Que pedir aos historiadores?* de Marc Bloch – um primor de texto e... de livro! Sou benjaminiano (cf. p. 78), contudo deixei para comprar um exemplar de *Walter Benjamin: testemunho e melancolia* em outra oportunidade... De qualquer modo, eis aqui entre nós, capixabas, Marc Bloch e Walter Benjamin, dois ícones ocidentais na área das humanidades.

7 – Cerca de uma hora depois de minha resposta – às 15h27, mais precisamente –, o editor Bruno César Nascimento enviou-me mensagem, agradecendo o retorno e afirmando ter recebido “com pesar” a notícia de minha abstenção ao convite, no entanto – diz, compassivo – “entendo perfeitamente o momento em que o Sr. se encontra, no que concerne à pesquisa”. Tudo fica bem, quando termina

bem, mas – espere aí, leitor!, pois – esse ainda não é o fim desta história. O *gran finale* veio a ocorrer alguns meses depois, na primavera de 2019, quando a Editora Milfontes lançou os três primeiros volumes do projeto *Os pensadores do Espírito Santo*, obra coletiva de grande valor historiográfico para os cidadãos – pesquisadores ou não – do Estado capixaba. Tem-se muito, muito mais do que *mil fontes* de estudo reunidas ali: é uma coleção de *documentos* – e é um *monumento* à (e para a) história espírito-santense! Cf. NASCIMENTO, Bruno César & OLIVEIRA, Ueber José de (Org.). *Os pensadores do Espírito Santo vols. I, II e III*. Vitória: Editora Milfontes, 2019. De minha parte, adquiri os três volumes através do *prof.* Rafael Cerqueira do Nascimento, colega de Arte & Ofício (no Ifes) e um dos autores-colaboradores do projeto – na obra, no vol. II, ele fala da historiadora Maria Stella de Novaes (1894-1981), intelectual marcante na cultura e na política regional. Bem... agora, sim, digo sem vacilar e sem medo de ser feliz: *C'est fini!*

CONVENTO, 450 ANOS



CONVENTO DA PENHA: COSTURANDO O TEMPO, UNINDO GERAÇÕES¹

“.... as gerações assadas, acesas no fogo sagrado da Fé, erguiam maravilhas como a do convento de N. S. da Penha, templo que há três séculos afronta o tempo, as tempestades e os furacões, e, sólido como o granito que lhe serve de base, promete dar ainda testemunho a muitas gerações...”

Costa Pereira Júnior,
presidente provincial do ES, 1861

2008: ano 450 depois do Convento. É um marco no tempo e o momento propício para celebrar, festejar e refletir. Afinal, para um povo – o povo espírito-santense – o Convento da Penha reúne, em

1 Com este texto, inscrevi-me – em 2008 – no concurso de artigo promovido por *A Gazeta* com o tema *Convento da Penha 450 anos: fé, história e identidade do Espírito Santo*; com ele, obtive do júri o 1º lugar dentre os 53 artigos inscritos; com ele, consegui resolver as pendências judiciais resultantes do processo movido contra mim após a publicação do artigo *Estelionato histórico!* – contei *como* essa história começou no rodapé da p. 94 (n. 7) e, aqui, no *apagar das luzes* deste artigo, vou contar como toda essa trapalhada terminou. Antes de seguir, esclareço: não sou religioso, nem espiritualista, mas – para escrever este artigo – subi os 457 metros da Ladeira da Penitência e (desta vez, diferentemente de outras tantas vezes) visitei o Convento da Penha com o olhar bem atento ao movimento dos fiéis e visitantes: fui ali *sentir o clima*, inspirar-me para escrever e... não é que deu certo?! Quando o texto ficou pronto, Vanderson Caliarí – após revisá-lo com o seu olhar atento de professor de Redação – falou, confiante: “se este artigo não ganhar o 1º lugar, qual ganhará?!”. A aposta dele foi certa, mas, ainda assim, muito suspeita, pois – sabe como é, leitor – Vanderson, além de ser meu ex-aluno e revisor de dois dos meus livros, é amigo de muitas outras longas jornadas. Obrigado, *mon professeur*, pelos ajustes ortográficos e gramaticais feitos neste artigo: o leitor *degustará* – a partir de agora – o *fruto* do nosso trabalho! Cf. SCHAYDER, J. P. Convento da Penha: costurando o tempo, unindo gerações. *A Gazeta*. Vitória, 17 Abr., 2008. Caderno Especial; Cf. resultado do concurso e número de concorrentes in: É de Cachoeiro o autor do melhor texto. *A Gazeta*. Vitória, 29 Mar., 2008, Dia-a-dia, p. 09; Cf. Prêmios de concurso sobre o Convento são entregues. *A Gazeta*. Vitória, 5 Abr., 2008, Dia-a-dia, p. 08.

si, uma trindade de representações: é um monumento religioso, um documento histórico e um símbolo identitário. Pelas mensagens transmitidas, no trajeto de seus quatro séculos e meio de existência, múltiplas impressões a seu respeito ficaram registradas no imaginário capixaba e brasileiro.

Na franciscana e seminal edição de sua *História do Brasil* de 1627, frei Vicente do Salvador escreveu que o Convento da Penha era “uma das maravilhas do mundo”.² Tal opinião, possivelmente, influenciou classificá-lo – no fim dos oitocentos – como “o mais admirável monumento da América portuguesa”³ e – no século passado – sustentou a tese de Luiz Serafim Derenzi, que, no clássico *Biografia de uma Ilha*, utilizou-se do Convento como metáfora, quando o elevou à condição de ser “a mais duradoura obra da arquitetura física e moral do Brasil-colônia”.⁴

Pesquisadores da linhagem de Eurípedes Queiróz do Valle e Maria Stella de Novaes transformaram o Convento – para além de uma “reliquia histórica”⁵ – no “relicário de um povo”⁶. Isso não é pouco e – eis aqui uma suspeita a ser investigada um dia – pode ter induzido outro estudioso, Alceu Aleixo, em *Histórias da História Capixaba*, a afirmar ser aquele edifício, na instância terrena, a “sentinela avançada da fé espírito-santense”.⁷

Frei Venâncio Willeke – membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por décadas –, no ano de seu falecimento

2 SALVADOR, frei Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1975, p. 109.

3 SILVA NETO, J.J. Gomes da. As Maravilhas da penha *Apud* WILLEKE, frei Venâncio. *Antologia do Convento da Penha*. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1974, p. 55.

4 DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma Ilha*. Vitória: PMV, 1995, p. 41.

5 VALLE, Eurípedes Queiróz do. *O Estado do Espírito Santo e os Espírito-Santenses: dados, fatos e curiosidades*. Vitória: sled, 1971, p. 338.

6 NOVAES, Maria Stella de. *Relicário de um povo: o Santuário de Nossa Senhora da Penha*, 2ª ed. Vitória: IBGE, 1958.

7 ALEIXO, Alceu. *Histórias da História capixaba*. Vitória: PMV, 1958, p. 85.

(1978) opinou em *A Gazeta*: “o Convento da Penha, esse arrojado conjunto arquitetônico, é único no Brasil [e] sua posição topográfica (...) lembra os vetustos e soberbos castelos medievais da Europa”.⁸ Impressão semelhante teve o escritor carioca Alexei Bueno ao descrever *As 100 mais belas edificações do Brasil*. Neste livro, esclareceu que “o Convento da Penha, esse venerável monumento, tem a característica – quase inexistente entre nós – dos mosteiros acastelados construídos em alturas de difícil acesso”, típicos da época medieval europeia.⁹

No Velho Mundo, naqueles mosteiros (ou conventos), alguns homens piedosos – os eremitas – renunciavam ao conforto e aos prazeres terrenos e isolavam-se para levar uma vida austera, simples, dedicada à devoção e meditação religiosas. No Espírito Santo, o movimento do eremitismo [do grego “eremos” = “lugar retirado ou deserto”] foi introduzido por *frei* Pedro Palácios, frade natural de Castela, na Espanha, membro da Ordem de São Francisco* – ele aportou em território capixaba em 1558. Nessa data, é importante registrar, contavam-se apenas 23 anos da chegada de *Dom* Vasco Fernandes Coutinho, primeiro donatário da então *Capitania* do Espírito Santo – transcorriam, portanto, naquele momento, os episódios fundantes da colonização do solo espírito-santense.

Instalando-se no “vilão farto” de Vasco Fernandes Coutinho, o ermitão Pedro Palácios passou a viver em uma gruta incrustada próxima à praia, no sopé do rochedo da penha, na atual cidade de Vila Velha. No ano de sua chegada (1558), construiu – numa pequena esplanada situada próxima ao topo da montanha – uma capela rústica (ermida) entre duas palmeiras; dedicou-a a São Francisco de Assis, patrono de sua confraria. Sem total consciência da dimensão que sua obra tomaria no futuro, o frei – tendo levantado a Ermida

* Oficialmente, *Ordem dos Frades Menores* (OFM).

8 WILLEKE, *frei* Venâncio. *A Gazeta*, 19/3/1978 *Apud* RIBEIRO, Francisco Aurélio. *O Convento da Penha: fé e religiosidade do povo capixaba*. Vitória: Companhia Siderúrgica de Tubarão-CST, 2006, p. 112.

9 BUENO, Alexei et ali. *O Patrimônio construído: as 100 mais belas edificações do Brasil*. São Paulo: Capivara, 2002, p. 28.

das Palmeiras – protagonizara o evento-fundador do Convento da Penha, erguido no cume da formação granítica a uma altitude de 154 metros; tal posição, segundo o jesuíta Serafim Leite, possibilitava avistá-lo de longe, no mar, tornando-o “refrigério e devoção de mareantes”.¹⁰

O gesto heroico de *frei* Pedro Palácios – “homem de vida exemplar”, no conceito de padre José de Anchieta¹¹ – virou mito e atravessou a linha imaginária do tempo histórico. No século XIX – no Brasil imperial –, a magnitude do Convento da Penha deixou perplexo o presidente da província do Espírito Santo, o carioca José Fernandes da Costa Pereira Júnior. Em relatório apresentado aos deputados provinciais, em 1861, tentou compreender como teria sido possível a “um pobre frade, habitante de uma humilde e escura caverna, auxiliado por uma população pouco numerosa, pobre de artistas e de operários, (...) erguer no alto de um monte e sobre rocha descalvada, um templo que há três séculos afronta o tempo e os furacões”. Aquela “obra admirável” – segundo pôde apurar o presidente provincial – só poderia ser o resultado do “poder irresistível” da fé porque “*a fé abala montanhas*”, como diz a Escritura”.¹²

Entretanto, o já citado *frei* Venâncio Willeke detectou fortes indícios de que “surgiram, no decorrer dos tempos, numerosas lendas” sobre a vida e a obra de *frei* Pedro Palácios. Por isso – e sem duvidar da boa fé do seu confrade –, em 1974 o *frei* Willeke se propôs a “fazer um estudo crítico” sobre a construção do Convento

10 LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, tomo I, p. 79.

11 ANCHIETA, José de. Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões. *Apud* SALETTO, Nara. *Donatário, colonos, índios e jesuítas*. 2ª ed., Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998, p. 35.

12 ESPÍRITO SANTO (Província). Presidente (1861: Costa Pereira Junior). *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da Sessão Ordinária de 1861 pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior*. Vitória: Tipografia Capitaniense de Pedro Antonio d’Azevedo, 1861, p. 30-33, texto adaptado com devidas atualizações para o português de hoje; foi o próprio autor quem *grifou*. A epígrafe deste texto segue essa mesma referência.

da Penha, a fim de “separar lendas e fatos reais”. Nesse estudo, concluiu: “o santuário de Nossa Senhora da Penha, que estava prestes a ser terminado quando *frei* Pedro morreu (1570), restringia-se à atual capela-mor”.¹³ Logo, para formar o Convento, foi acrescentada àquela capela-matriz, a sacristia, a nave da igreja e as celas dos frades, “vindo a adquirir a forma que tem hoje nas últimas décadas do século XVIII” – arrematou, em 1998, a esclarecedora pesquisa historiográfica de Nara Saletto.¹⁴

Por isso é que – nos apontamentos eclesiásticos de *Dom* José Caetano da Silva Coutinho, bispo-visitador do Espírito Santo em 1812 – o complexo arquitetônico que compõe o Convento da Penha já é descrito como “célebre santuário”¹⁵ e, poucas décadas depois, como vimos *segundos* atrás, provocou espanto e admiração no presidente Costa Pereira Júnior. Mas não só nele, haja vista que, em 1970, um de nossos contemporâneos, o arquiteto Moacir Fraga, usou a expressão “majestoso santuário” para falar da “imponente edificação religiosa”.¹⁶

O elevado convento, construído como se fosse uma fortaleza militar na entrada da Baía de Vitória, exerceu realmente a função de defesa na história capixaba, fato que, em 1851, não passou despercebido a Edward Wilberforce, aspirante a oficial da Marinha britânica. Naquele ano, ele veio ao Brasil reprimir o contrabando de escravos em nome da Rainha Vitória e do imperialismo inglês, e – ao passar pelo litoral da então *Província* do Espírito Santo – deduziu e anotou em versos, no seu diário, que aquele “velho edifício” (sic!),

13 WILLEKE, *frei* Venâncio. *Antologia do Convento da Penha*. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1974, pp. 62 e 69.

14 SALETTO, Nara. *Op. cit.*, p. 36.

15 COUTINHO, José Caetano da Silva. *O Espírito Santo em princípios do século XIX: apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819*. Vitória: Estação Capixaba e Cultural – ES, 2002, p. 102.

16 FRAGA, Moacir. O Convento da Penha: palavras e bosquejo do arquiteto Moacir Fraga *Apud* WILLEKE, *frei* Venâncio. *Antologia do Convento da Penha*. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1974, p. 105.

erguido “no cume, entre rochedos eretos (...)/ deve ter desafiado os mais violentos embates da tempestade/ ou as mãos presunçosas do inimigo”.¹⁷

Na verdade, muito antes de *Mr. Wilberforce* ter essas *impressões* sobre o Convento, já era recorrente – no imaginário e nas mentalidades locais – a certeza de que aquele “velho edifício” tinha ajudado os espírito-santenses a combater e a vencer inimigos visíveis e invisíveis. Recordemos que na Era Moderna – século XVI ao XVIII – predominava na sociedade uma profunda espiritualidade, apesar do avanço da Razão e da Ciência ocorrido no período. Para o historiador inglês Charles Boxer, essa “era uma época em que o maravilhoso era aceito como vulgar e que nenhum bom católico romano duvidava que Deus, a Virgem Maria e os Santos podiam e queriam intervir na vida quotidiana”.¹⁸

Se não fosse assim, como explicar a crença popular na “força autônoma” adquirida pelo painel de Nossa Senhora das Alegrias, trazido da Europa por *frei* Pedro Palácios? Conta-se que o painel simplesmente desaparecia da gruta onde o frei morava e – misteriosamente – reaparecia no alto do rochedo da penha, “sinalizando” o local onde o santuário mariano deveria ser construído.¹⁹

Narra-se, ainda, a triunfal intervenção de Deus na história capixaba em 1640. Nesse ano, acredita-se piamente, uma Cavalaria Celestial desceu das nuvens, transfigurou-se no alto do Convento da Penha e os cavaleiros – portando “armas reluzentes e guiados por anjos de asas luminosas” – expulsaram os piratas holandeses que

17 WILBERFORCE, Edward. *Inglese na costa: Impressões de um aspirante de marinheiro sobre o Espírito Santo em 1851*. Vitória: Cultural-ES, 1989, p. 16.

18 BOXER, Charles R. *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica – 1415-1815: alguns factos, idéias e personalidades*. Lisboa, Port.: Livros Horizonte, 1977, p. 53/4.

19 O historiador inglês Peter Burke, ao falar sobre o Sagrado e o Sobrenatural, disserta a respeito de imagens que adquirem “forças autônomas” Cf. in: BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 62.

vieram profanar e saquear o santuário.²⁰ Esse episódio do duelo de Deus contra os “batavos hereges” foi retratado pelo artista plástico paulista Benedito Calixto, que eternizou também, em suas pinturas, a procissão da imagem de Nossa Senhora da Penha até a igreja de São Francisco, em Vitória. O ato litúrgico, diz a tradição, encerrou uma “terrível seca que assolava a capitania”, resultando no que ficou conhecido como o Milagre da Chuva de 1709.²¹

Todos esses relatos – tidos frequentemente como fantásticos e lendários na concepção dos céticos – são perfeitamente factíveis para quem tem fé. Ao estudioso deve interessar saber que o crédulo confia na possibilidade da intervenção miraculosa de Deus nos fatos terrenos, pois – para quem crê – a fé é real e suas obras têm potencial para mudar o rumo dos acontecimentos profanos. A esse respeito, é sensato concordar com o professor Luiz Guilherme Santos Neves quando – na prestigiada *História popular do Convento da Penha* – faz uma sintomática advertência aos historiadores, pedindo-lhes para que concedam ao povo pelo menos o direito de contar a história da Penha como ele – o povo – a viveu, sentiu, sente, entende e interpreta.²² Aliás, além de respeitar a crença popular, deve-se reconhecer que o homem piedoso retribui os benefícios transcendentais que lhe são concedidos.

Não é para menos que – em 1828, em sua *Memória Estatística* – o presidente provincial Ignácio Accioli de Vasconcellos, reportou ao imperador Dom Pedro I que a Ordem Franciscana, no Espírito Santo, “é rica de esmolos pelos contínuos milagres que faz a Santíssima

²⁰ A expressão *Cavalaria Celestial* é como às vezes é intitulado o painel *A Visão dos Holandeses* de Benedito Calixto, onde o artista paulista retrata o episódio descrito no texto; o quadro pertence ao acervo do Convento da Penha; Cf. citação “armas reluzentes...” in: MORAES, Neida Lúcia. *Espírito Santo: esta é a sua terra, no Brasil*. São Paulo: LISA, 1973, p.24.

²¹ Cf. citação “terrível seca...” in: SANTOS, Jair. *Vila Velha: onde começou o Estado do Espírito Santo*. Vila Velha: Editora do Autor, 1999, p. 49.

²² SANTOS NEVES, Guilherme. *História popular do Convento da Penha*. 2ª ed. Amp. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1999. p. 12.

Virgem Senhora da Penha”.²³ Da mesma forma, não é para menos que – em 1912, no pontificado do papa Pio X – a Santa Sé vaticana tenha proclamado que a Virgem da Penha passaria a ser a Santa Protetora do Estado do Espírito Santo, em sinal de reconhecimento de seus memoráveis feitos.

Articulando os tempos históricos, o passado torna-se presente; isso nos permite observar inúmeras correspondências nas crenças e nas práticas religiosas dos espírito-santenses de *antes* e de *agora*. Em pesquisa divulgada por *A Gazeta* em março de 2008, ficamos sabendo que “83% dos capixabas creem em milagre” e que “para o povo, em geral, o milagre é qualquer alteração física, social ou econômica por meio da intervenção divina”, segundo Edebrando Cavalieri, doutor em Ciência da Religião.²⁴

Certamente, tal constatação ajuda-nos a entender por que, na atualidade, dezenas de fiéis, diariamente, depois de romperem os imponentes portões do Convento, sobem suas ladeiras e escadarias, para – simplesmente – assistir às missas e reverenciar a Senhora da Penha, ou, então, agradecer-lhe pelas graças alcançadas e atribuídas às suas intercessões. É fato, também, que a Sala dos Milagres – antiga Casa dos Romeiros – está repleta de *ex-votos*, ou seja, objetos deixados para “pagamento de promessas”: são centenas de “fotografias, muletas, figuras de madeiras ou cera, representando órgãos ou partes do corpo humano, que testemunham a cura de moléstias ou solução de problemas da vida cotidiana”.²⁵

Anualmente, a Festa da Penha – sempre celebrada na época da Páscoa cristã – reúne romeiros provenientes de todo o Estado: eles vêm do Norte e do Sul, das terras altas e da baixada litorânea; vêm isoladamente, em pequenos grupos ou em caravanas, fazendo

²³ VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. *Memoria estatística da província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978, p. M-N.

²⁴ NASCIMENTO, Carla. 83% dos capixabas creem em milagre. *A Gazeta*. Vitória, 9 Mar., 2008, p. 11.

²⁵ *Apud* WILLEKE, Venâncio. Op. cit., p. 127-8.

gigantescas peregrinações, durante as quais cantam, oram, meditam, *pagam* penitências, cumprem sacramentos e recebem indulgências. Pelos festejos, cânticos e ritos litúrgicos, deficientes físicos, cavaleiros, pescadores, motociclistas, profissionais liberais e atletas solicitam proteção e prestam homenagens à Padroeira; estima-se que, só na romaria noturna dos homens, cerca de 150 mil fiéis participem.

Vê-se, portanto, que o culto a Nossa Senhora do Convento congrega pessoas provenientes de todos os níveis sociais e de todas as etnias que compõem o mosaico multicultural capixaba. Vale registrar: as celebrações da Festa da Penha existem desde 1570 e foram realizadas – pela primeira vez – por *frei* Pedro Palácios alguns dias antes de morrer.

As manifestações religiosas em torno do Convento da Penha são a prova de que, apesar de vivermos em uma época dominada pela racionalidade e tecnologia, a crença popular continua viva e é um elemento importante na constituição da identidade espírito-santense. O atual [2008] guardião do santuário, *frei* Bertolino Tholl, entende que a Festa da Penha “é a sintetização da fé do capixaba” e que o Convento “é o centro de toda a espiritualidade de um povo”.²⁶

Para o povo capixaba, no entanto, o valor simbólico do Convento da Penha ultrapassa a fronteira da espiritualidade católica, pois – como ensina o medievalista francês Jacques Le Goff – um *monumento* arquitetônico, em função da memória coletiva que acumula, transforma-se em *documento* histórico, ou seja, em objeto e fonte de investigação.²⁷ Nessa perspectiva, os historiadores – e não só eles – veem-se diante de um dilema: é

²⁶ CHELUJE, Gustavo. Começam os preparativos para a Festa da Penha. *A Gazeta*. Vitória, 10 Mar., 2008, p. 7.

²⁷ As reflexões sobre “documento-monumento” estão em verbete de mesmo nome no volume 1 da Enciclopédia Einaudi. Cf. LE GOFF, Jacques et. al. *Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

possível construir uma narrativa historiográfica, no (e do) Espírito Santo, sem citar o Convento da Penha?

Para a historiadora Neida Lúcia Moraes, por exemplo, o Convento da Penha é “o mais antigo e importante monumento histórico do Espírito Santo”.²⁸ Na mesma linha de raciocínio encontra-se o cronista cearense Gustavo Barroso para quem o Convento – por sua monumentalidade, seu “aspecto romântico” e sua “posição dominadora” sobre a baía de Vitória – “é testemunha silenciosa de grandes acontecimentos históricos”.²⁹

Por sua vez, a artista plástica Samira Margotto – autora de um interessante ensaio sobre a *Pintura de Paisagem no Espírito Santo* – afirma que a imagem do Convento da Penha, “na sua solidez, congrega uma força simbólica” que o torna, de fato, “parte da paisagem e da própria história”.³⁰ Enquanto isso, o *banner* publicitário de lançamento do belíssimo livro *O Convento da Penha: fé e religiosidade do povo capixaba*, cujo texto é do atual presidente da Academia Espírito-Santense de Letras, Francisco Aurélio Ribeiro, convida-nos a conhecer “a história do Espírito Santo contada por um dos protagonistas: o Convento da Penha”.

Desse modo, diante de evidências tão contundentes, se de fato quisermos entender o “ser” capixaba – ou, como dizem os eruditos, seu *éthos*, sua identidade – resta-nos admitir que não podemos ignorar o Convento da Penha. A importância do Convento para a história local, associada à beleza e harmonia de seu conjunto arquitetônico, contribuiu para que, em 1943, fosse tombado como patrimônio histórico nacional pelo Iphan*. Três anos depois – por decreto-lei do governo estadual –, sua imagem passou a figurar no

* Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

²⁸ MORAES, Neida Lúcia. *Assim é o Espírito Santo, o Espírito Santo é assim*. Vitória: Governo do Estado, 1971, p. 190.

²⁹ BARROSO, Gustavo *Apud* WILLEKE, Venâncio. *Op. cit.*, epígrafe, s/p.

³⁰ MARGOTTO, Samira. *Cousas Nossas: pinturas de paisagens no Espírito Santo, 1930-1990*. Vitória: EDUFES, 2004, p. 104.

centro do Brasão das Armas do Estado e reproduzida em *todos* os documentos oficiais emitidos pelos órgãos públicos. Seu potencial imagético, porém, é caleidoscópico, não tem limites...

Além de servir “de belo cartão postal”, como lembraram Renato Pacheco e Luiz Guilherme Santos Neves³¹, o Convento da Penha é uma sedutora (e interminável) fonte de inspiração para incontáveis pintores e fotógrafos – eles já o retrataram de todos os ângulos e perspectivas imagináveis; livros e artigos foram escritos, poemas e músicas foram compostas tendo o Convento como tema central; alegoricamente, sua imagem está impressa, também, em selos, carimbos comemorativos e estandartes de bandas de congo; aparece, por fim, estampada em chaveiros, camisas, bonés e outros adereços que servem de *souvenir*, de modo a fazer os turistas literalmente *recordarem-se* – através daquela imagem conventual única no mundo – do território e do povo espírito-santenses.

O Convento da Penha é, sem dúvida, o ícone de um povo inteiro, independente do credo professado por cada um. No Estado do Espírito Santo, todos se identificam na (e são identificados pela) imagem refletida do alto do monte da penha. Onde quer que estejamos, ao visualizar os contornos arquitetônicos daquele eremitério, lembramos que pertencemos a um lugar chamado Espírito Santo. Isso é uma constatação que a poetisa mineira Jô Drummond fez ao lançar seu “olhar forasteiro” sobre a *alma* capixaba e, assim, com a sensibilidade inerente aos poetas, entendeu que o espírito-santense acredita que do “topo do penhasco/ (a) sentinela/ protege com seu espírito/ um Estado que é santo”.³²

31 PACHECO, Renato & SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. *Índice do folclore capixaba*. Vitória: BANESTES, 1994, p. 48.

32 DRUMMOND, Jô. Vitória “Ilha do Mel” in: *Olhar forasteiro*. Coleção Escritos de Vitória, 23. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2004, p. 62. A escritora mineira Jô Drummond vive há vinte anos no Espírito Santo e, além de poeta, é doutora em Comunicação e Semiótica, portanto, uma especialista na interpretação do significado dos símbolos; foi eleita, recentemente, para a Academia Espírito-Santense de Letras, conforme noticiou o *Caderno 2 de A Gazeta*, 13 Mar., 2008, p. 7.

Obra coletiva do povo capixaba, o Convento da Penha é sinônimo de fé, história e identidade. Antes de ser um patrimônio material construído e um santuário (também) ecológico, é – por sua (quase) onipresença em nossa história – o ponto de encontro simbólico entre sucessivas gerações de capixabas. Herança partilhada por todos, promove a unidade de um povo caracterizado pela diversidade cultural, mas que – de forma unânime – nutre uma orgulhosa identificação afetiva para com o *seu* Convento.

E ele – resistindo à implacável ação do tempo – continua vigoroso neste alvorecer do terceiro milênio. Numa temporalidade que não é humana, já vislumbra as comemorações do seu quinto centenário, quando, pela cronologia tradicional, estaremos em 2058 *d. C.* – depois de Cristo – e, pelo *calendário paralelo* espírito-santense, contaremos o ano 500 *d. C.* – depois do Convento.^{33/34}

33 Com este texto – conforme expus (n.1, p. 277) –, conquistei o 1º lugar no concurso de artigos sobre os 450 anos do Convento, todavia, o prêmio não me foi entregue: a pedido do meu contendor no Processo do *Estelionato histórico!*, o valor da premiação foi bloqueado pela Justiça e depositado judicialmente em favor dele. O montante confiscado cobria apenas uma parte de minha dívida, mas – mesmo não recebendo a totalidade debitável – o autor da ação requereu a extinção dos autos. “Tudo feito” – despachou o juiz – “arquive-se o Processo com as cautelas da lei”. Ufa! Felizmente, *graças* ao prêmio do artigo e *graças* à generosidade do querelante, chegava a bom termo um embate judicial cujas marchas e contramarchas se alongaram por quase quatro anos. Nessa história, a *Senhora da Penha* – supondo que ela exista – parece ter feito justiça, agraciando o meu antagonista por duas vezes: com o *meu* prêmio e... com o prêmio *dele*, que – por ter sido classificado em 2º lugar no (mesmo) concurso de artigos – também embolsou. *Todos*, enfim, ficamos satisfeitos: eu, por ter liquidado a minha dívida, e ele, por se sentir indenizado (com o dinheiro) do “dano moral extremo, de difícil reparação”, pois – consta lá, na peça inicial (denúncia) da Ação Condenatória – “o réu [eu] ofendeu gravemente a honra e a dignidade do autor [ele]”. Acatei a decisão da Justiça e hoje – sem a passionalidade daqueles dias e depois de muito refletir –, julgo-me *de fato* CULPADO, como admiti no rodapé da p. 94 (n. 7). Só continuo achando muito estranho reparar um subjetivo “dano moral” com um valor pecuniário. Por que a Justiça não me puniu, p. ex., com a obrigação de redigir – naquela época – um artigo reparador, a fim de publicá-lo no mesmo jornal? Por que não me obrigou a

fazer um desagravo público ou algo do tipo? Por que... por que pagar um dano *moral* com um valor monetário?! Mas, vamos lá: são as distorções do aparato jurídico de uma sociedade burguesa, onde “quem pode [\$\$\$\$] mais, chora menos”. Sim, recordo-me: no curso de Direito, nas aulas de Linguagem Forense, ouvi muitas vezes o inesquecível *prof.* Alício Franco (1933-2006) *gastando* o seu latim repetindo *Dura lex sed lex* – as palavras dele ainda ressoam...

³⁴ Na reedição deste artigo – com o propósito de incluí-lo neste Memorial –, apenas acrescentei (no pé de página) as notas 1 e 33; todas as demais notas são originais do texto avaliado pelos jurados do concurso. No júri, havia professores, jornalistas, escritores, editores de *A Gazeta* e uma museóloga.

EDUCAÇÃO II CREPÚSCULO



UM ANO SABÁTICO?¹

Processo 23151.000695/2015-96

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 11 de Novembro de 2015.

Sr. Diretor, *prof.* Carlos Cezar de Oliveira Bettero.²

Cheguei ao meu limite. Preciso parar e reavaliar todo o meu trabalho como professor. Os sinais e os sintomas de que “a coisa não está

1 – Esse título é pura ficção – é anacrônico – e isso se deve a uma razão muito simples: o texto a seguir é uma *peça* extraída de um processo administrativo no qual – em novembro de 2015 – requeri à direção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito (campus Cachoeiro, onde trabalho) uma licença não remunerada por um ano, daí o título *Um ano sabático*? Tradicionalmente, “processos administrativos” são *frios* e gramaticalmente burocráticos, portanto são *pobres* na forma e no conteúdo, não comportando estilo literário, licenças poéticas e, muito menos, títulos. De minha parte, tenho amor pelo belo, por isso – neste e noutros processos administrativos (e até em *e-mails* institucionais), no Ifes ou fora dele – sempre procurei dar um mínimo de decência e charme à escrita. Por exemplo: contrariando todos os *protocolos*, o leitor verá, finalizei este requerimento (pedindo muitas vênias, é verdade) na boa companhia de – ninguém mais, ninguém menos do que – Fernando Pessoa, o grande poeta português. Pergunto: por que não poetizar a (geralmente) objetiva, engessada e desengonçada escrita institucional? Bom, talvez eu pense assim porque sou da área de humanidades... talvez. Quanto ao requerimento que se lerá a partir de agora, ele – em alguns sentidos – conecta partes distantes deste livro-memorial...

2 – Eleito (por votação direta) Diretor Geral do campus Cachoeiro (do Ifes) em 2013, o *prof.* Carlos Cezar de Oliveira Bettero convidou-me para assumir o cargo de Diretor de Ensino em sua gestão (2013-17). Aceitei o convite, porém – em 2014, 18 meses depois de nomeado e por conta de entraves institucionais – abdiquei do cargo, optando por reassumir integralmente as aulas de História e (também) as de Filosofia, disciplina que – àquela altura, no Ifes, por falta de um profissional da área – ministrava há seis anos. Não seria equivocado (nem exagerado) dizer que o meu retorno (pleno) às salas de aula – ocorrido em setembro de 2014 – foi um momento repleto de felicidade, mas... cerca de um ano depois...

boa” são os eventos observados – nas duas últimas semanas – no que diz respeito ao meu relacionamento com alguns alunos. Tive mais problemas ali – naquele período – do que em todos os meus 32 anos de profissão.³

Preciso dar um tempo. Tempo para mim mesmo. Confesso que, para mim, nada tem feito qualquer sentido, no que tange à arte e ao ofício de professor. Daí, preciso rever os meus conceitos, pois o que não posso fazer é (via estresse) transferir para os meus alunos os problemas que não são deles. Preciso me afastar e colocar – a mim mesmo – em perspectiva, isto é, “olhar-me de fora” e tentar responder a uma única pergunta: o que se passa?

Se eu não fizer isso, sinto que a qualquer momento vou “desabar” em sala de aula – aliás, isso ainda não ocorreu porque tenho “me segurado” desde o início do ano. Sinto até, e especialmente, que a minha saúde está em risco: não só a saúde psicológica, que (a meu ver) já está razoavelmente abalada, mas, também, a saúde física, que – se eu continuar neste ritmo – vai sucumbir por certo. E, aqui prá nós: há algo mais precioso do que a saúde?

3 Preocupou-me especialmente um incidente ocorrido durante uma aula, quando – diante de uma atitude banal, corriqueira, manifestada por um estudante – reagi raivosamente: naquele instante, passou a fazer sentido para mim a expressão “de Piaget a Pinochet”, usada – no *folclore* escolar – para ilustrar a mudança de postura de certo tipo de professor que – de forma abrupta, intempestiva – oscila entre o pleno respeito e o extremo autoritarismo para com o estudante, ou seja, vai do amor ao terror em sala de aula... Como não carrear até aqui – trazendo da *Aurora* deste livro-memorial – aquele artigo no qual evoquei a famosa canção *Another brick in the wall*, da banda Pink Floyd? Ali – se o leitor não lembra, sugiro voltar lá, às pp. 35-6 –, teci críticas severas/ácidas ao professor “terrorista”, que – abusando do seu poder – vai “despejando sarcasmo” e “humor negro” durante as aulas, “expondo as fraquezas” dos jovens. Qualquer semelhança com alguns eventos escolares protagonizados por mim em 2015 não é mera coincidência... Num desses eventos – conforme dizia há pouco –, minha desproporcional (e cruenta) reação à atitude de um estudante fez acender (para mim) a luz vermelha. Dias depois do fato ocorrido – diante de toda a turma, como é de bom-tom – pedi desculpas àquele jovem rapaz e... duas semanas depois do episódio, protocolei este pedido de licença...

Digo mais. Sempre tive problemas com a burocracia escolar – isso, eu nunca neguei. Fechar notas bimestrais, aplicar recuperações, entregar diários etc., etc., sempre (sempre!) foi um martírio para mim – tanto aqui, no Ifes, quanto e em qualquer outra escola. O desânimo, agora, está piorando e a angústia, aumentando. Tenho cumprindo minhas obrigações aos trancos e barrancos. Isso não é nada bom para ninguém, principalmente para o setor pedagógico, que precisa dar conta da burocracia, e para os estudantes e suas respectivas famílias, que precisam acompanhar o “fazer-se” da vida acadêmica.

Sobre isso, há um agravante. A fim de colaborar com a Instituição, desde 2009 tenho ministrado a disciplina Filosofia.⁴ Apesar de ser formado em História, procuro oferecer o melhor que posso aos estudantes nas aulas de Filosofia, mas, isso, sobrecarrega-me com quatro

⁴ Entre 2009 e 2012, ministrei também – além das aulas de História e Filosofia – aulas de Geografia e Sociologia para as primeiras turmas abertas no Ifes (campus Cachoeiro) dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. Em 2012, o Instituto Federal chamou (para tomar posse) o inesquecível *prof.* Inácio José Zucolotto, de Geografia, que – para a profunda tristeza de todos nós, servidores e estudantes – faleceu subitamente em 2013 (fev.): *in memoriam*, de pé, eu o aplaudo! Naquele mesmo ano (jun.), um novo professor de Geografia – Flávio Palhano Fernandes – foi nomeado, enquanto eu iniciava os meus trabalhos à frente da Direção de Ensino. Quanto à cátedra de Sociologia, foi ocupada pela *prof.^a* Marcela Aguiar Barbosa no ano de 2014, quando, aliás, eu (ainda) era diretor e tive o prazer de dar a ela – uma carioca recém egressa da Espanha, onde concluiu Doutorado – as boas-vindas ao Brasil, ao Espírito Santo, a Cachoeiro de Itapemirim e ao Instituto. Ter de ministrar aulas de Geografia e Sociologia fez-me estudar e aprender muito – até por que não há melhor maneira de aprender do que ensinar –, porém gerou (na retaguarda) um sobretrabalho que, com o passar dos anos, trouxe certo esgotamento. Destarte, tal esgotamento se manifestará daqui a uns instantes (no texto deste requerimento), pois – se as aulas de Geografia e Sociologia estavam agora em boas (e habilitadas) mãos – faltava dar dignidade e bom destino às aulas de Filosofia... Em 2012, havia reivindicado à Direção do Ifes – via Processo Administrativo – a efetivação de um professor com “formação adequada” para a disciplina; 2012 passou e... nada; 2013 chegou, assumi a Direção de Ensino e – por questões éticas – decidi “engavetar” o Processo; em 2014 (Set.), saí da Direção; em 2015 (Dez.), solicitei à Diretora de Ensino – Silvani da Silva Wingler – a reativação do processo e...? (Já, já, volto ao assunto).

diários extras e, além do mais, suga-me um tempo precioso porque – por trás dos quatro diários – tem a seleção dos materiais, o planejamento das aulas, as aulas em si etc., etc. Isso também não é um fator de estresse? Muito provavelmente é.⁵

Aprendi – e sempre repeti – uma velha máxima da educação e do ensino: a primeira qualidade do bom professor é a **paciência**. Pois aí é que está o “x” da questão: minha paciência com os estudantes está no limite – na verdade, os episódios das últimas duas semanas indi-

5 Se, por um lado, ministrar aulas de Filosofia trouxe a reboque estes ônus – *mais* diários de classe, *mais* avaliações etc. –, por outro lado deixou, no seu rastro, estes bônus: estimulou-me a estudar os filósofos e a história da Filosofia, que – na graduação de História – é vista *en passant*. A imersão nas obras, nos textos e no *cogitar* dos filósofos – para planejar as aulas – deu-me a exata dimensão da importância da filosofia para a vida de cada um de nós e fez-me constatar a utilidade da disciplina na formação de “massa crítica” entre os jovens estudantes do Ensino Médio. Muito além de apenas repassar cronologicamente a história da Filosofia, aprendi que – numa aula da disciplina – as “temáticas filosóficas” passíveis de serem didática e pedagogicamente exploradas são inesgotáveis, especialmente quando se compreende que cada estudante é um Ser intelectualmente independente, logo um *filósofo* em potencial. Por isso, a partir dos textos clássicos dos filósofos, procurei dar às minhas aulas de Filosofia um caráter de “prosa filosófica” à maneira – Ó pretensão! – dos diálogos socráticos. Com essa perspectiva e dinâmica, ministrei aulas (ou seriam “encontros”?) de Filosofia por oito anos (2009-16) no Ifes, quando então chegou ao campus Cachoeiro – transferido do campus Ibatiba – o *prof.* Cristiano Hehr Garcia, que assumiu – entre outras – as aulas da disciplina. Especialista em diversas áreas, Mestre e Doutor em outras tantas, esse tarimbado professor (e meu – digo isto com honra – ex-aluno) tem feito um trabalho de excelência com os estudantes. No mais... uma vez “filósofo” sempre filósofo: depois de dar aulas de Filosofia, nunca mais parei de ler e estudar os filósofos – sigo aprendendo com eles, diariamente. A Filosofia se tornou a minha segunda paixão, vindo logo depois da História, se bem que (em sala de aula, aqui e ali) já cheguei ao ponto de dizer aos estudantes para – se algum dia forem testados pela vida e postos diante do dilema de *terem* de escolher entre estudar História *ou* Filosofia – não hesitarem em optar pela... Filosofia. Será, leitor, que essa declaração aberta de amor à Filosofia pode ser interpretada como um ato de traição à História? Ajude-me a pensar sobre isso, pois, essa questão (essa “escolha de Sofia”) se tornou, para mim, uma tormenta existencial – melhor dizendo: tornou-se uma grande dúvida... filosófica.

cam que a paciência se esgotou... Do que se trata? Cansaço, apenas? Choque geracional? Esgotamento emocional? Saturamento profissional? Descrença no ensino? Decepção com a "Pátria Educadora"?⁶

-
- 6 Se o leitor não se lembra, "Brasil, Pátria Educadora" foi uma expressão usada pela ex-presidente Dilma Rousseff no seu discurso de posse – para o segundo mandato –, em 2015: "Ao bradarmos 'Brasil, Pátria Educadora' estamos dizendo que a educação será a prioridade das prioridades...". O brado virou o novo *slogan* do Governo Federal, mas – a meu ver, diante da grave crise financeira (e ética) pela qual o país passava – era só isso mesmo: um *slogan*, vinheta de propaganda institucional. Soava-me – no mínimo! – *hipocrisia* ouvir (em 2015) uma governante falar "a Educação será a prioridade das prioridades", sendo que, no ano anterior – enquanto escasseavam verbas para a... Educação –, gastou estratosféricos recursos públicos na construção de estádios para os espetaculosos jogos da Copa do Mundo no Brasil. Àquela altura, minha decepção com as posturas do PT, no poder, vinham num crescendo, atingiu o ápice em 2016 (o ano do... *Impeachment!*) e resultou na minha desfiliação do partido no primeiro mês de 2017 (cf. detalhes, neste livro-memorial, às pp. 267-270). Defini o ano de 2015 – conforme está registrado no livro *Passado a limpo...*, lançado em 2017 – como "estressante" (p. 18) e "um ano-tabu: foi tenso [devido] as alucinantes e enlouquecedoras comições e convulsões da política brasileira" (p. 16). Então? O leitor compreendeu agora por que incluí "decepção com a Pátria Educadora" no rol das possíveis razões para – na escola – me sentir atormentado? Bom,... seria uma preterição imperdoável acaso não relembresse que – neste sinistro ano de 2015 – também houve um momento de frescor: a cerimônia de formatura – no Ifes – da turma IMI 2012, da qual fui Paraninfo. Quando – em 2014 – estive hospitalizado por 16 dias – 8 deles, na UTI – cada jovem dessa turma me enviou um cartãozinho com "pílulas" de incentivo: "Melhoras, Schayder, volte logo!"; "Caríssimo Schayder, retorne... queremos voltar a ouvir as suas piadas!"; "E ae professor! Melhoras para o senhor, e volte logo pra cá que você ainda tem muitas aulas pra dar (haha)"; "A *highway* é cheia de riscos, mas *infinita* para alguém como você!"; "Schaydim, meu amiguim/Melhoras estão por vir!/Espero que, em breve/Em sala, você possa sorrir"; "Querido Mestre,... estou em crise de abstinência das suas aulas...Não maltrate o meu coração..."; "... *A la vante, Sr. Generoso!*"; "Abraços, Schayder!" ... e por aí vai. Os cartõesinhos chegaram – pelas mãos das estudantes Elisa Lacerda Silva e Layra Maria Barbosa André Boechat – acompanhados de um lindo buquê de rosas... azuis e de uma camisa estampada com uma caricatura minha. O autor do desenho é o estudante Felipe Pardal. Os traços artísticos dele – junto com os de seis outros estudantes sobre os quais falarei nos *Agradecimentos* – podem ser apreciados na última folha de guarda deste Memorial. Vá lá, leitor: dê uma espiadinha no talento desses jovens artistas e... de pois... (por favor)... volte ao texto do requerimento.

Desencantamento com o mundo? Crise existencial dos 50 anos? “Frescura”? Vontade de partir para outros campos e respirar ares diferentes? Uma pitada de tudo isso? Talvez. Ainda não sei.

Não sei, mas preciso saber; o que não posso é ficar ligado no automático. Para tanto – e com base na Lei 8.112/90, no seu Art. 91, associada à Portaria 660 de 27 de abril de 2009 da Reitoria do Ifes – venho solicitar licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares no período entre 15 de fevereiro de 2016 e 14 de fevereiro de 2017. Ou seja: preciso de uma licença de um ano – com a possibilidade de estendê-la para dois, conforme me faculta a legislação.

Sim. Requeiro um “ano sabático”. Preciso pensar, fazer uma autoavaliação; preciso saber *o que se passa* comigo. Talvez precise – quem sabe? – oxigenar meu cérebro, cuidar melhor de minha mãe, ler e escrever mais, reeducar-me como ser humano, voltar a ser mais humilde... e mais paciente, e mais colaborativo com as atividades do campus, e mais confiante na capacidade libertadora do meu trabalho didático-pedagógico.

Num documento desta natureza, sei bem que não é usual lançar mão de artifícios literários para sensibilizar corações e mentes, mas, de toda sorte, vou fazê-lo – coisa de um *velho* professor. Então, finalizo na companhia do poeta Fernando Pessoa:

“Se achar que precisa voltar, volte!
Se perceber que precisa seguir, siga!
Se estiver tudo errado, comece novamente.
Se estiver tudo certo, continue”.

Cordiais saudações do ⁷

Prof. JOSÉ P. SCHAYDER

⁷ Com Fernando Pessoa e “cordiais saudações” finalizei o meu pedido de *deferimento* para um “ano sabático”, mas... essa história está longe de terminar aqui e... tem sequência aí do lado, no próximo artigo.

DÁ LICENÇA, POR FAVOR¹

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 30 de Agosto de 2019.

Sr. Diretor Geral do Campus Cachoeiro, *prof.* Edson Maciel Peixoto.²

Solicito a reativação deste Processo (23151.000695/2015-96), *suspense* – a meu pedido – desde fevereiro de 2016.

Aquela altura, pedi ao então Coordenador do Curso Técnico em Eletromecânica, *prof.* Antônio Celso Perini Talhate, que deixasse este Processo em *estado de espera* porque – naquele início de ano letivo – julguei-me em boas condições psicológicas para retornar à rotina da sala de aula. Ao meu modo, nas férias de 2015 para 2016 fiz uma ressignificação do meu trabalho e, a despeito das razões expostas nas fls. 01 e 02 [do Processo!], recobrei ânimo para – digamos assim – *tocar o barco*.

1 – Aqui, cabe replicar (no modo *simplificado*) as considerações da *nota* 1 em *Um ano sabático?* (p. 293): o título *Dá licença, por favor* é pura ficção – é anacrônico – e isso se deve a uma razão muito simples: o texto a seguir é uma *peça* extraída de um processo administrativo, que – por sua tipologia: um requerimento – é desprovido de *título*. Note-se: o título é pura ficção, mas o texto é pura realidade.

2 – No Ifes, campus Cachoeiro de Itapemirim, o *prof.* Edson Maciel Peixoto foi eleito Diretor Geral (por votação direta, pela comunidade escolar) em junho de 2017. Um registro: por ocasião das eleições no campus – e a convite da Comissão Eleitoral – tive a honra de ser o mediador do debate entre os candidatos ao cargo. Quanto a este requerimento, vamos lá: foi endereçado – como administrativamente manda o protocolo – ao Diretor Geral, porém – para dar execução aos encaminhamentos práticos – o documento obviamente foi parar nas mãos do Diretor de Ensino, cargo ocupado naquele momento pelo *prof.* Flávio Palhano Fernandes. Pela natureza do meu pedido – cujo teor era “de foro íntimo” –, solicitei aos dois que – até *quando* fosse possível – mantivessem-no sob absoluto sigilo e, neste pormenor, só posso agradecer à dupla diretorial pela discrição, delicadeza (e compreensão) com as quais lidaram com o assunto. Se bem que, na verdade, quando o Diretor de Ensino recebeu o Processo 23151.000695/2015-96 com o requerimento, o pedido ali contido – pelas razões que irei revelar daqui a pouco – já não era (para ele, há um bom tempo) nenhuma novidade.

No entanto, de lá para cá – no transcorrer destes últimos três anos e meio – as angústias, dúvidas e insatisfações com o meu trabalho ressurgiram e foram se avolumando de forma gradual e persistente, embora – neste íterim – não tenha ocorrido nenhum incidente grave, como em 2015.³ Apesar disso, não vislumbro – no horizonte – nenhum sinal indicando reversão desse quadro. Pelo contrário, aliás.

Do ponto onde estamos para adiante, a *coisa* – pressinto! – tende a ficar cada dia mais difícil de suportar. Sinto minha disposição definhando e, no revés, a lassidão vai ganhando força: tenho a sensação de estar às portas de um esgotamento total, um colapso – temo, se, no transcorrer de uma aula qualquer, irromper um evento catalizador.⁴

3 Vide o texto *Um ano sabático?* (p. 293). Em especial leia a n. 3 (p. 294), onde registrei o meu “dia de fúria”.

4 Logo nos primeiros dois meses letivos de 2019 senti o quão difícil seria vencer o desânimo e romper – com o amor-próprio preservado – aquele ano. Por volta do início do mês de abril, percebia-me muito ríspido em sala de aula, fazendo abordagens históricas cada vez mais “duras” e – nas exposições orais – tomando posições cada dia mais eivadas de idiosincrasias, descrenças e pessimismos. Minha maior fonte de preocupação era o grupo de estudantes das séries iniciais do Ensino Médio, pois – apesar de pedir àqueles jovens (como sempre peço a todos eles) para “filtrar” as minhas falas – tratava-se de adolescentes na faixa etária de 14-15 anos, portanto... demasiadamente jovens! Por este tempo – abril de 2019, frente às circunstâncias – decidi reativar a ideia de requerer licença não remunerada por um ano. Já por essa altura, compartilhei minhas angústias e decisão com o *prof.* Flávio Palhano Fernandes: não só porque nutrimos uma boa relação de amizade, mas porque ele – sendo o Diretor de Ensino – precisava ser o primeiro a estar a par da situação, pois *talvez* precisasse providenciar um professor-substituto. Paralelo (e associado) a isso, foi também por ali – abril de 2019 – que concebi, num *insight*, o projeto de organizar este livro-memorial, compilando textos antigos e os recompondo num só lugar. Na minha cabeça, fervilhou – desde então – uma ideia-fixa: “publicando um Memorial vou ‘fechar um ciclo’ de minha vida pessoal e profissional de uma maneira digna: ‘prestando contas’ do meu trabalho ao longo das décadas”. Esse livro-memorial “nasceu” ali, por outro lado... o Processo com o meu pedido de licença só foi resgatado – do limbo no qual se encontrava há anos – em agosto de 2019. Foi aí então que, ao Processo, anexei esta “peça” – ora intitulada *Dá licença, por favor* – e tornei (institucionalmente) oficial o meu intrínseco desejo de parar. É o que se lerá, *agorinha* mesmo...

Para mim, tem sido um fardo pesadíssimo o cotidiano da sala de aula, sem falar dos excruciantes – porém, necessários – papatórios avaliativos e registros escolares, além da sobrecarga de outras (na maioria das vezes, a meu ver, inúteis) burocracias ditas institucionais e/ou “pedagógicas”. Por *n* razões – e reservo-me aqui o direito de não elencá-las –, ministrar aulas de História transformou-se em algo *sem sentido* para mim e, por isso, virou um martírio; e não era para ser assim porque (exceto naquela recaída de 2015) *dar aulas* sempre foi uma paixão pessoal, uma inesgotável fonte de... prazer.

Isto é fato: não consigo realizar – com a devida *qualidade profissional* e a inalienável *dignidade pessoal* – aquilo no qual não acredito. Por isso mesmo, venho reivindicar ao Ifes uma **licença não remunerada** por um ano, com a possibilidade de prorrogá-la até o limite de um biênio – *ipsis litteris*, é o mesmo pedido datado de novembro 2015 (de novo, fls. 01 e 02 deste processo). Salvo disposições em contrário, é direito do servidor licenciar-se por um ou dois anos, a fim de tratar de assuntos pessoais (*vide* Art. 91 da Lei 8.112/90, associado à Portaria 660/09 da Reitoria).

"Ver de longe para ver melhor" é um truísmo para o historiador. Assim, o afastamento será o tempo de olhar-me *de fora*, de colocar-me em perspectiva, de modo a repensar ideias, práticas e hábitos; tempo, talvez, de realizar ofícios para *além* dos muros das escolas; o tempo, enfim, de dar uma *virada* – e sabe-se lá o que isso poderá significar. Hoje – como nunca antes, em toda minha vida –, tornei-me um professor *reclamão*, amargo (*tóxico* até, às vezes) e repetidamente impaciente; a paciência, disse-me um grande mestre, é a maior virtude de um educador: “sem ela, todo o resto estará perdido”, ensinou-me. Preciso – e quero – reeducar-me.

De minha parte, estou me preparando para *tirar* a licença a partir do dia 03 de fevereiro de 2020, de modo a *casar* a data do início do meu afastamento com o primeiro dia das atividades escolares do próximo ano letivo. Assim, penso, haverá menos transtornos, tanto à organização burocrática do Instituto, quanto – e principalmente – à vida acadêmica dos discentes.

Ex professo, afirmo: está na hora de os estudantes do campus Cachoeiro conhecerem abordagens inéditas do conhecimento históri-

co e experimentarem novas metodologias para o aprendizado desse inesgotável saber. Busque-se, portanto, um professor de História entusiasmado com a bela arte de ensinar; um professor que – com *brilho nos olhos* – transmita aos estudantes do Ifes a esperança de dias melhores para este país. Nossos jovens merecem um professor assim, logo... que assim seja. É justo!

Nestes termos, requiro à Direção que – daqui à data indicada, 03/02/2020 – sejam realizados *todos* os encaminhamentos administrativos necessários no sentido de atender ao meu apelo.⁵

Saudações cordiais do

Prof. José P. Schayder

5 Repare, leitor: “...atender ao meu *apelo*”. Estava *apelando*, clamando pelo direito de... *parar*. Ficar longe da escola, da sala de aula, dos estudantes... Era um remédio amargo, eu sabia, mas (a meu ver) necessário. Quando anexeí esta “peça” – *Dá licença, por favor* – ao Processo era o penúltimo dia do mês de agosto de 2019 e, naquele exato instante, parecia não haver nenhuma réstia de luz e de esperança à minha frente. Ali – depois de algumas tentativas de me restabelecer – foi o momento mais crepuscular das minhas aflições/inquietações: por isso, resisti desde abril até o final de agosto para – só então, não antevendo melhoras – *bater o martelo* e oficializar o meu pedido de afastamento. Pela honra e pela glória do meu ofício, continuava de pé – indo ao Instituto, dando aulas – tentando passar uma imagem de que “tudo estava bem”... mas não era a verdade e... só eu e mais dois professores – Edson e Flávio – sabíamos disso. O calendário seguiu, o mês virou, setembro chegou trazendo consigo (lá pelas tantas) a Primavera e – com a estação das flores, inesperadamente – vislumbrei o que *pareceriam* ser os raios de novas auroras brilhando no horizonte. Será?!

EPÍLOGO



NOVAS AURORAS?!

“Há tantas auroras que não brilharam ainda”
Rig Veda, 1.500 a.C.

Copiando Friedrich Nietzsche, pus aqui – em epígrafe – essa inscrição indiana extraída do Rig Veda, o livro sagrado da religião vedanta e hindu: em 1888, Nietzsche a *esculpiu* na porta de entrada de seu livro *Aurora*.¹ Como é amplamente sabido, o filósofo alemão não era religioso, muito pelo contrário: ele próprio se intitulou “o Anticristo” – ou, se se preferir, “o anticristão”. Contudo, se por um lado F. Nietzsche não era nada religioso, por outro – e talvez por isto mesmo (por não crer em religiões) – era muito otimista quanto ao destino *terreno* do homem.

“Nietzsche, afinal, acreditava em quê?”, *talvez* seja a pergunta de fundo martelando na cabeça do leitor. Pois bem, eu digo: ele tinha esperança na capacidade do homem para – superando-se a si mesmo e redefinindo os valores morais dominantes – tornar-se um *Übermensch*, um “além do homem”, um super-homem, um homem superior, um... “espírito livre”.² No conjunto da obra, a filosofia nietzschiana pode ser definida como um *culto ao otimismo*, no que tange à possibilidade de – um dia! Um dia! – esse *novo homem* surgir.

O otimismo e a autoconfiança de F. Nietzsche são tamanhas que o *Sumário* de um de seus livros, *Ecce Homo* – cujo subtítulo “de como a gente se torna o que a gente é” sinaliza o seu caráter autobiográfico –, vem recheado com títulos capitulares tais como *Por que sou tão sábio*, *Por que sou tão inteligente* e *Por que eu escrevo livros tão bons*. Num dado instante, em *Ecce Homo*, F. Nietzsche se dedica a comentar a obra *Aurora* e – logo após relembrar ter escrito, na página inicial des-

1 NIETZSCHE, Friedrich. *Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, *Epígrafe*, p. 7.

2 Para uma *iniciação* ao conceito de “espírito livre” confira (neste livro-memorial) à p. 101, n. 4. Lá, o leitor encontrará uma boa indicação bibliográfica para aprofundar o tema – se isso lhe aprouver, óbvio.

se livro, a citação védica – atravessa as nossas consciências com uma provocativa pergunta:

“Onde busca o seu criador [*potencialmente*, cada um de nós] aquela nova manhã, aquele rubor delicado, até agora ainda desconhecido, com o qual um dia – ah!, toda uma série, um mundo inteiro feito de *novos dias* – romperá?”³

Pescou, leitor? O resplandecer de novas alvoradas, novas manhãs, de novos dias, de um novo mundo... depende de cada um de nós, posto que somos nós os responsáveis por criá-los. E? Para criar esse (outro) mundo, com auroras diferentes – delicadas, em tons rosáceos –, faz-se urgente a existência de um novo homem, um homem moralmente superior ao atual, um super-homem, um “espírito livre”, um *Übermensch*. F. Nietzsche – disse-lhe há pouco – acreditava na possibilidade desse homem existir. E eu também.⁴

Acredito, pois me enquadro na vertente filosófica existencialista da qual Friedrich Nietzsche (1844-1900) é – digamos assim – precursor. Alguns estudiosos da história da Filosofia o classificam de protoexistencialista, colocando-o ao lado do dinamarquês Søren Kierkegaard (1813-1855) e do escritor russo Fiódor Dostoiévski (1821-1881). Desse trio (e de suas ideias) virá a inspiração para – no século XX, no imediato pós-Segunda Guerra (1939-45) – surgir o Existencialismo, movimento cujos representantes exponenciais são o francês Jean-Paul Sartre (1905-1980) e o franco-argelino Albert Camus (1913-1960).

3 NIETZSCHE, F. *Ecce homo: de como a gente se torna o que a gente é*. Porto Alegre: L&PM, 2009, p. 105.

4 Além de *super-homem* e “espírito livre”, o *Übermensch* pode ser também considerado o “filósofo do futuro”, “filósofo do talvez” ou o “aeronauta do espírito” – por favor, leitor, guarde bem esse último termo: *aeronauta do espírito*; ele reaparecerá por aqui, lá no final. Sobre todos esses termos sugiro revê-los na p. 274-5 de uma das mais surpreendentes biografias que já li – esta: PRIDEAUX, Sue. *Eu sou dinamite: a vida de Friedrich Nietzsche*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019. Em tempo: foi o próprio Nietzsche quem disse “eu não sou homem, eu sou dinamite!” – Cf. NIETZSCHE, F. *Ecce Homo...*, p. 144.

J.-P. Sartre é o ardente defensor da ideia de que o homem está condenado a ser livre para – diante das circunstâncias e de acordo com a sua consciência – fazer escolhas. “Condenado”, diz Sartre, “pois ele não se criou a si mesmo, e, por outro lado, contudo, é livre, já que, uma vez lançado no mundo, é o responsável por tudo o que faz...”.⁵ Quanto a A. Camus, revela – em suas obras – sentir-se um “estrangeiro” diante de um Universo e de uma vida sem sentido, contudo a vida – mesmo “absurda”, diz Camus – vale a pena ser vivida, pois nós é que podemos (e devemos) dar a ela, à nossa vida, um sentido.⁶

A esta altura, suponho que o meu leitor esteja se perguntando onde é que tudo isso vai parar e o *quê* que tudo isto – Rig Veda, novas auroras, Nietzsche, Übermensch, super-homem, Existencialismo, Sartre, Camus... – tem a ver com o desfecho deste livro-memorial. Pois, então, eu lhe digo: tem tudo a ver.

Quando – cansado, desanimado com o meu desempenho e (mal) comportamento em sala de aula – tomei a decisão de pedir licença do meu trabalho no Ifes⁷, tal atitude não significava, em absoluto, paralisia existencial e autocomiseração – vitimar-se dizendo “olhe como eu sou um pobre *coitadinho*” é catastrófico (sempre!). O afastamento – da escola, das aulas e dos estudantes – era um remédio amargo, mas, naquele momento – no meu sentir –, necessário, para recolocar-me diante da vida, reorientando-me. Contudo, apesar do profundo cansaço – e das circunstâncias –, não me prostrei por completo, numa atitude de inação total: num “último suspiro” – e para me “despedir” com dignidade –, quis deixar uma mensagem para os estudantes. Então,... *fiat lux!*

5 SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 24.

6 As ideias de “sentir-se um estrangeiro” no mundo e do “absurdismo” da vida Cf. in: CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo*. Rio de Janeiro: Record, 2018, pp. 19-20. Para essa discussão vale lembrar que – não sem propósito – Albert Camus tem uma obra cujo título já diz muito – Cf. CAMUS, Albert. *O estrangeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

7 Cf. o histórico do pedido de licença nos textos *Um ano sabático?* (p. 293) e *Dá licença, por favor* (p. 299).

Em agosto de 2019, paralelo ao pedido de licença – e à compilação de textos para compor este livro-memorial, trabalho iniciado em abril daquele ano –, resolvi preparar um projeto filosófico-musical para ser apresentado no Ifes-Cachoeiro em outubro, num evento anual chamado Jacitec – Jornada Acadêmica de Ciência, Tecnologia e Cultura. Em 2019, a Jacitec – essa espécie de *Feira de Ciências & Artes* (e sempre) aberta à comunidade – comemoraria sua décima edição: uma efeméride a ser celebrada com algo notável.

O projeto filosófico-musical era a minha mensagem aos estudantes: uma mensagem existencialista, de crença na capacidade de cada indivíduo se colocar diante da vida como sujeito da história, como arquiteto do seu destino, superando valores vigentes e moldando um novo paradigma existencial para si e – ao projetar (com suas *decisões*) suas *vontades* no mundo, abrindo novas possibilidades de escolhas – também para os outros. Um projeto de tal magnitude – com propósitos tão elevados – levou-me a recorrer aos (meus) grandes mestres existencialistas – e não só a eles, como se verá agora.

A F. Nietzsche, J.-P. Sartre e A. Camus juntei Humberto Gessinger, o vocalista da banda gaúcha *Engenheiros do Hawaii*. Desde a década de 1980, quando um ex-aluno – o jovem Rondinelli Paier Desteffani – me apresentou as composições de H. Gessinger, vinha identificando, nas letras de suas canções, as influências diretas (ou indiretas) dos filósofos existencialistas. Agora, havia chegada a hora – era, isto sim, a hora mais conveniente – de fazer o casamento de duas das minhas paixões: a filosofia existencialista e as baladas do meu compositor predileto. Desse casamento, nasceu o projeto *Um café existencialista com Nietzsche, Sartre, Camus & H. Gessinger*.

Com a ideia na cabeça, fui atrás de estudantes-voluntários dispostos a se engajar no projeto, mas – e isto lhes foi dito de antemão – sem direito a quaisquer contrapartidas no quesito “pontinhos” no bimestre ou coisas do tipo. Nós, professores, sabemos o quanto isto nos angustia: às vezes, pensamos que os estudantes só se empenham nas atividades que “valem nota”. Pensamento equivocado, pois os jovens envolvidos no projeto existencialista provaram-me o contrário. E foram muitos os voluntários: 36, para ser exato, oriundos das quatro séries dos Cursos Técnicos Integradas ao Ensino Médio do

Ifes; eles foram os personagens centrais do “café filosófico-musical”. E qual era o *script*?

O cenário: um *Cafê Bar*. Nele, eu – na condição de *gerente*, sentado por trás de um balcão – ficaria praticamente “observando a cena” e servindo... café (lógico!) com o auxílio de uma *garçonete* e um *garçom*.⁸ Os *clientes* do *Cafê* – sentados em primeiro plano, em torno de uma grande mesa – aos poucos deveriam assumir a postura de “filósofos”, *proseando* sobre as ideias existencialistas de Nietzsche, Sartre e Camus; vez ou outra, o *bate-papo* filosófico daria uma pausa, para um dos filósofos *pedir uma música* ao garçom. Ato contínuo, entrariam em cena os estudantes-músicos, que – posicionados num plano mais alto – iriam tocar e cantar uma canção de H. Gessinger cuja letra associava-se (diretamente) aos temas filosóficos discutidos no (exato) instante precedente.

No calor da hora, eu – já autoproclamado “historiador amador” (cf. pp. 23, 164 e 249) – vi-me diante da urgente necessidade de me tornar teatrólogo *prático*, preparando um “roteiro” para as falas dos filósofos do *Cafê*. Mirei-me em Bertold Brecht, Luigi Pirandello e Nicolai Gógol e – enclausurado em casa, num fim de semana – o copião da “peça teatral” ficou pronto, consciente de que era isso mesmo: um copião, rascunho para ser riscado, adaptado, emendado, remendado... pelos nove estudantes-filósofos.⁹ A organização e dedicação deles foram impecáveis, distribuindo entre si as falas, moldando-as nos seus próprios termos, termos mais juvenis. A cada ensaio – para repassar o texto – vi a coisa fluindo...

8 A partir de agora – em cinco Atos – irei (com prazer) descortinar o *Cafê Existencialista*, para que o leitor conheça cada estudante do elenco e os seus respectivos papéis: Ato I (*Prólogo*) – A garçonete e o garçom do *Cafê Bar*: Agda da Silva de Paula & Matheus Alves Ferreira [Clap! Clap!... Clap!].

9 Ato II – Os filósofos: Alex Moraes Bossois, Ana Karolina Schayder Rocha, Kevin Depolli Costa Florindo, Liedson Caetano Abreu, Lorenzo Miniguíte Scaramussa, Paola Corrêa de Oliveira, Rayssa Pereira Pires, Viviane Valério de Lima Silva e Vitor Pontes Juliatti [Clap! Clap!... Clap!]. Atenção: além de filósofo, Alex Bossois é talentoso caricaturista: rabiscou em seu caderno uma caricatura minha, presenteando-me com a bela arte. Imponente (e talvez satírica), a caricatura – na qual apareço com as mãos na cintura – foi reproduzida na folha de guarda deste Memorial. Valeu, Sr. Alex!

Fluía também – na outra ponta – os ensaios dos estudantes-músicos. Dia após dia – e foram muitos dias e, para mim, dias muito divertidos –, aqueles *meninos* e *meninas* alinhavam as vozes e os tons, afinavam os instrumentos, passavam e repassavam as dez canções de H. Gessinger.¹⁰ Já imaginou, leitor? Estou falando de dezesseis jovens cantores e instrumentistas – violonistas, guitarristas, tecladistas, baixistas, percussionistas... – emprestando seus dons e talentos para celebrar, sem dúvida, a arte musical, mas também a Filosofia e – em específico – a “filosofia da existência” de Nietzsche, Sartre e Camus.¹¹

Nesse tributo à filosofia e à música – e acompanhando “de camarote” os ensaios –, alinhei minha razão à sensibilidade e compreendi com mais vivacidade o *Aforismo 33* do livro *Crepúsculo dos Ídolos: ou como se filosofa às marteladas*, onde Nietzsche falou assim: “Quão pouco é preciso para ser feliz! Sem música a vida seria um erro”.¹² E

10 O repertório tocado no *Café Existencialista* foi – pela ordem de apresentação: 1. A Onda; 2. Somos quem podemos ser; 3. Humano demais; 4. Infinita Highway; 5. Nossas vidas; 6. A Revolta dos Dândis I; 7. Tchau Radar, a canção; 8. Milonga do xeque-mate; 9. O exército de um homem só I; 10. Depois de nós.

11 Ato III – Os músicos: Adonias Scherrer Brandão, Débora Azevedo Caetano, Ewerton dos Santos Nascimento Batista (“o Ton”), Gabriel Moulin Massini, Gustavo Vieira da Silva, João Pedro Serafim Lopes, João de Barros Schaidter (“o solinho”), Laura Aparecida Perim da Cruz, Letícia Lima Martins, Luís Gustavo Wesendonk de Freitas (o nosso maestro!, que – em 2020 – começou o curso de Música, na Ufes), Mariana Brito Maia, Mateus Mastélo Fâro, Rodrigo Cock Viana Filho, Thaylane Conceição Sardenberg, Victória Gomes Araújo, Vitor Miller de Toledo [Clap! Clap!... Clap!].

12 Entenda-se: o amor de Friedrich Nietzsche pela música parece ser uma herança do pai, Karl Ludwig Nietzsche – pastor luterano em Röcken (terra natal do filósofo) e exímio tecladista. Na Escola de Pforta – localizada em Naumburg, a 7 km de Röcken –, onde F. Nietzsche estudou dos 14 aos 20 anos, “seus professores e colegas admiravam muito suas habilidades patentes ao piano e sua proficiência na leitura de partituras, que era espetacular, mas eram suas incríveis improvisações no teclado que os deixava maravilhados”, constatou a biógrafa Sue Prideaux. Retornando ao nosso tempo, digo: hoje, o jovem Sr. Nietzsche seria – creio nisso – mais um estudante engajado no projeto do *Café Existencialista*. Que honra para nós... e para ele! Cf. BRIDEAUX, Sue. Op. Cit., p. 36; Cf. frase “Quão pouco é preciso...” in: NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo*

foi assim, nesse embalo, que agosto – mês da concepção da ideia do *Café* – findou e setembro – mês dos primeiros ensaios – chegou e já ia indo embora quando, de repente, dois estudantes – Pedro Afonso Peterle Mantuan e Renan Gomes Pogiam – interceptaram-me nos corredores do Ifes trazendo-me uma carta-convite com a seguinte mensagem:¹³

Prezado Professor Schayder.

Finalmente nossa caminhada por aqui está terminando, e você [eu!] exerceu um importante papel em nossa jornada pessoal e acadêmica. Sempre além das suas obrigações, demonstrava preocupação com a união da turma e com cada aluno que a compõe, estando disposto a ajudar nos momentos de dificuldade e a comemorar conosco nos momentos de vitória. Com seu enorme coração, tornou-se uma pessoa especial que estará sempre em nossas lembranças. Em razão disso, toda a turma do IMI 2016 – grata por seu apoio e incentivo – se sentiria honrada em tê-lo como *Panainfô*, fazendo nosso discurso, caso aceite.

De todos os alunos... A LA VANTE!¹⁴

dos ídolos: ou como se filosofa às marteladas. Lisboa (Port.): Guimarães Editores, 1985, p. 21.

¹³ Agradeço aos dois jovens – Pedro Afonso e Renan – por terem sido os *anjos* portadores da mensagem contida na carta. Nesta oportunidade, quero externar o meu agradecimento particular ao estudante Pedro Afonso Peterle Mantuan com quem, no final de 2019, conversei longamente sobre o livro *Passado a limpo: o Estado capixaba e o seu mito fundador*. Tendo dissecado a obra, Pedro Afonso compartilhou em detalhes suas impressões e críticas: honra-me ter sido lido por um leitor tão qualificado! Não só isso: a meu pedido, enviou-me – por e-mail – um *prontuário* de erros de digitação detectados, na obra, por seus olhos clínicos. Conhecendo esse jovem como conheço, não tenho dúvidas: abraçando a Medicina, será um médico metuculoso no diagnóstico, eficiente no prognóstico e... humano, no trato dos pacientes.

¹⁴ Preciso fazer um esclarecimento, pois, doravante, esta expressão – “A la vante!” – irá aparecer outras vezes. Fui eu quem a criei – e, sinceramente, não sei mais exatamente *quando* – e era um encorajamento do tipo “vá em frente!”, “força!”, “não desanime!” ... Com o tempo – e a utilização da expressão na carta-convite é uma prova disso – “A la vante!” virou um cumprimento cordial, uma saudação entre nós – os estudantes e eu –, criando uma *cumplicidade* pedagogicamente

Como não aceitar, leitor? A carta-convite veio subscrita pelos 36 jovens da turma. *Essa* turma?! Um viveiro de personalidades incríveis, de estudantes de primeira linha, de intelectuais de alto calibre, que – no triênio (2016-2018) no qual estive com eles – nunca (*nunca!*, repito) foi preciso pedir-lhes atenção, pois a atenção deles era espontânea e... total. Aceitei de pronto o convite. Faltava-me então – investido (agora) na honrosa função de *Paraninfo* – preparar o discurso, conforme pedido na carta, mas, a solenidade de formatura seria apenas em dezembro e, antes disso, em outubro, tínhamos a apresentação do *Café Existencialista*.

Na antevéspera do “grande dia” do *show* filosófico-musical, fizemos o primeiro (e único) Ensaio Geral juntando Filósofos & Músicos – quadro a quadro, repassamos cenas e falas, letras e canções. Ali, tive a certeza de que tudo iria dar certo, mas... *e se* não desse?! Surgiu a pergunta do “e se?!”: “*e se* algo der errado?” A melhor resposta foi... “se der errado, já deu certo, pelo tanto que rimos, cantamos e nos divertimos juntos, preparando este projeto”. Esta resposta – atribuída ao estudante-baixista Mateus Mastélo Fáro, mas compartilhada por todos – era a mais pura e cristalina verdade. “E se?!”... “E daí?!”... ainda que desse (tudo) errado, já tinha dado (tudo) certo...¹⁵

interessante. Contudo, como os jovens são (sempre) muito criativos, vez ou outra aparece uma variação curiosa da saudação, cada qual moldada às circunstâncias: “aulavante!” e “avalanche!” são exemplos dessas (saudáveis) mutações.

15 Este, aliás, é o verdadeiro “espírito dionisiaco” (ou o “espírito da vida”) defendido por F. Nietzsche. Na mitologia grega, Dionísio – ao contrário de Apolo, que é pura razão – é um brincalhão, dotado de um “espírito fanfarrônico”. Para quem incorpora o “espírito dionisiaco”, a vida é – para além da razão – irracionalidade e... possibilidades; portanto, o sucesso de qualquer coisa que se faça (o *Café Existencialista*, p. exemplo) não é obrigatório – é algo possível, circunstancial, condicionado... casual. Então – Nietzsche diz – “a vida é uma dança para a música do ‘e se?’...”. *Na mosca!*, bravos jovens do *Café*. Quanto a mim, apenas tangencie aqui – numa síntese extrema – o significado de “espírito dionisiaco”. Para um aprofundamento, sugiro a obra *O nascimento da tragédia*, onde acompanhamos o olhar-de-Nietzsche em torno da antítese dos espíritos *apolíneo* versus *dionisiaco*. De *quebra*, o leitor descobrirá (por lá) “a verdade de Sileno” – surpreendente e... dionisiaca! Vá lá! Cf. PRIDEAUX, Sue. Op. Cit., p. 274; Cf. NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia ou mundo grego e pessimismo*. Lisboa (Port.): Relógio D’Água, 1997.

Experiência única! Assim defino a apresentação do projeto *Um café existencialista com Nietzsche, Sartre, Camus & H. Gessinger*. O Auditório estava fervilhante, o cenário bem ornamentado e arrumado: inclusive com direito a uma mesa onde uma dupla de enxadristas duelou durante a exibição da música *Milonga do Xeque-Mate*, talvez a mais existencialista das composições gessingerianas.¹⁶ No final, agradei o desprendimento e voluntarismo do grupo e dei ao público-plateia uma informação: desde o início, o propósito do projeto – e os estudantes estavam cientes disso – não era propagar as crenças existencialistas (das quais eu sou adepto), mas, sim, discutir (de forma lúdica) a Filosofia e apreciar uma boa música.¹⁷

Quando terminei a fala, recebi a *cereja do bolo*: fui surpreendido com as palavras da vocalista Victória Gomes Araújo, que – em nome do grupo – agradeceu a oportunidade de participar daquela *experiência* e teceu elogios às minhas (supostas) virtudes. Agradecer-me?! Ora, ora, pois, pois... O que a Srta. Victória não sabia era que aquele projeto – e as palavras que ela pontuou – serviram-me de estímulo. Fizera-me perceber que não estava totalmente perdida a minha ca-

16 Ato IV – Os enxadristas: Maxwell Ferreira de Lima & Talles de Souza Araújo [Clap! Clap!... Clap!]. Ato V (Epílogo) – Os ornamentadores: Agda da Silva de Paula, Amanda de Barros Lourenço Marques, Bruna Colodette Galo, Emanuele Almeida dos Santos, Laura Aparecida Perim da Cruz e Rodrigo Lopes Neves (criador dos origamis para o palco do *Café* e autor do desenho “Schayder vult!” reproduzido na folha de guarda deste Memorial) [Clap! Clap!... Clap!]. Vale ressaltar o trabalho artístico das estudantes Agda de Paula e Laura Perim na formatação gráfica do “cardápio” do *Café Existencialista* – esse libreto trouxe (para orientar a plateia) o roteiro sequenciado dos dez *Diálogos filosóficos* e das dez canções.

17 Como *Ato Extraordinário do Café filosófico*, farei alguns agradecimentos. Primeiro, sou grato ao técnico de TI Fernando Zago Neto pelo controle operacional da “mesa de som”, proporcionando aos estudantes a imprescindível tranquilidade na execução das músicas. Por último – mas não menos importante –, meus agradecimentos vão para as técnicas Daniele Zardo Assad e Patrícia Vieira Noé Sueth e para os meus colegas professores (e ternos amigos, confidentes, parceiros de angústias, devaneios e... delírios) Júlio César Madureira Silva e Saulo da Silva Berilli por terem registrado o evento em vídeos e fotos – sem a versatilidade desse quarteto fantástico, a memória imagética do *Café* estaria perdida; com os registros feitos por *Elas & Eles*, montei um belo acervo [Clap! Clap!... Clap!].

pacidade de promover algo pedagogicamente signifiante, ao ponto de mobilizar (e encantar) aqueles 36 jovens voluntários – e de provocar a reflexão em outros tantos ali presentes, na plateia, visivelmente compenetrados.

Tudo isso, não vou omitir, despertou certo ânimo em mim. O projeto – lembra-se, leitor? – era para ser uma mensagem minha aos estudantes, todavia, acabou sendo uma mensagem (não-planejada) deles para mim – efeito bumerangue! Eu parecia estar vivendo ali, naquele auditório, um recomeço, um novo “alvorecer professoral”. A apresentação foi numa quinta-feira e, no sábado seguinte (26.Out.), numa troca de *e-mails*, recebi – às 17h06 – mais uma boa notícia, dessa vez de Lorenzo Miniguite Scaramussa, um dos *filósofos* do projeto:¹⁸

Boa tarde, Professor!! [...]

Quero aproveitar a oportunidade para compartilhar um pouco a minha experiência com o projeto. Digo que, enquanto cada música tocava, enquanto cada fala acontecia, aquele auditório lotado, o sentimento de inclusão e contemplação no momento foi incrível. Como uma das últimas coisas que terei feito como estudante do Ifes, afirmo categoricamente que valeu a pena.

Além disso, queria acrescentar que eu já vivia o Existencialismo e nem tinha plena noção: antes, o que tinha em mente como filosofia de vida, eu considerava como “nihilismo positivo”. Assim, o projeto proposto [...] me fez abrir os horizontes e me sentir um pouco mais “estruturado” quanto à minha concepção do mundo [...]

Por isso, obrigado Professor. A la vante!¹⁹

18 Saiba, leitor: para dar vida e forma a este texto, pedi autorização aos estudantes nele citados para transcrever parcial ou totalmente o conteúdo das cartas/mensagens a mim destinadas em caráter privado. De público, agradeço-lhes pelo consentimento e... vamos ao *e-mail* do Sr. Lorenzo.

19 O *e-mail* do Sr. Lorenzo era uma resposta a uma mensagem minha (25.Out.), na qual fiz um pedido a ele nos seguintes termos: “... peço-lhe (mais) um favor: se possível, envie-me o roteiro final das falas dos filósofos no *Café Existencialista*; quero arquivar, para compor um ‘histórico’...”. O “roteiro final” – no qual constam as adaptações feitas, no meu copião, pelos nove *filósofos* – foi enviado e está devidamente arquivado.

*Obrigado?! Este jovem – Sr. Lorenzo – é um dos 12 estudantes do 4º ano engajados no projeto – e sequer eram, em 2019, alunos meus. Num ano estratégico para eles – último ano do Ensino Médio, sobrecarregados com as atividades acadêmicas, preocupados com (e em estágio de preparação para) o Enem –, empenharam seu precioso tempo para estudar com afinco os textos filosóficos e, depois, ler o copião do *Cafê Filosófico*, decorar e ensaiar as falas, ensaiar as músicas etc. Isso é impagável! Portanto, em vez do “obrigado Professor” do Sr. Lorenzo, registro aqui – pela enésima vez – o meu estridente “obrigado, estudantes!!!”.*

Aliás, deixe-me voltar ao dia do *Cafê* para fazer um último registro. No momento em que confraternizava com o elenco – e os convidados –, recebi uma carta das mãos de um grupo (de estudantes) representando uma turma inteira. Jovial, bem escrita e falando de coisas sérias de forma divertida, a carta – entre tantas outras mensagens – trazia esta:

IFES – Cachoeiro, OUT 2019.

Ei, Sr. J. P. SCHAYDER.

Magnífico, soberano e excelente Professor, *Senhor da Guerra*, General de nosso exército [...] defensor da liberdade e da educação. Nós, da turma de Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, ingressos no ano de 2017, viemos, por meio desta mísera epístola, representar nossa gratidão por esses últimos três anos os quais tivemos a honra de compartilhar com você[...]

Com você, professor Schayder, aprendemos uma nova forma de enxergar a história e que *a dívida é o preço da pureza e é inútil ter certeza*; você fez o passado presente e por isso nós o levaremos conosco em nosso futuro. Você não só escreve história, como faz parte da nossa...

De seus eternos alunos, um grandioso e sincero:

AULAVANTE!

Atenciosamente,
IMI2017.²⁰

do. Constituiu-se – agora – um documento para contar a história desses estudantes. Quem sabe um dia esse “roteiro final” seja recomposto (e rerepresentado) por uma nova geração de *filósofos* – seria uma bela maneira de homenagear esses *pioneiros*.

²⁰ O “Aulavante!” – variação do “A la vante!” (cf. n. 14, *supra*) – foi uma criação dessa turma.

Essa carta coroou aquele majestoso dia. Não só pelas belas palavras – e a citação de H. Gessinger (*a dúvida é o preço da pureza e é inútil ter certeza*)²¹ –, mas pelo fato de ter vindo de uma turma na qual travei amplos, intensos e polêmicos debates nesses tempos em que a História do Brasil (mas não só ela) tem sido ideologicamente usada (e abusada) para fins político-partidários. *Para mim*, essa carta é importante pelo o que diz – é óbvio –, contudo é (ainda) mais importante pelo o que *não diz* e traz oculto, nas entrelinhas: as abordagens históricas feitas por mim – em sala de aula – foram provocativas, mas não afrontaram (de modo desrespeitoso) as escolhas políticas e ideológicas de cada indivíduo daquela turma. Se de fato é isso, creio ter cumprido meu papel de professor e todos nós saímos ganhando.²²

Passado o *Café*, o mês de outubro foi declinando e – como negar? – foi um mês academicamente agitado, no bom sentido desse... “agitado”. Pessoalmente – é o que vejo hoje, olhando a minha história

21 Popularizada – no Brasil – pela música *Infinita Highway* (um clássico!) de Humberto Gessinger (outro!), esta frase – “*mas a dúvida é o preço da pureza e é inútil ter certeza*” – é, na sua origem, de autoria de Jean-Paul Sartre (“é pop!”), que a colocou na boca de um personagem – Lucien Fleurier – no conto *A infância de um chefe*. A bem da verdade, Gessinger citou a *ideia* sartreana, não a *frase*. A frase de L. Fleurier é assim: “Bem posso suportar um pouco de dúvida: é o preço que se tem de pagar pela pureza”. De qualquer modo, na música e no conto, defende-se a mesmíssima ideia: enquanto mantivermos a livre capacidade de pensar, duvidar, questionar... iremos conseguir nos manter *puros*, isto é, abertos a novas descobertas e reflexões – do contrário, se nos aferramos a certezas absolutas, a nossa existência fica acorrentada, presa a certas crenças e ideologias: tornamo-nos *escravos* delas. *A infância de um chefe* é um dos cinco contos do livro *O Muro*. Cf. frase de L. Fleurier in: SARTRE, J.-P. *O Muro*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d, p. 199.

22 Sim, “todos nós saímos ganhando”, mas eu *ganhei* algo mais dos estudantes da IMI2017: uma camisa das equipes esportivas da turma. Presentear-me foi – nas palavras deles, na carta – uma forma de fazer um “agradecimento *sólido*”. Nas costas da camisa, o número 33, “os anos de Cristo”: “nosso camisa 33 é você”, dizem – e concluem: “e que nós tenhamos sido bons questionadores da história conhecida, marcando a sua tanto quanto marcou a nossa”. Sobre isso, duas coisas: 1ª) Sim! Vocês foram (são) excelentes questionadores; 2ª) Sim! Nossas vidas e histórias estão cruzadas (e marcadas)... para sempre!

pelo retrovisor –, o balanço dos meses de agosto-setembro-outubro pode ser *condensado* num provérbio árabe: “a hora mais escura do dia é a que vem antes de o Sol nascer”. Para ser pragmático, estou dizendo isto: com o meu trabalho – e o imprescindível apoio (e incentivo) dos estudantes –, eu estava criando “novas auroras” para a minha vida profissional e... pessoal.

Nesse ponto, como não me lembrar de uma das mais citadas – e recitadas – frases talhadas por F. Nietzsche (sempre ele!): “tudo aquilo que não me aniquila por completo, torna-me bem mais forte”.²³ Nesse ponto ainda, posso buscar Nietzsche noutros termos, termos bem mais pretensiosos: “As dores podem ser bastante penosas: mas sem dores não é possível tornar-se guia e educador da humanidade; e coitado daquele que quisesse sê-lo e não mais tivesse essa pura consciência!”.²⁴

“Guia e educador da humanidade”? No *meu* caso, isso está fora de cogitação. Por óbvio, tais pretensões extrapolam por completo os modestos objetivos deste autor, um “mestre-escola” interiorano. Seja como for, as palavras do mestre Friedrich nos indicam que dores, sofrimento são sentimentos humanos, demasiados humanos, humanos demais. Em algum sentido, isso nos consola ou – talvez, ter consciência disso – seja uma vantagem, um trunfo a ser usado (no momento certo) em nosso favor.

Pois, por conta do turbilhão de coisas que aconteceram desde agosto, em meados de novembro eu estava me sentindo mais fortalecido, confiante e... sereno. Por essa época, tive uma conversa franca e amiga com o Diretor Geral do Ifes, campus Cachoeiro, *prof.* Edson Maciel Peixoto. Nessa *prosa*, disse a ele – que, aliás, prestigiou o *Cafê Existencialista* com sua presença (grato!) – o quanto tudo até ali – o *Cafê*, a carta do coletivo de estudantes da IMI2017 e o pedido para

²³ Popularizada, essa frase é citada assim: “aquilo que não me mata, só me fortalece”. Cf. frase original in: NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce Homo: como cheguei a ser o que sou*. São Paulo: Brasil Editora, 1959, p. 29.

²⁴ NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 87.

paraninfar os formandos – fizeram-me repensar o meu pessimismo, fruto talvez – estava me convencendo disso – de uma autocrítica muito severa.

No interregno entre essa prosa e o mês de dezembro, tomei duas decisões de suma importância. Primeira, pedi para arquivar o meu processo de afastamento: julguei não ser mais necessária a licença “a fim de tratar de assuntos pessoais”, pois os tais “assuntos pessoais” já haviam sido “tratados”. Segunda decisão: resolvi contar *um pouco* dessa história no discurso a ser feito na solenidade de formatura. A psicanálise freudiana não defende a “terapia (e cura) pela palavra”? Pois então. Falar sobre isso – em público, para uma plateia numerosa – seria uma catarse retumbante. A tribuna seria o meu divã! Quantos “psicólogos” me ouviriam?

Um milhar? Talvez, somando estudantes, convidados e servidores. A solenidade de formatura – no dia 12 de dezembro de 2019, às 19 h, no pátio do Ifes – foi muito concorrida, afinal eram cinco turmas de formandos. Só a turma da qual eu era paraninfo – IMI2016 – eram 36 estudantes mais os familiares e amigos. Naquele dia, depois dos cumprimentos de *praxe*, a primeira coisa que disse foi – dirigindo-me à mesa de autoridades – “*prof.* Edson, na minha fala prometo ser... longo”. Ora, leitor, eu almejava uma *cura* total...

Lá pelas tantas – e sei lá em qual tempo do avançar do meu discurso, pois, quando se fala do púlpito, perde-se a noção do tempo – disse, olhando no fundo dos (36 pares de) olhos dos “meus formandos”:

“O que vou dizer agora é uma confidência; o que vou dizer agora é uma revelação. Até *este* instante, só duas pessoas aqui presentes (os professores-diretores Edson e Flávio) sabem o que vou revelar para vocês”.

Então, relatei – num breve histórico – como eu me encontrava por volta do mês de agosto. Contei para eles do meu desânimo, da percepção de *falta de sentido* no meu trabalho em sala de aula, do meu desejo de “dar um tempo”, da vontade de “passar o bastão” para um professor mais jovem, com mais energia (e tecnologia), *passar a vez*

para um professor com mais brilho nos olhos, com mais esperança neste país..., enfim, coloquei-lhes a par de minha “crise profissional”.

Na sequência, procurei controlar o timbre da voz para declarar o mais importante a ser dito naquela noite:

Uma das coisas que me fizeram recuperar o ânimo e a vontade de continuar o meu trabalho foi o convite que vocês me fizeram para ser o seu *Paraninfo*; eu cheguei a comentar com os *professores* Edson e Flávio a minha felicidade de ter sido convidado por vocês, de como fiquei orgulhoso por ter sido o escolhido da turma.

Pensei cá comigo mesmo: “se esses jovens, esses jovens tão bons, esses jovens tão inteligentes, se esses estudantes tão especiais, se eles ainda veem algum valor em meu trabalho... meu trabalho deve ter mesmo *ainda* algum valor, alguma importância; talvez o que eu digo ainda faça algum sentido para esta geração que vive neste mundo, um mundo tão diferente daquele quando eu comecei a dar aulas...”.

O que estou tentando dizer é que o gesto de vocês, o convite de vocês me deixou muito, muito feliz e me ajudou a recuperar o ânimo para continuar em sala de aula. Vocês dignificaram o meu trabalho: **fui resgatado por vocês!** Eu não poderia sair daqui hoje sem abrir o meu coração e lhes dizer isso. Sou-lhes grato, muito grato.

Nesta carta [mostrei a carta-convite escrita por eles], vocês falam do quanto eu fui importante para a turma; agora, eu estou dizendo o quanto vocês, o quanto a turma IMI2016 é importante para mim. Esta carta simboliza o nosso *gran “finale”*.

Mas, o *gran finale* – para mim, naquela noite – foi quando pedi licença a todos ali presentes para “quebrar o protocolo”, pois faria algo que “nas cerimônias de formatura, no Ifes, sempre tive *vontade* de fazer, mas nunca tive *coragem*”. Então, pedi “um abraço coletivo” aos formandos, dizendo-lhes: “quero sentir um pouco mais, por uns instantes, a presença (e o calor) de cada um de vocês – isso será contagiante e me dará força para seguir...”. Abraçamo-nos e – ao final, depois do “três!”, juntos – gritamos um “*a la vante!*” em 37 vozes. A catarse estava consumada!

Era noite, mas *presenti* – no horizonte – a chegada de “novas auroras”. Depois da cerimônia, abraços, cumprimentos, choros, despedidas, palavras, fotos, lágrimas, vozes embargadas, últimas palavras, desencontros da vida, estudantes indo conquistar o mundo, filhos deixando o “ninho vazio”, jovens... tão jovens, choro, lágrimas, sorrisos, alegria pela missão cumprida, o florescer de um novo ciclo... é a vida seguindo o seu fluxo, são os jovens seguindo as suas jornadas... (Ainda) era noite, mas *presenti* a chegada de “novas auroras”...

Era madrugada – 01h10 do dia 13/12 – quando chegou uma mensagem de SMS (sim, o leitor leu certo: SMS).²⁵ O emissor era Guilherme Thomaz Marcelino, orador dos formandos da outra turma – a EMI2016 –, para os quais também dei aulas por três anos. Para mim, a mensagem dele – descontados os (a meu ver) exageros nos elogios, no que me toca – foi impactante:²⁶

25 A culpa pela mensagem ser de SMS é do meu aparelho, que só recebe mensagens nesse sistema. Tratando-se de um SMS, a mensagem chegou num bloco único e, por isso, fiz a paragrafação. Quanto ao texto que se lerá a seguir, dei apenas um ou dois retoques muito pontuais, para alinhá-lo.

26 Antes de ler a impactante mensagem do Guilherme – orador da EMI 2016 – peço ao leitor uma atenção para as derradeiras e reflexivas palavras do discurso da Victória Gomes Araújo, oradora da turma IMI 2016 – os *grifos* são meus: “Por último, peço a vocês, não apenas aos 35 que se formam comigo hoje, mas a todos os que um dia estiveram conosco – e aos que virão depois de nós –, que se comprometam, acima de qualquer coisa, a tentar ser sempre a *melhor versão de vocês mesmos*, pois a geração em que vivemos busca incessantemente alcançar expectativas inalcançáveis, o que, muitas vezes, faz com que nós nos sintamos insuficientes. No entanto, não se enganem ao pensar que essa *melhor versão* é a que é esperada de nós ou a que é pregada pela sociedade. *Nossa melhor versão* é – e sempre vai ser – a mais fiel a quem nós realmente somos”. Enviada por e-mail (a meu pedido) no dia seguinte (13 Dez.) à formatura, Victória escreveu na mensagem: “no discurso, tentei passar um pouco da essência da nossa turma, essência essa que foi construída grande parte com influência sua e, por isso, espero que se sinta *abraçado* por esse breve texto redigido por mim e revisado pelo Lorenzo [Miniguete Scaramussa]”. Diante disso, IMI 2016, posso lhes dizer: sinto-me – e fui, de fato, na formatura – totalmente abraçado por vocês e “nada será como era antes; e isso é bom, como não?” (citação extraída do “discurso da Victória”).

Bom dia, Sr. Schayder. Aqui é o Sr. Guilherme.

Apesar das suas belíssimas palavras não terem sido pensadas e proferidas para a minha turma, tomei a liberdade de me emocionar e me simpatizar com muito do que você disse. Mas queria ressaltar o momento em que você revelou seu pensamento em “dar um tempo” com o seu trabalho.

Como já lhe disse, você – tal qual Elis Regina já disse – é quem me deu uma ideia de uma nova consciência e juventude. Tenho absoluta certeza, total convicção, nem mesmo um resquício de dúvida, de que o homem que sou hoje, com o pensamento crítico e questionador, é fruto do seu trabalho, do seu esforço para abrir nossos horizontes além das datas e dos nomes das figuras históricas. Preocupar-se em nos ensinar a pensar de forma crítica sobre a história foi a melhor maneira que você me preparou para mudar o futuro.

É difícil encontrar esperança nos últimos dias, eu sei, mas espero que minhas palavras sirvam para tentar te convencer de que, se existem pessoas pelas quais vale a pena ter esperança, você é uma delas.

Não consigo imaginar o que seria o meu Ensino Médio sem a sua inteligência e carisma; nem mesmo imaginar uma vida sem que nossos caminhos tivessem se cruzado. Se hoje eu sou quem sou, devo isso a você. Por favor, continue a espalhar e a ensinar esperança com sua vida.

Com muito carinho e muitas saudades desde já...

Sr. Guilherme.²⁷

É de partir o coração, não é?! Imagina ler isso em plena madrugada, depois de uma noite precedente intensa. Para mim, a alvorada daquele dia chegou (bem) antes dos primeiros raios de Sol. Dizer o

27 Face à impactante fala do Sr. Guilherme – líder da EMI 2016 por anos –, aproveito para (de público) agradecer à atitude dos estudantes dessa turma no final do *meu* discurso de paraninfo, quando também o prestigiaram, aplaudindo-o de pé. Esse gesto cortês cravou fundo na minha memória. Pela Boa Ação do dia – espontânea e coletiva –, deixo minha saudação à maneira dos escoteiros: “Grato, grato, *gratíssimo!*”. Quanto à mensagem de SMS do Guilherme...

quê?! Tenho que dizer alguma coisa? Pois direi, mas – para seguir adiante – vou me dar ao luxo de (e pedir licença para) voltar ao passado, à aurora da minha vida profissional, mais precisamente ao início deste livro-memorial.

Lá – no primeiro capítulo (Educação I – Aurora), no artigo jornalístico *Os bárbaros também educam*, publicado em 1991 – escrevi: “Quando ainda fazia o curso de graduação em História, na Fafi, a *prof.^a* Gércia Guimarães, nas suas aulas de *Psicologia da Adolescência*, costumava dizer: ‘nós, professores, somos formadores de consciências’. Já imaginaram a responsabilidade? É uma tarefa superior ou não?”.²⁸

Gércia Guimarães – minha inesquecível professora de *Psicologia da Adolescência* – estava coberta de razão e eu... nunca tive dúvidas disso. A quase totalidade de minha vida professoral foi dedicada ao ensino para adolescentes. Esse momento – a adolescência – é a fase das grandes mudanças, descobertas, dúvidas, paixões, certezas, decepções, escolhas, decisões, alterações corporais, dramas pessoais, experiências...; é a fase de afirmações (ou negações) de convicções, condutas morais, ideologias políticas, crenças religiosas...; ou seja, entre *altos* e *baixos*, a adolescência é um momento da vida estratégico para colocar a razão à prova, “fazer pensar”, exercitar o intelecto, desenvolver massa crítica e “formar consciências”, a fim de que o *indivíduo/estudante* (de modo autônomo e autêntico) possa – ele próprio! – esculpir o seu caráter, a sua personalidade e o seu... destino.

Por esses nobres motivos aí elencados, sempre encarei o “formar consciências” – à Gércia Guimarães – como o meu *dever* maior, no papel de professor de História. A mensagem de SMS do Sr. Guilherme – há pouco transcrita – é, na totalidade, um *feedback* inegável desse “fazer-se” pedagógico inspirado nas palavras de quem, um dia, contribuiu para a formação de *minha* consciência profissional e, por tabela, do que *sou* e de como *ajo* nos espaços escolares, em especial entre as quatro paredes das salas de aula. Deixo aqui, então – *in memoriam* –, meus singelos agradecimen-

²⁸ Cf. p. 42.

tos à *prof.^a* Gércia Guimarães (1928-1989) por ter feito *diferença* em minha vida, quando as nossas vidas se cruzaram.

Nas escolas – ano após ano –, tem sido assim: vidas vão se cruzando. Num dado instante, estudantes vêm; noutro instante, estudantes vão – contudo, para mim, *cada um* que chega é único e o imprescindível é tentar fazer a diferença em suas vidas. Veja se não é assim, leitor: as vidas cruzadas traçam um trajeto como um grande X: vêm de lugares diferentes, encontram-se num ponto e, depois, seguem rotas diferentes, mas... *cada um* que chega, deixa um *pedaço* de si e, ao partir, leva também um *pedaço* de quem fica. E assim, vamos *costurando* vidas às nossas vidas, alinhavando *retalhos* de uma vida daqui, *retalhos* de outra vida dali, num costurar sem fim.

Os estudantes?! O que deixam para mim? Fora o *frescor* da juventude e as *provações* intelectuais? Deixam muito mais, mas – para responder a essa pergunta – mais uma vez vou retornar ao passado e, dele, resgatar – do *baú* de minha memória – um dos (incontáveis) *retalhos* de minha vida. *Retalho* deixado por uma mulher de grande personalidade que – sem ter sido minha professora – foi uma das maiores *professoras* que já tive. Aliás, mais que isso: foi uma mestra, pela inteligência e sensibilidade inspiradoras.

Estou falando da *prof.^a* Ariette Moulin. No longínquo ano de 1990, tive a honra – e a responsabilidade – de dividir com ela as aulas de História na Escola “Guimarães Rosa”, da qual ela é uma das fundadoras. A partir de então, nossas vidas se cruzaram e assim se mantêm até hoje. Além de grande professora, Ariette é historiadora e – toda semana, há décadas – escreve crônicas para a revista *Sete Dias*, de Cachoeiro. Em 2002, ela publicou uma coletânea de crônicas – *A cada dia uma lição*²⁹ – e, no lançamento dessa obra, autografou o meu exemplar com palavras que (sem sombra de dúvidas) responderão por mim àquela pergunta feita há pouco: “E os estudantes?! O que deixam?”.

²⁹ MOULIN, Ariette. *A cada dia uma lição*. Cachoeiro de Itapemirim: Gracal, 2002.

Com a palavra, Ariette:

Querido José

É o dia a dia que nos ensina a viver. E a sala de aula é um aprendizado. A nossa matéria-prima é o adolescente, cheio de sonhos e fantasias. Nós, professores de História, vamos semeando histórias sobre suas cabeças e corações; eles, em troca, nos dão a alegria de viver.

Que troca maravilhosa!

Assim, é feita e constituída a nossa história.

Carinhosamente,

Ariette

Cachoeiro de Itapemirim, 24 de abril de 2002.

Os estudantes “nos dão a alegria de viver”. Tá respondido, leitor?

Talvez, quando – consternado – passei pelos meus períodos de angústia, desanimado com o meu trabalho em sala de aula, eu tenha esquecido essa “lição” – entre tantas outras que recebi – da *prof.^a* Ariette Moulin. Porém, remexendo nos textos e livros para compor este Memorial, tive o inesperado reencontro com o charmoso exemplar daquela obra e, na folha de rosto, revivi a adormecida dedicatória. Esse casual reencontro foi mais um raio de luz rasgando os meus tempos sombrios, fazendo brilhar mais uma aurora à minha frente.

A retribuição dos jovens-estudantes-adolescentes – aquela, que “nos dão a alegria de viver” – vem (às vezes) em forma de palavras, gestos e ações, mas (outras vezes) se manifesta (e fica eternizada) por escrito, seja – à moda “antiga” – no formato de cartas, bilhetes, cartões e afins, seja – neste nosso tempo, “mais moderno” – no suporte virtual, como *e-mails* e mensagens de telefone celular. De uma forma ou de outra, o fato é: esses pequenos fragmentos da memória, quando reunidos e *costurados*, formam – pela diversidade de tons, tamanhos e intensidades – uma verdadeira *colcha de retalhos*.

Retalhados, guardo muitos (muitos!) desses pequenos escritos em meu arquivo pessoal e preservo-os comigo por três razões: em respeito ao remetente e à mensagem enviada, por cultivar a preservação

de minha memória pessoal e por que sou, “com orgulho” – confessei isso no livro *Como se tem escrito a história do Espírito Santo*, p. 23 –, “um historiador-trapeiro”. Os fiapos, trapos e farrapos da memória me interessam, pois eles – quando (e se) justapostos – contam *parte* de minha história. E dessa história, fazem parte ainda – e estão arquivados! – desenhos e caricaturas onde fui pictograficamente apresentado por estudantes-artistas.³⁰

Acaso não tivesse tido, desde sempre, este cuidado – de guardar, por exemplo, os retalhos textuais de minha autoria – muito provavelmente não teria condições (agora) de recompor a minha “biografia intelectual”, portanto este livro-memorial jamais teria sido escrito. No texto introdutório deste Memorial – *No Ateliê, costurando histórias* – tratei dessa temática nos mínimos (e intrincados) detalhes.

Pois então agora – contando com a sua paciência, leitor – utilizarei alguns textos recebidos por mim ao longo das décadas para ilustrar quão verdadeira é a ideia de que os estudantes – em retribuição à nossa dedicação ao Magistério – “nos dão a alegria de viver”. Como num jogo de cartas – no qual, nos lances decisivos, recorreremos aos nossos trunfos e coringas –, esses fragmentos textuais a seguir foram – metaforicamente falando – meus trunfos e coringas, para finalizar (e ganhar) o *jogo* que joguei (e que estou *abrindo*, diante dos olhos do leitor) contra o enfado profissional.

Os textos selecionados seguem uma ordem cronológica: o primeiro de 1990 e o último de 2020. Trago aqui apenas *trechos* das cartas, que – tirando alguns ajustes pontuais, necessários para editar os cortes feitos nos originais – não sofreram quaisquer alterações redacionais. Exatamente por isso, peço ao leitor que – por si mesmo (e sem dó nem piedade) – “dê um desconto” nos excessos de elogios à minha pessoa, pois meu objetivo não é – definitivamente não é, creia-me – fazer aqui uma espécie de autocelebração ou – pior, muito pior! – automitologização.

³⁰ Prestarei minhas reverências a esses estudantes maravilhosos e às suas caricaturas inovadoras na seção de *Agradecimentos* (cf. p. 346). Até porque... desengavetei alguns daqueles desenhos icônicos para compor a galeria de imagens da folha de guarda deste Memorial: lá, os *designers* Patrick Garcia & Luan Ola montaram um bem bolado (e divertido) mosaico.

Vamos ao primeiro texto da série, datado de “1.12.90” e escrito por uma estudante da Escola “Guimarães Rosa”:

Prof. Zé Pontes.

Um dia apareceu em minha vida um professor. Um professor jovem, inteligente, mas que se parecia um “fessor” qualquer. Mas não era.

Esse professor era um cara diferente. Ele transmitia uma luz interior que iluminava a todos os que estavam à sua volta.

Sua presença passou então a não ser somente importante, e sim necessária. Suas palavras iam sempre além de simples palavras, elas soavam como música que reconfortava o meu coração [...].

Quero apenas dizer-lhe, Zé Pontes, que vou sentir saudade e que seu nome será sempre lembrado com amor, carinho e respeito.

Em nome do 1º A, eu agradeço tudo o que o senhor fez pela gente.

Que o Mestre Maior continue te iluminando hoje e sempre.

Eternamente

Paulinha Garruth.

Hoje, a jovem Paula Teixeira Garruth escreve crônicas e poesias, publica livros, está sempre presente nos eventos culturais da cidade de Cachoeiro de Itapemirim e é membro da Academia Cachoeirense de Letras. Sua carta (não tenho dúvida) foi – nos anos iniciais de minha carreira de “fessor” – um incentivo. Incentivo, também, recebi com a carta a seguir e – com ela – dou um “salto cronológico” de seis anos:

26/08/96

Professor Zé Pontes,

Você foi aquele que nos trouxe muita alegria nas aulas de História, que nos compreendeu em nossos pensamentos e que se tornou um amigo, que além de nos fazer entender do Brasil passado, fez com que brotasse em nós a vontade para que lutemos por nossos ideais [...].

Sua alegria fez com que a história parecesse mais “good” e com que as aulas fugissem do modelo tradicional, um cara falando e uns 50 ouvindo, fez com que parecesse uma conversa informal, entre amigos [...].

Com certeza, ninguém nunca falou com tanta ênfase da [rainha de Portugal] D. Maria I, *a Louca*, e nem arrancou tantas gargalhadas que, unidas, ecoavam no meio de uma explicação histórica [...].

Desejamos a você muito sucesso, paz e que, mesmo *atarefado*, não se esqueça destes seus alunos...

Muito obrigado!

Carinhosamente, sua turma do 1º ano A do *Guimarães Rosa* de 96.

Em nome de um coletivo – “turma do 1º ano” –, o autor (ou autora) dessa carta registrou o momento no qual – em agosto de 1996, no meio do ano letivo – deixei de ministrar aulas naquela turma, pois – a carta me recordou isso – eu estava “atarefado” com outras atividades: muito provavelmente, com minhas responsabilidades de professor e Coordenador do 3º ano do “Guimarães Rosa”. Aliás, do 3º ano virá – em 2001, pelas mãos de um estudante – esta carta-memorial:

Cachoeiro de Itapemirim, 20 de agosto de 2001.

Carta ao mestre

Caríssimo [Schayder, meu] mestre e, sobretudo, amigo!

Venho por meio desta mídia – talvez pouco cogitada em nossos tempos ditos evoluídos – deixar-te minha memória. Os caminhos, amigo, se esvaem e divergem com o tempo, e é por isso que venho a vós: para que, ainda que se corroam os laços, tu tenhas um resquício deste teu reles pupilo, aprendiz e admirador.

É com grande lisonjeio que me orgulho de ter te conhecido e, por alguns anos, compartilhado contigo, ainda que efemeramente, momentos de minha vã existência. E não suponha que é pouco. Ignore vossa modéstia! Pois, como poderia eu não lisonjear-me de coexistir com o grande ser humano que tu és? [...].

Devo muito a você, pela sabedoria e pelos conhecimentos transmitidos, e que, de tão impagável, seria um horrendo absurdo tentar retribuir-lhe. E por via dessa relação, amigo, mesclada de

humanismo e cultura, vós trilharás comigo, inevitavelmente, pelos caminhos ocultos da posteridade [...].

Amigo! Apenas uma coisa deixas a desejar (ao menos à minha pessoa): vós mesmo! Pois está sempre tão encouraçado pelas mantas do dever, que pouco mostra de suas fraquezas e anseios pessoais. Mas isso é remediável, uma vez que este mundo em incessantes rotações e translações ainda há de nos permitir as retificações desta lacuna (um dia!).

Então é isso, caríssimo, aqui me despeço [...].

ODE AO MESTRE!

Raphael Nascimento da Silveira.

Muito versado com as palavras (como o texto não deixa margem para dúvidas), Raphael Silveira se tornou depois – além de empresário – professor de Inglês e hoje é expert em aprendizado acelerado para fluência em línguas. Fluente em inglês, aliás, é o mensageiro a seguir, estudante egresso em 2006 do “Guimarães Rosa”:

08/12/06

Sr. Schayder, ou melhor, Zé (a proximidade me dá esta liberdade).

[...] Por sua forma ímpar e única de lidar tão facilmente com os “jovens miseráveis mortais”, torna-se uma obrigação o estreitamento e o aprofundamento da relação. Resumindo: “és único, és cativante e, acima de tudo, um amigo!”.

Não tenho dúvidas de que nossas conversas políticas, filosóficas e de valores contribuíram para o meu crescimento. Nossa amizade me fez crescer, você me fez crescer. Levarei para sempre os seus ensinamentos [...]. Muito obrigado por tudo.

Com carinho e admiração

Arthur Bazoni da Fonsêca.

Arthur era o mais novo de uma linhagem de três irmãos; além dele, Eliza e Heitor. Por anos, essa sapientíssima trindade de jovens só me deu alegria, seja pela dedicação aos estudos, seja pela fineza no trato e pelas prosas quilométricas nas quais falávamos de tudo um pouco. Hoje, Arthur é geólogo numa companhia petrolífera multinacional.

Vamos à quinta carta? Transcrevo-a *in extenso*:

Heil, J. P. Schayder!

Dizem que sou “o filho que você não teve”. E eu digo: “você foi, realmente, um pai para mim”.

Mas, agora, meu caro, estou de partida para terras distantes e não poderia ir sem lhe dizer: muito obrigado! Você – com seus conselhos, dicas, conversas, livros, filmes, citações – foi fundamental para construir o que hoje me tornei: sim!, você é o “culpado” pelo o que eu sou.

No papel de mestre e amigo, foi, e é, o grande responsável por minha formação intelectual e, principalmente, humana.

Sou grato por tudo.

Até breve, *mon professeur*. Mandarei notícias do velho oeste tupiniquim.

Com um grande abraço do Henrique Ferreira Taliuli.

Surpresa! Encontrei essa carta – “perdida” – entre as folhas de um dos livros que emprestei ao Henrique, ex-estudante do Ifes e leitor voraz. A carta não foi datada, mas – sem dúvida – é de março de 2014, quando ele viajou para a cidade de Sinop, no “nortão” do Mato Grosso, para iniciar o seu curso de Medicina na UFMT.³¹ Naquele mesmo ano, Henrique se transferiu para a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, UFVJM – campus de Teófilo Otoni, MG. Ainda em 2020 será a sua formatura, quando passará a ser (oficialmente) o “Dr. Henrique”.³²

³¹ Daí por que – num trecho da carta – Henrique diz “estou de partida para terras distantes” e – noutro trecho – “mandarei notícias do velho oeste tupiniquim”. Por sinal, Henrique é um amante dos filmes de Faroeste.

³² Falando no “Dr.” Henrique, lembrei-me – para essa anamnese – de um fato médico: em 2014 (Out.), quando estive internado por 16 dias (8 deles, na UTI do Hospital Evangélico, em Cachoeiro), alguns ex-alunos – da mesma turma do Henrique – foram me visitar, mas... havia limites de entrada de pessoas e – não conseguindo ter acesso ao quarto – fizeram chegar a mim um *bilhete*, rascunhado ali mesmo, às pressas, na portaria: “Boa tarde, Sr. Schayder! Está difícil de visitá-

Por falar em “Dr.”, apresento-lhe – leitor – mais um futuro médico, o Sr. Allan Gonçalves: formou-se no Ifes em 2018 e em 2019 começou o curso de Medicina na Ufes. De uma viagem feita ao Nordeste em 2018, trouxe-me um cordel – *Lampião enquanto vivo* – e, no verso da capa do livreto, escreveu:

Este pequeno cordel é um agradecimento à Serpente do Paraíso [eu!!], que vive por despertar a reflexão, na cabeça de seus alunos, por meio de alegres e intensas trocas de conhecimento.³³

-lo! O Sr. está muito concorrido. Vamos tentar agendar um horário para te ver (*risos*). Mande notícias suas, pois todos querem saber como o senhor está. (Todos = a galera gente boa da EMI-2010). O Heitor [Passamani Fazôlo] lhe trouxe um jornal, mas a Silvani [da Silva Wingler] chegou primeiro [com *A Gazeta*]. Willian [Paulucio Tiburcio] disse: ‘Sabemos que você é imortal e não adianta inventar essa história de *ataque cardíaco* porque não vai *colar*’. Bom, a nossa intenção foi que, isso tudo que foi escrito, fosse ligeiramente cômico, como suas ÓTIMAS piadas. Um grande abraço! Heil! *Pererê pão-doce!* Willian, Heitor e todo o EMI-2010”. Diga-me lá, leitor: com uma carta *dessas*, recebida (inesperadamente) num leito de hospital, eles queriam ou não me matar... do coração? E, repare: falam em nome de “todo o EMI-2010”, turma da qual, no ano de 2013, fui Paraninfo e, da qual, cultivo muitas (muitas!) amizades até hoje – uma delas, a do agora arquiteto Marcos Vinícius Lourenço da Silva, que – de BH – ajudou-me a pensar o título deste Memorial. Quanto ao bilhete de Willian & Heitor, só mais um detalhe: por certo, o leitor percebeu uma pitada (“pitada”?) de ironia quando os missivistas – referindo-se às minhas piadas – escreveram “ÓTIMAS” – com letras garrafaís! Pois bem: de passagem, esse tema virá à tona na próxima carta... Ah!, no verso do bilhete os dois jovens escreveram um “P.S.: o Aécio [Neves] está ganhando nas pesquisas, mas é por pouco tempo. A LA VANTE!!!” – assim mesmo, com três pontos de exclamação!!! Estávamos em 2014, ano de eleições presidenciais (cf. minhas posições para aquela eleição na p. 267, n. 2).

³³ “Serpente do paraíso” é uma referência ao título da *Introdução* – “Uma serpente no paraíso?” – do meu livro *Passado a limpo...*, no qual pergunto ao leitor: “serei mesmo, metaforicamente falando, uma insidiosa serpente no paraíso, inoculando o veneno da discórdia [polêmica, discussão] dentre os [capixabas]?” (p. 22). Lendo o livro, Sr. Allan *fisgou* a mensagem – e não só ele: um (amigo e) contemporâneo dele no Ifes, Sr. Giovanni, foi outro leitor crítico do *Passado a limpo...* e foi (também) outro jovem de quem recebi um presente em 2018: um exemplar do livro *Liberalismo* de Ludwig von Mises. A obra veio acompanhada de um cartão no qual (entre outras coisas) trazia escrito: “por fim, quero lhe agradecer, Dom Schayder. Foi tu o responsável pela minha tomada de consciência política;

Obrigado, Schayder, por todo conhecimento e apoio recebidos nesses poucos anos de IFES; que tenhamos muitas prosas e encontros na continuação dessa história de amizade!!

Allan Gonçalves [Henriques].

10.08.2018

Estudante versátil e de muitos talentos, Sr. Allan gostava de *skates*, robótica, esportes, festas, filmes... e – com uma inteligência interpessoal aguçada – por certo nos eventos, corredores e pátios do Ifes travou contatos acadêmicos com a autora da carta a seguir. Sem data, tal carta me foi entregue – em mãos, acompanhada de um abraço – num dos últimos dias letivos de 2019; a autora estudou comigo no triênio 2017-2019:

O que dizer de você, José Pontes Schayder? Fica difícil falar tudo o que passa pela minha mente quando ouço esse nome e, mais difícil ainda, achar adjetivos suficientes para definir quem você é e o que significa para mim [...].

Com esse “textículo”³⁴ (hahaha!), venho depositar todo o meu reconhecimento e agradecimento. Agradeço por esses três anos, agradeço por tantos ensinamentos, agradeço por me mostrar uma história me-

isso foi fundamental, pois, quando criança, é difícil estabelecer um senso crítico, ou até mesmo uma simples opinião destoante do meio em que se vive. Nesse sentido, algumas de suas aulas foram importantes e edificadoras durante o momento em que eu desenvolvia minhas capacidades discordantes. Obrigado por tudo. *Dom Giovanni*”. O título *Dom* é uma brincadeira entre nós; eu o chamava assim e, hoje, Giovanni de Freitas Lima Dalvi é o *Senhor* da Física, na USP – Universidade de São Paulo. Dito isso, proponho voltar ao bilhete do Allan...

³⁴ O vocábulo “textículo” significa – em linguagem coloquial, usada em aula – “pequeno texto”; é um neologismo que lanço mão para mostrar o quão podem ser engraçados (e/ou desconcertantes) os trocadilhos ortográficos (e/ou fonéticos) da nossa bela língua materna; por isso, na carta, o uso da palavra “textículo” veio seguida da indicação de uma sonora gargalhada: “(hahaha!)”. Porque sou “o autor” do vocábulo, conto com a compreensão e o bom humor do leitor. Se – como diz o velho ditado – “rir é o melhor remédio”, uma gargalhada é contagiante e – numa sala de aula, pedagogicamente falando – opera *milagres*, sem falar que libera emoções inconscientes e propicia o alívio de tensões físicas. Noutros termos? Para os estudantes (e o professor) o riso – ou a gargalhada – é “tudo de bom”!

nos automática e mais real; obrigada por fazer parte de minha história e ficar marcado nela não só como professor, mas como amigo.

Você disse ter duas missões [na vida]: a de fazer piadas sem graça e a de quebrar mitos; eu discordo da primeira e, quanto à segunda, digo que é verdade, porém, houve um mito que não foi quebrado e que eu considero verdade e pretendo continuar confirmando: o de que o professor Schayder é um professor carismático, atencioso, companheiro e incrível.³⁵

Obrigada por toda atenção e carinho que tem por nós, saiba que nunca o esqueceremos.

Saudações schayderianas, mestre!

Ass.: Ana Karolina Schayder Rocha.

Sim, leitor: “Schayder”. Temos a mesma ancestralidade, contudo nos falta achar o “elo perdido” da *evolução* do nosso parentesco. Isso importa? Por certo que não, pois o que importa mesmo é saber o quanto esta garota – *Srta.* Karol Schayder – é uma jovem simples, gentil e inteligente, além de ser uma estudante superaplicada.

Por último, um estudante do Ifes-Cachoeiro me enviou – no início de 2020 – uma mensagem de SMS. Seu nome? Guilherme, mas – *esse* – não é o mesmo Guilherme que, na madrugada de 13 de dezembro de 2019, enviou-me mensagem de SMS – mera coincidência! O texto, que – por sua própria natureza – é bem coloquial, é *ipsis litteris* do Guilherme Silva de Oliveira – doravante nomeado Guilherme II; apenas organizei o texto dele em parágrafos:

³⁵ Sobre as minhas “duas missões na vida”... certo dia, em 2019, o estudante Alexandre Marchezi Assad – colega de sala da autora desta carta – posicionou-se assim: “o *professor* Schayder está cumprindo muito bem a sua missão de contar piadas sem graça”. Como está claro, temos aqui um *choque* de posições contrárias: de um lado, a *tese* do Sr. Assad e, do outro, a anti-tese (ou *antítese*) defendida pela missivista. Dialeticamente falando, a *síntese* – a meu ver – é esta: a democracia é o maior barato! Sim, leitor, a práxis democrática é mesmo uma delícia, veja só: o Sr. Assad – usando do sagrado e inviolável direito à “liberdade de expressão artística” – caricaturou-me de forma... digamos... incomum, conforme se vê (na galeria de imagens) em dois desenhos traçados sobre linhas de folha de caderno; em ambos, estou de braços erguidos e, num deles, pareço personagem de *Os Simpsons*... Viva a liberdade de... imaginação, Sr. Assad!

+552898805XXX1

29-01-2020 – 19h54

Faaaala Schayder!

Boa noite, meu professor, amigo e segundo pai!

Tentei te ligar para parabenizá-lo, porém a ligação não foi completada. Gostaria, além de, lógico, te parabenizar por mais um ano de vida, dizer que você é muitíssimo importante e marcante em minha vida; esses três anos [2017-2019] que tive aulas com você certamente foram diferentes dos outros e, muito disso, por conta de seus ensinamentos e bons costumes!

O Sr. é, com certeza, alguém que me inspirou para o crescimento e a vida adulta! Muito obrigado por esses três anos que pude conviver com você, como amigo e discípulo. E que venham muitos outros anos!

Um abraço do Guilherme...

Aliás, muito obrigado também por todas as vezes que o Sr. foi extremamente cuidadoso e humano comigo, preocupando-se com minha situação emocional e física, quando passei pela cirurgia!

Feliz aniversário, professor!

E que o Sr. ainda nos presenteie com muitos anos de sua vida, que é luz para mim e, estou certo, para muitos.

Abraço!

Guilherme [Silva de Oliveira].

“Luz para mim e, estou certo, para muitos”. Luz! Gosto de chamar os estudantes – Guilherme II sabe disso – de “estudantes”, evitando chamá-los de “alunos”, que – numa vertente etimológica, onde “a” é “ausência de” e “lumni” é luz – vem significar seres “sem luz”. Sem luz?! Mas, como assim, “sem luz”?! ³⁶

³⁶ Sim, repito: “como assim ‘sem luz’?!”. Num domingo – 05.Abr. 2020, às 21h14min –, minha noite foi iluminada pela *candura* de uma estudante, autora deste SMS: “Olá, mestre Schayder! Aqui quem escreve é a Candido. Como vai a quarentena [da pandemia da Covid-19]? Espero que esteja se cuidando, hein! Ontem, estava assistindo a uma transmissão ao vivo do Humberto Gessinger e lembrei de ti – não só por ser também fã, mas por se parecer fisicamente com ele

Sou ou não, leitor, um ser iluminado por esses estudantes e por suas mensagens? Revirando as caixas – as *reais* e as *virtuais* –, reavendo essas cartas – as oito publicadas aqui e tantas outras guardadas, não divulgadas –, relendo-as uma após outra, aleatoriamente, recebi uma potente carga de luz, energizando-me positivamente. Voltar a elas – no processo de busca de documentos para escrever esse livro-memorial – foi um reencontro comigo mesmo, com o meu passado, com o meu presente. Vi-me (várias vezes) refletido diante do espelho.

Nessas reflexões, não à toa me lembrei de uma observação de Søren Kierkegaard segundo a qual “a vida só pode ser entendida olhando-se para trás, mas deve ser vivida olhando-se para frente”.³⁷ Comigo – por coincidência nascido sob o signo de *Janus* (Janeiro), o deus romano interposto entre o passado e o futuro, conforme expliquei neste livro (cf. pp. 163-4, n.3) – o processo de reafirmação de mim mesmo, deu-se assim: *pinçadas* de tempos pretéritos, cada carta encontrada, reaberta e relida fizeram raiar – diante dos meus olhos – as luzes brilhantes de muitas e diversas... novas auroras.

Apesar de terem sido escritas ao longo de um arco temporal relativamente largo (30 anos) para a vida de um indivíduo, constatei certa uniformidade discursiva entre as cartas, fazendo-me perceber que (no cômputo geral) vou seguindo pelo bom caminho, pelo ca-

(obviamente, você é bem mais estiloso [foi ela quem disse, leitor! KKK!]). Resolvi, então, escrever para saber como anda. Espero que esteja bem, na medida do possível. Por aqui, ando *rascunhando algumas histórias*, vendo muitas séries e lendo alguns livros. Espero que sua quarentena esteja sendo mais produtiva do que a minha, e que possamos estar juntos no Ifes logo, logo. Se cuide! E cuide de sua mãe também. Lave bem as mãos e fique em casa, por favor. Com carinho, Srta. [Maria Eduarda Muniz] Candido”. Que coincidência! Srta. Candido e eu estávamos (para *passar o tempo* de reclusão) “rascunhando algumas histórias”. Quando a mensagem dela chegou, esta conclusão já estava pronta, mas fiz questão de *inventar* esta nota de rodapé e encaixá-la, pois – concorda comigo, leitor? – a mensagem é ou não uma forte rajada de luz varando uma noite de domingo no decorrer de um *tenebroso* período de “isolamento social”? Então, voltando ao texto, diga-me...

³⁷ *Apud* FERGUSON, Robert. *Lições de vida: Kierkegaard*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 8.

minho do bem. Em algum sentido, posso dizer – concordando com o Guilherme II – que tenho sido um pequeno faixo de luz para – ele falou “muitos”, eu diria – *alguns* jovens estudantes. Porém, ainda que fossem dois ou três somente já teria valido a pena todo o esforço de ajudar a – Ó, Gércia! – “formar consciências”.

E sabe por que, leitor? Porque estes “seres de luz”, lançados no mundo com uma nova consciência – uma “consciência crítica” –, significam para mim – cada um deles! – a possibilidade em potencial de duas, três, *algumas* (ou *muitas*) “novas auroras” nascerem no horizonte da história. Religando-me à minha própria história e recompondo-a, ganhei força e impulso, pus-me novamente de pé, disposto a continuar – lado a lado dos estudantes de hoje (e de amanhã) – criando as condições para que floresçam as “tantas auroras que não brilharam ainda”.

Um *déjà vu*?! Sim, voltamos ao início, ao Rig Veda, à epígrafe inscrita por Friedrich Nietzsche no livro *Aurora*. Sim, retornamos à aurora deste texto, escrito à guisa de conclusão, porém – para mim, admito – é difícil concluir. Então, vou – com a ajuda de Nietzsche – concluir sem concluir, deixando uma questão (e o livro) em aberto. Para tanto, colocarei abaixo – para o leitor *quebrar a cabeça* (o professor ajuda a “formar consciências”, lembra?! – as últimas considerações de Nietzsche no livro *Aurora*. Ou seja? De uma ponta à outra deste texto (ou seria deste livro?!)) estivemos – eu e o leitor, com as linhas de nossas vidas cruzadas – envolvidos numa longa, permanente, única e esplêndida... aurora.

No *Aforismo 575* de *Aurora*, assim falou Nietzsche:

Nós, aeronautas do espírito!

Todos esses ousados pássaros que voam para longe, para bem longe – é claro!, em algum lugar não poderão mais prosseguir e pousarão num mastro ou num recife – e ainda estarão agradecidos por essa mísera acomodação! Mas quem poderia concluir que à sua frente não há mais uma imensa via livre, que voaram tão longe quanto foi possível voar? Todos os nossos grandes mestres e precursores pararam, afinal, e não é com o gesto mais nobre e elegante que a fadiga os detém: assim também será comigo e com você! Mas que importa a mim e a você! Outros pássaros voarão

adiante! Essa nossa ideia e crença porfia (em voar com eles para o alto e para longe), sobe diretamente acima de nossa cabeça e de sua impotência, às alturas de onde olha na distância e vê bandos de pássaros bem mais poderosos do que somos, que ambicionarão as lonjuras que ambicionávamos, onde tudo é ainda mar, mar e mar! – E para onde queremos ir, então? Queremos transpor o mar? Para onde nos arrasta essa poderosa avidez, que para nós vale mais que qualquer outro desejo? Por que justamente nessa direção, para ali onde até hoje todos os sóis da humanidade se puseram, desapareceram? Dirão as pessoas, algum dia, que também nós, rumando para o Ocidente, esperávamos alcançar as Índias, mas que nosso destino era naufragar no infinito? Ou então, meus irmãos? Ou?³⁸

Boas auroras, leitor!³⁹

38 NIETZSCHE, Friedrich. *Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 251.

39 Em tempo, em tempo! Por favor, leitor: prestigie o *Posfácio* e os *Agradecimentos*; depois – na p. 373 –, conheça uma enigmática releitura de “A Criação de Adão”: ali, o magistral afresco de Michelangelo (1475-1564) foi retracado à luz da estética (e do olhar) do jovem estudante Daniel Mesquita Zambom Capelini (Ifes). Seguindo adiante, leia – lá, no final de tudo – o *Post Scriptum*. Não foi o poeta Fernando Pessoa quem disse – em seus versos – que “a única conclusão é morrer”? Pois então...

Posfácio

A collage of torn newspaper clippings and fragments of text, including headlines like 'Estrada Rei', 'CA IERO', and 'UMF', set against a grey background with white lightning bolts.

*Edson Maciel Peixoto*¹

Este é o quarto livro do historiador e professor José Pontes Schayder. Nos três anteriores – “História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada”, “Como se tem escrito a História do Espírito Santo” e “Passado a limpo: o Estado capixaba e o seu mito fundador” – ele se dedicou a apresentar a história do estado do Espírito Santo. No primeiro, com o propósito de oferecer um manual didático de referência para o estudo da história capixaba. Nos dois seguintes, inicia um percurso por vias filosóficas, provocando o leitor a questionar verdades até então chumbadas nas paredes da cultura espírito-santense; para tanto, coloca à reflexão o “Ser” (o *Ethos*) capixaba. O caminho filosófico percorrido nos dois últimos livros continua sua trilha nesta quarta obra.

Nesse *continuum*, o livro “Histórias recompostas: costurando vidas, textos & livros” pode ser lido como um compartilhamento de ideias, reflexões, postulados – “um balanço textual de minha vida intelectual” (p. 27) –, mas também nos revela um “jeito Schayder” de ser historiador, professor e, acima de tudo, humano. Neste livro, percorrendo as estradas da “história dos textos selecionados” (p. 27), ele revisita “Auroras”, “Crepúsculos” e “Novas Auroras” de sua vida.

Tenho um duplo privilégio. Primeiro, o de fazer parte da narrativa dessa história, pois, na condição de amigo do autor, colega de traba-

¹ Edson Maciel Peixoto é professor, Doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e, para o quadriênio 2017-2021, foi eleito Diretor-Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), campus Cachoeiro de Itapemirim. Quando eu apresentava o crepúsculo do meu itinerário profissional, apoios como os do Professor Edson foram essenciais para me fazer acreditar ser ainda possível viver novas auroras na Educação. [N.A.]

lho e Diretor-Geral do Ifes, descobri-me inserido na segunda parte do capítulo “Educação II – Crepúsculo” e no desenrolar de “Novas Auroras?!” , o texto conclusivo. Quanto ao segundo privilégio, é o de ter sido convidado – com aceite imediato – para posfaciar essa obra.

Mediante o convite, assumi a posição de um leitor atento. Não só pelo prazer da leitura, mas também pela busca por traços constitutivos dessas memórias que me apontassem pistas, não em resposta a “quantas voltas a vida dá?” (pp. 23 e 32) – missão impossível para seres humanos como o autor cuja vida se espirala na vida daqueles com os quais ele convive –, mas para identificar qual ou quais sentidos subliminares estão presentes no conjunto da obra.

Assim, entre textos e memórias, a leitura que acabo de fazer revela-me uma característica comum que parece perpassar toda escrita memorialista do autor: a Visibilidade Pública. Visibilidade Pública que, no caso de Schayder, em nada tem relação com interesses pessoais ou uma “[...] tentativa infantil de chamar a atenção para si e fazer pose, pavoneando-se num exibicionismo – recalcado até hoje, mas agora – publicamente assumido” (p. 23).

Neste livro, a Visibilidade Pública é livre desses interesses individuais e excludentes. Por isso mesmo, não prescinde dos *interesses* que importam, como nos ensina Hannah Arendt: “[...] interesses [que] constituem, na acepção mais literal da palavra, algo que ‘inter-essa’, que está entre as pessoas e que, portanto, as relaciona e interliga”², mesmo quando não compartilham da mesma visão de mundo.

Ao ler cada um dos textos, observei que eles são elos que ligam pessoas, tanto em dimensão ampla – como nos capítulos “História, memória & historiografia”, “Entrevistas”, “O caso Maria Ortiz” e “Convento, 450 anos” – quanto em dimensão mais restrita, conforme se observa nos textos de “Educação I – Aurora”, “História pra

2 ARENDT, Hannah. *A condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

quê?!”, “Crônicas”, “Cachoeiro”, “Fazendo direito”, “Eu acuso!”, “Correspondências”, “Educação II – Crepúsculo” e “Novas Auro-ras?!”. Nessa dupla dimensão, e em sua totalidade, esta obra constitui um espaço público que só ocorre entre iguais e em relação, tendo o termo “público” (empregado aqui) o sentido arendtiano de “comum a todos nós”.

Para ilustrar, cito como exemplo uma cena retratada na crônica “Nós, o povo” (p. 61): por sua vivacidade, a imagem do episódio se materializou em minha retina como se lá eu estivesse. A ausência de “inter-esse” com os populares, mesmo na presença deles, perturbou tanto o autor ao ponto de ser levado a escrever: “No próximo ano espero voltar à parada cívica da cidade [...] mas dispenso de antemão outra imerecida homenagem dessa natureza. Se mudar de ideia, e em havendo outra remota possibilidade de ser convidado novamente, deixem-me ir a pé, ao lado daquela senhora e da criança que ela conduz...” (p. 63).

O espaço público, portanto, não é um espaço físico com pessoas invisibilizadas, pois o que caracteriza o *público* é a relação “entre”: o ser audível e visível, onde faz emergir opiniões e o direito à divergência, garantida pela igualdade no espaço público. Nesse sentido, e da mesma forma como foi expresso em “Nós, o povo”, os retalhos de textos e memórias tecidos em “Educação I – Aurora” e “Novas Auro-ras?!” apresentam o espaço comum por meio da participação ativa na relação entre alunos e o professor Schayder.

Ali, o espaço público vai se constituindo, como em “Os bárbaros também educam”, quando o autor diz “Dar aulas é fácil; educar é mais complicado, pois exige dedicação incondicional ao estudo e à persistência ilimitada na tentativa de oferecer aos estudantes os instrumentos necessários ao **pensamento independente**” (p. 41, grifo nosso); ou ao afirmar, em “Terror e amor na sala de aula”: “[...] acho essencial *insti-gá-los* [os alunos], de modo a despertar neles o desejo de *tomar partido* frente aos temas e problemas discutidos em sala de aula” (p. 38, grifos do autor); ou, ainda, quando lemos as inúmeras declarações de alunos em “Novas Auro-ras?!” (pp. 305-336), mostrando – cada um a seu jeito – que efetivamente esse espaço público se constituiu.

Por fim, retomando o início deste posfácio, reafirmo: esta obra é a materialização da Visibilidade Pública. O autor traz até nós, leitores, ideias, reflexões, postulados, relações, discursos, opiniões, sentimentos e ações em forma de palavras escritas. Com elas, vai tornando palpável e público o que estava reservado (caso de alguns retalhos) ao espaço privado daqueles que estavam em sua companhia física. Amplia, portanto, o espaço público das opiniões, dos julgamentos e da transmissão, ao mesmo tempo em que – assim procedendo – impede a ação do esquecimento.

Peço licença aos leitores para fazer um agradecimento especial ao autor, José Pontes Schayder. Obrigado por sua amizade, pelo cuidado com os alunos e com os colegas de trabalho do Ifes – Campus Cachoeiro de Itapemirim – e pelo excelente educador que é. Muito obrigado também por fazer essa escrita memorialista. Deleitei-me com tantas experiências e esperanças, e saiba que tenho certeza, absoluta, de que você jamais subscreverá o mencionado (p. 38) “Pacto da Mediocridade”. Se assinar algum, com certeza será o Pacto da Excepcionalidade.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 18 de abril de 2020.

AGRADECIMENTOS



AGRADECIMENTOS

Abri este Memorial com o enigma “a vida dá muitas voltas, mas... *quantas* voltas a vida dá?” (cf. p. 23). Agora, no fechamento da obra, foi inescapável perguntar a mim mesmo “*quantas* vidas cabem numa vida?”. Aqui, não me refiro ao número de *papéis sociais* assumido por mim ao longo dos anos – filho, estudante, professor, fiscal sanitário, coordenador pedagógico, diretor de ensino, cidadão, militante estudantil, ativista político, estudioso da História...; refiro-me sim – com a pergunta – à pluralidade de pessoas cujas vidas são (agora, inextricavelmente) parte de minha própria vida.

Polifônicas, essas múltiplas e diferentes vidas sobrevivem em mim – com intensidade maior *aqui*, menor *ali* – através de minha voz ou dos meus escritos, embora (por óbvio) eu seja o único responsável por *tudo* o que digo, escrevo e publico. Muitas dessas vidas foram – com muito prazer, de minha parte – apresentadas ao leitor à medida que a escrita deste Memorial foi avançando e (de modo casual) os *passageiros* dessa jornada foram *dando as caras*. Sem pestanejar, aproveitei essas ocasiões para – sintonizando *razão & sensibilidade* – agradecer e/ou pedir desculpas a uns, exaltar as virtudes de outros, externar admiração por outros tantos e por aí afora foi.

Contudo, concluído o Memorial senti a falta do nome de pessoas tão significativas pra mim quanto às demais, citadas, mas – para as quais – não havia surgido, no *fluir natural* do curso da narrativa, a oportunidade de agradecer. Julgo necessário suprir essa falta: são pessoas com as quais ao longo da vida – num passado recente ou remoto, em decorrência de suas ações e/ou palavras – contrai dívidas provavelmente impagáveis, porém, consigná-las aqui e reconhecer os meus débitos, *talvez* (creio/espero) seja um bom começo. Farei isso agora, no entanto, estou ciente de que há um dilema aí.

É plausível supor que – apesar de todo o meu esforço de “puxar pela memória” os nomes dessas pessoas – um ou outro (ainda) ficará de fora, porquanto lembrar, recordar, recapitular e tomar nota... são atos humanos, demasiados humanos, portanto eventuais falhas são

incontornáveis. A esses – cujos nomes não foram indexados aqui, mas (por justiça) deveriam – antecipadamente peço mil perdões pelo meu lapso de memória. Dito isso...

Vou começar por agradecer a Ana Júlia Garcia e Sandra Mara Santos pela presteza na execução do trabalho de digitação de uma série de textos originalmente datilografados, preparando-os para a reedição neste Memorial. Realizado a quatro mãos, o trabalho delas me fez ganhar um tempo precioso.

Sou agradecido de maneira muito especial aos *designers* gráficos Luan Ola e Patrick Garcia, mentes brilhantes por trás do visual deste Memorial, da primeira à última capa. De fato, o *Gana Studio* cria “design com alma”, como diz o seu *slogan*. Sobremaneira, Luan & Patrick cativaram-me pela empolgação com a qual abraçaram o projeto do livro; sem falar da eficiência (e paciência) da dupla para atender aos caprichos deste autor, que – reconheço – é exageradamente detalhista. No *Gana Studio* só encontrei gente bamba. Sobamba!

Para dar leveza ao Memorial, resgatei a arte de sete estudantes que me retrataram em expressivas caricaturas. São eles, pela cronologia dos desenhos: Leonardo Rangel (1992), Daniel Luca Muniz (2010), Felipe Pardal (2014), Alexandre M. Assad (2018), Alda Maria N. Torres (2019), Alex M. Bossois (2019) e João Pedro de Castro Oliveira (2019) – este último (o “JP I”) executou uma série de seis graciosas caricaturas, todas inseridas no livro. Aos sete caricaturistas agradeço pela gentil iniciativa e parabenizo-os pelo talento.

Sou muito grato aos universitários Messias Monteiro Onofre e Renan Ribeiro de Carvalho – estudantes do Ifes antes, amigos agora – pelas longas prosas nas férias do verão 2020, nas quais trocamos ideias sobre os possíveis títulos para este Memorial. Nossos devaneios – *brainstorming*, né rapazes?! – foram bons, mas o título... só viria depois.

Expresso minha gratidão com o meu irmão Ronaldo Schayder Pontes por – junto comigo – repassar alguns textos digitados, colidindo-os com os originais. Muito meticoloso, foi ele também quem primeiramente leu (e revisou) *Novas auronas?*!, capítulo estratégico deste livro; suas contrarreflexões, correções e excelentes sugestões foram *todas* acatadas.

De tão estratégico, *Novas auroras?! – a meu ver –* precisava de uma “terceira visão”, tarefa solicitada ao diligente amigo Henrique Ferreira Taliuli, que, com suas críticas, sempre me obrigou a refletir. Sou-lhe grato pelas observações, alinhamentos e sugestões, que – somadas às de Ronaldo – fez a leitura do texto correr mais ligeira.

Coisa fina o *Prefácio* deste livro, não é leitor?! O autor é um cavaleiro e é o meu eterno mestre e, sobretudo, amigo. Sendo meu amigo, compreende-se o porquê de o professor David Alberto Lóss ter embelezado os elogios feitos a mim e aos meus dotes de professor. Vindo dele, fiquei honrado, óbvio! Agradeço-lhe as palavras e o próprio fato de ter (de pronto!) aceitado o convite para prefaciar esta obra. Aliás...

Para a edificação deste Memorial, professor David não só escreveu o *Prefácio*, mas – sem dispensar o seu peculiar bom humor – ajudou-me a detectar datas e episódios referentes às vidas de algumas “personas mui gratas” citadas no livro. Nesta tarefa, foi imprescindível o auxílio (e a argúcia) de Rafael Magalhães Costa, nosso inestimável amigo de ofício. Diante do trabalho investigativo da dupla, a dedução mais elementar é... “obrigado!”.

E o *Posfácio?! Honrou-me em escrevê-lo o professor Edson Maciel Peixoto, Diretor Geral do Ifes, campus Cachoeiro. Amigo de todas as horas, encontrou tempo – em meio à tormenta (institucional) causada pelo pandemônico coronavírus – para ler o Memorial e, com maestria, fechá-lo com “chave de ouro”. Pelo erudito e admirável esforço de síntese, agradeço-lhe por nos mostrar – a mim e aos leitores – uma possível interface destes meus escritos com a filosofia de Hannah Arendt. Muito sagaz!*

“O tempo é a casa da memória”, dizem. Por isso, farei um recuo na cronologia, para listar pessoas memoráveis e agradecer: decolo de 2020 e vou aterrisar em 2002, 2011 e 2017 – anos da publicação dos meus três outros livros.¹ Nos eventos de lançamentos das obras

1 – 2002: *História do Espírito: uma abordagem didática e atualizada*; 2011: *Como se tem escrito a história do Espírito Santo*; 2017: *Passado a limpo: o Estado capixaba e o seu mito fundador*.

anteriores a esta, contei com o apoio e a presença de meus irmãos, contudo nunca lhes agradei dignamente. Farei isso agora – e espero contar com a compreensão do leitor para este “momento família”.

Sou grato a Ivon Pontes Schayder por se fazer presente no lançamento de minha obra-prima (primeira-obra), em 2002;² é da autoria dele os três registros fotográficos que guardo daquele instante. Con-tei de novo com a presença de Ivon (e da esposa, Margareth Santos Schayder) em 2011, quando – na Bienal do Livro, na cidade de Serra, ES – lancei *Como se tem escrito a história do Espírito Santo*.³ Neste evento, fui surpreendido com a presença de minha irmã (e ex-aluna, no Ensino Médio) Ivone de Souza Pereira Pontes acompanhada do esposo Maroun Simão Padilha, aos quais agradeço.

Antes da Serra, lancei o *Como se tem escrito...* em Cachoeiro, no salão da Câmara Municipal. Naquele dia, foi reconfortante ver Eraldo Pontes Schayder sentado na primeira fila – na companhia da filha Letícia – prestigiando o evento. Ao Eraldo – que sempre dá dicas para a estruturação dos meus livros e (depois de prontos) faz a leitura crítica e opina – debito créditos de gratidão.

De novo na primeira fila – desta vez com o filho Heitor –, Eraldo testemunhou o lançamento do terceiro livro da série, *Passado a limpo...*, no auditório do Centro Universitário São Camilo em Cachoeiro.⁴ Na ocasião, também esteve presente o “decano” dos irmãos do nosso *núcleo* familiar, Gilmar Pontes Schayder: sempre muito empolgado com os meus escritos, se dependesse dele (e da esposa, Lígia Maria Medeiros Schayder) meus livros teriam “lançamento mundial”. Para o casal “Ligil” – *Lígia & Gilmar* – deixo os meus *Singelos & Sinceros* agradecimentos.

Naquele sublime lançamento do *Passado a limpo*, ao lado de Eraldo e Gilmar estava a minha mãe, Elisa Schayder Perim. De origem camponesa, trabalhou muito – ao lado de nosso pai, Ivo Alves Pon-

² Cf. detalhes do lançamento na p. 109, n.1.

³ Cf. detalhes do lançamento na p. 118, n. 2.

⁴ Cf. detalhes do lançamento nas pp. 125-6, n. 3.

tes (*in memoriam*) – para “dar estudos” às crianças. Cuidou de uma prole de seis filhos. Hoje, nós – os seis: Gilmar, Sérgio, Ivon, Eraldo, Ronaldo e eu – cuidamos dela. Esses cuidados – é bom que se diga – contam também com os imprescindíveis apoios de Elzi Barbosa Pittizer Pontes, Margareth (citada há pouco), Silvani da Silva Wingle e Andressa de Souza Pontes, esposas – respectivamente – de Ronaldo, Ivon, Eraldo e Sérgio.

Com esses apoios – e só com eles! –, consigo encontrar tempo para dar assistência à mamãe (com quem moro) e – nos finais de semana – escrever. Por isso, digo “obrigado!” a todos, incluindo – nesse “todos” – o nome da Roze (digo, Rozenyr Miranda Pereira): há onze anos, ela tem sido – ao lado deste velho “Dom Quixote brancaleônico” – a mais fiel das fieis escudeiras. Para Roze, de contas em contas, debulho um rosário de *Congratulações & Gratidões*.⁵

Haveria muitas maneiras de falar de Elisa, minha mãe, contudo vou restringir-me a lhe agradecer por – numa conversa (pra ela) sem pé nem cabeça, na qual lhe pedi para me explicar termos usuais do *Corte & Costura* – ter me ensinado o significado de “cingir”, “viés”, “pontos”, “tramas”, “pespontos”, “alinhavar” etc. Com esses *conceitos* em mãos, pude esboçar (e metaforizar à vontade) o texto *No ateliê, costurando histórias* com o qual abri este Memorial; de quebra, iniciei-me na arte da alfaiataria. Obrigado, mamãe!

Assim como as linhas da costura, os fios da memória não são retilíneos e – num *flashback* – fizeram-me voltar a 2002, quando escrevi minha “obra-prima”. Depois de lançar *História do Espírito Santo...* em Vila Velha, houve uma apresentação da obra em Cachoeiro de Itapemirim, na Casa dos Braga. Aqui, contei com a presença de Elzi (minha cunhada, há pouco apresentada), de papai e de mamãe: o fato é digno de nota porque, naquele dia, meus progenitores “debutaram” neste tipo de evento. Para eles, ter um filho “escritor” – imagino – foi (mais) uma conquista! Por tantos sacrifícios, eu lhes agradeço!

5 Mais recentemente, a Sra. Maria Helena Ramos Alves se juntou ao grupo de colaboradores nos cuidados e afazeres de nosso domicílio. De José para Maria, digo: “muito obrigado por estar conosco!”.

Saindo do espaço privado e doméstico, volto ao domínio público, para fazer meus agradecimentos ao... leitor. Sim, neste “balanço final” de agradecimentos, seria patético não externar a minha gratidão ao leitor – ou melhor: “aos leitores”, pois há uma multiplicidade deles.

Na linha de frente, saúdo o Leitor Veterano, sobrevivente da leitura de outros livros de minha autoria. Você é o meu herói!

Como não agradecer ao Leitor Perseverante? Sou-lhe grato por não ter permitido que o Memorial lhe “caísse das mãos” logo na primeira decepção – ou no primeiro sinal de cansaço – com a minha narrativa. Que esplêndido poder de resistência! Bravo!

Louvo também (por que não?) o Leitor Casual que, tendo lido aleatoriamente um ou outro texto deste livro, deu-se por satisfeito. Digo-lhe obrigado e aguardo ansiosamente uma próxima leitura, mas... sem compromisso.

Ao Leitor Amigo que, depois de curtir a leitura, compartilha o exemplar do livro com outro potencial leitor, sou mais do que grato: sou gratíssimo! Tmj.

Meus agradecimentos não podem ignorar o Leitor Incógnito, este que nunca irei conhecer, mas que – por insondáveis razões – o acaso nos uniu. Para esse leitor – além do “obrigado!” –, eu digo: “nunca te vi, sempre te esperei”.

Deposito também minhas esperanças no Leitor Fiel, que – creio Nele – já aguarda para ler o meu próximo (e provavelmente último) livro: *Adeus, Maria Ortiz!* Falando em despedidas...

No limite extremo do Memorial, peço desculpas (de novo) às pessoas cujos nomes – por um esquecimento involuntário meu – não foram incluídos aqui, nesta (para elas) ingrata sessão de *Agradecimentos*. Para tentar contemplá-las – e na esperança de, num último lampejo, lembrar-me de “quem são elas” – é que me custa decidir colocar o *ponto final* neste livro e, por isso, vou terminando assim... com um não sei quê de falta de vontade,... meio sem jeito, inseguro... vacilante... bem hesitante... reticente...

[illegible]

E. S. L. SCHAYDER

Magalhães, sobrenome e verdadeiro português. Sobrinho do General de nobre
estirpe, comandante das armas do Estado, fôz a carreira de Barbaeiro Gomeç, mais
tarde de que estado, fôz de Juiz de Fazenda e de Educação. Foi, de tempo em tempo,
Informante Insigne do Imperio, seguiu no ano de 1817, vias, por mais de
seis annos, representou nossa grandeza por esse tempo, mais ou menos
de 1820, de 1821, de 1822, de 1823, de 1824, de 1825, de 1826, de 1827, de 1828, de 1829, de 1830, de 1831, de 1832, de 1833, de 1834, de 1835, de 1836, de 1837, de 1838, de 1839, de 1840, de 1841, de 1842, de 1843, de 1844, de 1845, de 1846, de 1847, de 1848, de 1849, de 1850, de 1851, de 1852, de 1853, de 1854, de 1855, de 1856, de 1857, de 1858, de 1859, de 1860, de 1861, de 1862, de 1863, de 1864, de 1865, de 1866, de 1867, de 1868, de 1869, de 1870, de 1871, de 1872, de 1873, de 1874, de 1875, de 1876, de 1877, de 1878, de 1879, de 1880, de 1881, de 1882, de 1883, de 1884, de 1885, de 1886, de 1887, de 1888, de 1889, de 1890, de 1891, de 1892, de 1893, de 1894, de 1895, de 1896, de 1897, de 1898, de 1899, de 1900, de 1901, de 1902, de 1903, de 1904, de 1905, de 1906, de 1907, de 1908, de 1909, de 1910, de 1911, de 1912, de 1913, de 1914, de 1915, de 1916, de 1917, de 1918, de 1919, de 1920, de 1921, de 1922, de 1923, de 1924, de 1925, de 1926, de 1927, de 1928, de 1929, de 1930, de 1931, de 1932, de 1933, de 1934, de 1935, de 1936, de 1937, de 1938, de 1939, de 1940, de 1941, de 1942, de 1943, de 1944, de 1945, de 1946, de 1947, de 1948, de 1949, de 1950, de 1951, de 1952, de 1953, de 1954, de 1955, de 1956, de 1957, de 1958, de 1959, de 1960, de 1961, de 1962, de 1963, de 1964, de 1965, de 1966, de 1967, de 1968, de 1969, de 1970, de 1971, de 1972, de 1973, de 1974, de 1975, de 1976, de 1977, de 1978, de 1979, de 1980, de 1981, de 1982, de 1983, de 1984, de 1985, de 1986, de 1987, de 1988, de 1989, de 1990, de 1991, de 1992, de 1993, de 1994, de 1995, de 1996, de 1997, de 1998, de 1999, de 2000, de 2001, de 2002, de 2003, de 2004, de 2005, de 2006, de 2007, de 2008, de 2009, de 2010, de 2011, de 2012, de 2013, de 2014, de 2015, de 2016, de 2017, de 2018, de 2019, de 2020, de 2021, de 2022, de 2023, de 2024, de 2025, de 2026, de 2027, de 2028, de 2029, de 2030, de 2031, de 2032, de 2033, de 2034, de 2035, de 2036, de 2037, de 2038, de 2039, de 2040, de 2041, de 2042, de 2043, de 2044, de 2045, de 2046, de 2047, de 2048, de 2049, de 2050, de 2051, de 2052, de 2053, de 2054, de 2055, de 2056, de 2057, de 2058, de 2059, de 2060, de 2061, de 2062, de 2063, de 2064, de 2065, de 2066, de 2067, de 2068, de 2069, de 2070, de 2071, de 2072, de 2073, de 2074, de 2075, de 2076, de 2077, de 2078, de 2079, de 2080, de 2081, de 2082, de 2083, de 2084, de 2085, de 2086, de 2087, de 2088, de 2089, de 2090, de 2091, de 2092, de 2093, de 2094, de 2095, de 2096, de 2097, de 2098, de 2099, de 2100, de 2101, de 2102, de 2103, de 2104, de 2105, de 2106, de 2107, de 2108, de 2109, de 2110, de 2111, de 2112, de 2113, de 2114, de 2115, de 2116, de 2117, de 2118, de 2119, de 2120, de 2121, de 2122, de 2123, de 2124, de 2125, de 2126, de 2127, de 2128, de 2129, de 2130, de 2131, de 2132, de 2133, de 2134, de 2135, de 2136, de 2137, de 2138, de 2139, de 2140, de 2141, de 2142, de 2143, de 2144, de 2145, de 2146, de 2147, de 2148, de 2149, de 2150, de 2151, de 2152, de 2153, de 2154, de 2155, de 2156, de 2157, de 2158, de 2159, de 2160, de 2161, de 2162, de 2163, de 2164, de 2165, de 2166, de 2167, de 2168, de 2169, de 2170, de 2171, de 2172, de 2173, de 2174, de 2175, de 2176, de 2177, de 2178, de 2179, de 2180, de 2181, de 2182, de 2183, de 2184, de 2185, de 2186, de 2187, de 2188, de 2189, de 2190, de 2191, de 2192, de 2193, de 2194, de 2195, de 2196, de 2197, de 2198, de 2199, de 2200, de 2201, de 2202, de 2203, de 2204, de 2205, de 2206, de 2207, de 2208, de 2209, de 2210, de 2211, de 2212, de 2213, de 2214, de 2215, de 2216, de 2217, de 2218, de 2219, de 2220, de 2221, de 2222, de 2223, de 2224, de 2225, de 2226, de 2227, de 2228, de 2229, de 2230, de 2231, de 2232, de 2233, de 2234, de 2235, de 2236, de 2237, de 2238, de 2239, de 2240, de 2241, de 2242, de 2243, de 2244, de 2245, de 2246, de 2247, de 2248, de 2249, de 2250, de 2251, de 2252, de 2253, de 2254, de 2255, de 2256, de 2257, de 2258, de 2259, de 2260, de 2261, de 2262, de 2263, de 2264, de 2265, de 2266, de 2267, de 2268, de 2269, de 2270, de 2271, de 2272, de 2273, de 2274, de 2275, de 2276, de 2277, de 2278, de 2279, de 2280, de 2281, de 2282, de 2283, de 2284, de 2285, de 2286, de 2287, de 2288, de 2289, de 2290, de 2291, de 2292, de 2293, de 2294, de 2295, de 2296, de 2297, de 2298, de 2299, de 2300, de 2301, de 2302, de 2303, de 2304, de 2305, de 2306, de 2307, de 2308, de 2309, de 2310, de 2311, de 2312, de 2313, de 2314, de 2315, de 2316, de 2317, de 2318, de 2319, de 2320, de 2321, de 2322, de 2323, de 2324, de 2325, de 2326, de 2327, de 2328, de 2329, de 2330, de 2331, de 2332, de 2333, de 2334, de 2335, de 2336, de 2337, de 2338, de 2339, de 2340, de 2341, de 2342, de 2343, de 2344, de 2345, de 2346, de 2347, de 2348, de 2349, de 2350, de 2351, de 2352, de 2353, de 2354, de 2355, de 2356, de 2357, de 2358, de 2359, de 2360, de 2361, de 2362, de 2363, de 2364, de 2365, de 2366, de 2367, de 2368, de 2369, de 2370, de 2371, de 2372, de 2373, de 2374, de 2375, de 2376, de 2377, de 2378, de 2379, de 2380, de 2381, de 2382, de 2383, de 2384, de 2385, de 2386, de 23

... e mais cedo e seguramente. E apesar disso? Aguardar
... e mais cedo e seguramente. E apesar disso? Aguardar

[illegible]

I have been thinking about you a lot lately
 and wondering how you are getting on.
 I hope you are well and happy.
 I have been busy with work and family,
 but I always find time to think of my friends.
 Give my love to everyone.
 I will be in touch again soon.
 Love,
 [Signature]

VIDAS

Este índice onomástico recolhe os nomes das pessoas que aparecem no corpo do texto e nas notas, contudo – das notas – não compila as referências bibliográficas.

- Abdo Chequer, 133, 134
Adam Smith, 266
Adélia de Souza Fernandes, 240
Adílson da Silva Santos, 262
Adilson Dillen, 187
Adolf Hitler, 81, 104
Adonias Scherrer Brandão, 310
Aécio Neves, 267, 330
Afonso Claudio, 134
Agda da Silva de Paula, 309, 313
Aílton Weller, 123
Alan Parker, p. 36
Albert Camus, 306, 307, 308, 309, 310, 313
Albert Einstein, 52
Albert Schweitzer, 258
Albuíno Azeredo, 44
Alceu Aleixo, 278
Alcir Lenharo, 78, 79, 103, 105
Alda Maria Norbiato Torres, 8, 346
Alessandra Martini da Silva Coelho, 153
Alex Moraes Bossois, 8, 309, 346
Alexandre Marchezi Assad, 8, 332, 346
Alexandre Romanelli, 153
Alexandre Vianna Bahiense, 153
Alício Franco, 289
Allan Gonçalves Henriques, 125, 330, 331
Álvaro Scalabrin, 234
Amanda de Barros Lourenço Marques, 313
Ana Júlia Garcia, 346
Ana Karolina Schayder Rocha, 309, 332
André Sabra Rodrigues, 153
Andressa de Souza Pontes, 349
Andrzej Wajda, 39, 103, 104
Antônio Celso Perini Talhate, 299
Antonio Gramsci, 264
Antônio Taragiba Vimercat, 71
Ariette Moulin, 118, 257, 258, 323, 324
Arísio Wingler Alves Júnior, 153
Aristóteles, 89
Arnold Toynbee, 48
Arnold Zweig, 26
Arthur Bazoni da Fonsêca, 328
Augusto Bandeira Filho, 218, 240, 242
Augusto César de Almeida, 202
Benedito Calixto, 283
Benedito Nicolau, 240, 242
Benjamin Franklin, 266
Bernardino Monteiro, 65
Bertolino Tholl, frei, 285
Bertolt Brecht, 139, 309, 375
Bonifácio d’Azambuja, 96
Bruna Colodette Galo, 313
Bruno César Nascimento, 271, 273
Bruno Garschagen, 171, 172
Carlo Bussola, 103
Carlo Ginzburg, 74, 78, 86
Carlos Casteglione, 160
Carlos Cezar de Oliveira Bettero, 293
Carlos Drummond de Andrade, 13, 102
Carlos Eduardo Gomes Ribeiro, 153
Carlos Fernando Monteiro L. Filho, 65
Carlos Fernando Monteiro L. Neto, 65
Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, 65
Carlos Paulino Agrizzi, 153
Carlos Roberto de Souza (*Bebeto*), 187
Carlos Roberto Pereira Jussim (*Beto*), 54
Carlos Sapavini, 12, 203, 261, 263, 265, 266
Carolina de Oliveira Souza Gandine, 153
Cássio Louzada Rizzi, 153
Catarina de Araújo, 143

- Cazuza, 50
 Célia Ferreira, 41
 Charles Boxer, 282
 Chico Buarque de Holanda, 125
 Cilmar Franceschetto, 96, 272
 Cláudia Fernandes Benevenute, 129
 Cláudia Lícia dos Santos, 202
 Cláudia Sabadini, 141
 Clio (a musa da História), 29
 Conde da Barca, 149
 Conde de Las Cases, 24
 Costa Pereira Júnior, 96, 101, 277, 280, 281
 Cristiane Resende Paris, 161
 Cristiano Hehr Garcia, 153, 296
 Cristiano Tessinari Modesto, 203, 247
 Cronos, titã (o Tempo), 29

 Daniel Luca Muniz, 8, 346
 Daniel Mesquita Zambom Capelini, 8, 336
 Daniele Zardo Assad, 313
 Daniella Canzian Henriques, 153
 Daniella Plazzi Grillo, 81
 Darcy Ribeiro, 113
 David Alberto Lóss, 11, 12, 17, 18, 42, 160, 257, 258, 259, 347
 Déa Ribeiro Fenelon, 38, 71
 Débora Azevedo Caetano, 310
 Demisthóclides Baptista, 12, 207, 208, 209
 Denise Ferreira da Silva Jussim, 54.
 Diego Scarpato, 84, 251
 Dilma Rousseff, 267, 297
 Diogo Pereira Lube, 262
 Dom João VI, 95
 Dom Pedro I, 283
 Domingos José Martins, 128
 Domingos Ubaldo Lopes Ribeiro, 157
 Duarte de Lemos, 91, 92, 93

 Edebrando Cavaliere, 284
 Edson Maciel Peixoto, 12, 299, 302, 317, 318, 319, 339, 347
 Edu Henning, 109
 Eduardo Rodrigues Gomes, 250
 Edward Thompson, 78
 Edward Wilberforce, 281, 282
 Eliane Caffé, 187
 Elis Regina, 321
 Elisa Lacerda Silva, 297
 Elisa Schayder Perim, 348, 349
 Eliseu Semprini Filho, 153
 Eliza Bazoni da Fonseca, 328
 Elizete Schayder Corrêa, 62
 Elvis Presley, 97
 Elzi Barbosa Pittizer Pontes, 349
 Emanuele Almeida dos Santos, 313
 Emílio Garrastazu Médici, 180
 Emily Plater, 143
 Eraldo Pontes Schayder, 348, 349
 Eric Hobsbawm, 97, 99
 Eurípedes Alcântara, 97
 Eurípedes Queiróz do Valle, 278
 Evandro Moreira, 158, 160, 164
 Everson Scherrer Borges, 153
 Ewerton dos Santos Nascimento Batista, 310

 Fabrício Mucelini Lóss, 42
 Felipe Pardal, 8, 297, 346
 Fernanda Souza Silva, 153
 Fernando César Rodrigues, 125
 Fernando Collor de Mello, **221-229**
 Fernando de Abreu, 157
 Fernando Gomes, 61
 Fernando Haddad, 267
 Fernando Novaes, 137
 Fernando Pessoa, 55, 57, 89, 293, 298, 336
 Fernando Taliulli, 240, 242
 Fernando Zago Neto, 313
 Ferreira Gullar, 56
 Fidel Castro, 264
 Filipe Rodrigues, 181
 Fiódor Dostoiévski, 89, 306
 Flávio Palhano Fernandes, 250, 295, 299, 300, 302, 318, 319
 Francisco Alves de Athayde, 157
 Francisco Aurélio Ribeiro, 137, 286
 Francisco de Assis Bravo, 196, 217
 Francisco de Assis, São, 279
 Francisco de Carvalho Braga, 150

- Francisco Grijó, 117
 Francisco Rubim, 95, 149
 Friedrich Engels, 52, 235, 263
 Friedrich Nietzsche, 101, 153, 263, 264, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 312, 313, 317, 335
 Fritz Lang, 105
- Gabriel Moulin Massini, 310
 Gabriel Pacheco Bizi, 118, 119
 Gama Kury, 185
 George Orwell, 214
 Georges Balandier, 67
 Geraldo Luiz Hemerly, 42, 234, 235, 247
 Gérard Depardieu, 39
 Gércia Ferreira Guimarães, 42, 323, 335
 Gérson (a Lei de), 223
 Getúlio Vargas, 157, 184, 226
 Giancarlo da Silva Mendes, 202
 Gilberto Freyre, 256
 Gilmar Pontes Schayder, 253, 254, 348
 Gilson Leão, 187
 Giovanni Boccaccio, 199
 Giovanni de Freitas Lima Dalvi, 125, 330, 331
 Gonçalves Dias, 172
 Graciliano Ramos, 241
 Guilherme Gomes, 127, 129, 130
 Guilherme Silva de Oliveira, 332, 333, 335
 Guilherme Thomaz Marcelino, 320, 321, 322, 332
 Gustavo Barroso, 286
 Gustavo Vieira da Silva, 310
- Hannah Arendt, 265, 340, 347
 Hans Kelsen, 196
 Hecataios de Mileto, 141, 145, 185
 Heitor Bazoni da Fonseca, 328
 Heitor Passamani Fazôlo, 330
 Heitor Wíngler Pontes Schayder, 348
 Hélio Emery, 201
 H. L. Mencken, 171
 Henrique Ferreira Taliuli, 329, 347
- Herbert Marcuse, 265
 Heródoto (o pai da História), 51, 52, 181, 185, 186
 Herval Pires, 240, 242
 Higner Mansur, 262
 Higor Schayder de Medeiros, 53, 54
 Humberto Dias Viana, 12, 243
 Humberto Gessinger, 71, 163, 214, 308, 309, 310, 313, 316, 333
- Ignácio Accioli de Vasconcellos, 283
 Inácio José Zucolotto, 295
 Inés Suárez, 143
 Isabel Fernandes, 143
 István Mészáros, 265
 Ítalo Calvino, 161
 Itamar Franco, 225
 Ivo Alves Pontes, 348
 Ivone de Souza Pereira Pontes, 348
 Ivon Pontes Schayder, 348, 349
- Jacob Burckhardt, 30
 Jacqueline Machado Silva, 153
 Jacqueline Ramalho Nogueira Santos, 262
 Jacques Lacan, 24
 Jacques Le Goff, 76, 285
 Jair Bolsonaro, 267
 Jamal Jamil Elkadri, 255
 James Holt, 56
 Janus, 163, 164, 334
 Jean Chesneaux, 134
 Jean Jaurès, 247
 Jean-Jacques Rousseau, 227
 Jean-Paul Sartre, 306, 307, 308, 309, 310, 313, 316
 Jece Valadão, 173, 187
 Jeferson Mendes Saldanha, 262
 Jerônimo Monteiro, 65, 96, 151, 175, 181, 182, 221.
 Jesus Cristo, 94, 187, 211, 263, 316
 Jô Drummond, 287
 Joana D'Arc, 142, 143
 Joana Gomes, 143
 João Batista Figueiredo, 44

- João de Barros Schaider, 310
 João Guimarães Rosa, 28
 João Madureira Filho, 178
 João Pedro de Castro Oliveira (JP I), 8, 346
 João Pedro Serafim Lopes, 310
 João Pequeno, 56
 João Punaro Bley, 184
 Joaquim Neiva, 41
 Joel Silveira, 158
 Johan Huizinga, 88
 John F. Kennedy, 86, 87
 John Locke, 226
 Jônatas Silveira da Silva, 125
 Jorgeana de Azevedo Alves Ramos, 153
 José Antonio Martinuzzo, 250
 José Caetano da Silva Coutinho, 281
 José Carlos Gratz, 115
 José de Anchieta, São, 113, 114, 280
 José Dumont, 187
 José Emílio, 240
 José Saramago, 134
 José Sarney, 225, 238
 Josef Stálin, 264
 Joseph-Pierre Proudhon, 266
 Juliana de Carvalho Gomes Lacerda, 153
 Juliana Fernandes Ahid, 153
 Júlio César Madureira Silva, 313

 Karl Ludwig Nietzsche, 310
 Karl Marx, 52, 101, 235, 236, 261, 263, 264, 265
 Kevin Costner, 55
 Kevin Depolli Costa Florindo, 309
 Kevin Reynolds, 55

 Lady Marian, 55
 Laura Aparecida Perim da Cruz, 310, 313
 Layra Maria Barbosa André Boechat, 297
 Leandro Konder, 265, 266
 Leandro Vianna Silva Souza, 153
 Leitor Amigo, **1-380**
 Leitor Casual, ?
 Leitor Fiel, **1-380**
 Leitor Incógnito, ?
 Leitor Perseverante, **1-380**
 Leitor Veterano, **1-380**
 Leni Riefenstahl, 105
 Léon Tolstoi, 23, 24, 89
 Leonardo Pacheco Pontes, 118
 Leonardo Rangel, 8, 346
 Leopold von Ranke, 75
 Letícia Ferreira Schayder de Paula, 348
 Letícia Lima Martins, 310
 Liberalino Silva, 240
 Liedson Caetano Abreu, 309
 Lígia Maria Medeiros Schayder, 348
 Lina Stephany Vieira Leal, 125
 Livia Corbellari, 117
 Lorenzo Miniguite Scaramussa, 263, 309, 314, 315, 320
 Luan Ola, 8, 62, 255, 325, 346
 Luciana Genro, 267
 Lucien Febvre, 76, 78
 Lucimar Costa, 187
 Ludwig von Mises, 330
 Ludwig Wittgenstein, 137
 Luigi Pirandello, 31, 309
 Luís Gustavo Wesendonk de Freitas, 310
 Luiz Carlos Brandão, 228
 Luiz Guilherme Santos Neves, 283, 287
 Luiz Inácio Lula da Silva, 268, 269
 Luiz Serafim Derenzi, 278
 Luz del Fuego, 174

 Manoel Gonçalves Maciel, 149, 164
 Mao Tsé-tung, 264
 Marc Bloch, 76, 78, 91, 273
 Marcela Aguiar Barbosa, 295
 Marcela Tessarolo, 109
 Marcelo Grillo, 61, 68, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 141, 163, 171, 251
 Márcia Prúcoli Gazoni, 203
 Márcio Colodete Sobroza, 153
 Marco Antonio de Carvalho, 139, 178
 Marco Túlio Cícero, 51
 Marcondes Alves de Souza, 65

- Marcos Vinícius Lourenço da Silva, 330
 Margareth Santos Schayder, 348, 349
 Maria Agostina, 143
 Maria da Glória Ambrósio, 247
 Maria Eduarda Muniz Candido, 333, 334
 Maria Helena Ramos Alves, 349
 Maria José Gregio Albernaz, 18
 Maria Ortiz, 11, 112, 128, **131-145**, 164, 257, 258, 263, 272, 340, 350
 Maria Rapaz, 143
 Maria Stella de Novaes, 274, 278
 Mariana Brito Maia, 310
 Marilena Chauí, 269
 Markcilei Lima Dan, 153
 Maroun Simão Padilha, 348
 Marshall Berman, 264
 Mary McCauly, 143
 Mateus Mastélo Fâro, 310, 312
 Matheus Alves Ferreira, 309
 Maxwell Ferreira de Lima, 313
 Messias Monteiro Onofre, 346
 Messias Yazegy Perim, 153
 Michael Löwy, 78, 265
 Michael Verhoeven, 81
 Michele Depollo Longo Belmock, 269
 Michel Foucault, 35, 196
 Mikhail Gorbachov, 233
 Millôr Fernandes, 68
 Mnemósine (mãe de Clío), 29
 Montesquieu, 201, 244
 Morgana Bechepeche Sadler, 226
 Murilo Paulino Agrizzi, 153
 Napoleão Bonaparte, 23, 24, 25
 Nara Saletto, 281
 Neida Lúcia Moraes, 286
 Newton Braga, 156, 160, 161, 178
 Nicolai Gógol, 309
 Olavo Renato Borlani Júnior, 94
 Otto von Bismarck, 267
 Padre João Peão, 234
 Pâmela Schayder Sarmiento, 62
 Paola Corrêa de Oliveira, 309
 Papa Francisco, 113
 Papa João Paulo II, 114
 Papa Pio X, 284
 Patrícia Vieira Noé Sueth, 153, 266, 313
 Patrick Garcia, 8, 62, 325, 346
 Paul Valéry, 31
 Paul Veyne, 29, 82, 167
 Paula Teixeira Garruth, 326
 Paulim Paraízo, 84
 Paulo César (PC) Farias, 224
 Paulo Francis, 173
 Paulo Massini, 203
 Pedro Afonso Peterle Mantuan, 311
 Pedro Leão Velloso, 96
 Pedro Palácios, frei, 279, 280, 282, 285
 Peter Burke, 143, 282
 Peter Cohen, 81
 Peter Gay, 26
 Pierre Nora, 25, 29
 Pierre Vilar, 235
 Pieter Heyn, 141
 Poliana de Oliveira Marcarini, 153
 Rael Ribeiro de Carvalho, 126
 Rafael Cerqueira do Nascimento, 87, 274
 Rafael Magalhães Costa, 263, 347
 Rafael Vargas Mesquita dos Santos, 153
 Rafaela Herrera, 143, 144
 Rainha Vitória, 281
 Raphael Nascimento da Silveira, 328
 Raul Seixas, 57
 Rayssa Pereira Pires, 309
 Renan Gomes Pogiam, 311
 Renan Ribeiro de Carvalho, 346
 Renata Batista Mofati, 163
 Renato Pacheco, 157, 287
 Renato Russo, 214
 Roberto Carlos Braga, 166, 174, 175
 Robin Hood, 55, 56, 58
 Robson Louzada Lopes, 178
 Rocco La Rocca, 234

- Rodrigo Cock Viana Filho, 310
 Rodrigo Lopes Neves, 8, 313
 Rodrigo Louback Adame, 153
 Roger Garaudy, 49
 Ronaldo Schayder Pontes, 346, 347, 349
 Rondinelli Paier Desteffani, 308
 Rondinelli Suave Tomazelli, 99,
 175, 180
 Rosa Luxemburgo, 266
 Rosângela Venturi, 66, 67, 161
 Rozenyr Miranda Pereira, 349
 Rubem Braga, 139, 158, 166, 174
 Rúbia Balarini Altoé, 153
 Rui Barbosa, 217
- Salvador Obiol de Freitas, 168
 Samir Hatum de Almeida, 202, 267
 Samira Margotto, 286
 Sandra Mara Santos, 346
 Saulo da Silva Berilli, 313
 Serafim Leite, 280
 Sérgio Buarque de Holanda, 157
 Sérgio Damiano, 262
 Sérgio de Lima Freitas Júnior, 217
 Sérgio Garschagen, 158, 177, 178
 Sérgio Pontes Schayder, 349
 Sérgio Sampaio, 174
 Serguei Netchaiev, 266
 Sheila Siqueira da Silva, 153
 Sigmund Freud, 25, 26, 36, 154, 218
 Silvani da Silva Wingler, 295, 330, 349
 Slavoj Žizek, 265
 Sobrinhos & Sobrinhas, 53, 54
 Solimar Soares da Silva, 259
 Søren Kierkegaard, 306, 334
 Sr. P, 115, 116
 Sr. X, 249, 251, 252, 254, 255
 Sra. X, 249, 251, 252, 254, 255
 Stanley Kubrick, 253
 Stéfano Fabris, 187
 Sue Prideaux, 310
- Talles de Souza Araújo, 313
 Tânia Paris, 234
 Thaylane Conceição Sardenberg, 310
 Theodor Adorno, 265
 Theodorico de Assis Ferraço, 168
 Thiago Sandrini Mansur, 153
 Thiago Vieira de Brito, 272
- Ulisses (rei), 175
 Umberto Eco, 58, 253
- Vanderson Caliani, 277
 Vasco Fernandes Coutinho, 91, 124,
 128, 279
 Venâncio Willeke, frei, 278, 280
 Vicente do Salvador, frei, 278
 Victor Coelho, 190, 191
 Victória Gomes Araújo, 310, 313, 320
 Villinevy Koppe Robbi, 84, 187
 Vinícius de Moraes, 158, 187
 Vito Giannotti, 173, 174
 Vitor Miller de Toledo, 310
 Vitor Pontes Juliatti, 309
 Viviane Valério de Lima Silva, 309
 Voltaire, 93, 242
- Wagner Eduardo Vasconcellos, 198
 Walt Whitman, 26, 27, 165, 169, 198
 Walter Benjamin, 78, 97, 265, 273
 Wesley Louzada Bernardo, 202, 203
 Whornton Vieira Pereira, 153
 Willen Borges Coelho, 153
 William Shakespeare, 65, 68
 Willian Paulucio Tiburcio, 330
 Wilson Ferreira, 255
 Wilson Roberto Arêas, 94
- Yuval Noah Harari, 236
- Zeus (pai de Clío), 29
 Zygmunt Bauman, 72

AO PROFESSOR

LAMPIA
ENQUANT VIV

valente nossa camilh... K SCHAU
portante papel em nossa história f...
s obrigadas, demonstrar a sua f...
cada aluno que a compõe. O estado
cidade e a comemorar o nosso r...
me coração, tornou-se uma poss...
s lembranças. Em razão disso, ad...
discusso, caso aceite.

talmente non

TEXTOS

ALMEIDA, Augusto César de. Estudantes querem a interiorização da Ufes. *A-tua-ação: órgão oficial de informação do Diretório Acadêmico da FDCI-ES*. Cachoeiro de Itapemirim: Frangraf, Ano II, n. 2, 1992.

ALMEIDA, Samir Hatum de. Autarquia ou fundação? Eis a questão... *A-tua-ação: órgão oficial de informação do Diretório Acadêmico da FDCI-ES*. Cachoeiro de Itapemirim: Frangraf, Ano I, n. 0, 1991.

AMARAL, Kenia. Novos documentos mostram doação da Ilha de Vitória a Duarte de Lemos. *A Gazeta*. Vitória, 23 Out., 2004.

BALDERRAIN, Roberto P. La Niña Guerrerera de Nicaragua. *Café!* n 141. Buenos Aires, jan, 2009.

BERNARDO, Wesley Louzada. Presidencialismo ou Parlamentarismo. *A-tua-ação: órgão oficial de informação do Diretório Acadêmico da FDCI-ES*. Cachoeiro de Itapemirim: Frangraf, Ano II, n. 1, 1992.

BOBBIO, Kátia. *Maria Ortiz, a heroína capixaba*. Vitória: SPDC, UFES, s/d.

BRADÃO, Luiz Carlos. Novos corsários franceses. *A Gazeta*, Vitória, 13 fev., 2002.

BRITO, Thiago Vieira de. Resenha. *Revisita do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*. v. 1, n. 2, (jul./dez.2017). Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018.

BUSSOLA, Carlo. Como ver e interpretar um filme. *A Tribuna*. Vitória, 21 Set., 1988, AT2.

CHELUJE, Gustavo. Começam os preparativos para a Festa da Penha. *A Gazeta*. Vitória, 10 Mar., 2008.

COELHO, Lígia. Para o trabalhador conhecer sua história. *Brasil de Fato*. Rio de Janeiro, 22-28 Mar. 2007, Cultura.

CORBELLARI, Livia. Páginas esquecidas. *Século Diário*. Vitória, 04. Out. 2011, *Caderno A, Entrevista*.

DAMIÃO, Sérgio. Dois livros e três relatos. *Espírito Santo de Fato*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: 30 Ago. 2011.

DIAS, Luzimar Nogueira. *Inconfidências na Capital Secreta*. Vitória – ES: out. 1985.

DRUMMOND, Jô. Vitória: Ilha do Mel. *Olhar forasteiro*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, *Escritos de Vitória* (23), 2004.

EMERY, Hélio. Medindo-se o respeito pelo tamanho da calça. *A-tua-ação: órgão oficial de informação do Diretório Acadêmico da FDCI-ES*. Cachoeiro de Itapemirim: Frangraf, Jun. 1993, Ano III, nº 5.

FABRIS, Stéfano. De Javé a Cachoeiro de Itapemirim. *Espírito Santo de Fato*. Cachoeiro, 24 ago. 2006, Geral, p. 7.

GARSCHAGEN, Bruno. Um olhar crítico sobre a cidade. *Cachoeiro Cult*. Cachoeiro: Gracal, nº 03, Abr. 2007, *Entrevista Especial*.

GARSCHAGEN, Bruno. Em defesa da tradição e do bairrismo. *Cachoeiro Cult*. Cachoeiro, Gracal, nº 31, Dez. 2011.

GOMES, Guilherme. O Espírito Santo 'Pasado a Limpo' por historiador. *Aqui Notícias*. Cachoeiro de Itapemirim, 13-14 Maio 2017, *Entrevista*.

GRILLO, Marcelo & MOFATI, Renata B. Entre o passado e o futuro. *Cachoeiro Cult*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Gracal, 2007, Ano I, Nº 4, *Entrevista*.

MADEIRA, Carlos. História... *Chanaan – A Revista do Espírito Santo*, n. 1. Vitória: s/ed., jan., 1936.

MANSUR, Higner. Três livros e um vexame. *Sete Dias*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: 20 Ago. 2011, *Conexão Mansur*.

MATTEDI, José Carlos. Um século da primeira greve operária no Espírito Santo. *Aangaba*. Vitória, Abr. 2009, Ano I, nº 4, *Reportagem*.

MENDES, Giancarlo da Silva. A inadequação da pena de morte no Brasil. *A-tua-ação: órgão oficial de informação do Diretório Acadêmico da FDCI-ES*. Cachoeiro de Itapemirim: Frangraf, Ano II, n. 3, 1992.

MOREIRA, Evandro. Em busca da herança perdida. *Revista Cachoeiro Cult*. Cachoeiro, ES: Editora Burarama, Ano II, Nº 07, 2007.

NASCIMENTO, Carla. 83% dos capixabas creem em milagre. *A Gazeta*. Vitória, 9 Mar., 2008.

PACHECO, Renato José Costa. Estudo sociológico de uma comunidade: Cachoeiro de Itapemirim. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Vitória: IHGES, nº 18, 1958.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. A vingança de Maria Ortiz. *A Gazeta*. Vitória, 12 Mar., 2006, *Opinião*.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. Cadê a Maria Ortiz? *A Gazeta*. Vitória, 5 set., 2011, C2.

RODRIGUES, Carol. Uma (outra) história capixaba. *A Gazeta*. Vitória, 9 Abr. 2002, *Caderno Dois*.

RODRIGUES, Filipe. "Cachoeiro é uma dívida do rio Itapemirim". *Aqui Notícias*. Cachoeiro, 25-26 Mar., 2017, *Entrevista*.

SANTOS, Cláudia Lícia dos. No Brasil não há preconceito racial... aqui o negro reconhece o seu lugar. *A-tua-ação: órgão oficial de informação do Diretório Acadêmico da FDCI-ES*. Cachoeiro de Itapemirim: Frangraf, Ano III, n. 5, 1993.

SAPAVINI, Carlos. Procura-se José Pontes Schayder. *Sete Dias*. Cachoeiro, ES: 25 Maio 2013.

SAPAVINI, Carlos. José Pontes Schayder x Carlos Sapavini. *Sete Dias*. Cachoeiro: 13 Jul. 2013.

SCHAYDER, J. P. Terror e amor em sala de aula. *Memória & História*. Belo Horizonte: Datilografado, Abr., 1988, *Memorial*.

SCHAYDER, J. P. Reflexões sobre o uso de teoria, filosofia e método em História. *Vida & Presença: revista filosófica do Seminário "Bom Pastor"*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Diocese de Cachoeiro de Itapemirim, 1989.

SCHAYDER, J. P. A História nos condenará? *Textos para sala de aula*. Cachoeiro de Itapemirim: Datilografado, 04 Mar., 1990.

SCHAYDER, J. P. "Pra que serve a História, professor?". *Textos para sala de aula*. Cachoeiro de Itapemirim: Datilografado, 27 Fev., 1991

SCHAYDER, J. P. Os bárbaros também educam. *O Repórter*. Cachoeiro de Itapemirim, 21 a 29 de jun., 1991.

SCHAYDER, J. P. Tribunal da impotência. *A-tua-ação: órgão oficial de informação do Diretório Acadêmico da FDCI-ES*. Cachoeiro: Frangraf, Set. 1991, Ano I, nº 1.

SCHAYDER, J.P. Estudo do Direito: fascínio, paixão e... a realidade. *A-tua-ação: órgão oficial de informação do Diretório Acadêmico da FDCI-ES*. Cachoeiro de Itapemirim: Frangraf, Ano II, n. 2, Set. 1992.

SCHAYDER, J.P. Um acadêmico, um voto. *A-tua-ação: órgão oficial de informação do Diretório Acadêmico da FDCI-ES*. Cachoeiro de Itapemirim: Frangraf, Ano IV, n. 7, 1994.

SCHAYDER, J. P. A história é outra! *Textos para sala de aula*. Cachoeiro de Itapemirim: Datilografado, 12 Fev., 1993.

- SCHAYDER, J. P. Em defesa da bermuda. *A-tua-ação: órgão oficial de informação do Diretório Acadêmico da FDCI-ES*. Cachoeiro de Itapemirim: Frangraf, Jun. 1993, Ano III, nº 5.
- SCHAYDER, J. P. Escola de líderes. *A-tua-ação: órgão oficial de informação do Diretório Acadêmico da FDCI-ES*. Cachoeiro de Itapemirim: Frangraf, Set., 1993, Ano 3, Nº 6.
- SCHAYDER, J. P. Dr. Batistinha. *A-tua-ação: órgão oficial de informação do Diretório Acadêmico da FDCI-ES*. Cachoeiro de Itapemirim – ES: Set., 1993, nº 6, *Necrólogo*.
- SCHAYDER, J. P. Advocacia: carreira aberta ao talento? *A-tua-ação: órgão oficial de informação do Diretório Acadêmico da FDCI-ES*. Cachoeiro de Itapemirim: Frangraf, Jun. 1994, Ano IV, nº 8.
- SCHAYDER, J. P. Estelionato histórico! *A Gazeta*. Vitória, 29 Out., 2004, *Economia*.
- SCHAYDER, J. P. Arquitetura da reconstrução. *Revista de Burarama* Ano 11, nº 88. Burarama, Cachoeiro de Itapemirim, Set. 2005.
- SCHAYDER, J. P. Maria Ortiz: mea-culpa. *A Gazeta*. Vitória, 2 Mar., 2006, *Opinião*.
- SCHAYDER, J. P. Uma cidade sem futuro? *Espírito Santo de Fato*. Cachoeiro, 24 ago. 2006, Geral, p. 7.
- SCHAYDER, J. P. Nós o povo. *Cachoeiro Cult* Ano I, nº 1. Cachoeiro de Itapemirim, Dez. 2006.
- SCHAYDER, J. P. O poder em cena. *Cachoeiro Cult*. Cachoeiro de Itapemirim: s/ed., Jan. 2007.
- SCHAYDER, J. P. Presídio, NÃO: Freud explica. *Cachoeiro Cult*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Editora Burarama, Ano I, nº 6, 2007.
- SCHAYDER, J. P. Cachoeiro na onda dos ciclos econômicos. *Cachoeiro em festa*. Vitória: Prograf, 2007, *Artigo*.
- SCHAYDER, J. P. À espera (do retorno) do Rei. *Cachoeiro Cult*. Cachoeiro, ES: Gracal, nº 7, Dez. 2007.
- SCHAYDER, J. P. Estrada (Ir)real. *A Gazeta*. Vitória, 1º Jul. 2008, *Opinião*.
- SCHAYDER, J. P. Convento da Penha: costurando o tempo, unindo gerações. *A Gazeta*. Vitória, 17 Abr., 2008. *Caderno Especial*.
- SCHAYDER, J. P. Os descaminhos da Estrada Real. *Folha do Caparaó*. Guaçu/Cachoeiro de Itapemirim, 19 Dez., 2008, *Artigo*.
- SCHAYDER, J.P. Tchau, Maria Ortiz!. *Cachoeiro Cult*. Cachoeiro: dezembro de 2011.
- SCHAYDER, J. P. Entrevista. *Revista Sete Dias*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Grãfband, 30 Jun., 2012, *Opinião*.
- SILVA, Rafael. Como as 24 cidades do ES viraram 78. *A Gazeta*. Vitória, 7-8 Dez. 2019.
- TESSAROLO, Marcela. História do Espírito Santo. *A Gazeta*. Vitória, Dez. 2002, *Prova dos 9*.
- TOMAZELLI, Rondinelli Suave. Complexo de forasteiro. *Cachoeiro Cult*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Gracal, nº 07, Dez. 2007.
- VENTURI, Rosângela. *A Gazeta*. Vitória, 12 Jun., *Cidades*, 2006.
- WELLER, Aílton. Espírito Santo passado a limpo sob a ótica de fatos históricos. *Espírito Santo de Fato*. Cachoeiro de Itapemirim, 21 Abr. 2017, *Entrevista*.

LIVROS



LIVROS

- ABREU, Luís Alberto & CAFFÉ, Eliane. *Narradores de Javé: roteiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2004.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *A paixão medida*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1983.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *A rosa do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARENDT, Hannah. *A condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- BALANDIER, Georges. *El poder en escenas: de la representación del poder al poder de la representación*. Barcelona (Esp.): Paidós, 1994.
- BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Lisboa (Port.): Assírio & Alvim, 2010.
- BERMAN, Marshall. *Aventuras do marxismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BLOCH, Marc. *Introdução à história: edição revista, aumentada e criticada por Étienne Bloch*. Lisboa (Port.): Publicações Europa-América, 1997.
- BLOCH, Marc. *Que pedir aos historiadores?* Vitória: Editora Milfontes, 2019.
- BOCCACCIO, Giovanni. *Decamerão*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- BOITO, Camillo. *Os restauradores*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- BOXER, Charles R. *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica – 1415-1815: alguns factos, idéias e personalidades*. Lisboa (Port.): Livros Horizonte, 1977.
- BOYLE, David. *O Manifesto Comunista de Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- BRAGA, Newton. *Histórias de Cachoeiro*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/Ufes, 1986.
- BRAGA, Rachel. *Newton Braga, cachoeirense ausente*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Gracal, 2011.
- BRECHT, Bertolt. *Vida de Galileu*. Lisboa (Port.): Portugalia Editora, 1970.
- BRECHT, Bertold. *A vida de Galileu*. São Paulo: Abril Cultural, 1977.
- BUENO, Alexei et alii. *O Patrimônio construído: as 100 mais belas edificações do Brasil*. São Paulo: Capivara, 2002.
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. São Paulo: EDUSC, 2004.
- BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CAMUS, Albert. *O estrangeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo*. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- CAPELATO, Maria Helena et alii. *História e Cinema*. São Paulo: Alameda, 2007.

CARNES, Mark C. *Passado imperfeito: a história no cinema*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

CARVALHO, Marco Antonio de. *Memórias de Cachoeiro*. Rio de Janeiro: Book-Link, 2005.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábua rasa do passado: sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

COUTINHO, José Caetano da Silva. *O Espírito Santo em princípios do século XIX: apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819*. Vitória: Estação Capixaba e Cultural – ES, 2002.

DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma Ilha*. Vitória: PMV, 1995.

ECO, Umberto. *O Nome da rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

FERGUSON, Robert. *Lições de vida: Kierkegaard*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

FREITAS, Salvador Obiol de & PINHEIRO, Carlos Alberto. *Cachoeiro de Itapemirim: edição histórica*. Cachoeiro, ES: s/ed., 1976.

GARAUDY, Roger. *Apelo aos vivos*. São Paulo: Nova Fronteira, 1984.

GARSCHAGEN, Sérgio. *Parece que foi ontem*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Cachoeiro Cult, 2010.

GAY, Peter. *Freud: uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil-Difel, 1989.

GOMES, Eduardo Rodrigues. *A geografia da verticalização litorânea de Vitória: o bairro Praia do Canto*. Vitória: GSA/PMV, 2009.

GOMES, Fernando & GRILLO, Marcelo (Org.). *Crônicas da Capital*. Cachoeiro de Itapemirim: Cachoeiro Cult, 2012.

GRILLO, Marcelo. *Anauê! – A apaixonante saga integralista numa colônia de imigrantes italianos*. Cachoeiro de Itapemirim: Edição do autor, 2001.

GRILLO, Marcelo. *Marraia: à vera ou à brinca?* Burarama, Cachoeiro de Itapemirim: s/ed., 2007.

GRILLO, Marcelo et. alii. (Coord.). *Cachoeiro: paixão crônica*. Cachoeiro de Itapemirim: Cachoeiro Cult, 2008.

GULDI, Jo & ARMITAGE, David. *Manifesto pela história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

HARARI, Yuval Noah. *21 lições para o século 21*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

HENRIQUE, Klecius. *José Dumont: do cordel às telas de cinema*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2005.

HERÓDOTOS. *História*. Brasília: UnB, 1985.

HERÓDOTO. *Histórias: livro II, Euterpe*. São Paulo: Edipro, 2016.

- HOBBSAWM, Eric et. alii. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1971.
- JOFFILY, Bernardo et. alii. *Brasil 500 anos: atlas histórico*. São Paulo: Istóe-Brasil, 1998.
- KOTHE, Flávio R. & FERNANDES, Florestan (Orgs.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1991.
- LE GOFF, Jacques. *Memória. Enciclopédia Einaudi v. 1: Memória-História*. Lisboa (Port.): Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *Enciclopédia Einaudi vol. 1: Memória-História*. Lisboa (Port.): Imprensa Nacional & Casa da Moeda, 1984.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- LENHARO, Alcir. *Nazismo: o triunfo da vontade*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LIMA, Lidiane Picoli & SCHNEIDER, Omar. *O Grupo Escolar Bernardino Monteiro*. Vitória, ES: Virtual Livros, 2015.
- LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses 'Sobre o conceito de história'*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MACIEL, Manoel Gonçalves. *Voltando ao Cachoeiro antigo*. Cachoeiro: Gracal, 1992.
- MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- MARGOTTO, Samira. *Cousas Nossas: pinturas de paisagens no Espírito Santo, 1930-1990*. Vitória: EDUFES, 2004.
- MARIN, Andréia et alii. *Vestígios da história Sul capixaba em 11 narrativas*. Vitória: Flor&Cultura, 2011.
- MARINS, Antonio. *Minha terra e meu município*. Rio de Janeiro: s/ed., 1920.
- MARTINEZ, Constantino Falcon et. alii. *Diccionario de la mitologia clásica*. Madrid (Esp.): Alianza Editorial, 1986.
- MARTINUZZO, José Antonio. *Palácio Anchieta – Patrimônio Capixaba*. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2009.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Moscou (URSS): Edições Progresso, 1987.
- MÉNARD, René. *Mitologia greco-romana*. São Paulo: Opus, Vol. II, 1991.
- MENCKEN, H. L. *O livro dos insultos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. São Paulo: Edusc, 2004.
- MORAES, Neida Lúcia. *Assim é o Espírito Santo, o Espírito Santo é assim*. Vitória: Governo do Estado, 1971.
- MORAES, Neida Lúcia. *Espírito Santo: esta é a sua terra, no Brasil*. São Paulo: LISA, 1973.
- MOREIRA, Evandro. *Cachoeiro: uma história de lutas*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Gracal, vols. 1 e 2, 2004.

MOULIN, Ariette. *A cada dia uma lição*. Cachoeiro de Itapemirim: Gracal, 2002.

MURAT, Laure. *O homem que se achava Napoleão: por uma história política da loucura*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003.

NASCIMENTO, Bruno César & OLIVEIRA, Ueber José de (Org.). *Os pensadores do Espírito Santo vols. I, II e III*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira & SANTOS, Luiz Augusto Paraízo dos. *De Muribeca... a Presidente Kennedy*. Presidente Kennedy, ES: Programa Ciranda Capixaba/Petrobrás, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce Homo: como cheguei a ser o que sou*. São Paulo: Brasil Editora, 1959.

NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos ídolos: ou como se filosofa às marteladas*. Lisboa (Port.): Guimarães Editores, 1985.

NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia ou mundo grego e pessimismo*. Lisboa (Port.): Relógio D'Água, 1997.

NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano – um livro para espíritos livres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce Homo: de como a gente se torna o que a gente é*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. *O anticristo: maldição contra o cristianismo*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

NIETZSCHE, Friedrich. *Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

NORA, Pierre et. alii. *Ensaio de ego-história*. Lisboa (Port.): Edições 70, 1987.

NOVAES, Fernando. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

NOVAES, Maria Stella de. *Relicário de um povo: o Santuário de Nossa Senhora da Penha*, 2ª ed. Vitória: IBGE, 1958.

ORWELL, George. *A revolução dos bichos*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

PACHECO, Renato & SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. *Índice do folclore capixaba*. Vitória: BANESTES, 1994.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *O triunfo do fracasso: Rüdiger Bilden, o amigo esquecido de Gilberto Freyre*. São Paulo: Unesp, 2012.

PASTOUREAU, Michel. *O pano do diabo: uma história das listras e dos tecidos listrados*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

PERROTTA, Isabella. *Victor Burton*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2006.

PESSOA, Fernando. *Obra poética e em prosa vol. I: poesia*. Porto (Port.): Lello & Irmão Editores, 1986.

PESSOA, Fernando. *Ficção e Teatro*. Lisboa (Port.): Europa-América, 1986.

PIRANDELLO, Luigi. *40 novelas de Luigi Pirandello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PRIDEAUX, Sue. *Eu sou dinamite: a vida de Friedrich Nietzsche*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, Darcy. *A fundação do Brasil: testemunhos, 1500-1700*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. *O Convento da Penha: fé e religiosidade do povo capixaba*. Vitória: Companhia Siderúrgica de Tubarão-CST, 2006.

- ROCHA, Levy. *Crônicas de Cachoeiro*. Rio de Janeiro: Gelsa, 1966.
- ROSENSTONE, Robert A. *A história nos filmes, os filmes na história*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- SALETTTO, Nara. *Donatário, colonos, índios e jesuítas*. 2ª ed., Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998.
- SALVADOR, frei Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- SANTOS, Adilson Silva. *Bernardo Horta de Araújo e a política de Cachoeiro de Itapemirim*. Cachoeiro, ES: Cachoeiro Cult, 2012.
- SANTOS, Jair. *Vila Velha: onde começou o Estado do Espírito Santo*. Vila Velha: Editora do Autor, 1999.
- SANTOS NEVES, Guilherme. *História popular do Convento da Penha*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1999.
- SARTRE, J.-P. *O Muro*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- SARTRE, J.-P. *O existencialismo é um humanismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- SCHAYDER, J. P. *História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada 1535-2002*. Campinas, SP: Companhia da Escola, 2002.
- SCHAYDER, J. P. *Como se tem escrito a história do Espírito Santo*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Cachoeiro Cult, 2011.
- SCHAYDER, J. P. *Passado a limpo: o Estado capixaba e o seu mito fundador*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Edição do Autor, 2017.
- SERNA, Justo & PONS, Anacleto. *Cómo se escribe la microhistoria*. Madrid (Esp.): Cátedra Universitat de València, 2000.
- SOARES, Renato Viana. *Retrato escrito: a reconstrução da imagem das (os) professoras (es) através da mídia impressa – 1945/1995*. Vitória: ITB, 2005.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TOLSTOI, Léon. *Guerra e Paz*. Rio de Janeiro: Editora Globo, s/d.
- TOYNBEE, Arnold. *A sociedade do futuro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- VALLE, Eurípedes Queiróz do. *O Estado do Espírito Santo e os Espírito-Santenses: dados, fatos e curiosidades*. Vitória: s/ed, 1971.
- VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. *Memória estatística da província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.
- VEYNE, P. *Como se escreve a História*. Brasília: UnB, 1982.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve la historia. Foucault revoluciona la historia*. Madri (Esp.): Aliança, 1984.
- VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos em seus mitos? São Paulo: Brasiliense, 1984*.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et alii. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1989.
- VON MISES, Ludwig. *Liberalismo*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.
- WHITMAN, Walt. *Folhas de relva*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- WHITMAN, Walt. *Folhas de relva: edição do leito de morte*. São Paulo: Hedra, 2011.
- WILBERFORCE, Edward. *Inglês na costa: Impressões de um aspirante de marinheiro sobre o Espírito Santo em 1851*. Vitória: Cultural-ES, 1989.
- WILLEKE, frei Venâncio. *Antologia do Convento da Penha*. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1974.

FILMES

ARQUITETURA DA DESTRUIÇÃO. Dir.: Peter Cohen. Suécia, 1989, 119 min., Documentário, P&B.

DANTON, O PROCESSO DA REVOLUÇÃO. Dir.: Andrzej Wajda. França, 1985, 131 min., Drama, color.

M – O VAMPIRO DE DÜSSELDORF. Dir.: Fritz Lang. Alemanha, 1931, 117 min., Drama, P&B.

NARRADORES DE JAVÉ. Dir.: Eliane Caffé. Brasil, 2003, 100 min., Drama, color.

O NOME DA ROSA. Dir.: Jean-Jacques Annaud. França, 1986, 130 min., Drama, color.

O QUE BEBERICO VAI PENSAR? Dir.: Diego Scarparo. Brasil, 2012, 28 min., Documentário, Color.

O TRIUNFO DA VONTADE. Dir.: Leni Riefenstahl. Alemanha, 1935, 110 min., Documentário, P&B

PINK FLOYD The Wall. Dir.: Alan Parker. MGM Home Vídeo, Grã-Bretanha, 1982, VHS, 95 min., color.

ROBIN HOOD, O PRÍNCIPE DOS LADRÕES. Dir.: Kevin Reynolds. EUA, 1991, 143 min., Aventura, color.

UMA CIDADE SEM PASSADO. Dr.: Michael Verhoeven. Alemanha, 1990, 92 min., Drama-Guerra, color.

UM AMOR NA ALEMANHA. Dir.: Andrzej Wajda. Alemanha Ocidental-França, 1983, 132 min., Drama, Color.

2001: UMA ODISSEIA NO ESPAÇO. Dir.: Stanley Kubrick. EUA, Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda, 1968, 148 min., Ficção Científica, Color.

MÚSICAS

CAZUZA. *O tempo não para*. São Paulo: Phillips, LP, lado B, faixa 1, 1988

GESSINGER, Humberto. *Ouçã o que eu digo, não ouça ninguém*. São Paulo: Som Livre, LP, lado A, faixa 1, 1988.

GESSINGER, Humberto. *O Papa é Pop*. São Paulo: BMG-Ariola, 1990, Lado Papa, faixa 1.

GESSINGER, Humberto. *Gessinger, Licks & Maltz*. São Paulo: RCA, 1992, Lado B, faixa 1.

GESSINGER, Humberto. *Insular*. STR-Stereo Phonica, 2013, CD, faixas 5 e 8.

GESSINGER, Humberto. *A revolta dos dândis*. São Paulo: Som Livre, 1991, faixa 1.

GESSINGER, Humberto. *Filmes de guerra, canções de amor*. São Paulo: BMG Ariola, 1993, faixa 10.

GESSINGER, Humberto. *Minuano*. São Paulo: BMG Ariola, 1997, faixa 11.

GESSINGER, Humberto. *Tchau radar!* São Paulo: Universal, 1999, faixa 7.

GESSINGER, Humberto & LEINDECKER, Duca. *Pouca Vogal*. São Paulo: Som Livre, 2009, faixa 6.

PINK FLOYD. DISCOS CBS, 1979, Vinil 1, Lado A, faixas 3 (Parte I) e 4 (Parte II)

SEIXAS, Raul & COELHO, Paulo. *Krig-ha, bandolo!* São Paulo: Philips, LP, Lado A, faixa 4, 1973.

Post Scriptum



POST SCRIPTUM

Necrológio Preventivo

Nada. (Nasci do pó cósmico e ao pó retornarei. Numa fresta do Tempo, quando tiver chegado o meu instante de partir, meus benfeitores honrarão minha Memória & História, assumindo o papel de guardiões do derradeiro pedido do morto para o seu funeral, este: não se fará, não se ouvirá, não se permitirá discursos religiosos, sejam eles de qual vertente doutrinária for. Respeito todas as crenças espirituais e religiosas, mas não professo nenhuma. Desde muito jovem, tornei-me ateu; desejo permanecer assim quando, numa fratura do Tempo, alguém anunciar que... morri.) **Nada.**

J. P. SCHAYDER

(1966-20??)

*

*

Cabem aqui
estas últimas palavras:
“Esperamos dos que virão a nascer,
não o agradecimento pelas nossas vitórias,
mas a rememoração das nossas derrotas.”

Bertolt Brecht
(1898-1956)

A LA VANTE!

ESTE LIVRO FOI IMPRESSO EM JULHO DE 2020
PELA GRÁFICA E EDITORA GSA, EM VITÓRIA,
SOBRE PAPEL PÓLEN SOFT 80G.







ISBN: 978-65-00-01779-3



9 786500 017793